

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

MARÍLIA VERÍSSIMO VERONESE

**A PSICOLOGIA NA TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA:
UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO NA ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

Tese apresentada no Curso de Doutorado em Psicologia, do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi
Co-Orientador no exterior em regime de bolsa *sandwich*: Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos

Porto Alegre, abril de 2004.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

**A PSICOLOGIA NA TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA: UM
ESTUDO SOBRE O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

MARÍLIA VERÍSSIMO VERONESE

Tese apresentada para apreciação e parecer da banca examinadora

Orientador-Presidente: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

Prof^ª. Dr^ª. Carmem Lígia Iochins Grisci

Prof^ª. Dra. Jaqueline Tittoni

Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger

Agradecimentos:

A Capes, pela bolsa que financiou a pesquisa.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa *sandwich* na Universidade de Coimbra, no período de junho a setembro de 2003.

A todas e todos aqueles que me acompanharam e apoiaram durante esses anos tão marcantes na minha trajetória e formação.

Aos tão queridos colegas do nosso Grupo de Pesquisa Ideologia, Comunicação e Representações Sociais, bem como aos demais colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aos Professores/as Carlos Rodrigues Brandão, Carmem Grisci, Jaqueline Tittoni e Luiz Inácio Gaiger, por participarem da banca e da trajetória.

Para o grande intelectual, professor, orientador, ser humano tão amoroso e amigo, Professor Pedrinho Arcides Guareschi, sem o qual a caminhada não teria tido o saber - e o sabor - que teve.

Ao Professor Boaventura de Sousa Santos, um dos maiores intelectuais críticos de nosso tempo, a voz que fala pelo Sul despossuído e é ouvida ao redor do mundo, ser humano afável e generoso, que me acolheu tão prontamente na bela Universidade de Coimbra, que até então só existia para mim em livros e sonhos.

A toda a minha família, grande sob todos os aspectos, constantemente produzindo apoio afetivo e prático, força e carinho.

A meus amados Sílvio, Rafaela e Isadora, esse núcleo central da minha vida.

A todos e todas vocês, que a partir das suas virtudes me permitem existir, eu deixo as palavras de Hélio Pellegrino:

A partir daí, tudo se liga e se religa, numa plenitude de sentido. A virtude é alegre, porque é compartilhada. Ela é - sempre - doação e comunhão. A virtude é erótica, por excelência. Qualquer que seja, é bondade viva e, nessa medida, conhecimento vivo, intimidade com o mistério. A virtude é uma força, tersa lâmina d'água que atravessa o mundo, fecundando a terra. Se a vida ainda existe no planeta é porque a virtude prevalece, como inteligência ordenadora, contra o desmembramento de tudo.

Para

LAURA VERÍSSIMO VERONESE E ARTHUR LUIZ VERONESE

Que me ensinaram o sentido mais profundo da palavra solidariedade, base na qual se pode construir uma cosmovisão emancipatória.

Esta tese é dedicada também à memória de Francisco Santos Alves, o Chico, que acompanhou as etapas importantes da pesquisa, participou como informante e veio a falecer no dia em que coloquei o ponto final no relatório. Sindicalista, militante incansável por um mundo mais justo e solidário, Chico deixou para companheiros e companheiras de luta um belo exemplo que ficará e será passado adiante; o que talvez nos mostre que podemos transcender a morte com a nossa eterna capacidade de aprender e de recomeçar.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
1- GÊNESE DO ESTUDO, SEUS OBJETIVOS E CONSTRUTOS.....	12
Situando trabalho, sujeito e contemporaneidade.....	23
Quando as corporações governam o mundo.....	33
2- À GUISA DE ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA: UM OLHAR SOBRE NOSSO TEMPO	38
Desigualdade no sistema-mundo.....	42
Para uma psicossociologia das ausências e das emergências: Novas possibilidades para o presente e para o futuro.....	49
A expansão do presente como uma nova relação com o espaço-tempo: Sociologia das ausências, ou a crítica da razão metonímica	54
A contração do futuro: Sociologia das emergências, ou a crítica da razão proléptica.....	59
Teoria da tradução: A impossibilidade de uma teoria geral em tempos de fascismo social	61
Globalização contra-hegemônica e cosmopolitismo subalterno	65
3- QUEM PRECISA DE UMA PSICOLOGIA EMANCIPATÓRIA? UMA REFLEXÃO A UM TEMPO EPISTEMOLÓGICA, TEÓRICA E ÉTICA.....	70
Os servos do poder	79
Raízes e trajetórias da psicologia social	90
Eu, outro, eutro	97
4- A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	106
A importância das redes	113
A economia solidária no mundo	116
A economia solidária no Brasil e no Rio Grande do Sul	121
Os modos de produção de poder e a economia solidária.....	126

5- FALANDO SOBRE MÉTODO: APROXIMAÇÕES DO OBJETO DE ESTUDO..	133
A hermenêutica de profundidade	134
Os interesses do conhecimento	137
Questões e problema de pesquisa: Investigando o campo sob a ótica da psicologia social crítica do trabalho	139
O estudo de caso	140
A construção de um corpus de dados	142
A narrativa: Ligando os sentidos da vida	143
6- O REGISTRO EMPÍRICO: APRESENTANDO E CONTEXTUALIZANDO NARRATIVAS	145
Descrevendo o campo: Do Compras Coletivas à Ética e Ação Popular	146
A inserção e trajetória da pesquisadora no campo	147
Com a palavra, o coordenador do setor de economia solidária do Governo do Estado	149
Com a palavra, a ANTEAG: Material institucional de divulgação	151
Com a palavra, o cooperativado: Compras Coletivas numa primeira fase.....	152
Com a palavra, os cooperativados que permaneceram no Compras Coletivas na segunda fase	157
Com a palavra, a cooperativada: Voz feminina no Compras Coletivas	161
Com a palavra, as ONG's, os sócios do Compras Coletivas e as lideranças comunitárias interessadas no projeto.....	161
Com a palavra, os sócios do novo empreendimento, a cooperativa Ética e Ação Popular: Primeira reunião	163
Com a palavra, os sócios do novo empreendimento, a cooperativa Ética e Ação Popular: Segunda reunião	165
Com a palavra, os sócios do novo empreendimento, a cooperativa Ética e Ação Popular: Terceira reunião	167
7- A ECONOMIA SOLIDÁRIA, A PSICOLOGIA E A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA: ALGUNS CAMINHOS POSSÍVEIS	169
As narrativas e os narradores	169
Um <i>renascimento</i> : Será possível para nós que fomos acomodados?	180
Papéis para a psicologia, no curto prazo	182
Modos singularizados (e singularizadores) de organizar o trabalho	188
As redes	192

A subjetividade heterotópica.....	203
Saberes e contra-saberes.....	207
8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	213
ANEXOS	225
Anexo 1- Termo de consentimento informado	226
Anexo 2- Folder da ANTEAG	227
Anexo 3- Estatuto da Cooperativa Ética e Ação Popular.....	228

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Esquema do fascismo social	63
Quadro 1: As Cosmovisões.....	85
Figura 2: Níveis sociais em interação na economia solidária.....	108
Figura 3: Esquema do solidarismo empreendedor.....	119
Quadro 2: Mapa de estrutura-ação do sistema-mundo globalizado.....	127
Figura 4: Hermenêutica de Profundidade.....	134
Quadro 3: Mapa de estrutura-ação do espaço-tempo da economia solidária.....	190
Figura 5: Esquema geral das interpretações: O trabalho e o sujeito nessa experiência de economia solidária.....	194
5.1: Esquema do empreendimento.....	194
5.2: Esquema das demandas.....	195
5.3: Esquema da vivência subjetiva.....	196
5.4: Esquema da dimensão propositiva.....	197
5.5: Esquema da trajetória “Do Compras Coletivas à Ética e Ação Popular”.....	198
5.6: Esquema da inserção da psicologia.....	199
Quadro 4- Mapa de estrutura-ação dos espaços-tempo mistos.....	202

RESUMO

A tese discute o trabalho na perspectiva da economia solidária, analisando as superações paradigmáticas que o campo propõe, as vivências dos trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos solidários, a questão da subjetividade na contemporaneidade e da subjetividade ligada aos processos laborais. Seus principais articuladores teóricos são Boaventura de Sousa Santos, com a proposição da ciência pós-moderna, a transição paradigmática nas dimensões societal e epistemológica, os conceitos sobre a subjetividade, a heterotopia, a sociologia das ausências e das emergências, o campo do trabalho solidário, a necessidade de construir a psicologia como uma teoria crítica, tendo no *topoi* da emancipação horizonte importante; Fernando Gonzalez Rey e Felix Guattari, com as teorizações acerca da subjetividade, respectivamente compreendida como processo de produção simbólica de sentidos e produção coletiva, histórica e social que assume uma forma serializada na contemporaneidade capitalista; David Harvey, com as transformações do mundo contemporâneo e do trabalho; Zygmunt Bauman, com a noção de labirinto para representar o contemporâneo; Paul Singer, José Luiz Coraggio e Luiz Inácio Gaiger, com a história e a atualidade do campo da economia solidária; Euclides Mance, com a idéia de redes solidárias. A pesquisa consiste em um estudo de caso, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas individuais com enfoque narrativo, grupos focais e observações da pesquisadora, a partir da experiência da Cooperativa Compras Coletivas. A análise dos dados seguiu as orientações da ferramenta teórico-metodológica de John B. Thompson, a Hermenêutica de Profundidade. Os resultados apontam para as grandes dificuldades encontradas pelos sujeitos que trabalham no empreendimento solidário. Embora identificados com formas alternativas de viver e trabalhar, percebem o processo de apropriação da autogestão como acima de suas forças; desejam diferenciar-se dos modos de gestão capitalista, mas experimentam a tentativa como um labirinto no qual se sentem desamparados e despreparados, autodepreciando-se e culpabilizando-se pelas dificuldades. Os modos de produção de poder são vivenciados como fixadores de fronteiras. Contudo, vislumbram possibilidades de recomeçar, mostrando que o campo apresenta potencialidade emancipatória, em que o coletivo permite a singularização de cada sujeito, que a partir dele se constitui, emergindo da prática concreta e inserindo-se na transição paradigmática. Mostra-se igualmente importante a participação da psicologia no campo, contribuindo no processo coletivo de apropriação dos modos de trabalhar solidários.

ABSTRACT

The thesis discusses labor under the solidary economy perspective, analysing the paradigmatic overcoming the field stands for, the experience of workers in solidary enterprise, the question of subjectivity in the contemporaneity and the labor-processed subjectivity. Its major theoretical articulators are Boaventura de Sousa Santos, with his proposition of post-modern science, the paradigmatic transition in both the societal and epistemological dimensions, concepts on subjectivity, heterotopy, sociologies of absence and emergence, the solidary work field, the need of building psychology as a critical theory, the one that does not conceive reality as limited to what already exists, having an important horizon in the *topoi* of emancipation; Fernando Gonzalez Rey and Felix Guattari with their theories on subjectivity, respectively as a process of symbolic production of senses and of historic and social collective production, playing a massifying role in the capitalist contemporaneity; David Harvey with his transformations of the contemporaneous labor world; Zygmunt Bauman with his notion of labyrinth to represent the contemporary; Paul Singer, José Luiz Coraggio and Luiz Inácio Gaiger with the history and update on solidary economy; Euclides Mance with his concept of the solidary net. The research consists of a case study, whose data were collected through individual interviews with a narrative focus, focal groups coupled with observations by the researcher on the experience of Cooperativa Compras Coletivas (Collective Buying Cooperative). The analysis of the data followed the guidelines of John B. Thompson's theoretic-methodological tool Depth Hermeneutics. The outcome points to the severe difficulty the subjects who work in the solidary enterprise cope with. Although they are identified with alternative ways of living and working, they feel the empowerment process of self-management as something beyond their force; they want to behave unlike the capitalist management modes, but they go through this attempt as if in a maze in which they feel unsheltered and unprepared, deprecating and blaming themselves for their difficulties. The power-producing modes are experienced as border determinants. However, the subjects anticipate possibilities of starting over, showing that the field provides them with an emancipating potentiality, where the collective allows the singularization of each subject who is constituted from that, emerging from the concrete practice and inserting him or herself in the paradigmatic transition. It is likewise important the participation of psychology in the field, contributing to the collective process of empowerment of the ways of working solidarily.

1- Gênese do estudo, seus objetivos e construtos

Esta tese emerge do desejo de dar prosseguimento à pesquisa e ao aprimoramento da prática da psicologia do trabalho, como uma área crucial da psicologia social crítica preocupada em construir alternativas de enfrentamento da exclusão social - que por si só a ciência em geral ilude, mas não elide -, focalizando lógicas mais solidárias no mundo do trabalho. Uma pesquisa científica que considere a possibilidade de entrecruzamento entre a ciência econômica e a psicológica não deixa de ser desafiadora, no sentido de constituir-se como um possível - embora modesto - contributo para ambos os campos.

Assumir esse desafio é também buscar perspectivas para a psicologia social e do trabalho, campo sempre em construção através da nossa ação. É importante assumi-lo no sentido de contribuir para a elaboração de políticas públicas na área, ou para a assessoria a empreendimentos solidários de diferentes tipos e portes. Da mesma forma, a saúde mental no trabalho é uma área que se faz presente no estudo, a partir da qual deve-se poder pensar modos de pesquisa e intervenção nos empreendimentos de economia solidária, com enfoque sócio-psicológico crítico.

Também pretendo contribuir para o aprofundamento do debate sobre a ciência enquanto forma de conhecimento e prática social, especialmente no campo da psicologia, e mais especificamente da psicologia do trabalho. O problema do conhecimento é hoje fundamental; e a má distribuição do conhecimento que a ciência moderna - forma privilegiada de conhecimento desde o século XVII - gerou em seu desenvolvimento, é um problema social de imensa gravidade. A ruptura epistemológica da ciência moderna com o senso comum proporcionou avanços tecnológicos fenomenais; entretanto, faz-se necessária a dupla ruptura, ou seja, romper com a própria ruptura, reconciliando-se com o senso comum na direção de um senso comum emancipatório. Por esta razão, o estatuto epistemológico dos saberes, bem como os privilégios extra-científicos da sua hierarquização, é tema que preocupa e está fortemente presente na discussão empreendida na pesquisa, como um modesto contributo à tentativa de reinventar a emancipação social, projeto teórico central de Boaventura Sousa Santos (Santos, 1995; 2000; 2002; 2003a; 2003b).

O autor tem vindo a sustentar, em vários trabalhos, a idéia de que vivemos um período de transição paradigmática, a partir da obsolescência das promessas da

modernidade - paradigma ainda dominante, embora em crise - e do surgimento de novas formas de conhecer e de viver - paradigma emergente, - que assume diversas formas de apresentar-se. Argumenta que é impossível nomear com exatidão a situação atual, pois as transições são por demais complexas e multifacéticas para revelarem-se com clareza para quem as vivencia. Há que abordá-las, portanto, poliprismaticamente. Mas poder-se-ia dizer que as mudanças se expressam em dois campos, o epistemológico e o societal. Ou seja, muda o conhecimento e mudam as práticas sociais. Os diversos paradigmas convivem, interpenetram-se, competem, tudo acontecendo simultaneamente. Para navegar esses territórios movediços, faz-se necessário uma nova psicologia, juntamente com a nova epistemologia; pois são precisos novos processos de subjetivação e o reconhecimento desses novos modos de ser. Da mesma forma, a superação epistemológica seria o ato de passar do conhecimento-regulação para o conhecimento-emancipação (Santos, 2002).

Há também uma crença importante que está por detrás dessa minha pesquisa, e que embasa a teoria crítica em geral: A realidade não se resume ao que existe. Vejamos, com Santos, que expressa com clareza essa idéia:

A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou nem sequer tentadas. Neste sentido, a função das práticas e do pensamento emancipatórios consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas. (Santos, 2002, p.25)

A reflexão crítica sobre as principais questões da vida social implica na possibilidade de sua não aceitação, ou sua negação (Freitag, 1986). O debate entre teoria social crítica e teoria convencional esteve presente durante boa parte do século XX, tendo a primeira criticado o caráter elitista e autoritário da ciência moderna, presidida pela lógica cognitivo-instrumental. A própria noção de “crítica” para Adorno significa que existe *contradição* no processo de construção do conhecimento (Freitag, 1986). Entretanto a *crítica da crítica* de Santos (2002) é que essa contradição ainda estaria presa em oposição de contrários, e não numa dialética aberta à multiplicidade.

Se a teoria social crítica no século XX conseguiu denunciar a manipulação da consciência humana por uma indústria cultural tendenciosa, às portas do século XXI é preciso avançar na análise da pluralidade das possíveis emancipações. A perspectiva emancipatória, portanto, está presente nesta tese, sendo discutida desde uma preocupação com as práticas da psicologia, buscando na filosofia e na sociologia críticas elementos para enriquecer o debate.

Pensando em termos mais específicos do campo onde o estudo se origina, a teorização sobre o trabalho, parece indiscutível, tanto sob o ponto de vista de uma sociologia das práticas sociais, quanto de um ponto de vista *psi*, afirmar que o *setting* laboral é espaço privilegiado de constituição do sujeito, entendendo este último como resultado de processos de construção simbólica de sentido. Da mesma forma, vai ser espaço da produção de estados de saúde - ou de doença – mental/física.

Entendendo a saúde como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde, ou seja, como tributária de condições materiais, sócio-históricas (Vaz, 1997), temos um conceito ampliado; que engloba os diversos aspectos da vida em sociedade, não enfocando a questão da saúde apenas como uma resultante dos comportamentos do indivíduo. Algumas correntes da psicologia da saúde cometem esse equívoco, onde os processos sócio-laborais e as questões estruturais da sociedade não teriam, então, um destaque maior.

Os processos sempre relacionais que envolvem o trabalho, que o engendram e o tingem, a partir do que se forjam ainda outras relações, necessidades e experiências, podem assumir configurações peculiares. Todas elas, entretanto, vão ser constitutivas da vida das coletividades que abrigam os sujeitos individuais - a consciência de si que chamamos de “eu” - e destes próprios, como alguém que age sobre o mundo para apreendê-lo. Portanto, pode-se entender muito sobre os modos de ser sujeito nas relações que engendram o trabalho, o qual assume características singulares com as metamorfoses trazidas pelo processo contemporâneo de reestruturação produtiva (Grisci, 2000; Antunes, 1999).

Os caminhos dessas reflexões levam ao contexto espaço-temporal do trabalho, que por sua vez assume uma imensa diversidade de configurações nos diferentes espaços geográficos/sociais/temporais. A idéia é assumir um posicionamento epistemológico que admita a complexidade e portanto incerteza dos processos humanos, procurando dialogar com essas incertezas (da forma mais criativa possível) através da pesquisa.

Assim, em termos de registro empírico, este trabalho vai ocupar-se de discutir uma experiência laboral vivenciada no campo da economia solidária, a cooperativa Compras Coletivas. Esse empreendimento existiu no período de 2000 a 2003, tendo neste último ano sido extinto, em meio a graves problemas institucionais. O pequeno grupo remanescente iria tentar novamente empreender no campo solidário, inaugurando a cooperativa Ética e Ação Social, num processo que mobilizou temendamente suas vidas e

trajetórias, e é este processo que pretendo analisar, como uma história que é narrada a partir da ótica de seus atores/narradores.

Tal narrativa, enquanto pesquisa científica, está embebida da lógica da sociologia das ausências e das emergências (Santos, 2002), numa tentativa de dar a conhecer e validar modos alternativos de práticas sociais. Esse procedimento psicossociológico parte de uma preocupação com o desperdício da riqueza das experiências sociais, em curso ao redor do mundo, muitas das quais não recebem a menor atenção, descredibilizadas porque seus agentes ocupam um lugar de “não existência”, um lugar inferiorizado na perspectiva da lógica hegemônica, considerando o sistema-mundo globalizado como arena pública ocidental contemporânea.

Minha inserção no campo deu-se através de um vínculo inicial como pesquisadora. Conheci o empreendimento participando de uma “caravana solidária” organizada pelo gabinete da deputada estadual Helena Bonumá, no ano de 2001. O objetivo era visitar e conhecer vários empreendimentos de economia solidária, discutir e fomentar o trabalho nessa perspectiva. Uma vez tendo conhecido o Compras Coletivas e a equipe diretamente envolvida na gestão da cooperativa, me apresentei como pesquisadora e comecei os contatos para realizar as entrevistas e observações, sendo bem recebida (pesquisadores não eram, absolutamente, novidade para os participantes do empreendimento). A partir daí, fui me fazendo presente em outros momentos e a contribuir nas reuniões e processos de discussão que o grupo vivenciou, especialmente na fase mais crítica de transição para uma nova cooperativa, dois anos depois dos contatos iniciais.

A pesquisa vai então sendo construída, ao longo dos anos de doutorado, sendo impactada pelas sugestões da banca de exame de qualificação, pelo estágio *sandwich* na Universidade de Coimbra e muitas outras vivências da pesquisadora.

Tratando-se de uma tese de doutorado, é necessário fazer uma consistente revisão teórica, para que a posterior análise resgate categorias teóricas de densidade suficiente para avançar na construção de conhecimento sobre o tema trabalhado.

Nessa revisão, priorizo uma análise sócio-histórica da contemporaneidade, utilizando autores críticos que possam oferecer versões emancipatórias de futuro, a serem construídas a partir do presente; também discuto a trajetória da psicologia, sua inserção na esfera laboral e sua concepção de sujeito e subjetividade; mais além, adentro o campo da economia popular solidária, novo para mim até o início da pesquisa; finalmente tento pensar formas metodológicas capazes de lidar a contento com meu problema de pesquisa, que vai constituir-se numa interrogação sobre a configuração do trabalho (o que acontece

com o trabalho) na perspectiva de uma experiência de cooperativismo em bases de economia solidária, e como isso repercute na subjetividade dos trabalhadores que nela atuam, ou o que acontece com suas posições de identidade, suas relações intersubjetivas, seus sistemas de crenças, suas emoções e vivências.

A seguir, ofereço uma análise plausível (e, espero, qualificada) das narrativas que coleto durante minha inserção no campo (algumas estão no corpo do trabalho, para encorpar a narrativa, a história que o leitor ou leitora acompanhará), num capítulo final onde, a partir da análise psicossocial, proponho também *alguns* possíveis (dentre outros) caminhos para a psicologia que se quer emancipatória.

Nesta seção introdutória, já apresento alguns conceitos que serão importantes para desenvolver uma versão emancipatória de ciência e de prática social, nunca unívoca (é uma entre muitas possíveis e potencialmente aprazíveis) e sempre inclusiva (no sentido de conferir credibilidade a modos alternativos de práticas sociais).

Em relação à concepção de ser humano e sua articulação com o trabalho, já nas primeiras ações sobre a natureza que nossos ancestrais empreenderam para sua sobrevivência enquanto espécie, nos inventamos e nos afirmamos como seres históricos que produzem saberes, práticas e especialmente *sentidos*, que compartilham códigos simbólicos e reinventam seu mundo. O ponto de ruptura fundamental é este salto qualitativo da natureza para a cultura que a espécie humana empreende e que determina outros elementos para mantê-la no mundo, além das forças instintuais das outras espécies, já inscritas em seu manancial filogenético. Ruptura parcial, dado que estaremos sempre ligados aos processos biológicos da vida na Terra; mas que define o humano também para além do biológico, no seu processo de constituição.

A “costura” dos elementos de sentido que formam o tecido social construído é a interação, ou mais precisamente a *relação*. P. Guareschi (1999) afirma que a palavra mais rica de possibilidades na compreensão dos fenômenos sociais é justamente a relação. E é nesse marco da sociedade produzida nas relações sociais, que o trabalho aparece como a “agulha” que costura a “linha” das matérias-primas e insumos da produção, dos serviços essenciais à vida e tudo o mais que é necessário à existência humana no planeta.

Segundo Iniguez (2003), como o sujeito produz-se através da ação e da linguagem, pode-se dizer que os instrumentos de construção da realidade são discursivos - não exclusivamente, mas em larga medida - e é com essa matéria prima discursiva que as representações se constituem, em cima do material simbólico que os sujeitos produzem, acessam, transformam e trocam entre si através dos processos comunicacionais. O

conhecimento produz-se na interpretação dos sujeitos sobre o mundo, sempre no marco cultural e lingüístico. Nesses processos complexos e não lineares, a dimensão laboral da experiência humana ocupa importante lugar.

Contamos com uma relativa abundância de textos desenvolvendo a idéia de que o trabalho é um fenômeno social que implica e é resultante de relações sociais, jogos políticos, interesses e disputas de poder. Está ligado à capacidade de reflexão do ser humano e também da possibilidade de comunicação com seus pares. Reflexão, é certo, que possui um limite: não se trata do sujeito auto-reflexivo em si mesmo, o indivíduo de Descartes, mas de alguém que vive a experiência, reflete, ensaia e erra, e constitui nesse processo sua própria “costura” ao mundo em que vive, sua própria fixidez.

Do salto empreendido transcendendo a escala zoológica e instituindo a ordem cultural, o trabalho esteve sempre presente, trazendo - e sendo modificado nesses processos - as chamadas *revoluções tecnológicas*, como as nomeia Darcy Ribeiro (1978) no seu clássico livro “O processo civilizatório”. Elas ilustram o *continuum* da evolução sociocultural: as revoluções agrícola (fixidez na terra), urbana (edificações em pedra e comunidades mais organizadas), metalúrgica (ferro forjado, moeda cunhada), mercantil (relações comerciais), industrial (produção em massa, advento da fábrica) e agora informacional/cibernética têm efeitos imprevisíveis, muitas vezes perigosamente ignorados pela ciência psicológica, ocupada demais com o isolamento de variáveis individuais, determinação de perfis ocupacionais ou outras “demandas do mercado” para preocupar-se com o contexto sócio-histórico dos sujeitos e suas possíveis implicações ideológicas.

A psicologia não pode ignorar - como alguns de seus agentes ainda fazem - que temos de lidar com um contexto social verdadeiramente dramático. O último censo indica que mais de 80% da população brasileira vive nas cidades (IBGE, Censo 2000). As condições de vida, precárias para grande parte da população, ficam ainda mais comprometidas quando se analisa a situação sob o ponto de vista do acesso ao trabalho e da geração de uma renda minimamente suficiente para sobrevivência digna. No campo do trabalho, do emprego, da relação assalariada e da geração de renda, portanto, entrecruzam-se os conhecimentos da economia, sociologia, psicologia do trabalho entre muitos outros.

Que trabalho não é sinônimo de emprego, parece óbvio hoje, pois a conjuntura econômica, social e tecnológica modificou-se tão drasticamente nos últimos anos, que levou as pessoas cada vez mais à necessidade de pensarem formas alternativas de subsistência. Descobrimos, na contemporaneidade, muitos modos de trabalhar, não

configurando *um* modelo de organização do trabalho, mas muitos, apresentando um mosaico de descontinuidade e falta de referências fixas. No Brasil, por exemplo, convivem escravagismo, taylorismo, toyotismo ou novas formas de gestão capitalista que assumem, também, diversos modos. O desemprego na sua manifestação estrutural aflige imensos contingentes de cidadãos, tendo passado da casa dos 20% em algumas regiões metropolitanas do Brasil no final dos anos noventa.

Como pesquisadora, minha trajetória de atuação iniciou muito próxima dos trabalhadores da indústria, onde durante mais de doze anos (desde o estágio curricular de graduação, em 1990) convivi com tal realidade. A linha de produção, os impactos das formas de gestão do trabalho, a angústia dos trabalhadores frente à ameaça espectral do desemprego, tudo isso me aproximou das formas alternativas de organização do trabalho. A perda de direitos sociais - e aqui parece residir uma das mais lamentáveis contradições do sistema democrático brasileiro, que assegura alguns direitos políticos, mas não provê básicos direitos sociais - dos trabalhadores, mesmo os que permaneciam na formalidade, foi o impacto mais flagrante da reestruturação capitalista contemporânea.

Na pesquisa realizada no mestrado em psicologia social e da personalidade (Veronese, 2000), contatei com a realidade dos trabalhadores de turnos fixos noturnos: o medo do desemprego e das perdas decorrentes de tal situação era significativo, e ocasionava sofrimentos singulares em cada sujeito. Sendo assim, direcionei os estudos, no pré-projeto de doutorado, na direção da relação desemprego *versus* sofrimento psíquico. Adentrando o mundo dos excluídos do mercado formal, contatei então as formas de organizar o trabalho em paradigmas que alguns já chamavam de pós-capitalistas, ou seja, que procuram superar as contradições advindas dos modos capitalistas de apropriação do excedente da produção, estabelecendo relações de autogestão que não envolvam exploração.

Para abordar mais detalhadamente tais paradigmas, é preciso voltar um pouco atrás, e analisar a crise do modelo econômico taylorista/fordista enquanto *estratégia social*. A partir do final dos anos setenta assistimos à expansão do modelo neoliberal e da reestruturação produtiva que o acompanhou: a transformação na organização do processo de trabalho e a introdução da tecnologia microeletrônica no mundo da produção de mercadorias, bens e serviços.

O conjunto de modificações sociais e econômicas ocorridas em nível mundial traduziu-se em inovações gerenciais e empresariais que alteraram significativamente a

relação dos sujeitos com o trabalho. Ou seja, é um processo que compatibiliza mudanças nas relações de produção e de trabalho, redefinições nos papéis do Estado e das instituições financeiras, visando à garantia da lucratividade e a passagem de um capitalismo de cunho industrial para financeiro e financista (Cattani, 2002; Santos, 1996).

David Harvey (1989) sintetiza muito bem tais proposições ao trazer que, no entender de seus executivos, a empresa US Steel tinha a tarefa de fazer dinheiro, não aço, como anunciara seu presidente em 1979. O capitalismo vai então organizar-se através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos produtivos e nos mercados de consumo, sendo tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucionais. É importante destacar que a rapidez de resposta às demandas da rápida informação globalizada e às flutuações de mercado é hoje muito mais essencial ao capitalismo flexibilizado do que era ao capitalismo fordista.

Segundo Cattani (2000), paralelamente à literatura apologética que surgiu na esteira das mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, surgem esforços de análise que possuem uma abordagem mais profunda e ampla desses fenômenos. Como diz Forrester (1997, p. 55): “É a partir de uma ruptura com a esperteza das visões apressadas, das percepções factícias, dos simulacros impostos, que será possível abordar aquilo em que estamos realmente implicados.”

Seja como for, pôde-se assistir, num par de décadas, à rápida passagem do ideal keynesiano e liberal do pleno emprego, ao darwinismo social, em que somente aqueles poucos que forem mais “aptos”, ou mais “competentes”, conseguirão postos no mercado de trabalho, cada vez mais desmembrado e informalizado pelas circunstâncias sócio-econômicas mundiais (Martins, 1999). Sabe-se que a transferência dos setores produtivos para o setor de serviços não é feita sem prejuízo para os trabalhadores, dado ali encontrarem menores ganhos e informalidade.

O terceiro setor (privado sem fins lucrativos, com fins de promoção social) foi apontado, especialmente por aqueles que não eram críticos da nova configuração social, como a grande esperança de reabsorção de mão-de-obra, mas não se mostra capaz de dar conta da imensa força laboral destituída de suas posições anteriores, embora constitua importante referência no mundo contemporâneo, com pontos de interseção com a economia solidária, o que será posteriormente discutido.

A competição intercapitalista mundial, a globalização da economia feita indiscriminadamente, com a abertura dos mercados sem negociações prévias que protegessem os países em desenvolvimento, a substituição de mão-de-obra humana pela informatização geram o desemprego estrutural, o qual por sua vez modifica as representações que possamos ter sobre emprego e trabalho; os dois termos estão cada vez mais não-coincidentes. O lugar social, e a afiliação social decorrente deste lugar, põe-se em constante perigo, portanto. Afinal, há campanhas que estimulam a imensa massa de desempregados à atualização e qualificação, como se houvesse empregos garantidos para os “bons”, os “qualificados”. A valorização do processo de qualificação contínua força o trabalhador a apresentar sempre conhecimentos e habilidades renovados (Grisci, 1999; Wilkert, 1999).

Também nos cumpre o papel de pluralizar o debate em torno do tema desemprego, trabalho e sua organização pós-reestruturação produtiva. Conforme Mattoso (1994), essa problemática não se resume em desemprego, puro e simples. Há uma fragilização generalizada das relações de trabalho, sendo necessário discutir a reinserção social dos desempregados (não apenas no mercado formal de trabalho), sem esquecer a busca de mecanismos institucionais para uma melhor distribuição de renda.

A complexidade do problema da precarização do emprego é grande. Na PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), a FEE (Fundação de Economia e Estatística) (2002), levanta diferentes maneiras de estar desempregado. Esse fator tem importância crítica no que se refere à criação de formas alternativas de organização do trabalho. Vale a pena deter-mo-nos, mesmo que rapidamente, no problema, para introduzir a importância que assume o campo da economia solidária, nesse contexto estrutural.

Desemprego aberto caracteriza-se quando existe a procura por trabalho de maneira efetiva nos últimos trinta dias, encontrando-se o sujeito parado há sete dias; *desemprego oculto pelo trabalho precário* ocorre quando, procurando emprego nos últimos doze meses, a pessoa exerce atividade informal/ precária nos últimos 30 dias; e *desemprego oculto pelo desalento*, quando os sujeitos estão sem emprego e não o procuraram nos últimos trinta dias devido à desmotivação e desestímulo do mercado de trabalho. Há, portanto, formas diversas de precarização do trabalho e de sua vivência pelos sujeitos.

É sempre delicado falar em taxas e estatísticas de desemprego no Brasil, pois os principais órgãos e institutos de pesquisa divergem muito quanto aos números, metodologia empregada e quanto às próprias definições. Apesar disto, vale observar que as taxas de desemprego, mesmo que tenham decrescido suavemente do ano 2000 para o de

2002, ainda se encontram bastante elevadas, tomando como exemplo a região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) que apresentou, no levantamento da FEE (2002), taxa de 14,9%. O de 2000 havia ficado em 16,6%, mas cabe frisar que esse incremento foi em sua maioria no setor privado, sem carteira assinada, temporários etc.

Com tudo isso, cabe perguntar, como faz Tauile (2001, p. 25) “Qual será o mecanismo que passará a incorporar as pessoas, articulando-as socialmente ao processo de reprodução das economias contemporâneas? Será possível reverter a tendência histórica do acirramento da concentração de renda e fazer com que uma parte substancial da oferta econômica seja guiada pela demanda social global?”. Este é o questionamento que origina, em parte, (embora não constitua, como se verá adiante) o problema de pesquisa aqui discutido. E é neste ponto da reflexão que empreendi, que surge para mim - já que o descubro - um campo-sujeito social importante: *A economia solidária*.

Nos últimos dez anos, em nível de enfrentamento do problema da exclusão e em nível de políticas públicas mais recentemente, surgem formas alternativas de organização do trabalho, formas mais solidárias de produzir e distribuir bens e serviços materiais e imateriais. Claro que trabalho cooperativado, autogestionado, associativo, embora incipientes sob a forma contemporânea de economia popular solidária tal como vem sendo discutida, não são conceitos novos (Singer, 1999, 2002a e 2002b;).

Na verdade, os conceitos datam dos primórdios do capitalismo industrial, quando a tecnologia revolucionária da época (máquinas-ferramenta) gerou desemprego e miséria em larga escala. A primeira grande onda de cooperativismo de produção foi na Grã-Bretanha, acompanhando a luta sindical e pelo sufrágio universal. Historicamente, temos nas referências (britânica) de Robert Owen e (francesa) de Charles Fourier (1772-1837), os primeiros elementos que inspiraram a economia solidária, através do socialismo utópico das comunidades/associações que tentaram enfrentar, no século XIX, a precariedade social que a revolução industrial imprimira na sociedade europeia. Também são citados como fontes inspiradoras o trabalho de Saint-Simon (1760-1825) e Pierre Proudhon (1809-1865), entre outros.

As cooperativas de produção e consumo têm protagonizado alternativas às formas hegemônicas. E, no dizer de Paul Singer (2002a), no laboratório da história, o único método disponível é o da tentativa e erro. E é justamente dessa forma que as experiências têm evoluído. Daí suas muitas dificuldades e precariedades, especialmente em países da periferia do sistema mundial, que já ocupam um lugar específico (e subalterno) na divisão social do trabalho.

No Brasil, a partir das “décadas perdidas” de oitenta e noventa (o que a maioria dos autores aqui utilizados vão chamar de contemporaneidade) houve um recrudescimento do setor, a partir da assunção de fábricas falidas pelos trabalhadores, como a Wallig no Rio Grande do Sul, a Cooperminas em Santa Catarina e a antiga fábrica de tecelagem Parahyba em São Paulo e Pernambuco. Os empreendimentos solidários hoje são contados às centenas, mais de duzentos apenas no Rio Grande do Sul. O solidarismo na economia nega a base do capitalismo que é a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. Se os sócios têm a propriedade do negócio, devem se autogerir; portanto, as relações precisam se estabelecer em outro patamar. Essa chamada à autogestão é uma das dificuldades centrais dos trabalhadores com ela envolvidos, egressos de formas heterogestonárias, muitas vezes autoritárias, de trabalhar.

Ao tomar contato com o campo, minha primeira reação foi de enorme entusiasmo sobre tudo o que ele significava, na tentativa de mudança social, de novos modos de subjetivar no trabalho, de projeto de comunidade. Por isto a resolução de adotar o tema para a realização da tese. Entretanto, acredito que é prudente pensar, com Guattari (1992, p. 15), que: “A produção (...) de subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor quanto para o pior”, ou seja, não há garantias *apriori* que o setor realmente signifique a superação (embora eu acredite que efetivamente signifique, pelo menos parcialmente) da exploração capitalista. É preciso conferir, na realidade empírica articulada com o pensamento crítico, como se dá esse processo. Esse seria, então, o empreendimento da presente pesquisa.

Devido à tradição de mando e controle do trabalhador pelo patrão, as dificuldades são imensas. É justamente nesse ponto crucial que a psicologia interessada na emancipação social de grupos tradicionalmente desprivilegiados poderia contribuir, participando junto com os atores dessas empreitadas solidárias, do seu processo grupal e comunitário.

Conceitos como treinamento e formação profissional continuada já são amplamente utilizados na gestão capitalista; até por isto, no campo crítico tais projetos já quase tornam-se suspeitos. Mas talvez uma diferença importante seja que, nas empresas capitalistas, costuma haver recursos para treinamento e desenvolvimento de diversas habilidades necessárias à execução das tarefas. Essas habilidades devem estar a serviço do acúmulo de capital de forma concentrada, especialmente. Na economia solidária, não. Portanto é um campo a descoberto e a psicologia enquanto ciência e profissão pode produzir referenciais que constituam uma efetiva contribuição na aquisição de habilidades necessárias para o trabalho associativo. Penso que a educação para o trabalho é um direito

do trabalhador, que muitas vezes não tem acesso à ela. Para Cattani (2000) a falta de treinamento para a função é um dos dramáticos problemas do trabalhador brasileiro, o que gera inúmeros problemas, muitas vezes com risco de acidentes fatais. As habilidades e competências de tipo relacional/social do trabalhador estariam, no caso da economia solidária, a serviço do coletivo. Portanto, uma intervenção psicopedagógica, aqui, iria na direção oposta a da manipulação que por vezes pode assumir nas empresas capitalistas.

Existe a necessidade de articular as diferentes formas e setores da economia popular e solidária, do nível local ao global, construindo e reforçando as redes de colaboração solidária que facilitam a interação dos diversos atores a fim de que se vejam uns aos outros como atores sociais importantes, que participam do desenvolvimento sócio-econômico de territórios específicos, seus, e também como atores da transformação social mais amplamente entendida. Essa seria, talvez, a principal justificativa dos esforços empreendidos nessa tese. A seguir, procura-se definir as principais categorias através das quais busca-se compreender o fenômeno do trabalho na economia solidária.

Situando trabalho, sujeito e contemporaneidade

Para Cattani (2002), nos últimos anos o estudo do trabalho tem sido enriquecido através de abordagens interdisciplinares, que revelam a sua pertinência, pois analisam vários aspectos dessa categoria, que apesar das polêmicas do “adeus ao trabalho” dos anos noventa, ainda é inegavelmente fator central, constitutivo das sociedades e subjetividades humanas, ou dos modos de ser humano em um dado sistema relacional de espaço-tempo. No que se refere à psicologia e psiquiatria, as pesquisas comprovam que a saúde mental, a auto-estima, as perspectivas, a vida familiar, amorosa, a produção subjetiva singular de cada pessoa no mundo, as vivências múltiplas do sujeito estão implicadas *no* e atravessadas *pelo* trabalho (Jerusalinsky, 2000).

Sennett (2001) ao analisar a trajetória de duas gerações de trabalhadores, compara as diferenças subjetivas e sustenta a idéia de que o trabalho contemporâneo, pelo menos sob certas condições, corrói o caráter humano. O medo do fracasso, a falta de relações de longo prazo, a rapidez na experimentação subjetiva do tempo, que disjunta as experiências vivenciadas, são elementos do trabalho contemporâneo que causariam seqüelas aos sujeitos, na sua construção subjetiva processual e descontínua.

Segundo Codo (1997), trabalho não é mercadoria (foi nisso transformado somente após o advento do capitalismo); também não é emprego, pois as taxas elevadas de desemprego amplamente disponíveis em sites sobre o tema, livros de sociologia do trabalho e tantas outras fontes não deixam dúvidas de que aqueles que estão excluídos do emprego formal precisam dar conta da sobrevivência, de alguma forma. Ao comentar a evolução dos níveis de desemprego metropolitano no Brasil nos anos 90, o DIEESE (2001, p. 59) conclui que:

Mercados de trabalho com grandes níveis de desestruturação e poucas garantias sociais são determinantes para que o desemprego oculto pelo trabalho precário atinja o crescimento e o patamar registrados no final dos anos 90.” (...) Nesses mercados, parcela significativa da população não encontra outra alternativa senão realizar pequenos trabalhos avulsos, de auto-ocupação para sobreviver, enquanto procura por um posto de trabalho.

Tomando como ponto de partida seus aspectos históricos, tento me aproximar mais do conceito de trabalho, problematizando os sentidos que ele assume na sociedade contemporânea.

Autor de importante ensaio sobre a centralidade do trabalho na produção do humano, Antunes (2000) afirma que o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. O ato laborativo seria o fundante da constituição da linguagem, da sociabilidade etc. A realidade material do trabalho engendra o humano e o afirma ontologicamente, mostrando que as correntes marxistas, nas diversas formas que assumem, ainda têm forte peso na teorização sobre trabalho.

Da mesma forma como pode ser considerado vital e fundante do humano, o trabalho pode ser também visto como o algoz daqueles que são seus agentes. O referencial da Crítica Radical ao trabalho coloca seus argumentos, expressos pelo Grupo Krisis (1999, p. 32):

A esquerda política sempre adorou entusiasticamente o trabalho. Ela não só elevou o trabalho à essência do homem, mas também mistificou o trabalho como pretenso anti-princípio do capital. (...) Trabalho forma a personalidade. É verdade. Isto é, a personalidade de zumbis da produção de mercadorias, que não conseguem mais imaginar a vida fora de sua Roda-Viva calorosamente amada, para a qual eles próprios se preparam diariamente.

A argumentação segue no sentido de que, através da coerção silenciosa da concorrência (que é como se organiza o trabalho), as “forças de trabalho” são levadas como numa enxurrada, num sistema coercitivo irracional, embutido e administrado pelo Estado e pelo mercado, reificando seres humanos.

O modo de relacionar-se com o trabalho assume formas diversas no desenrolar histórico, não se podendo definir, pelo menos com a total precisão que certas correntes da ciência social gostariam, qual é a relação entre a subjetividade humana e o trabalho. Essa dificuldade teórica e empírica de lidar com a subjetividade no trabalho, essa imprecisão, está considerada no texto de Tittoni, Nardi & Bernardes (2002), mas também fica claro que as formas de gestão e as condições/organização do trabalho vão ser constitutivas do sujeito, de algum modo.

A noção de subjetividade, portanto, é relevante e indissociável da questão do trabalho. Antes de ser uma instância individual, ela é instância coletiva, social e histórica. Reafirma-se que o trabalho pode ser considerado como fonte de subjetivação portanto questão central na psicologia, segundo coloca Grisci (2000). Em sua tese de doutoramento essa autora, apoiando-se nas idéias de Felix Guattari (dentre muitos outros autores), adverte que a subjetividade é uma instância resultante do entrecruzamento de produções coletivas, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas, de mídia; que irão produzir efeitos no marco singular da individualidade e constituir formas de ser sujeito no mundo. Essas formas adquirem matizes diversas, e o olhar histórico nos auxilia a reconstituir, mesmo que precariamente, tais transformações.

Para Rey (2003), a subjetividade pode ser definida como um processo complexo de construção simbólica de sentidos, sobre si e o mundo, simultaneamente um fenômeno da pessoa ou sujeito singular e de seu lugar sócio-histórico.

Conforme Guattari (1992), a subjetividade é plural, polifônica, e as origens de sua produção não podem ser analisadas nem no indivíduo, nem somente em termos infra ou supra-estruturais. Os processos de semiotização que estão em sua base não têm qualquer fixidez, portanto vai além de categorias sociais rígidas, além de incluir aspectos etológicos e ecológicos.

O sujeito precisa de elementos lingüísticos para se representar, se constituir. A atividade representacional não pode prescindir de elementos lingüísticos. Assim, na linguagem, na ação cotidiana e na relação, produz-se o(s) sujeito(s). Produz-se a partir da

concretude das experiências, da atividade que o liga ao mundo. A dimensão da ação aparece também na definição de Boaventura Sousa Santos, ao ser questionado diretamente sobre sua definição de sujeito. Após uma pequena pausa, responde firmemente: “(...) *sujeito é a recusa em ser objeto*”.¹

Daí a importância de destacar a noção de subjetividade quando se pesquisa sobre trabalho, modos de trabalhar e relações de trabalho, bem como saúde mental relacionada a esses processos laborais. Assumir a sua posição de sujeito, segundo a perspectiva de Boaventura Santos, pode fazer toda a diferença para o trabalhador em seu contexto. Mais adiante dedico uma seção ao tema, aqui apenas brevemente introduzido.

Ao analisar a relação entre trabalho e modos de subjetivação, ou modos de constituição de sujeito, vejamos o quão esclarecedor é o que afirma ainda Grisci (1998, p. 30):

(...) já é possível notar-se a pertinência contida na verificação de novas formas de subjetivação utilizadas pelo capital, no sentido de produzir trabalhadores que correspondam aos novos modos de trabalhar e de se relacionar, já que o trabalho pode ser considerado como categoria central em suas vidas.

A autora refere-se, aqui, aos modos de trabalhar tipicamente capitalistas. O capitalismo desenvolve seus modos de gestão contemporâneos conforme as exigências da produção, da lucratividade e dos mercados, demarcando o que é desejável em termos de ser e trabalhar. As mudanças advêm da emergência de um regime de acumulação globalizado, que vai centrar-se no trabalho vivo, cada vez mais imaterial e demandante de habilidades comunicacionais e intelectuais; as formas de exploração mudam (continuam presentes de outras maneiras), e a contradição não se dá somente ao compararmos esses novos modos e meios de trabalhar com o taylorismo/fordismo, mas sim no interior deles próprios (Cocco, 2001). O que acontece com o proletariado urbano, especialmente na periferia do sistema mundo? Como vivencia as transformações que envolvem “trabalho imaterial e subjetividade” (Lazzarato & Negri, 2001, p.25), caso esteja atuando nas empresas de novos *designs*? Mas se estiver excluído do mercado formal, para onde vai, que experiências o aguardam?

¹ Em reunião de orientação na Universidade de Coimbra, julho de 2003, com bolsa *sandwich* concedida pelo CNPq.

A psicóloga social Jaqueline Tittoni (1994) destaca a importância da vivência, como a dimensão subjetiva da experiência; os significados atribuídos à experiência de trabalho compõem a maneira como o sujeito apreende e expressa seu recorte singular do mundo, vivenciando-o no espaço da subjetividade. “(...) existe uma dinâmica da construção da cultura que está vinculada, de modo direto, às experiências vividas em um determinado momento” (p. 29). Esse momento que vivemos traz, na sua própria dinâmica, transformações no sujeito que se relaciona com a produção, o consumo, a exploração ou as interfaces sociais que vivencia.

A forma como cada pessoa se apropria do contexto social, ou das prescrições de cada modo de gestão, no caso do trabalho, incorporando essas dimensões do seu jeito e no seu tempo, vai demarcando seu espaço subjetivo, que é um espaço de produção de sentidos, incluindo uma dimensão identitária e uma dinâmica relacional e emocional complexa. A trama que liga sujeito, subjetividade, sociedade e trabalho foi expressa por Grisci (2000, p. 100) através da Fita de Moebius, trabalho gráfico do artista plástico M. C. Escher onde é impossível definir o dentro e o fora, o início ou o fim.

A descrição de Tittoni (1999, p. 44) torna ainda mais claras as mudanças subjetivas exigidas dos trabalhadores, a partir do processo de reestruturação do capital:

Essas mudanças são acompanhadas de novas tecnologias organizacionais e gerenciais, na sua maioria derivadas das técnicas de Qualidade Total e do processo de Reengenharia. Isto porque essa nova forma de organização do trabalho só tem sentido em sintonia com o desenvolvimento de uma cultura organizacional onde prevaleçam atitudes, tanto gerenciais como do próprio chão de fábrica, de comprometimento, de participação, de co-responsabilidade em torno de objetivos comuns, bastante diferentes daquelas características da organização taylorista. Esta cultura organizacional está sendo difundida de modo a atrair o entusiasmo e a adesão dos trabalhadores aos novos valores da organização, valores estes expressos, por exemplo, na necessidade de compromisso e participação de todos, através do qual será possível o sucesso do indivíduo junto com o da empresa, obtido pelo trabalho de uma qualificada e sólida equipe de trabalho (*a organização só pode crescer através do desenvolvimento dos seres humanos que a constituem, o integrante deve identificar pontos comuns entre seu plano de vida e os princípios e valores da organização*).

Em relação aos modos de gestão capitalista, acima citados, pode-se fazer uma relação entre o recrudescimento do prestígio da Teoria do Capital Humano - segundo a qual cada trabalhador aplicaria investimento e esforço na sua formação e desenvolvimento, buscando melhor remuneração no mercado de trabalho, através do seu “valor agregado”: quanto mais valor (em termos de capacitação, conhecimento e

habilidades técnicas e relacionais) ele tiver, melhor será sua posição no mercado e portanto seu ganho financeiro - e a chamada do trabalhador à autogestão. Um trabalhador capaz de lidar com os processos flexibilizados da nova forma de acumulação do capital, é aquele que possui elevado grau de qualificação, lida com tecnologias variadas, e é polivalente... justamente para valer por cinco, e receber por um.

A contemporaneidade, espaço-tempo definido por Harvey (1989) como aquele que se inaugurou no início da década de setenta, a partir dessas metamorfoses sócio-políticas-econômicas, engendra configurações subjetivas chamadas por alguns de pós-modernas, sem que haja consenso sobre isso, muito pelo contrário. Cabe aqui uma parada para reflexão nesse tema que é hoje objeto de preocupação para quem deseja entender o tempo que vive através da reflexão, o “dobrar-se sobre si mesmo” de P. Guareschi (2003b) que questiona os pressupostos para ampliá-los.

Os autores divergem quanto à nomenclatura utilizada para falar da contemporaneidade: Modernidade líquida, ou “mole” (Bauman, 2001); Modernidade tardia (Giddens, 1991), modernidade reflexiva (Beck, Guiddes & Lash, 1994), pós-modernidade. Elejo o termo contemporaneidade para referir-me ao tempo presente (que inclui o passado recente), sabendo que os elementos que estão presentes nas discussões desses e de tantos outros autores fazem parte de meu entendimento sobre o tema. Fluidez - propriedade de líquidos e gases - parece a metáfora adequada para explicar a natureza da presente fase, nova sob muitos aspectos. Os fluxos de capital circulam celeremente, as empresas diminuem de tamanho (e crescem em poder), o tempo adquire uma urgência e rapidez sem precedentes, o trabalho volatiliza-se, a mídia transforma a relação das pessoas com o mundo.

Rockefeller apegava-se à suas sólidas e bem plantadas fábricas, estaleiros, propriedades que podiam durar a vida toda e além dela, muitas vidas mais; Bill Gates, entretanto, ganha dinheiro - e muda de produto - com uma velocidade quase etérea, e reciclagem é a palavra mágica no seu negócio. A comparação desses dois milionários, cada um no seu momento histórico, é paradigmática dessas mudanças (Bauman, 2001). O autor, na p. 173, sintetiza brilhantemente as mudanças que atingem contemporaneidade, trabalho e sujeito: “Tendo se livrado do entulho do maquinário volumoso e das enormes equipes da fábrica, o capital viaja leve, apenas com a bagagem de mão – pasta, computador portátil e telefone celular.” Projetos custosos e compromisso (entre capital e trabalho) de longo prazo, estão fora de questão. O sujeito vive como no *labirinto*: Disperso, sem caminhos pré-definidos, procurando atabalhoadamente uma saída, e

perdendo-se. Sobre o labirinto, o sociólogo polonês ainda refere, na p. 159, que o conceito sugerido por Jacques Attali, o labirinto, expressa como nos vemos no mundo, hoje. Ele expressa a complexidade, a falta de clareza e das referências fixas, o sistema tortuoso. As promessas iluministas e a certeza da razão instrumental balançam e trepidam, nas convulsões que liquefazem a sociedade contemporânea.

Parece que há um dismantelamento das ilusões modernas de que *há um lugar a chegar*, o qual com a firme determinação de progresso alcançaremos; de que essa sociedade melhor e ser humano aperfeiçoado ainda vão ser alcançados. Esse é o discurso da ciência moderna, que embora forte, sofre revezes constantes na contemporaneidade. Ainda há ampla gama de mensagens nesse sentido, em especial por parte dos discursos da ciência moderna, o que revela a contradição entre os sentidos circulantes na sociedade contemporânea, bem como a competição entre eles. A ciência e a tecnologia “justificam”, através de seus agentes, empobrecimento galopante, concentração de renda sem precedentes na história dos últimos séculos, novas formas de exploração de seres humanos e da natureza. A resistência, é claro, também articula-se como pode, ou como seus agentes podem.

Portanto acredito, com Santos (1987, 1995, 2000) que o que está em jogo hoje é a disputa epistemológica entre dois paradigmas: o hegemônico (da ciência moderna, que está a ser duramente questionado) e o emergente, que consiste em experimentações na busca de modos diferentes de ser, viver e conhecer. Nessas lutas paradigmáticas, seus encontros e desencontros, o sujeito pode se perder no labirinto. Trata-se de uma transição paradigmática, expressa nos níveis epistemológico e societal; ou seja, uma nova maneira de conhecer e de produzir práticas sociais, de transitar da ciência moderna para uma ciência pós-moderna, e de práticas modernas para pós-modernas. Em próximos capítulos, aprofundarei a discussão sob este ponto de vista, bem como o significado do pós-moderno de oposição (perspectiva que esposo) em contraponto ao pós-moderno celebratório (Santos, 2000). Nesta introdução, reviso brevemente diferentes posicionamentos a respeito desses temas, centrais para a discussão de meu objeto de pesquisa, com o intuito de já situar o leitor ou leitora em relação às próximas seções do trabalho que pretende estruturar-se como uma narrativa.

A posição de Cattani (2000) é contundente sobre os temas modernidade e pós-modernidade (e também desemprego, pois analisa sob este aspecto). O autor defende, a exemplo do filósofo alemão Jürgen Habermas, o projeto da modernidade como algo inacabado, considerando seus equívocos como fruto de sua submissão à lógica capitalista.

Defende, portanto, princípios universalistas de direito, liberdade e ética, entendidos como respeito ao outro. “O projeto moderno de civilização é a negação das identidades construídas pelos privilégios aristocráticos, pelos particularismos excludentes.” (Cattani, 2003, p.23).

Sabemos que a modernidade foi pródiga em doutrinas iluministas de igualdade, liberdade, fé na inteligência humana (se esta fosse “educada adequadamente”) e razão universal. E em nome do universalismo libertário, muitos homens e mulheres de boa fé literalmente perderam a cabeça. Tal pretensão universalizante, contudo, mostrou uma face trágica ao transformar-se num sistema mundial de opressão, pretensamente em nome da libertação humana. Ao vincular-se especial e intimamente com a lógica capitalista, o projeto da modernidade coloca-se à frente de distorções apontadas por muitos críticos, uns ferozes, outros nem tanto (ver Fukuyama, 1992; Lyotard, 1984; Foucault, 1984).

Pergunta-se se o fim dos projetos “totalizantes” ainda deixa espaço para pensar alternativas a uma sociedade onde a fortuna dos 358 indivíduos mais ricos é superior à renda anual dos 45% mais pobres (ou 2,6 bilhões de pessoas)².

Na ruptura ocorrida a partir de meados na década de setenta, que Harvey (1989) aponta como o início da condição pós-moderna, a expansão capitalista nomeada por este autor como capitalismo de acumulação flexível excluiu mais drasticamente os diferentes - negros, mulheres, minorias étnicas de todo o tipo - que embora muito mais visíveis hoje do que há 50 anos, encontram menos lugar na sociedade laboral fragmentada da reestruturação produtiva. Contradição importante, visto que a contemporaneidade foi também o marco da expressão e valorização das diferenças. Posicionar-se em defesa dessa ou daquela abordagem não parece tão importante, nesse momento, quanto uma postura crítica em relação aos acontecimentos ainda em curso, o que certamente dificulta sua análise.

Parece permanecer, contudo, em nossa sociedade, uma valorização moral da condição de trabalhador, oriunda quem sabe por um lado de uma ideologia capitalista que precisa da força de trabalho, e por outro da exaltação do trabalho, de cunho marxista. Esse valor ocasiona sofrimentos específicos, relativos à perda do trabalho ou de sua precarização. A título de parêntesis, cabe citar recentes pesquisas que apontam a presença da contradição neste fenômeno. O estar desempregado pode também significar alívio ao psiquismo, tempo para cuidar de si, libertação de uma organização do trabalho

² Fonte: Caderno de debates do Le Monde Diplomatique, setembro/2000.

sufocante e tentacular; e também o exercício de novas aprendizagens e perspectivas de superação (Hatzemberger, 2000). A complexidade do tema certamente abrange contradições das mais variadas.

Mas parece que o contexto de reestruturação produtiva é ainda recente para que possa haver uma mudança radical na tradicional associação trabalho-honestidade. Interessante e ilustrativo foi um momento no debate sobre um filme - O primeiro Dia, de Walter Salles e Daniela Thomas - exibido no X encontro nacional da Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social), na USP (Universidade de São Paulo), em outubro de 1999.

Foi revelado pela diretora do filme, Daniela Thomas, que os moradores das favelas cariocas possuem denominações variadas para diferentes tipos de pessoas, sendo que aqueles que não se envolvem com crimes, tráfico, “bandagem”, são chamados de trabalhadores. “Aquele ali é trabalhador”, falam, querendo dizer que aquele sujeito ao qual se referem não pratica crimes de espécie alguma, independentemente do *status* que os criminosos possam ter na favela. Tal prática lingüística revela as nuances de uma sociedade que, embora fragmentada e composta por diferentes segmentos, ainda idealiza o trabalho como sinônimo de honestidade e virtudes morais, de forma razoavelmente hegemônica. Trabalhar é ser honesto, prover a vida em família, trabalhar é viver sem prejudicar os outros. Trabalhar é ser “gente de bem”. Esse significado do trabalho ainda circula em diferentes classes, gêneros, grupos sociais, sendo expresso de diversas formas. A discussão, contudo, envolve aspectos sociais - econômicos e culturais - de tão grande complexidade que deve-se ter muito cuidado ao fazer afirmações taxativas, ou generalizadoras, em qualquer sentido.

Afirmar as mudanças da relação dos sujeitos com o trabalho já é um lugar comum, para as ciências sociais; a maneira de entender a natureza das mudanças, contudo, ainda é diversa. Pareceu-me interessante a análise de Bauman (2001), ao ressaltar o desengajamento unilateral do capital em relação ao trabalho. No trabalho dos tempos modernos de Chaplin, capital e trabalho, na sua relação conflituosa e intensa, estavam “amarrados” um ao outro por laços de interdependência. O capital precisava do trabalhador, ou o lucro era impossível de obter-se. Na versão do capitalismo liquêfeito, flexível e desregulado, agora que o trabalhador tornou-se “peso morto”, muitas vezes nem mesmo necessário, o capital retira-se, aliviado, da relação de reciprocidade. O sistema mundial do capitalismo financeiro, agora, pode prescindir de grande parte da força trabalhadora. Os destinos desta última, pouco se lhe dá.

Da mesma forma, nas mutações que o mundo sofreu a partir dessas rupturas com modos anteriores de trabalhar e viver, a idéia de indivíduo - ideal moderno - sufocou a idéia de cidadão. Este último busca seu bem-estar através do bem-estar da cidade; o primeiro tende a ignorar a noção de “bem-comum”, ou “sociedade justa”, pois o seu bem-estar é algo dissociado dos outros; ele cuida de seus interesses, de sua carreira profissional, de seus problemas, problemas que muitas vezes acabam sendo compreendidos como questões exclusivamente intrapsíquicas. O mercado literário nunca foi tão invadido por livros de auto-ajuda que oferecem soluções individualizadas para problemas que, na verdade, têm origem social. Mas a promessa contida na obra de um Lair Ribeiro e outros escritores do mesmo tipo, é direcionada a um indivíduo, não a um cidadão. Para os livros de auto-ajuda, depende exclusivamente de uma atitude decidida e competente para que alguém consiga emprego, felicidade, sucesso etc. Os autores sugerem às pessoas que façam afirmações positivas diante do espelho, “escolhendo” o caminho que querem dar para suas vidas (Barcelos, 2002).

Para Bauman, sobre a desintegração da cidadania, fenômeno típico da modernidade líquida (2001, p. 46):

Se (...) a individualização anuncia problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, é porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos somente, enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo o mais do discurso público. O público é colonizado pelo privado; o interesse público é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissão de sentimentos privados (quanto mais íntimos melhor). As questões públicas que resistem a essa redução tornam-se quase incompreensíveis.

A circulação de significados no mundo social é um aspecto relevante e refere-se a múltiplos atores e fenômenos, como mídia de massa, mídia alternativa, espaços artísticos, governos, sociedade civil; as formas simbólicas entendidas como um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos (Thompson, 1998), circulam produzindo modos de ser, e sendo produzidas nos mais diversos contextos.

O mercado, representado pelas corporações transnacionais no sistema-mundo globalizado contemporâneo, ocupa cada vez mais o lugar do Estado como fator de regulação social, como difusor (através de seus agentes) de modos de ser e de viver, da substituição do cidadão pelo indivíduo, da repetida noção que cada um se faz sozinho (e nesse processo compete com os outros, potenciais inimigos portanto). Um estudo psicossocial sobre trabalho deve debruçar-se sobre estas questões e ao longo do texto

estarei tecendo considerações sobre a complexa relação sociedade-contemporaneidade-trabalho-sujeito. E, muito importante, que caminhos a psicologia pode trilhar ao acompanhar e tentar entender essas relações, intervindo quando tal intervenção mostrar-se pertinente, na concepção do conhecimento prudente para uma vida decente (Santos, 2000; 2003b).

As corporações capitalistas têm ocupado papel político preponderante, de forma crescente, no período de tempo analisado neste trabalho. Destaco agora uma referência a este aspecto particular.

Quando as corporações governam o mundo

Demonstrando a não-linearidade dos discursos que povoam a esfera pública contemporânea, apesar da “privatização” do público apontada por Bauman, talvez nunca tenha-se falado tanto em desenvolvimento sustentável como nos últimos dez ou quinze anos. Da Eco 92, em que o tema estava na agenda mundial devido à preocupação com a inviabilidade na vida na Terra, até os dias de hoje, onde o mundo começa a acordar para o problema da extrema pobreza, cujas conseqüências poderiam igualmente causar esta inviabilidade. Aqui, portanto, a sustentabilidade adquire um sentido novo, incluindo na agenda a questão da democracia, da participação, dos direitos humanos, da redistribuição de renda, da globalização alternativa (Santos, 2002). A partir desta concepção é que a sustentabilidade se vincula à solidariedade. O termo solidário, da mesma forma, talvez nunca tenha sido tão empregado, o que é algo a considerar numa análise social. Nessa dinâmica contemporânea imprevisível, superposição de várias tendências, a própria economia pode vincular-se à idéia de solidariedade, como demonstra o campo da economia solidária.

Têm surgido, no bojo das críticas à crescente colonização exercida por parte das grandes corporações sobre o consumo, o comércio e a própria vida dos cidadãos, variadas reações e proposições para que a sociedade civil faça frente ao desafio de produzir uma outra globalização, alternativa à globalização neoliberal que estarei definindo e criticando mais adiante, em próximo capítulo.

Uma crítica bem elaborada, que acredito significativa para apresentar aqui, é a de David Korten (2002) sobre as possibilidades de “vida após o capitalismo”, ou a proposição de um mundo pós-corporativo. O interessante a discutir é a proximidade das demandas e conceitos do autor estadunidense com proposições feitas nos países periféricos, como o

Brasil. Os trabalhos de Paul Singer (1999, 2000, 2002a, 2002b) e Boaventura Sousa Santos (2002, 2003b) apresentam pontos de interseção notáveis com os de Korten, na busca de uma outra globalização e de uma outra economia.

Esse norte-americano fortemente crítico dos mercados capitalistas globalizados escreveu um livro chamado “When corporations rule the world” - Quando as corporações governam o mundo, - onde defende a idéia de que as mega-corporações concentradoras de poder econômico e político são uma forma de patologia social, especialmente quando livres do controle público (Korten, 2001). Sustenta, baseado segundo ele em autores da economia clássica como David Ricardo e Adam Smith, que um mercado sustentável deve erigir-se sobre equilíbrio de trocas comerciais, pleno emprego dos países envolvidos, culturas éticas que enfatizem os vínculos sociais e comunitários e restrições às transferências de instalações produtivas de um país para outro. Critica o capitalismo contemporâneo liderado por seu país, considerando-o um sistema econômico injusto e desrespeitoso às leis de mercado clássicas.

O autor argumenta que para resolver essa distorção não basta a criação de programas do tipo “empresa cidadã”. De que adianta, pergunta, a Coca-cola doar computadores a algumas escolas, se jamais será capaz de parar de “incentivar o consumo de água com açúcar e produtos químicos, ao invés de água pura ou sucos?” (2002, p. 212). Se a Monsanto jamais irá incentivar a agricultura orgânica e o resgate dos pequenos produtores rurais da miséria através do fomento a suas atividades? Se a Nestlé não irá incentivar, de modo algum, o aleitamento materno (causando com isso mortes de bebês em países de periferia ao redor do mundo), ou se a Ford e a General Motors nunca vão defender seriamente as restrições ao crescimento urbano e a melhoria do transporte público, visando diminuir a dependência do automóvel? Por estas razões, é ingênuo crer que pressionar as empresas para aumentar a sua responsabilidade social seja suficiente para engendrar uma resistência viável ao grande capital. Embora não se refira diretamente ao termo “economia solidária”, clama por uma economia onde os princípios e práticas sejam solidários e ambientalmente responsáveis, propiciando um lastro local às comunidades que dela participarem. Seria preciso, para ele, despersonalizar as corporações, opor-se enquanto sociedade civil à distorção que opera o direito legal da corporação capitalista de restringir direitos sociais do povo, da massa trabalhadora e de todos os seres vivos, pois a insustentabilidade das ações corporativas prejudicam a todos, inclusive as futuras gerações.

Uma hipótese provável é que isso tudo esteja ligado à questão subjetiva que nos (pre)ocupa nesse trabalho. Existe na sociedade contemporânea, através de discursos circulantes nas mídias hegemônicas, uma “certeza” (provavelmente de origem tecnicista) que as grandes empresas sabem o que fazem, têm rígidos padrões de qualidade e direitos legais que nem devem ser contestados, quase como os direitos da nobreza ou do clero no feudalismo.

A crítica de Korten é interessante porque parte de um estadunidense liberal, admirador de Adam Smith (autor normalmente chamado para justificar concepções ultra-liberais), clamando pela transformação do sistema mundial de dominação corporativa. Sob o enfoque da ideologia (Thompson, 1998), tal análise mostra-se fecunda, quando pensamos como a naturalização de eventos criados pela classe dominante nas últimas duas décadas é algo comum, como a narrativização do capitalismo corporativo é uma realidade na sociedade contemporânea, e como a dissimulação - hoje impossível - dos horrores sociais decorrentes desse sistema leva a uma legitimação do mesmo como o único viável e desejável. É cabível, portanto, acrescentar mais elementos nesta discussão a partir dessa ótica.

O autor sugere seis pontos, itens de uma agenda a favor da vida, para que a revolução que propõe seja efetivada pela sociedade civil organizada e suas instituições representativas (Korten, 2002, p. 213) :

1. *Recuperar a democracia política.*

Impor limites ou suprimir as contribuições de corporações para as campanhas políticas, o que restringiria os “acordos de cavalheiros” dos políticos eleitos com as grandes empresas. Resgatar formas de democracia direta ou participativa.

2. *Acabar com a ficção legal que faz da corporação uma pessoa.*

As corporações são pessoas, nos dias de hoje, muito mais importantes que os cidadãos. E pessoas com alto grau de livre expressão, diferentemente dos cidadãos comuns. Ele argumenta que por mais elevados que sejam os padrões morais dos executivos de grandes companhias, eles serão demitidos se contrariarem os interesses dos acionistas, qual seja o lucro expansionista e, portanto, não o farão. A corporação como um importante comunicador, agente social que torce e distorce a realidade a seu favor, precisa ter controle público, para voltar ao seu papel adequado, o de gerar produtos e serviços para a sociedade, e não contra ela.

3. *Alcançar o acordo internacional para controlar corporações e finanças internacionais.*

GATT, NAFTA (North America Free Trade Agreement), APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), AMI (Acordo Multilateral de Investimento), ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Siglas que representam os acordos internacionais do capital financeiro, das grandes empresas que deles se beneficiam. A criação da OMC (Organização Mundial do Comércio), após a rodada Uruguai das negociações do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), facilitou as coisas para tais agentes, que cada vez encontram menos barreiras locais e legais para sua dominação sobre o comércio e a economia. Os cidadãos, fortalecidos pelas redes de comunicação e de organização internacionais, precisariam elaborar documentos que estabelecessem proteção às economias locais, e pressionassem seus governos a pô-las em prática.

4. *Eliminar o bem-estar das corporações.*

Não se trata apenas de diminuir incentivos fiscais que são na verdade transferência de dinheiro do cidadão para o acionista das empresas favorecidas. É preciso impor taxas pelo uso do ambiente, pela extração de recursos, diminuindo ou suprimindo as taxas sobre o emprego e a seguridade social. É preciso também fazer circular no campo comunicacional essas informações; informar e discutir nas universidades, nas escolas, nas empresas, nas cooperativas, nos espaços públicos, contrapor o discurso de mão única das grandes corporações. Para diminuir o bem-estar absoluto das mega-corporações, a mídia teria um papel preponderante. Mas teria de ser uma mídia diferente da hegemônica, produzida por pessoas interessadas numa sociedade melhor.

5. *Devolver ao dinheiro o seu valor de troca.*

O dinheiro ocupa posição absolutamente central na nossa sociedade contemporânea ocidental. Torna-se o móvel de todo o prazer e o desejo mais premente. É da nossa constituição natural, dizem as explicações oriundas de certas correntes da administração, economia e psicologia. Como terá se engendrado essa constituição tão íntima, naturalizada? O dinheiro é uma invenção humana, e colocá-lo no seu devido lugar poderia ser outra invenção humana. Deveria ter uma função social útil como meio de troca. Para tanto, a agenda dos cidadãos teria de incluir formas de pressão para que os bancos parassem de financiar especuladores que desestabilizam a economia mundial com sua jogatina diária. Korten é radical e contundente nessa crítica.

6. *Desenvolver a democracia econômica.*

Para substituir as mega-corporações subsidiadas pelas empresas de escala humana, pertencentes a seus participantes, é preciso que se mude a lógica do mercado (a longo prazo). O problema, segundo Korten, não é a economia de mercado, é o mercado

globalizado financeiro. Mercados locais, sustentáveis, com controle público, seriam adequados para sociedades livres, democráticas e solidárias. Discute, aqui, o conceito de “propriedade participativa”, afirmando que nos Estados Unidos tais programas são distorcidos, pois sua gestão sempre cabe à alta administração. Apresenta justamente um novo conceito em termos de gestão participativa. Seria preciso uma revolução legal, societária e subjetiva para dar vez a essas novas formas de ser e trabalhar.

Da mesma forma, as corporações não regulariam, não governariam o mundo, mas seriam parte da economia produtiva, num mercado plural e sustentável a longo prazo. Se isso será possível, é uma outra discussão, pois o desenrolar histórico é da ordem do imprevisível.

Mas é bastante claro o quanto o trabalho, a produção e o consumo estão implicados nos modos de subjetivação contemporâneos, inviabilizando uma análise dissociada dos planos filosófico, social, psicológico e econômico.

Como contraponto a essa linha de argumentação e pensamento, alguns autores podem criticar o que chamam de “ideologia da sociedade civil”, no marco das críticas ao terceiro setor como forma de combater a pobreza (Pinto, 2003). Realmente, a sociedade civil não pode, nas condições atuais, prescindir do Estado. Não tem orçamento, não tem competência técnica para coordenar projetos amplos e efetivos. Mas pode, e deve, ser mais participativa e crítica na condução de temas importantes. Começando por tomar conhecimento desses temas, em espaços públicos como o Fórum Social Mundial, a mídia alternativa, o trabalho de ONG's, redes solidárias e outros tantos.

Comecei com esta crítica à sociedade de mercado contemporânea a minha análise sócio-histórica. Agora desenvolvo um capítulo trazendo outros elementos e vozes para prosseguir na discussão.

2- A guisa de análise sócio-histórica: Um olhar sobre nosso tempo

Na discussão sobre a dinâmica social atual, é interessante pensar como se configura a subjetividade hegemonicamente produzida no mundo contemporâneo. Nunca é demais lembrar que hegemônico não se confunde com total (P. Guareschi, 2003a), existindo sempre espaço para contradições, antinomias e diversidade, na labiríntica modernidade líquidefeita, onde a evaporação de seus conteúdos fluidos, com rearranjo em outros termos, é rápida e intensa.

A sociedade contemporânea ocidental tem produzido valores e práticas ligados ao hedonismo, ao consumismo, aos efeitos orgásticos - mesmo que fugazes, - ao narcisismo personalístico e à excitação quimicamente induzida - álcool, cocaína e muitas outras drogas lícitas e ilícitas. Nossa sociedade se droga para (quase) tudo: Para divertir-se, para acalmar-se, para dormir, para emagrecer etc. O abandono de projetos coletivos de realização cria um vazio doloroso e potencialmente perigoso. Cria-se uma configuração sócio-psicológica que favorece uma dinâmica de bi-polaridade psíquica entre a euforia e a depressão, lotando os consultórios psiquiátricos, propiciando a adesão à formas potencialmente reacionárias de religião, bem como uma dramática situação de violência urbana, doméstica e institucional (Costa, 2001).

É preciso que se diga que as formas de resistência a essa configuração existem, e são extremamente importantes. O movimento Fórum Social Mundial (FSM), por exemplo, anti-globalização *neoliberal* (e não simplesmente anti-globalização, como é erroneamente chamado), é citado como uma das principais vozes da atualidade contra a dominação

corporativa e a obsessão por bens materiais expressa no hiperindividualismo, ao propor uma nova agenda para a globalização e a aplicação da taxa Tobin, dentre muitas outras questões ligadas a gênero, classe, raça, etnia, geracionalidade etc (Nardi, 2002).

E é claro, também, que estes são alguns aspectos da questão. O processo todo é contraditório, havendo ganhos extremamente importantes, na contemporaneidade, no que se refere ao reconhecimento e respeito às diferenças, à maior consciência ambiental, à maior liberdade individual de preferência sexual, entre outros fatores constitutivos dos modos de ser contemporâneos. O elemento que está sendo criticado aqui é a questão ligada à economia, à política e ao hiperindividualismo presente nas relações sociais.

A resistência está sempre presente na dinâmica social, propiciando outras configurações subjetivas. O fim das certezas (a crise epistemológico-societal discutida por Boaventura Sousa Santos) e a consciência das limitações do determinismo podem abrir um caminho de experimentação e construção de um futuro melhor (superação da crise societal).

O próprio David Harvey avalia o pós-modernismo em geral positivamente, no que se refere à valorização de aspectos subjetivos antes descurados pela epistemologia moderna, e citando Huyssens, (1989, p. 109), ressalta o importante reconhecimento das “múltiplas formas de alteridade que emergem das diferenças de subjetividade, de gênero e de sexualidade, de raça, de classe, de configurações de sensibilidade temporal e de localizações e deslocamentos geográficos espaciais e temporais.” Eu assumo, utilizando suas teorizações sobre o fenômeno da compressão espaço-tempo, que a temporalidade é uma das questões-chave para entender a contemporaneidade e que essas vivências alteram a subjetividade que se produz, via registro informacional, nos dias que vivemos.

Mas a transição paradigmática societal e epistemológica possui muitas vertentes e contradições. Santos (1996, Cap. 4) apresenta definições importantes sobre os pilares onde se assentaria o projeto sócio-cultural-econômico da modernidade, hoje em grande crise. O autor destaca esses dois pilares, cada um dividido ele próprio em três princípios.

O *pilar da regulação* constitui-se pelo princípio do Estado (leis, produção e distribuição do direito), do mercado (individualidade, concorrência, ciência e técnica) e da comunidade (identidades de classe, raça, etnia, gênero, família, generatividade, lugar, afiliação, tudo que possa significar comunhão).

O *pilar da emancipação* é mais complexo em suas subdivisões, que são na verdade três lógicas de racionalidade, ou seja, três tipos de abordagem e visão de mundo que nos impelem a determinados modos de ação e prática. São elas: racionalidade estético-

expressiva, exemplificadas através das artes, literatura etc; racionalidade moral-prática da ética e do direito; e racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica.

A racionalidade cognitivo-instrumental totaliza-se e converte o ideal libertário moderno em escravidão de grandes majorias e minorias sociais em prol da libertação capitalista das elites, ou seja, a emancipação torna-se regulação. Na manifestação contemporânea, há pelo menos uma tentativa de resgatar a racionalidade estético-expressiva, sem que possamos dizer que ela atenda, efetivamente, às aspirações de grande parte da comunidade humana.

A racionalidade moral-prática parece desenvolvida de forma atrofiada, e demasiadamente jurídica em detrimento da ética. Santos (1996, p. 78) a define como “a esteticização, a juridificação e a cientificização da realidade social”.

Se tomarmos para análise o pilar de regulação, conclui-se que o princípio do mercado acaba regulando o Estado e sufocando o princípio da comunidade. E a própria regulação sufoca a emancipação das comunidades por via das racionalidades morais e estético-expressivas.

Em trabalho mais recente (Santos, 2003a, p. 4), há uma explicação para o problema da regulação:

Assim que o Estado liberal assumiu o monopólio da criação e da adjudicação do direito – e este ficou, assim, reduzido ao direito estatal – a tensão entre regulação e emancipação passou a ser um objeto mais da regulação jurídica. (...) Por outras palavras, em vez de ser uma alternativa radical à regulação social tal como existe hoje, a emancipação social passou a ser o nome da regulação social.

A emancipação passou a depender da sanção do Estado, através do direito liberal; este, obviamente, servia e serve a certos interesses e poderes. Portanto, daí o autor vai derivar para teorizações sobre legalidade e ilegalidade, concluindo que algumas das alternativas emancipatórias, hoje, podem situar-se no campo da desobediência civil.

Ao discutir as especificidades da regulação e da emancipação, durante seminário ministrado aos estudantes de mestrado e doutorado em sociologia da Universidade de Coimbra, grupo ao qual me filiei durante os três meses estágio em regime de bolsa *sandwich*, concedida pelo CNPq no ano de 2003, Boaventura Santos concluiu com simplicidade: “Uma sociedade não pode prescindir totalmente da regulação; a emancipação é a regulação de melhor tipo, aperfeiçoada”.

Nos últimos trinta anos, a forma de regulação alterou-se enormemente; por isso, também deve alterar-se a forma de emancipação. O Estado e o mercado modificaram seu

poder regulatório, mexendo em equilíbrios anteriores; da mesma forma, a sociedade civil parece viver um dilema de autonomia *versus* renúncia de direitos, pois se de um lado, na contemporaneidade ela organiza-se com mais presteza em movimentos sociais, ONGs etc., podendo crescer sua medida de empoderamento social, de outro parece que é amortecida pelo solipsismo do apelo ao desejo de consumo. Este último, liga-se intimamente ao fator regulatório.

Este desejo de consumir, utilizado contra os cidadãos, - muitas vezes sem que estes o percebam - pode permanecer em estado bruto, sem “liquidez”, sem possibilidade de realização, numa luxúria libidinal consumista que pode levar uma pessoa a assaltar e matar, no afã de possuir os fetiches produzidos pela sociedade de consumo; esta, entretanto, nem sempre é responsabilizada pela criminalidade alarmante, outra de suas marcas registradas. A culpa cabe, via de regra, às características da personalidade dos “psicopatas” que se envolvem em crimes. Não estou querendo negar a existência e a relação das psicopatologias com a criminalidade; estou querendo apenas criticar a miopia de abordagens parciais e incompletas. Se o sujeito, sem acesso a recursos financeiros, fica sem possibilidade de concretizar o desejo consumista, nem por isso fica livre dele e de seus efeitos.

Consumir compulsivamente - coisa que todos nós fazemos, em maior ou menor grau e de diferentes formas - é uma espécie de desvio improdutivo do desejo, solução capitalista presente no imaginário popular, oferecida pelo mercado, que segue agitando as suas “cenouras” diante dos consumidores, que sentem-se, afinal, “livres para consumir”. Como diz Bauman (2001, p. 85), “(...) a satisfação não dura muito, pois no mundo dos consumidores as possibilidades são infinitas e o volume de objetivos sedutores à disposição nunca poderá ser exaurido.” E a satisfação vai sendo empurrada, sempre para um futuro infinito, que um dia chegaria com a satisfação de todas essas “necessidades”; a questão é que esse dia nunca chega.

Gaiger (2001, p. 40), traz à tona mais uma promessa vã do capitalismo à sociedade, ao relatar a experiência de um trabalhador que referia a expectativa de “chegar lá”, conseguir “melhorar de vida”. A ilusão capitalista aponta com a possibilidade de mobilidade social; que, sabe-se, é muito escassa. É parte da promessa moderna, liberal, do indivíduo soberano e livre, que ao trabalhar arduamente conquistará para si e os seus um futuro melhor.

Em relação ao futuro, não faltam projeções. Os futurólogos de plantão nas grandes empresas líderes da economia capitalista hegemônica têm especial predileção em produzir

versões “garantidas” de futuro, o qual só admite um tipo de desenrolar: O crescimento e domínio das grandes corporações, as corporações “sábias” que sobreviverão (e engolirão todas as outras), quando já é sabido e notório que não haverá emprego para todos nessas empresas. O que estes ilustres futurólogos prevêm para *a sociedade*, nesse futuro mega-corporativo? Suas previsões parecem parciais, carentes de reflexão e irresponsáveis, diante de um olhar mais crítico. O medo de ser “engolido” justifica qualquer coisa, inclusive fazer o “trabalho sujo” que os níveis gerenciais têm eventualmente praticado nas corporações, a custa de defesas psíquicas e sofrimento patogênico. Dejours (1999) mostrou isso com muita clareza no livro “A banalização da Injustiça Social”.

Como a racionalidade não é o único elemento produtor de comportamentos, não adianta *saber* que não haverá mais empregos a partir das mega-empresas. O que as pessoas sentem, pensam e fazem vai além e ao mesmo tempo não alcança, de todo, a racionalidade e a lógica. Para interferir nesse processo, acredito ser necessário produzir na sociedade, e fazer circular, alternativas ao que já está dado de antemão pelos analistas econômicos, que sabem tudo do futuro (pelo menos na própria opinião).

Prever o futuro com arrogância, planejar o futuro de antemão: Essa é a *razão proléptica*, conceito apresentado por Santos (2002), inspirado na técnica narrativa da prolepse, que significa conhecimento do presente no futuro. Na prolepse, o narrador imagina possíveis contraposições e já as responde, de antemão. A razão proléptica não se preocupa em construir o futuro, uma vez que ele já está dado de antemão, dele tudo se sabe; terá um desenrolar cronológico, linear e previsível. No caso moderno, essa linha ascendente toma o rumo certo do progresso. Outras possibilidades para o futuro, ao contrário, exigem imaginação epistemológica e consciência da ética como justiça; inventar o futuro significa fazer circular diferentes discursos sobre ele, além de estar consciente de que ele precisa ser construído *no presente*. Mas o discurso hegemônico é certamente erigido sobre a base da razão proléptica, que é tipicamente moderna.

Desigualdade no sistema-mundo

Tenho falado repetidamente, nessa narrativa, sobre hegemonia. Apesar de vivermos num tempo de fluxos e contra-fluxos, onde levantam-se contra-hegemonias de diversas naturezas e qualquer leitura monolítica da realidade infalivelmente será parcial e incompleta, acredito que pode-se conceituar o hegemônico - midiática, cultural e

economicamente falando - como o conjunto de resoluções contido no Consenso de Washington, ou consenso neoliberal globalizante, ele próprio um fator de subjetivação importante. Há, sabidamente, conflitos no campo hegemônico, e creio já ter deixado claro que não concebo o “hegemônico” como “total”. Mas os desdobramentos discursivos, especialmente os midiáticos, desse consenso, produzem subjetividade, produzem um certo tipo de sujeito, serializado como colocava Guattari (1993).

Foi esse consenso que nos trouxe ao mundo que temos hoje, conforme refere Santos (2001) em seu texto sobre os processos de globalização. Nesse trabalho, o autor identifica os traços principais da vertente sócio-econômica contemporânea aqui em análise. Eu tomo a globalização sob o aspecto econômico, das conseqüências lamentáveis do consenso de Washington para a periferia do sistema-mundo; pois um processo tão complexo, descontínuo e multifacetado como a globalização demandaria uma tese inteira, para analisá-lo em maior profundidade, sem reducionismos grosseiros. Assim, deixo claro que aqui analiso *um* aspecto da globalização.

Basicamente, seus traços são os seguintes: As economias nacionais devem abrir-se ao mercado global e os preços locais devem ajustar-se a estes; a prioridade deve ser a economia de exportação e as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação, além da vigilância sobre a balança de pagamentos; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado e os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; deve ser garantida a mobilidade dos recursos, investimentos e lucros e a regulação estatal deve ser mínima, reduzindo-se o “peso” das políticas sociais do orçamento do Estado, além da exigida subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais do tipo Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial.

As mudanças institucionais, geográficas, urbanas, societárias, laborais - para citar algumas das principais dimensões - são sabidamente profundas. E os países periféricos ou semiperiféricos do sistema-mundo são os mais atingidos pelo receituário neoliberal, embora até mesmo países como Canadá ou Suécia tenham sido penalizados (com cortes em gastos públicos) durante os anos noventa, devido a pareceres desfavoráveis a investimentos internacionais feitos por agências financeiras de *rating*. Estas agências são especializadas em avaliar riscos e oportunidades que os países oferecem aos investidores internacionais.

É referida a emergência de uma *classe capitalista transnacional*, cuja principal forma institucional são as empresas multinacionais. O dado que 70% do comércio mundial, em 1996, era controlado por quinhentas (500) empresas multinacionais é bastante

alarmante, quando se trabalha com a idéia de um mundo plural e mais equânime. O conceito de classe social ainda é importante para entender a sociedade contemporânea, embora alguns discordem. Mas precisa ser, obviamente, ressignificado (Santos, 2001).

Contudo a desigualdade é mais feroz nos países fragilizados por sua condição de periferia, historicamente explorados através de relações coloniais predatórias. Vejamos, então, aonde o consenso neoliberal, fortemente defendido na mídia pelos conglomerados que detém a comunicação de massa - também significativo fator de subjetivação, - nos trouxe, analisando a situação de desigualdade produzida e/ou aprofundada nas duas últimas décadas, conforme dados apresentados por Santos (2001, p. 39-40). Estes dados estão baseados em relatórios da ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD) e do Banco Mundial no ano de 2001, já que o aumento das desigualdades é tão acelerado e tão grande que preocupa até os agentes que conduzem o processo do qual resultam:

- É confirmado que 54 dos 84 países menos desenvolvidos viram seu PIB decrescer durante as décadas de 80 e 90, em 35% na média;
- Mais de 1,2 bilhões de pessoas vivem na pobreza absoluta, com menos de um dólar por dia e outros 2,8 bilhões com pouco menos de 2 dólares por dia;
- O conjunto dos países pobres, onde vive 85,2% da população mundial, detém apenas 21,5% da renda mundial, e o conjunto dos países ricos, onde vive 14,8% dos habitantes do planeta, é dono de 78,5% da renda. Para manter o padrão dos muito ricos, há que empobrecer os muito pobres.
- Uma família africana média consome hoje 20% menos do que há 20 anos, tendo decrescido a produção de alimentos na África nesse período;
- Em 2001, nos Estados Unidos, concentravam-se 79% dos utilizadores da Internet, o que mostra o quão longe estamos da sociedade da informação verdadeiramente global;
- A riqueza dos três bilionários mais ricos do mundo excede a soma do PIB dos 48 países mais pobres do globo, concentração de renda sem precedentes na história contemporânea;
- No próprio país líder da globalização neoliberal, os EUA, a desigualdade aumenta de forma galopante: já no início dos anos 90, 1% das famílias detinham 48% da riqueza do país e as 20% mais ricas, 80% da riqueza;
- No final de 1998, 968 milhões de pessoas não tinham acesso à água potável;
- Os países pobres sofrem 90% das doenças que ocorrem no mundo, e não têm mais de 10% dos recursos gastos em saúde;

- Morreram mais de 12 milhões de crianças abaixo de 5 anos de doenças curáveis como malária, tuberculose e diarreia, sendo que 0,1% dos recursos destinados à pesquisa médica e farmacêutica são aplicados nestes problemas e a quase totalidade vai para pesquisa em doenças mais frequentes nos países ricos, como o câncer e doenças do coração;
- A América Latina representa 4% das vendas farmacêuticas globais e a África, 1%;
- A África paga 1,31 dólar de dívida externa para cada dólar recebido em ajuda internacional, o que demonstra o cinismo que envolve programas humanitários dos países ricos, os quais encobrem mecanismos de transferência de riqueza dos pobres para os ricos.

Aparentemente, o rico conde vampiro, ornado com jóias (embora decadente), suga avidamente o pescoço do mendigo, ou do remediado, mesmo sabendo que ambos estão doentes. Mas então, nisso consiste o consenso tido como racionalidade inquestionável? Poderíamos dizer que sim. Como diz Santos (2001, p. 40):

(...) o crescimento e a estabilidade econômica assentam na redução dos custos salariais, para o que é necessário liberalizar o mercado de trabalho, reduzindo direitos laborais e eliminando a prazo a legislação sobre o salário mínimo. A contração do poder de compra interno deve ser compensada com a busca dos mercados externos. A economia é, assim, dessocializada e o conceito de consumidor substitui o de cidadão. (...) Este consenso entre os países centrais é imposto aos periféricos através do controle da dívida externa efetuado pelo FMI e Banco Mundial, daí que sejam consideradas essas instituições como as responsáveis pela globalização da pobreza. A nova pobreza globalizada não resulta da falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial.

A ciência econômica que produz tal consenso gera suas antinomias, é certo, como a economia solidária. Assim como a ciência psicológica que acredita que nós psicólogos nada temos a ver com isso, fere o senso ético dos/das psicólogos/as preocupados com o tipo de subjetividade que, não só desconhece tal situação, como a pode aceitar sem dilemas, caso venha a conhecê-la.

Como já disse, não pretendo fazer uma análise parcial, mas sim crítica, o que significa despir-se dos preconceitos. No seio do capitalismo, mesmo nas suas formas de gestão, podem ensaiar-se também proposições interessantes, como maior participação em decisões, lucros e resultados, aprendizagem continuada que beneficia o trabalhador etc. A figura do vampiro que utilizo não pretende ser dicotômica ou demonizadora, pelo menos

não de forma geral: Existem os bons e os maus e acabou a discussão. Mas ainda assim penso que ela é cabível, quando pensamos que o modelo escoa riqueza de esqueléticos e famintos países periféricos para os do centro, esses últimos tentando desesperadamente melhorar suas economias também problemáticas e acostumados a manter relações coloniais de exploração (e de tentar escondê-las de seus cidadãos). Seja como for, a atual configuração sócio-econômica, apesar de ser um consenso altamente absurdo e lamentável, floresce globalmente diante de todos nós, ficando alguns perplexos, outros nem tanto.

Essa configuração tem de estar ligada à mídia hegemônica, que difunde uma cultura globalizada de valores e artefatos culturais, formas simbólicas basicamente de origem ocidental, e às vezes especificamente norte-americanos, como o individualismo, a racionalidade econômica, o utilitarismo, o consumismo etc.

Segundo Appadurai (1999), a mídia em sua versão eletrônica é um dos principais fatores que demarcam o mundo pós-eletrônico. A imaginação passa a ser não só do indivíduo romântico ou do espaço da arte, como na modernidade, mas passa a ser fenômeno de massa. Essa é a subjetividade produzida pela rápida circulação de informações e pela globalização de alguns localismos, a exemplo do McDonald's (em seguida defino melhor o conceito de localismo globalizado). O autor afirma que é através dessa imaginação - circulação de formas simbólicas, de espaços simbólicos midiáticos - que os cidadãos são disciplinados e controlados pelos interesses dominantes de mercados e Estados (ou outros agentes); mas também é por esta via que se desenvolvem sistemas coletivos de dissidência e novos grafismos da vida coletiva. Ou seja, existem alternativas dentro dos sistemas de dominação midiáticos que criam possibilidades de um mundo outro, que alguns agora acreditam ser possível. A cultura de massa seria então a um só tempo, o lugar dos consensos, mas também o lugar da resistência e da luta contra a conformidade.

A resistência, agora, não tem necessariamente base classista, como era para o marxismo ortodoxo (Marx, 1983). As relações de dominação intentam dar-se em contextos de preferência sexual, prática religiosa, idade, sexo, etnia ou qualquer outro fator sócio-identitário que torne a pessoa, grupo ou comunidade diferente dos padrões tidos como tradicionais, ou como únicas alternativas credíveis.

A emancipação, portanto, não tem mais um caminho único. Uma grande teoria que preveja um único ator histórico (por exemplo, a classe operária) para uma única forma de emancipação (por exemplo, a revolução) não dá mais conta de um ambiente social de

descentramento do sujeito, múltiplas demandas e grande diversidade, agora clamando por reconhecimento.

Santos (2001; 2002) tem dois conceitos pertinentes à globalização, o localismo globalizado e o globalismo localizado. Um localismo que se globaliza, a exemplo da rede McDonalds, será sob o ponto de vista dos Estados Unidos localismo globalizado, e do resto do mundo, um globalismo localizado. Dessa forma, as hibridizações culturais tornam a análise social mais complexa na medida em que se interpenetram culturas, saberes e sabores. Do mesmo modo, a dominação com suas hegemonias próprias faz-se presente naqueles países, culturas ou instituições com maior poder econômico para globalizar seus localismos. Em contrapartida, a resistência ou globalização contra-hegemônica precisa dar-se em escala local, reterritorializando ou redescobrimdo as alternativas próximas, o sentido do lugar e do que ele pode produzir.

Uma das formas identificadas de localização seria justamente a economia solidária, por ser regida na direção de uma lógica oposta à da troca desigual, criando espaços de sociabilidade, produção e comércio em pequena escala, comunitários, buscando a auto-sustentabilidade e a cooperação/participação. Se o global acontece localmente, seria preciso fazer o local eventualmente contra-hegemônico também acontecer globalmente. Para tanto, as redes que compõem tais iniciativas precisam se fortalecer, catapultar as escalas de atuação para patamares ampliados. O tipo de resistência que engloba a ampla gama de iniciativas locais e/ou globais é chamado de *cosmopolitismo subalterno* (Santos, 2003a).

Esse conceito (a ele voltaremos mais adiante) expressa uma grande diversidade de práticas, movimentos sociais, concepções alternativas de vida, economia, comércio, sociedade e comunidade. A economia solidária sem dúvida pode ser descrita como uma prática do cosmopolitismo subalterno. O uso do termo cosmopolita aqui não se confunde com “ser cidadão do mundo” - conceito sem dúvida *da e para a elite* - mas sim poder apropriar-se de uma condição globalizada e irmanada com pessoas e culturas de outros lugares e olhares na busca de um mundo outro, possível a partir da globalização da esperança e da solidariedade.

Pela via das universidades, das escolas, dos espaços públicos, da arte, da comunicação de massa, das ONG's, a sociedade pode produzir discursos diferenciados - e diferenciadores. Capazes de fazer a diferença e contribuir com elementos novos para compor as subjetividades humanas no mundo contemporâneo: seriam as “Estratégias de construção do Presente” (ABRAPSO, 2003) visando um futuro melhor .

Para desenvolver esse tipo de pensamento, auxílio precioso vem do trabalho mais recente de Boaventura de Sousa Santos (2002; 2003a; 2003b). Passo agora a definir melhor as considerações baseadas nessas produções.

Para uma psicossociologia das ausências e das emergências: Novas possibilidades para o presente e para o futuro

Reconhecer e validar as ausências do mundo é compromisso da ciência aderente à dupla ruptura epistemológica (Santos, 1987; 1995; 2000). Recordando, a primeira ruptura é a que a ciência fez com o senso comum, para constituir-se enquanto conhecimento diferenciado e rigoroso; a segunda é a ruptura com a própria ruptura, ou seja, voltar a hibridizar-se com o senso comum, considerando-o um saber importante, e nele impactando com vistas a transformá-lo - e eventualmente ser transformada por ele.

O senso comum teve que ser banido, arrancado da ciência moderna, para que esta obtivesse seus privilégios epistemológicos e extra-epistemológicos, no que o autor chamou de primeira ruptura epistemológica. Grande parte do saber da humanidade foi arrastado à condição de *ausência*, graças a essa ruptura. Em cima desse tema, surgem as teorizações da sociologia das ausências e das emergências. O problema das ausências, tal como se configura na modernidade e na contemporaneidade, está profundamente vinculado ao tipo de ciência hegemônica que temos praticado. Vejamos:

Desde o século XVII, as sociedades ocidentais têm vindo a privilegiar epistemológica e sociologicamente a forma de conhecimento que designamos por ciência moderna. Quaisquer que sejam as relações entre esta ciência e outras ciências anteriores, ocidentais e orientais, a verdade é que esta nova forma de conhecimento se auto-concebeu como um novo começo, uma ruptura em relação ao passado, uma revolução científica, como mais tarde viria a ser caracterizada. Desde então, o debate sobre o conhecimento centrou-se na ciência moderna, nos fundamentos da validade privilegiada do conhecimento científico, nas relações deste com outras formas de conhecimento (filosófico, artístico, religioso, etc.), nos processos (instituições, organizações, metodologias) de produção da ciência e no impacto da sua aplicação. (Santos, 2003b, p. 10)

Uma globalização alternativa à neoliberal articula-se a partir de múltiplos atores sociais, muitos deles ocupantes de posições de ausência produzida, totalmente excluídos dos privilégios extra-epistemológicos da ciência moderna.

A partir de um projeto de pesquisa transnacional (envolvendo Brasil, Moçambique, Portugal, Colômbia, Índia e África do Sul) que visava compreender em que medida a globalização alternativa está emergindo na periferia e semiperiferia do sistema mundo, Boaventura Sousa Santos (2002) avança na sua crítica da *razão indolente* - aquela que tem “preguiça” de imaginar novas alternativas para o conhecimento e para a sociedade - e

propõe o modelo de *razão cosmopolita* - aquela que se esforça por imaginar e validar novas alternativas, em escala global.

Para tanto, procura apoiar-se em três procedimentos sociológicos: A sociologia das ausências, das emergências e a teoria da tradução. A des-coberta do que é produzido para estar ausente do mundo da globalização neoliberal é a sociologia das ausências, uma espécie de escavação do presente; a possibilidade de novos futuros possíveis a partir dessas experiências agora tornadas presentes, é a sociologia das emergências; e a criação de inteligibilidade mútua entre as diversas experiências é a teoria da tradução, ou melhor, o procedimento de tradução.

Estas construções teóricas têm origem na sociologia crítica, sendo que, a meu ver, estão profundamente ligadas à questão da subjetividade, dos modos de viver e dos modos de trabalhar; portanto espero que essa articulação possa ser feita satisfatoriamente ao longo do trabalho. Boaventura Sousa Santos sempre imprimiu no seu trabalho a preocupação com a subjetividade, como ponto crucial no entendimento da sociedade.

Sua crítica da razão vigente na modernidade é contundente e vem sendo elaborada ao longo de seu trabalho como intelectual e cientista social. Esse autor torna-se central para esta pesquisa, pois ao mesmo tempo que produz conhecimento sobre o próprio tema da economia solidária (Santos e Rodríguez, 2002) e do sistema-mundo globalizado, além das transformações da subjetividade, tornou-se o co-orientador da pesquisa no exterior, através da bolsa *sandwich* concedida pelo CNPq no período de junho a setembro de 2003. O interesse pela obra produzida por ele me levou a tentar o primeiro contato, e a pronta aceitação foi surpreendente (e recebida com muita alegria e contentamento). A experiência modificou o trabalho, que incorporou vozes antes não tão presentes.

Em publicações anteriores, Santos (1987, 1996, 2000) vinha discutindo a questão da transição paradigmática, que seria expressa nos níveis societal e epistemológico. O modo de produzir conhecimento vigente nos últimos 300 anos estaria sofrendo transformações, causadoras da emergência de novos paradigmas, que ele chamou de ciência pós-moderna.

Em recente aula magna ministrada na Universidade de Lisboa, debatendo filosofia da ciência com cientistas da área da física e da matemática como Alan Sokal e Jean Bricmont (fortes críticos das proposições pós-modernas, embora sua crítica seja proferida sem fazer qualquer distinção, como se tais proposições formassem um bloco monolítico), Santos afirmava que já não precisa mais do termo “pós-moderno”, dezessete anos depois

da primeira edição de seu livro “Introdução a uma ciência pós-moderna”. Continua, é certo, crítico ferrenho da razão indolente produzida pela modernidade ocidental.

Mas é igualmente crítico das correntes que denomina “pós-moderno celebratório” (2000, p. 37), ou dos intelectuais “pós-modernos hiper-desconstruídos”. Formulações irônicas quanto à necessidade de mudança social e proposições de celebrar o que existe, não considerando ideologia, reduzindo a transformação social à repetição acelerada do presente e recusando-se em distinguir entre versões emancipatórias/progressistas de pensamento, das versões regulatórias/neo-conservadoras, como se a única mudança aceitável devesse ser caótica, ou então seria irremediavelmente regulatória. Dessa forma, essas correntes acabam aproximando-se mais do campo neo-conservador ou neoliberal, do que das teorias críticas.

O pós-modernismo de oposição ou crítico, corrente à que se filia, ao contrário, concebe a urgente necessidade de uma sociedade melhor; mas crê que existem muitos futuros possíveis, inclusive eventuais versões democráticas do socialismo, que nem sabe, entretanto, se se concretizarão. Rompe, assim, com parte da perspectiva da teoria crítica moderna, ela própria fruto da razão indolente em alguma medida; mas o projeto intelectual de Boaventura Santos é, positivamente, a reinvenção da teoria crítica e a reinvenção da emancipação social. A continuidade da teoria crítica, com base no pós-modernismo de oposição, é seu projeto teórico principal.

Tivemos debates por demais importantes no âmbito da teoria social crítica e sua contraposição à teoria social convencional, a exemplo do confronto intelectual entre Adorno e Popper e depois entre Habermas e Luhman (Freitag, 1986). Contudo, Boaventura professa a veemente necessidade de ir além, de produzir uma teoria crítica pós-moderna, entendendo este último conceito como a tentativa de superação dos problemas modernos, para os quais não existem soluções modernas; os debates do século XX ainda teriam sido, para ele, nesse âmbito. Ainda concebiam o mundo como uma totalidade, por isso havia uma solução que seria total, universal.

As soluções modernas do *demo-socialismo* (políticas emancipatórias obtidas por meios parlamentares legais, gradualmente conseguidas, ou social-democracia) ou do *demo-liberalismo* (democracia liberal sem a tendência aos Estados-providência, sem concessões sociais distributivas), bem como a *alternativa radical da revolução socialista* não deram conta de criar uma sociedade justa, com equidade social, pelo menos em longo prazo e globalmente. Portanto, não existem soluções modernas para os problemas modernos, faz-se necessária a ciência pós-moderna (Santos, 2000; 2003a).

Assim, fica o questionamento sobre o que acontece, afinal, na contemporaneidade, com as grandes propostas modernas em crise: Reformismo jurídico e revolução social abafado, no primeiro caso ou simplesmente “fora do jogo”, no segundo. Acontece que para elaborar essa questão, é preciso ir às raízes epistemológicas do conhecimento que gerou tanto os problemas modernos, quanto as soluções modernas que não deram conta deles.

A modernidade ocidental produz o que Santos (2000) chama de razão indolente, terminologia baseada em Leibniz, que no prefácio da Teodicéia, analisa a perplexidade que causa o sofisma que os antigos chamavam razão indolente: Se o futuro é necessário e o destino é traçado de antemão, é preferível não fazer nada.

A razão moderna, preguiçosa, desperdiça as experiências que transcendem seus paradigmas. A compreensão do mundo excede - ou deve exceder - em muito a compreensão ocidental do mundo. As concepções de tempo e de temporalidade modernas são unívocas e excludentes, contraem o presente (que diminui em importância e intensidade) e expandem o futuro, para o qual se vive, nas promessas de futuro brilhante da ciência moderna.

A questão da temporalidade, em Santos, é vital para entender as relações sociais contemporâneas e um dos principais equívocos da razão indolente, pois o fato é que uma única temporalidade - a moderna ocidental - se augura o direito de ser *aquela que vale*, descartando todas as outras formas de vivenciar o tempo não ocidentais, não hegemônicas, não “racionalis” (uma vez que o conceito de racionalidade também é unívoco).

Como é a vivência do tempo para um hindu? Para um asiático budista, que crê na doutrina do eterno retorno? Uma linha ascendente não expressa sua visão, um círculo talvez o fizesse. Mas e outras temporalidades que não se encaixam nessas duas figuras? Talvez o tempo linear, cronologicamente ascendente, nem seja a concepção mais praticada, entre as diferentes culturas do mundo. Mas a razão indolente descarta outras culturas como alternativas credíveis, antes mesmo de sequer considerá-las, pois são algo da ordem do *residual*, do *primitivo*, do *não-científico*, do pré-moderno, enfim.

A sociologia das ausências é o procedimento que trata de des-cobrir essas alternativas que ficaram ausentes da esfera pública ocidental contemporânea, a não ser talvez como excentricidade, nunca como alternativa credível, ou conhecimento digno de credibilidade; o debate da teoria crítica moderna sequer as considerou. Esse é o conhecimento que não goza de qualquer privilégio epistemológico, devendo permanecer ausente da disputa central de saberes e paradigmas.

Ao modelo de racionalidade indolente o autor contrapõe a racionalidade cosmopolita, que ao contrário, ao reconhecer e validar outras experiências não ocidentais, não patriarcais, não capitalistas, expande as possibilidades do presente e contrai o futuro, que passa a ser construído *no* presente. A necessidade de expandir o presente reside no fato de que só construiremos um futuro melhor a partir de um presente mais digno e inclusivo, o qual deve atrair as atenções e os esforços.

O tipo de racionalidade cosmopolita seria definido por sua amplitude de linguagens e sua absoluta recusa em excluir o diferente. Por isto o termo cosmopolitismo, que não se confunde com “o cidadão do mundo”, mas sim com uma forma de ser e entender que respeita (e considera credíveis) concepções diversas da sua, vindas de lugares diversos. Mesmo interessa-se por elas, ao invés de querer silenciá-las.

O Fórum Social Mundial (FSM), por exemplo, é arena cosmopolita, de um tipo de cosmopolitismo que seria denominável como subalterno ou de oposição. Para tanto, é preciso imaginar novos lugares e possibilidades, é preciso deslocar saberes e práticas, respectivamente a transição paradigmática e a societal.

A busca é a da transformação qualitativa do senso comum, no sentido emancipatório, num senso comum solidário, participativo, reencantado (Santos, 2000). Na direção do senso comum emancipatório, encontro em Felix Guattari (1992) uma expressão isomórfica: Mutação existencial coletiva, ou grandes movimentos de subjetivação num sentido emancipatório, sendo que o autor nesse caso referia-se aos movimentos emancipatórios na Pol nia e na China, contra o comunismo estatista/ditatorial. Ele próprio poderia situar-se numa corrente pós-moderna de oposição, no dizer de Boaventura Santos. Também está preocupado com os deslocamentos que produzem emancipação, sendo esta uma palavra que aparece amiúde em seus textos. Esse senso comum transformado, por assim dizer, poderia efetivar-se nas heterotopias.

A heterotopia é o lugar da deslocação radical (Santos, 1996). Sobre esse conceito, argumenta o autor (p. 235): “Em vez da invenção de um lugar totalmente outro, proponho uma deslocação radical dentro de um mesmo lugar, o nosso.” Essa proposição foi feita anos antes do I Fórum Social Mundial, me parecendo que a idéia do outro mundo possível a partir desse, que pode ser deslocado para caminhos mais justos, já estava presente em um dos seus principais articuladores.

Continua Santos (1996, p. 235): “O objetivo dessa deslocação é tornar possível uma visão telescópica do centro e, do mesmo passo, uma visão macroscópica do que ele exclui para poder ser centro.” Dessa forma, se não nos deslocarmos de nosso lugar para

nomear as ausências, a produção de heterotopias não é possível. Na razão indolente, não há lugar para deslocamentos ou desvios da noção de desenvolvimento, de progresso.

A indolência da razão funda-se em alguns princípios de racionalidade, segundo o autor típicos da modernidade ocidental, expressos por: *razão impotente*, que nada pode contra uma necessidade exterior a ela; *razão arrogante*, que é incondicionalmente livre; *razão metonímica*, que é a única (a metonímia é uma figura da linguagem que significa a parte pelo todo) e *razão proléptica*, que sabe tudo do futuro (a prolepse é uma técnica narrativa que significa antecipação, conhecimento do futuro no presente, como já referi anteriormente no texto).

No artigo intitulado “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, publicado na Revista Crítica de Ciências Sociais de outubro de 2002, Santos centra-se na *razão metonímica*, onde as partes só existem em função do todo, e *uma parte vira o todo* - os princípios da modernidade ocidental, - e na *razão proléptica*, onde a ciência garante o progresso linear e contínuo e aí o futuro será esplendoroso, pelo menos em seus ideais. A redução do mundo criticada deu-se no processo de laicização e com a idéia de progresso e linearidade típica da racionalidade moderna ocidental, cuja lógica une-se simbioticamente à lógica capitalista.

O masculino e o patriarcado viram o todo, sendo uma só parte do universo humano de sentidos. Como totaliza-se, vira a parte mais importante, acabando por ser unívoca. O feminino e o matriarcado tornam-se uma parte que só existe em função do todo, não possuindo racionalidade própria reconhecida como tal, para a versão predominante que é a patriarcal. O exercício epistemológico que procura entender as partes em si, fora da sua relação dialética com o todo hegemônico pode ser difícil, mas é proposto pelo autor como um meio de fazer emergir ausências. O que há, no feminino, que não se submete ao masculino? O que há, no Sul, que não está subjugado à sua condição de colônia do Norte? O que há, na economia, que não se resume à lógica financeira do mercado? Que ausências são produzidas para serem ausentes? Que outras racionalidades existem para serem transformadas em emergências? Essas indagações estão presentes para o pesquisador ou pesquisadora que se dedicar à sociologia das ausências.

**A expansão do presente como uma nova relação com o espaço-tempo:
Sociologia das ausências, ou a crítica da razão metonímica**

O que é produzido para permanecer ausente da esfera pública global não será reconhecido como alternativa credível sob a égide da razão indolente, que produziu tanto o capitalismo industrial e posteriormente neoliberal quanto as próprias alternativas a ele, a exemplo do socialismo. Durante o séculos XIX e XX, a esquerda que combatia o capitalismo centrou-se numa referência também excludente e metonímica, pois previa *um* desenrolar histórico - a revolução da classe trabalhadora e o socialismo, - com *um* ator social primordial para realizá-lo - a classe operária, desconsiderando uma série de outras questões referentes à essa classe operária, vista de forma equivocadamente homogênea. Foi, portanto, alternativa também unívoca e excludente, gestada no seio da mesma forma de racionalidade indolente. Onde foi posta em prática como o socialismo real (com muitas distorções em relação às versões originais, é certo), o triste resultado fala por si só.

Conferir credibilidade às *diversas alternativas*, no plural, seria o objetivo da prática da sociologia das ausências. Numa versão psicossocial, a ser incorporada à psicologia social crítica, *a psicossociologia das ausências* é aquela que procura conhecer, validar e creditar alternativas em termos de modos de ser, viver, amar, trabalhar, sentir, parecer, nutrir, consumir, diferentes dos tradicionais ou considerados como únicos válidos. Em termos gerais, o presente trabalho propõe-se a isso, no campo laboral com a economia solidária. O resultado é a expansão ou dilatação do presente, que fica mais rico com o reconhecimento da diversidade de experiências que o compõem.

Existem algumas formas de produzir não-existências, que se corporificam em algumas lógicas de pensamento, inerentes ao capitalismo e sua forma de racionalidade. São cinco as lógicas de produção das não-existências identificadas pelo autor, que constituem monoculturas nas dimensões epistemológica, temporal, de classificação social, escalar e produtiva. Vejamos a cada uma por vez, brevemente:

- **A monocultura do saber**, ou do rigor do saber: Ciência moderna e alta cultura são o padrão único de verdade e qualidade estética, respectivamente.
- **Monocultura do tempo linear**: O que é contemporâneo quem decide são os países centrais do sistema-mundo ocidental-capitalista e o tempo é linear, rumo ao progresso futuro.
- **Lógica da classificação social**: São categorias sociais que naturalizam hierarquias, desigualdades e injustiças sociais. Assimetrias entre raças, sexos, gêneros, etnias e classes sociais assumem caráter natural, e quem é “inferior” jamais será alternativa credível para quem é “superior”.

- **Lógica da escala dominante:** Qual a escala padrão, a única que vale? O global da globalização hegemônica (neoliberal) é a escala dominante por excelência; o local e o particular não constituem alternativas credíveis, a não ser que se submetam às regras dominantes.
- **Lógica produtivista** ou monocultura da produtividade capitalista hegemônica: O crescimento econômico é objetivo racional inquestionável. Tanto a natureza quanto o trabalho, devem estar a serviço dessa lógica. Assim, respectivamente o estéril e o desqualificado para o trabalho não servem, devendo ser descartados. Formas alternativas de produzir, como modos familiares de agricultura orgânica, são “atrasados” ou “primitivos”, anti-desenvolvimento. Os recursos, tanto naturais como humanos, podem ser explorados de forma predatória, em nome do desenvolvimento econômico, objetivo inquestionável. A lógica da competitividade é sacrossanta. No comentário de Milton Santos, acrescenta-se mais um elemento à crítica de Boaventura:

Mas a busca da competitividade, tal como apresentada por seus defensores – governantes, homens de negócio, funcionários internacionais - parece bastar-se a si mesma, não necessita qualquer justificativa ética, como, aliás, qualquer outra forma de violência. A competitividade é um outro nome para a guerra, desta vez uma guerra planetária, conduzida, na prática, pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional, e com o apoio, às vezes ostensivo, de intelectuais de dentro e de fora da Universidade (M. Santos, 1994, p. 19).

São cinco, conseqüentemente, as principais formas sociais de não-existência que assume aquele sujeito ou grupo social que foi excluído como alternativa credível, como possibilidade de presença reconhecida na esfera pública. Então, o não-existente será:

- **O ignorante:** Todo aquele que possui saberes “não-científicos”. O saber do camponês, por exemplo, nada vale diante do saber científico do *agrobusiness*, das técnicas de transgenia etc. O que vale, diante de um executivo possuidor de três MBAs internacionais, o saber de um pequeno grupo de cooperativados autogestionários lutando para colocar seus produtos em um mercado local?
- **O residual:** Uma temporalidade diversa da frenética máxima que tempo é dinheiro só pode ser considerada residual, ultrapassada, fadada a fenecer. Algo que pareça pré-moderno jamais seria alternativa credível ao moderno. Assim, fica declarada a não-contemporaneidade do contemporâneo, ao negarem-se formas contemporâneas diversas da hegemônica. Para ilustrar, o autor descreve o encontro entre o camponês africano e o

executivo do Banco Mundial em trabalho de campo. Um é contemporâneo e o outro não, embora coexistam no mesmo espaço-tempo.

- **O inferior:** O “superior”, muitas vezes, teve uma árdua missão, como o homem branco em sua senda civilizadora. O inferior pertence às classes populares, naturalmente. Para ele ou ela não existe emprego nem remuneração compatível com a sobrevivência. A eles será imputada a culpa, pela sua natural condição de negros, imigrantes, mulheres, pobres etc.
- **O local:** Fora da globalização não existe nada que valha a pena como alternativa. “Quem está fora da Internet? Quem não possui telefone celular?” Perguntam-se os analistas-consultores, os futurólogos “sábios”, insinuando que ninguém mais tem essa condição. As milhões de pessoas que cabem nessa categoria “não existem”, e essa não existência é proposital. Ou simplesmente não contam. O local ou particular não cabe como alternativa ao universal ou global, portanto.
- **O improdutivo:** Pequenos empresários, cooperativas, associações... não podem ter uma produção tão “agressiva”, para usar o seu jargão, quanto o mercado neoliberal exige. E a lógica produtivista, evidentemente, não pode ser questionada. A produção vem antes da saúde dos que trabalham, vem antes da preservação ambiental, vem em primeiro lugar sempre. Aquele que produz em escala local, sem chance de certificação de qualidade, não pode ser levado a sério no mercado globalizado. A natureza e o trabalho podem ser explorados à exaustão, para que a produtividade não sofra impactos desagradáveis.

Nessa lógica, a meu ver, reside o aspecto dilemático da psicologia organizacional. Discutirei a questão específica da psicologia frente a esse contexto em capítulo próximo. Sem poder questionar a lógica produtivista, fica difícil intervir visando a saúde mental no trabalho, dado que a fúria produtivista é a inimiga número um da saúde física e mental dos trabalhadores e trabalhadoras.

A produção social dessas ausências resulta na subtração do mundo, na contração do presente e no desperdício da experiência. A sociologia das ausências coloca a necessidade de por em questão cada uma dessas lógicas. Nesse questionamento, propõe substituir a monocultura do saber científico por uma **ecologia dos saberes**, que possibilite a disputa epistemológica entre diferentes saberes, o que Santos chama de justiça cognitiva, condição para justiça social. Não há ignorância em geral, a não ser relativa a certo saber. Justiça epistemológica talvez fosse uma expressão mais coerente, na psicologia, se considerarmos as implicações do cognitivo neste campo específico.

Da mesma forma, é proposta uma **ecologia das temporalidades**: O tempo linear é apenas uma das concepções de tempo. Há o tempo circular, pois existem as culturas que aceitam a reencarnação e que portanto percebem o tempo de vida diferentemente. O exemplo do agricultor africano e do executivo do Banco Mundial é muito bom para entender que ambos terão concepções de tempo absolutamente diversas. O tempo flui diferentemente para aquele que vive numa tranqüila zona rural, onde a cultura está fortemente ligada à questão religiosa, com seus mitos e alegorias (grande riqueza de produção simbólica), bem como aos ciclos da natureza; e para o outro, com seu telefone móvel, seu *lep-top* e sua pressa em verificar a cotação do dólar, várias vezes ao dia.

Seguindo a mesma lógica, trabalhar com uma **ecologia dos reconhecimentos**, para que a diferença não seja identificada com desigualdade, como nas relações coloniais do capitalismo ocidental hegemônico e dos cidadãos entre si. O problema da cidadania é fundamental, pois existem milhões de cidadãos produzidos para estarem ausentes, excluídos da cidadania.

A **ecologia das trans-escalas** nos leva a recuperar o que no local não é efeito da globalização hegemônica. Significa tentar recuperar outras racionalidades, não tomando somente como padrão a hegemônica. Seria o caso de escalas de produção menores, por exemplo, pautadas por outros valores, como o caso da economia solidária, também aparecerem e disputarem espaço nas práticas sociais. Ou sistemas religiosos, culturais, o que seja, que não sejam aderentes ao da larga escala globalizada, poderem da mesma forma existir e ser reconhecidos na esfera pública.

Finalmente, a **ecologia da produtividade**, na qual se valorizam sistemas alternativos de produção e consumo, como os presentes no campo da economia solidária; cooperativas operárias, empresas autogeridas, pequenas associações, etc. Questionar necessidades criadas pelo modo hegemônico de produzir e consumir faz parte dessa ecologia. Toda a produção teórica e as práticas realizadas no campo do comércio justo, do consumo e financiamento solidário, das redes de colaboração, da sustentabilidade ambiental, entre outras, cabem na lógica da ecologia da produtividade, que deverá estar aberta a novas sugestões e produções.

Comum a todas essas ecologias, é a idéia de que a realidade não pode ser resumida ao que existe. Isso exige imaginação epistemológica e imaginação democrática. Implica em desconstrução e reconstrução em patamares, lógicas e padrões diferenciados de existência.

A contração do futuro: Sociologia das emergências, ou a crítica da razão proléptica

O progresso sem limites torna o futuro infinito. “Sabe-se” (na razão proléptica) como será o futuro: Brilhante, a ciência resolverá o problema da fome, das doenças e outros flagelos. Dessa forma, ele não é objeto de cuidado. Faz-se necessário conscientizar-se da escassez do futuro, para que ele torne-se objeto de cuidado *hoje*. Contraí-lo não é diminuir sua importância, pelo contrário. A sociologia das emergências é uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes, concebendo futuros possíveis e construindo-os.

O conceito vital aqui é o de *ainda-não* (Bloch, 1995). Ele pode revelar a totalidade - que é inesgotável e está sempre para além - do mundo. Ele é capacidade (potência) e possibilidade (potencialidade). Por outro lado, é incerto, pode trazer o inesperado. O fato é que se reconhece que não sabemos do futuro: As sínteses que o trarão estão em aberto. Por isso o perigo iminente que faz Ernst Bloch (1995), autor cuja obra Santos retoma, citando-o repetidamente, dizer que junto a cada esperança há um caixão à espera. Não sabemos, por exemplo, se a economia solidária se constituirá numa alternativa credível e ocupará espaços importantes na economia mundial, ou se sua fragilidade resultará em seu desaparecimento. O certo é que precisamos cuidar, no presente (por isso expandi-lo) desse futuro incerto (por isso contraí-lo enquanto certeza, não importância).

A obra desse grande filósofo utópico é realmente fascinante, como pude sentir, embora com pouco tempo para aprofundar a leitura, infelizmente; seu livro “O princípio da esperança” (“The principle of hope”; só tive acesso a ele em inglês) é uma obra de três volumes, mais de mil páginas e mais de cinquenta capítulos. Bloch incita-nos a “agarrar” as três dimensões do sentido de tempo humano: Oferece-nos uma análise dialética do passado que ilumina o presente e pode nos dirigir a um futuro melhor. O passado - aquilo que *foi* - contém os sofrimentos, tragédias e falhas da humanidade, que estão aí para serem evitados, bem como contém suas esperanças e potenciais não-realizados, que *poderiam* ter sido e *podem ainda ser*.

Para Bloch, a história é um repositório das possibilidades que são opções vivas para a ação futura; conseqüentemente, o que poderia ter sido - mas não foi - pode ainda ser. O momento atual é constituído assim em parte pela latência e em parte pela tendência: Os potenciais não realizados que são latentes no presente, e os sinais e prenúncios que indicam a tendência do sentido e do movimento do presente para o futuro. Esta temporalidade tridimensional deve ser ativada por sujeitos que percebam o potencial

emancipatório do *ainda-não* realizado, nas latências e tendências do presente, e pelas esperanças do futuro. Esse autor analisa a cultura em muitos aspectos, concluindo que a esperança por dias melhores permeia a existência humana, e não há quem não sonhe com *possibilidades*, com um futuro melhor, com realizações, por mais que estas possam diferir conforme o contexto e o sujeito. Sobretudo, Bloch desenvolve uma filosofia da esperança e do futuro, um sonhar para a frente, uma projeção e uma visão de um possível - mas *não* garantido - futuro de liberdade.

Enquanto a sociologia das ausências se move no campo das *experiências* sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das *expectativas* sociais. As expectativas modernas eram grandiosas e abstratas, falsamente infinitas e universais. Justificaram a morte, a destruição, o desastre, a guerra, em nome da redenção sempre vindoura, sempre futura, em nome da qual se praticaram barbaridades. Mas repudiar essa característica da modernidade não significa o niilismo ou a celebração do gozo imediato. Contra o niilismo, propõe-se uma nova semântica das expectativas (Santos, 2002).

Os campos sociais onde o aumento ou expansão das experiências credíveis podem dar-se são muitos e diversos. O autor sugere algumas possibilidades de reconhecimento de experiências alternativas ao *satus quo*, na linha das ecologias.

- **Experiências de conhecimento:** São diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimento, sem que um domine o outro, mas que se produzam no encontro saberes úteis para a humanidade. Por exemplo, encontros entre a biotecnologia e os conhecimentos indígenas sobre a natureza; entre a agricultura industrial e a agricultura camponesa ou sustentável, etc.
- **Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção:** São formas e modos diversos de economia popular solidária, produção eco-feminista ou formas pós-gandhianas de produzir e consumir, inspiradas no *swadeshi*; este último é um paradigma que destaca a simplicidade no viver, o consumo de produtos locais, bem como a vivência das práticas religiosas ou culturais locais, ao invés de ir buscar fora, muitas vezes na cultura do opressor, práticas, bens culturais ou de consumo. Também encaixa-se aqui o comércio justo em oposição ao comércio livre, e por aí fora.
- **Experiências de reconhecimento:** Possibilidade de diálogos e reconhecimento de conflitos entre sistemas de classificação social. Exigência de uma nova articulação entre os princípios da diferença e da desigualdade, desmascarando hierarquias que só existem para manter privilégios.

- **Experiências de democracia:** Diálogos entre o modelo hegemônico - representativo - de democracia e a democracia direta ou participativa, em vigor sob diferentes formas ao redor do mundo (Porto Alegre, África, Índia).
- **Experiências de comunicação e informação:** Trata-se de reconhecer, viabilizar e difundir diálogos e conflitos entre fluxos (*medias*) globais de informação e os *media* independentes e alternativos.

Teoria da tradução: A impossibilidade de uma teoria geral em tempos de fascismo social

Qual a alternativa, portanto, à grande teoria unificada? Se considerarmos realmente que uma teoria que provê uma única possibilidade de emancipação social (como o marxismo ortodoxo) não responde mais num contexto de descentramento do sujeito, de fragmentação e atomização do real, precisaremos produzir alternativas que não conduzam à apatia política, niilismo e formas celebratórias de pós-modernismo.

A questão é reconhecer que cabem muitas totalidades no real, todas necessariamente parciais. Mas o pós-modernismo de oposição discorda do pós-modernismo celebratório que somente acolhe a mudança caótica e descontínua, preferindo ele preocupar-se com transformação social, emancipação e justiça. Compreende a ética como justiça, embora não acredite em referências fixistas - sempre sujeitas a parcialidades perigosas - nesse campo.

A esta altura, surge o trabalho de tradução no lugar da teoria geral. A tradução é o procedimento que permite criar a inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo. Se o movimento associativo na esfera laboral não puder entender que a causa do movimento negro, dos *gays* ou das mulheres oprimidas situa-se igualmente no campo da resistência ao conservadorismo, colonialismo e patriarcalismo, enfraquecerá todo o campo da resistência e da possibilidade de mudança social. Por isso é necessário que os agentes traduzam, uns para os outros, as suas preocupações isomórficas no que se refere à transformação do instituído.

A tradução entre saberes assume a forma da *hermenêutica diatópica*. Essa forma de hermenêutica consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vistas a identificar preocupações isomórficas entre elas. Os *topoi* ou lugares de produção de saberes, discursos e práticas podem hibridizar-se sem perder suas características e sua riqueza conceitual e prática. Todas as culturas são incompletas e podem se enriquecer com

o diálogo com outras, no momento em que é reconhecida a impossibilidade da completude cultural.

Construir alianças entre diferentes saberes é também poder ver o que é considerado subalterno fora da relação de subalternidade. Pois se só vemos o subalterno dentro do jogo dialético opressor-oprimido, fica difícil perceber o que aquele grupo, sujeito ou comunidade oprimida poderia produzir, caso estivesse fora da relação de subalternidade.

A tradução é um trabalho intelectual e também político. Na problemática do *quê* e do *como* traduzir, vai entrar o conceito de *zonas de contato*, que são campos sociais onde diferentes mundos-da-vida se encontram. Como exemplo: O colonizador e o colonizado, o saber científico e o popular, a cooperativa e o cliente etc. Nessas zonas de contato, a hermenêutica diatópica e o trabalho de tradução que lhe segue tornam-se de vital importância para a possibilidade de estabelecer relações onde a autoridade possa ser compartilhada, ao invés da dominação exercida.

A razão cosmopolita clama por zonas de contato multiculturais. As culturas são constituídas por várias versões, às vezes conflitivas, dessa mesma cultura. É preciso, por exemplo, constituir um diálogo multicultural sobre concepções diversas de dignidade humana, buscando um *topoi* comum, acessível tanto às comunidades agrárias da África quanto às comunidades urbanas do centro do sistema-mundo. Diferente do universalismo moderno, esse *topoi* comum global pode expressar-se em várias línguas, e possui muitos rostos.

A razão cosmopolita prefere imaginar um mundo melhor a partir do presente, reinventando experiências e utilizando o trabalho de tradução para criar sentidos e direções talvez precários, mas concretos, e certamente não baseados em falsas promessas. Criar justiça social global a partir da imaginação democrática seria um projeto aberto, a ser completado de forma multicultural. Aqui poderiam estar desenhados possíveis caminhos para a retomada do pilar da emancipação social

Na contemporaneidade, as soluções demo-socialistas perderam força para a agenda neo-conservadora ou neoliberal que não considera a inclusão social como objetivo plausível ou necessário. Deste modo, parece bloqueada a via legal para a emancipação social. A via revolucionária também está em baixa popularidade. A proposta pós-moderna celebratória é politicamente arriscada, pois coincide, em muitos pontos, com a agenda conservadora, não se opondo às formas de dominação do capitalismo global. É um momento que demanda criatividade, imaginação de alternativas. Ao propor o radical “despensar” da ciência, ou sua reinvenção, para atender às necessidades dos grupos sociais

subalternos, pressupõe-se que a ciência social renovada se incorpora às lutas emancipatórias.

Vivemos uma espécie de morte do contrato social, o qual constitui num regime geral de valores voltados para o bem comum. Este último está em crise, desacreditado; e nesse vácuo emerge o fascismo social (Santos, 2003a).

O fascismo social não é reconhecido como tal pela sociedade em geral; talvez, novamente, em virtude do problema da temporalidade. O tempo-instante da frenética vivência dos tempos mutantes (Grisci, 2000) colapsa as seqüências de acontecimentos, reduzindo-as a um presente infinito que trivializa as alternativas por via da sua multiplicação tecno-lúdica, fundindo-as em variações do sempre igual. “Longo prazo são os próximos 10 minutos” (Santos, 2003a, p.23). As imagens da mídia bem como a experimentação da vertigem temporal, agem eclipsando o fascismo enquanto tal. O contrato social é atacado e vilipendiado, progressivamente.

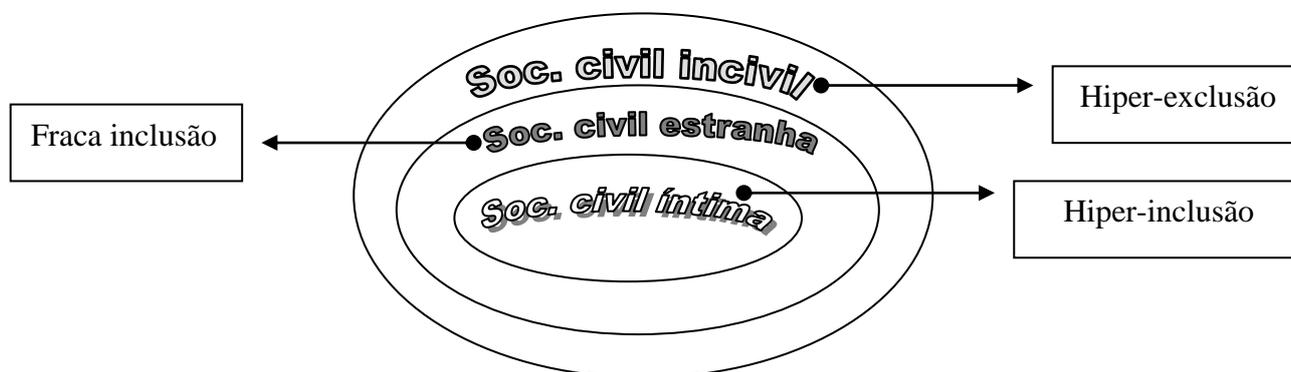
Na esfera laboral, temos novos vínculos contratuais sem estabilidade, supremacia do consenso de Washington e um verdadeiro caos em termos de convivialidade e sobrevivência, com a experimentação de uma angústia extrema que a psicologia parece não dar conta com o seu instrumental convencional; o trabalho deixa de ser suporte da cidadania, perde o seu estatuto político. O fascismo social referido não existe como regime político, mas antes como regime social ou civilizacional, bastante “pluralista” e produzido não somente pelo Estado e mercado, como por outros agentes com interesses específicos e com forte influência midiática.

Santos (2003a) identifica quatro formas de fascismo social: *Fascismo do apartheid social*, que seria a segregação em “zonas selvagens” ou espaços-tempo habitados por grupos que estão fora do contrato social, e “zonas civilizadas”, habitadas por grupos que ainda estão dentro de condições de contrato social; *fascismo para-estatal* dividido em *contratual e territorial*, que significa a usurpação de prerrogativas estatais por agentes sociais poderosos (especialmente os financeiros); *fascismo da insegurança* ou manipulação do sentimento de insegurança geral para gerar ainda mais exclusão; e finalmente *fascismo financeiro* ou controle dos mercados financeiros numa economia de cassino, que locupleta poucos e exclui muitos, com relações de poder e de troca extremamente desiguais.

O fascismo social, portanto, produz uma sociedade civil estratificada, que o autor vai subdividir em sociedade civil íntima, sociedade civil estranha e sociedade civil incivil. Identifica nas sociedades ocidentais contemporâneas, especialmente nos centros urbanos,

um núcleo central com cidadãos acesso a direitos civis, um círculo intermédio misto com baixa inclusão e exclusão total dos direitos sociais. Visualizando, na figura baseada em Santos (2003a, p. 25):

Fig. 1- Esquema do fascismo social



O primeiro nível goza plenamente de direitos políticos, culturais e sócio-econômicos; o segundo nível possui acesso escasso aos direitos sócio-econômicos e também aos culturais, ou pós-materialistas. E o terceiro nível é aquele que, mesmo produzido para ser invisível, aparece na sua mais absoluta exclusão de qualquer direito dentro do sistema local e do sistema-mundo, eventualmente aparecendo sob a forma de criminalidade; sendo nesse caso tratado como a causa, não como a consequência, dos problemas do sistema-mundo globalizado.

A hiper-inclusão convive com hiper-exclusão, resultando numa polarização social de lamentáveis proporções. As alternativas concebidas pelo autor seriam construídas a partir de uma aliança do ocidente subalterno ao resto do mundo não ocidental, para buscar formas de superar o fascismo social.

Para tanto é preciso exercer o direito e a política da globalização contra-hegemônica e do cosmopolitismo subalterno. Isso pode significar ir contra o direito liberal, que visa garantir antes de mais nada a propriedade privada, mesmo quando ela significa a negação do direito de todos. Nesse paradigma, que seria o do cosmopolitismo subalterno, a desobediência civil pode constituir a legalidade subalterna, na busca de atendimento às demandas coletivas. É o caso de alguns dos movimentos sociais que lutam pela inclusão, como MST no Brasil e movimento zapatista no México. Examinemos agora as possíveis formas de resistência.

Globalização contra-hegemônica e cosmopolitismo subalterno

Contraposições à globalização hegemônica ou neoliberal existem em todo o planeta, vide movimento Fórum Social Mundial, que abriga agentes dos mais variados países, culturas e demandas. Geralmente possuem uma concepção alternativa de desenvolvimento e de interesse geral. São movimentos sociais, grupos, organizações, ou simplesmente pessoas, de origens plurais e diversas, unindo-se pelo *topoi* comum de dignidade humana básica.

Entretanto, na pluralidade reside ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza, pois a força da riqueza multicultural pode ser a fraqueza ou dificuldade de comunicação e cooperação mútua; daí a necessidade do procedimento de tradução, sem o qual pode tornar-se difícil a identificação dos objetivos comuns.

Ao feixe de projetos e lutas progressistas globalizadas Santos (2002; 2003a) chama cosmopolitismo subalterno. A esses projetos não subjaz uma teoria única ou uma estratégia una. Sua expressão pode ir do movimento zapatista no México, à economia solidária em Porto Alegre. Não há teoria unificada que dê conta das realidades empíricas tão diversas que temos na contemporaneidade e suas múltiplas configurações. A teoria da tradução pode, contudo, propiciar inteligibilidade mútua entre as lutas sociais, fortalecendo-as.

O cosmopolitismo subalterno é um projeto cultural, político e social do qual existem “apenas manifestações embrionárias” (Santos, 2003a, p. 35). Desenvolvê-lo pode ser objeto do movimento Fórum Social Mundial, por exemplo, ou qualquer outro agente

identificado com o campo que, como vemos, não pode ser resumido à problemática da classe social, embora esse elemento seja muito importante.

Como já vimos, o conceito de cosmopolitismo não é aqui sinônimo de universalismo, estatuto de cidadão do mundo, mas sim uma forma político-cultural de globalização contra-hegemônica. Santos (2003a) ainda pergunta quem dele precisa, ou quem pode dar-se ao luxo de tê-lo? E responde a si próprio que quem quer que veja negado seu direito à dignidade humana básica, quem eventualmente for vítima de intolerância de qualquer tipo, pode dele se beneficiar. A natureza emancipatória dos combates sociais reside justamente no seu conjunto. Daí a importância da hermenêutica diatópica e do procedimento de tradução.

Para exemplificar o conceito, o autor refere o contributo do movimento zapatista, que segundo ele traz uma quádrupla novidade (2003a, p. 31):

- Conceito de poder e opressão ampliado;
- Equivalência entre os princípios de igualdade e diferença;
- Democracia e conquista de poder ressignificados;
- Rebelião (contrário de passividade) e não revolução.

O movimento baseia-se num conhecimento oriundo do senso comum, visando um potencial desestabilizador ao grande capital que oprime o povo mexicano. Não busca a tomada do poder, mas a criatividade política para um mundo menos confortável aos interesses hegemônicos do grande capital. São objetivos que podem tornar-se um tanto vagos, já que o propósito não é a revolução nem a tomada de poder. Justamente por isto a necessidade de tradução, por isto a necessária reflexão e ponderação multicultural.

Na questão da legalidade, o tema desenvolvido é práticas sociais e direito, ou práticas jurídicas. Não pretendo adentrar mais um campo, o da ciência jurídica, por não dispor de tempo para sentir-me mais segura, ainda nesse trabalho, para interrogá-lo com um mínimo de cabimento. Mas é interessante poder pensar sob o ponto de vista do direito também, já que aquilo que for considerado ilegal pode impedir as conquistas progressistas do cosmopolitismo subalterno.

Responder ao dano sistemático que a sociedade como um todo vem sofrendo implica em reivindicar um contrato social novo e radicalmente mais inclusivo. A legalidade cosmopolita visa principalmente a sociedade civil incivil e estranha, visa capacitar as comunidades subalternas e os mercados subalternos a reagirem e imporem sua presença na esfera pública.

Para Santos, todo o campo do cosmopolitismo subalterno, inclusive o movimento FSM, sofre de *um excesso de sentido mas um déficit de desempenho*. Aquilo que almejamos é muito, o que temos conseguido é ainda pouco. Materializar esses sentidos é a difícil caminhada de todo o campo cosmopolita subalterno ou daqueles identificados com suas lutas. A legalidade cosmopolita da zona de contato é antimonopolista na medida em que reconhece reivindicações rivais e organiza a luta em torno da competição entre elas.

São identificados quatro tipos qualitativamente diversos de sociabilidade: A violência, a coexistência, a reconciliação e a convivialidade (Santos, 2003a, p. 45). Passar do primeiro tipo ao último exige intensos esforços efetivos, que corporifiquem, materializem possibilidades e sentidos emancipatórios.

Nessa perspectiva, o *topoi* comum de dignidade humana pode expressar-se na forma de direitos humanos multiculturais. A idéia da dignidade humana pode ser formulada em muitas “línguas”. Essas diferenças podem ser mutuamente inteligíveis através da hermenêutica diatópica e do procedimento de tradução. Está sempre presente a demanda por uma sociabilidade de convivialidade e de uma política de direitos onde direitos coletivos e individuais se reforcem, não se canibalizem como acontece freqüentemente. Uma cidadania cultural apropriada a partir da disputa entre princípios de igualdade (cidadania) e diferença (identidade cultural) exige o fomento da convivialidade entre as diferenças.

Muitos campos científicos são conclamados a participar desses processos, e como venho desenvolvendo na tese, vejo a psicologia e a economia fortemente implicadas nesse movimento. Santos também enfatiza o direito, devido à sua própria formação, acentuando como ele deve ser também reinventado na transição paradigmática. O direito do trabalho, por exemplo, corre o risco de simplesmente desaparecer, num projeto de sociedade onde o econômico se desvincula do social e o trabalho não é mais suporte e veículo de direitos e de cidadania.

Seria necessário a redescoberta democrática do mundo do trabalho, para a construção de sociabilidades cosmopolitas e relações de convivialidade. Segundo Santos (2003a, p. 54): “(...) embora o trabalho, enquanto fator de produção, esteja globalizado, a relação salarial e os mercados de trabalho se acham tão segmentados como no passado.” Para tanto, sugere quatro pontos, quatro iniciativas que se postas em prática se configuram como movimentos progressistas no mundo do trabalho. São elas: A redução do horário de trabalho; a definição de padrões de trabalho internacionais (em termos de direitos); os movimentos anti-*swetshops* (estes constituem redes de organizações que exercem pressão

sobre empresas que exploram trabalho e violam direitos) e o reconhecimento do polimorfismo do trabalho (ou idéia de que flexibilidade de métodos e processos laborais não implica em precarização das relações laborais). O trabalho precisa ser critério de inclusão, não exclusão ou exploração.

O autor discorre ainda sobre o direito e a produção não-capitalista, considerando que uma economia de mercado, dentro de certos limites, é desejável. Uma sociedade de mercado, entretanto, é eticamente repugnante e ingovernável, devido à mercadorização de todos os aspectos da vida. Aqui centra-se o interesse da minha pesquisa, com o problema empírico da economia solidária. A desmercadorização da instância produtiva e distributiva faz-se necessária para a desmercadorização e socialização da esfera econômica e da vida em geral. Vejamos: “A promoção de mercados não-capitalistas subalternos, isto é, mercados norteados pela solidariedade e não pela ganância, é o terceiro objetivo.” (Santos, 2003a, p. 58). Aqui a economia solidária vira tópico importante para a agenda cosmopolita subalterna.

Em âmbito mundial, são identificadas várias iniciativas promissoras no campo, apesar de em constante perigo devido à sua fragilidade. Santos (2003a, p. 59) cita algumas:

(...) por exemplo, as cooperativas de trabalhadores informais – desde os lixeiros na Índia e na Colômbia às donas de casa das favelas de São Paulo – bem como as cooperativas de trabalhadores da indústria despedidos durante os processos de *downsizing* de grandes empresas, têm sabido utilizar com imaginação o direito estatal – e as brechas que aí se encontram – para avançar com formas solidárias de distribuição de bens e produtos.

O comércio justo igualmente recebe destaque pela sua tendência ao crescimento, embora represente hoje apenas 0,01% dos 3,6 bilhões de dólares transacionados a nível mundial. Os acordos de comércio justo demandam características de multilateralismo, democracia, transparência, representação, equidade, descentralização, diversidade e responsabilização. Também um novo sindicalismo deve emergir dessa transição, aquilo que se designa por sindicato como movimento social, inserindo-se em alianças cosmopolitas.

Mas o mais importante movimento social, para o autor, seria o Estado. O Estado como movimento social? Parece estranha a proposição. Na desestatização da regulação social, seria preciso fazer do Estado um componente de todo o conjunto de esferas públicas, lutando por uma democracia de alta intensidade. A tensão entre democracia e

capitalismo precisa encaminhar-se na perspectiva da democracia distributiva, que englobe a ação estatal e não-estatal, ambas as esferas precisando ser democratizadas. Lutas por desenhos institucionais alternativos é a marca da transição paradigmática.

Concluindo essa seção sobre o trabalho mais recente de Boaventura Sousa Santos - tão frutífero para analisar e produzir o campo da economia solidária, - tem-se que a legalidade cosmopolita subalterna está a dar seus primeiros passos, tratando-se de uma aspiração e de um projeto; que a razão indolente descarta, mas que está disputando o seu espaço na esfera pública global.

Complementando, trago as palavras de Eric Hobsbawm (1995, p. 562), que me fizeram refletir sobre a possibilidade de mundos (melhores) vindouros, sem que tenhamos que nos render ao que está posto, ou seja à hegemonia sem precedentes do capitalismo global:

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode seguir *ad infinitum*. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a ausência de alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.

Mas, refletia eu enquanto lia textos de economistas, historiadores, juristas e filósofos: E a psicologia, que tem com tudo isso? Para tentar elaborar um pouco mais a fundo essa questão que me move desde o início da pesquisa, mergulho agora na especificidade e no conflituoso campo da ciência psicológica, sendo que é necessário, obviamente, fazer escolhas/ recortes, e muitos. Não poderia dar conta, ao discutir a psicologia, de todos os seus debates importantes, das muitas totalidades que a compõem. Por isto, elegi aqueles pontos que mais me ajudaram a pensar sobre meu problema de pesquisa e minhas atuais inquietações. Se essa parte da narrativa traz inquietações, o leitor ou leitora pode ter então certeza que ela reflete o estado intelectual de sua autora.

3- Quem precisa de uma psicologia emancipatória? Uma reflexão a um tempo epistemológica, teórica e ética

Entregues a si mesmos, os negócios humanos só podem seguir a lei da mortalidade, que é a única lei segura de uma vida limitada entre o nascimento e a morte. O que interfere com essa lei é a faculdade de agir, uma vez que interrompe o curso inexorável e automático da vida cotidiana (...). Fluindo na direção da morte, a vida do homem arrastaria consigo, inevitavelmente, todas as coisas humanas para a ruína e a destruição, se não fosse a faculdade humana de interrompê-las e iniciar algo novo, faculdade inerente à ação humana como perene advertência de que os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para transformar. (Hannah Arendt, 1983, p. 258)

A ação ou atividade, para a filósofa Hannah Arendt, é a base através da qual os seres humanos constroem seu mundo, articulam suas identidades e interferem decisivamente na vida vivida. Tive sempre presente essa noção, ao construir a minha trajetória na psicologia ligada ao trabalho.

Recentemente, pude ver muitos cientistas sociais questionando referências ao pensar o sujeito, as sociedades e o trabalho. Stuart Hall (1996) se perguntava quem precisaria da identidade. Por sua vez, Boaventura Sousa Santos (2003a) questionava se o direito poderia ser emancipatório, e em caso positivo, quem precisaria dele dessa forma. O autor discordava de Beck, Guiddens e Lash (1994) sobre a modernidade tardia ou reflexiva, sustentando que a contemporaneidade *não* é reflexiva de si mesma, ao contrário do que sustentam aqueles três pensadores. E indagava-se ainda: “existe alguma relação entre a demanda de uma sociedade melhor e a ciência?”.

Desta vez, eu mesma interrogo se a psicologia pode, ou deve, ser emancipatória e quem precisa de uma psicologia emancipatória. Como uma psicologia libertadora pode produzir-se, sempre a partir da *atividade* humana fundamental? Explico minhas dúvidas iniciais, ao começar as leituras sobre o tema: A emancipação social representa ainda projeto válido para a ciência social contemporânea, ou esse compromisso está por demais associado à versão moderna da ciência social do século XX, a qual previa uma única possibilidade de libertação? Provisoriamente, a resposta me parece afirmativa, como possivelmente ficou claro pelo conteúdo dos dois capítulos anteriores.

O problema moderno da opressão, exploração e alienação está vivamente presente, embora assuma diferentes configurações na contemporaneidade. Afinal, temos realmente problemas modernos, sem soluções modernas. Portanto, ainda faz-se necessário pensar em libertação. Ou melhor, em libertações, em emancipações, pois o plural pode mudar aquilo que a teoria crítica moderna não deu conta plenamente: O reconhecimento da não-homogeneidade das necessidades e das opressões dos cidadãos e cidadãs, agentes de diferentes sexos, etnias, comunidades, dos diversos tipos de trabalho (fabril, cooperativo, doméstico, infantil), etc.

Dado o inegável fato de que o mundo contemporâneo contém muitas formas de opressão, desde formas domésticas e institucionais de violência até guerras explícitas em nome da paz, é preciso (ainda) construir, através da atividade criativa, uma ciência social preocupada com emancipação. E uma ciência responsável, antes de mais nada, a que produz conhecimento prudente para obter uma vida decente para todos (Santos, 2003b).

Entender o sujeito dentro da concepção - e do projeto - de emancipação, significa porém pensá-lo e inscrevê-lo dentro de múltiplas possibilidades. O sujeito solidário, mas livre, precisa poder escolher, dentro de seu contexto, a melhor forma de emancipar-se. Esta é uma questão ética sob o ponto de vista societal, mas também do científico; esse capítulo tem por objetivo poder refletir sobre o papel da psicologia que assume o referencial da psicossociologia das ausências e emergências no contexto contemporâneo, justamente através de um pouco de sua história e trajetória, especialmente no campo laboral.

Escrever sobre psicologia, epistemologia e ética é um desafio dos mais estimulantes, conquanto se faz urgente o re-pensar da ciência psicológica. Enquanto campo disciplinar, ciência e profissão, ela pode considerar-se algo novo, possuindo existência formal somente a partir do final do século XIX, inaugurado por Wilhem Wundt no seu laboratório de Leipzig, em 1879. Como lembra Hanna Arendt na citação inicial, os

empreendimentos humanos - e não resta dúvida que a ciência psicológica é um deles - estão aí para serem transformados.

Nunca é demais, apesar de já ter expresso considerações a esse respeito no primeiro capítulo, definir a concepção de ser humano com a qual estou trabalhando, uma vez que diferentes psicologias (ou paradigmas psicológicos) possuem diferentes concepções e nisto reside parte de sua especificidade.

Aqui entende-se o ser humano como um sujeito que pode agir intencionalmente, refletir, mas que também não tem acesso completo às poderosas forças que vão atingi-lo no decorrer da sua existência; portanto, um sujeito que possui uma consciência, mas que é também precarizado, desejante, faltoso, desamparado no sentido psicanalítico (Freud, 1996). Portador de uma história singular tecida nas relações que estabeleceu, todo o seu acesso ao mundo é mediado pela alteridade, por isso ele ou ela é relacional por excelência. O espelho da alteridade lhe constitui a identidade que o/a caracteriza e a diferença que o/a singulariza. Ao negar o outro, no individualismo, esvazia-se de sentido. E o ser humano só afirma-se num esforço de propor sentidos que lhe valham a experiência de con-viver, sem os quais não vivencia uma existência plena. Pensa-se e fala-se com o instrumental da linguagem, elemento que o costura ao mundo e a seus pares.

Na linguagem, o sujeito humano se apreende, pois como foi dito no início do trabalho, necessita de elementos lingüísticos para se representar, para constituir-se enquanto identidade, ocupando lugares e construindo saberes que lhe dão certa fixidez em um mundo viável, real para ele ou ela, e vivido no cotidiano. Por isso, pode narrar a sua experiência vivida, imprimindo-lhe - e tornando-a plena de - sentidos.

Esta concepção de sujeito tem suas implicações na prática da psicologia, nesse caso no âmbito laboral. Pode-se considerar a psicologia do trabalho como uma área crucial da psicologia social, uma vez que incorpora as concepções teórico-metodológicas do amplo legado da psicologia social crítica, em sua abordagem e análise das relações laborais (Jacques, 1999). Que diferentes psicologias existem atuando na dimensão laboral não é novidade alguma. Entretanto, a psicologia industrial e a psicologia organizacional eventualmente têm sustentado práticas que podem ser consideradas ideológicas, no sentido que confere Thompson (1998) a esse termo, ou seja no sentido do estabelecimento e reprodução de relações injustas e opressoras. O interesse pela ideologia, aliás, é típico da psicologia social crítica, pois nas relações de opressão o sujeito livre e pleno de sentido se nega.

Ao realizar a investigação sob o prisma da psicossociologia das ausências e emergências, as relações de opressão devem ser explicitadas, atribuindo voz e vez à formas alternativas de existir. A sociologia das ausências, contudo, deve ser uma prática social, incorporada ao senso comum de muitas formas. *Não* é privilégio do intelectual crítico que eventualmente libertará alguém de alguma coisa, muito longe disso. Com essa perspectiva ingênua, a teoria crítica pós-moderna evidentemente rompeu, além de que nem caberia em seus pressupostos e na sua concepção de sujeito. Mas, por ver repetidamente criticadas as pesquisas feitas no campo da ideologia, prefiro explicitar tais questões de antemão.

Na trajetória da psicologia, vamos tecendo a teia de contradições que formou e forma o nosso campo. Nascida no laboratório, a princípio com métodos introspectivos, em seguida esforçando-se por desenvolver métodos experimentais, a psicologia fez questão de afastar-se da filosofia e da ancestralidade dos estudos do “espírito” humano. Pela sua própria trajetória, passou a ser o estudo do comportamento observável, mensurável e portanto previsível, aproximando-se das chamadas ciências naturais. Para Kastrup (2000), a origem da psicologia enquanto campo da cientificidade estava impregnada pela idéia de “desculpar a razão”, uma vez que era forçoso reconhecer que a razão não dava conta de tudo. As leis que regiam a percepção, e portanto as devidas explicações dos motivos (naturais) pelos quais a razão falhava, precisavam ser “descobertas” pela psicologia.

Na medida em que as diferentes disciplinas/ciências normalizaram subjetividades, o poder-saber da psicologia teve e tem seu papel nas tramas sociais que constituem os sujeitos, seja através da clínica, da escola ou do trabalho. Nunca deixou-se de produzir antinomias ao paradigma hegemônico (funcionalista e positivista), no entanto. Refletir sobre como a psicologia se inseriu no campo do trabalho torna-se importante para analisar sua possível inserção hoje no campo da economia solidária. Articulada com outras ciências sociais e econômicas, ela apressou-se a intervir no “mundo do trabalho”, logo que tal intervenção tornou-se possível.

Segundo Silva & Atháide (1996, p. 2), no Brasil, a partir do reconhecimento como profissão em 1962, a psicologia passa a legitimar muitos conceitos úteis aos agentes conservadores: As noções funcionalistas de desadaptação e doença, entendidas como anormalidade individual.

“A psicologia brinda os interesses conservadores apoiando a noção de “carência cultural” para explicar o fracasso escolar nas camadas mais pobres, reforçando o rótulo *ato inseguro* e a noção de *predisposição ao acidente* para justificar os acidentes de trabalho e a

relação direta e tranquilizadora entre “não-adaptação” e “doença”. O modelo clínico-liberal não se limita à atuação propriamente clínica, de terapias realizadas nos consultórios; ele é transplantado para a escola, a comunidade, a fábrica, para qualquer lugar onde atue um psicólogo, ou sejam usadas referências explicativas do campo da psicologia.”

Entretanto temos, para compor a análise, também o legado da psicologia social crítica, que gesta-se no bojo das inconformidades com as teorias e práticas que a psicologia individualizante e elitista produziu, e que com seu amplo legado faz oposição constante a tais produções.

Tento articular essas reflexões numa dimensão propositiva, bebendo de outras fontes e autores para, de volta à psicologia, fazê-la como uma teoria crítica, aquela que não concebe a realidade esgotando-se no que já existe (Santos, 2000), e não percebe o ser humano como algo já pronto e acabado, mas sim com potencialidades inscritas num devir pleno de possibilidades.

Desejo agora abordar o momento em que a psicologia se insere no debate da esfera laboral, no final do século XIX, início do XX, conclamada a participar dos esforços combinados pela produtividade do capital e da forma de subjetividade por ele gerada, no ápice da era industrial, tendo sido a própria psicologia hegemônica por ele “formatada”.

Optei, na definição da psicologia do trabalho, por utilizar uma classificação. Essa classificação - e considera-se a inegável limitação ou precariedade de todo esforço classificatório - remete ao trabalho de Jäder Sampaio (1998) sobre as três fases/faces da psicologia ligada ao trabalho. Ao classificar, reduzimos a complexidade, não há dúvida. Mas por outro lado, organizamos e nos apropriamos do contexto de uma forma mais didática, ganhando clareza em alguns pontos.

A primeira fase, que apresenta uma face própria, como *psicologia industrial*, é basicamente psicométrica, adaptativa, congregando esforços da ciência psicológica para a obtenção de produtividade e lucratividade das empresas. A segunda fase, como *psicologia organizacional*, incorpora elementos das teorias sistêmica e sócio-técnica, da dinâmica de grupos, do desenvolvimento humano no trabalho, resultando no DO (desenvolvimento organizacional), desenvolvimento de equipes, estudos sobre liderança etc. A terceira fase/face, como *psicologia do trabalho*, gesta-se a partir dos acontecimentos do final dos anos 60, incorporando os elementos da psicanálise, da teoria crítica, dos estudos sobre identidades, subjetividade, saúde do trabalhador, epidemiologia e ergonomia dentre outros campos. A partir dessa terceira face, com a qual me identifico, pode-se pensar em

desenvolver as possibilidades de crítica ao instituído oferecidas pelos saberes que se produzem.

Arrisco, então, tentar contribuir para a construção dessa psicologia social do trabalho comprometida com uma outra visão de mundo, de comunidade e de trabalho, produzindo (e sendo produzida por) paradigmas progressistas. A respeito desses novos paradigmas, na psicologia, algumas características já foram apontadas sobre sua sistematização, como podemos ver em Grisci (1998, p. 40-41):

- Caráter histórico do fenômeno psicossocial;
- Busca do conhecimento e não da verdade;
- Realidade como construção coletiva dialética;
- Crítica à dicotomia externo/interno;
- Imbricação sujeito/objeto da ciência;
- Perspectiva das majorias, das minorias e da resistência;
- Psicologia interessada na transformação social.

Isso implica numa análise e concepção de sujeito concreto, o homem e a mulher que trabalha, tantas vezes esquecido e preterido no estudo da dinâmica organizacional, nas abordagens voltadas para a eficácia e resultados organizacionais, que a psicologia - especialmente nas duas primeiras fases/faces - pressurosamente persegue, muitas vezes sem que seus agentes se dêem conta das implicações éticas que essa escolha possui.

Debates sobre os rumos da psicologia - como o têm provado aqueles que acontecem em comemoração ao dia do psicólogo, vinte e sete de agosto, alguns dos quais tenho tomado parte³ - têm mostrado que não há uma unidade de paradigmas e práticas no campo, existindo mesmo conflito e discordância sobre o que seria desejável em termos paradigmáticos, éticos e de aplicação. Com referência à questão das possíveis rupturas paradigmáticas, que longe de serem consenso entre a classe dos psicólogos, dão margem a acalorados debates, é preciso que se busquem referências que possam enriquecer, dinamizar e potencializar o debate.

Nesse sentido, cabe trabalhar com a contribuição significativa de Boaventura Sousa Santos (1996; 2000), desta vez específica para o campo, quando o autor coloca que

³ Refiro-me mais especificamente à oficina “Novos paradigmas para a psicologia”, realizada pelo CRP/07, coordenada pela professora Dr^a Jaqueline Tittoni, por ocasião da IX Jornada acadêmica da Faculdade de Psicologia da PUCRS, no dia 27/08/2002.

faz-se necessária uma nova psicologia, pois é preciso que os sujeitos *se reconheçam* em novas práticas, de liberdade e solidariedade. Estas, ao serem apropriadas e validadas, implicariam numa nova subjetividade. Embora sua área de formação não seja psicologia (tendo se declarado por ela apaixonado, entretanto⁴), esse autor da área da sociologia tem feito importantes contribuições ao campo. A partir das inclinações para considerar a realidade como um campo de possibilidades a serem exploradas, a psicologia pode tornar-se uma ciência crítica que desenvolve teorias críticas: Aquelas que não concebem a realidade unicamente como o que está dado, além de buscar a superação das contradições da ciência moderna. Vejamos:

Para a teoria crítica pós-moderna (...) todo o conhecimento crítico tem de começar pela crítica do conhecimento. Na atual fase de transição paradigmática a teoria crítica pós-moderna constrói-se a partir de uma tradição epistemológica marginalizada e desacreditada da modernidade: o conhecimento-emancipação. Nesta forma de conhecimento, a ignorância é colonialismo (...) que é a concepção do outro como objeto e não como sujeito.(...) Esse conhecimento-reconhecimento é o que designo por solidariedade. (Santos, 2000, p. 30)

Existem uma série de dimensões ligadas à emoção, à capacidade de interagir, de ter empatia, de ser criativo; não podemos correr o risco de ignorá-las, cabendo à psicologia com elas lidar, na transição paradigmática.

Importante nesta altura refletir um pouco mais (eu avisei que não seria linear ou cronológica), embora já o tenha feito na seção anterior, sobre a teoria crítica pós-moderna, se desejo que a psicologia de algum modo possa considerar-se como tal. Ela se define como uma teoria crítica renovada, contemporânea, não única (não-universal), dinâmica, que lida com três implicações básicas (Santos, 2000): Primeiro passar do monoculturalismo ao multiculturalismo, dando voz a experiências marginalizadas e desperdiçadas através de uma sociologia das ausências; segundo desistir da peritagem heróica pelo conhecimento edificante, o que implica em mudança de identidade por parte do/a cientista, além da assunção de uma ética relacional para o conhecimento; terceiro migrar da ação conformista à ação rebelde, onde concepções deterministas, conformistas ou indolentes sejam substituídas por concepções que imaginam novas possibilidades e novas formas de transformação social, sem preguiça de fazê-lo. Essa indolência atribuída pelo autor à ciência moderna cartesiana é uma forma de racionalidade típica que inclui uma sistemática negação da diferença e riqueza da alteridade, desperdiçando um rico cabedal que deveria estar a serviço da humanidade.

⁴ Em sessão de orientação individual, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em julho de 2003.

Essas reflexões, feitas já nas seções anteriores, imbricam-se, portanto, com a discussão sobre paradigmas e práticas em psicologia social do trabalho, pois a questão central é *que psicologia queremos construir*, em cima de quais bases paradigmáticas. Por isto essa reflexão é epistemológica por opção: Contra a preguiça de conhecer para transformar.

Num trabalho anterior, Boaventura Sousa Santos (1987) introduz a idéia de uma ciência pós-moderna. Essa obra fundamenta a proposição aqui apresentada, merecendo sempre uma revisita. Ao analisar a crise da forma hegemônica de inteligibilidade do real, o autor identifica a necessidade da dupla ruptura epistemológica por parte da ciência.

A primeira ruptura deveria responder a questão: “Como se faz ciência?” (1987, p. 54). Rompendo com o saber do senso comum, que se produz na espontaneidade das trocas de saberes sociais, mas que pode conter um gérmen de adaptação, ancoragem do desconhecido, resistência à mudança, preconceito. O senso comum tenta a todo custo reconciliar a consciência consigo mesma. É ora avaliado positivamente, ora negativamente, como vulgaridade, ignorância ou “véu da ideologia”.

A teoria das representações sociais de Serge Moscovici é outro campo interessante de análise do senso comum. Os saberes cotidianos migram, se rearranjam, movem pessoas e grupos no seu percurso de construção dos espaços em que transitam. Voltando a Santos, a primeira ruptura não se dá como rejeição absoluta desses saberes, mas como uma tentativa de superação. Essa ruptura representa progresso no sentido de racionalização do mundo, mas se relativizada dentro de uma racionalidade envolvente (1987, p. 39). Aí vem o momento da segunda ruptura, igualmente importante.

Na segunda ruptura epistemológica, que deveria responder à questão: “Para que queremos a ciência?” é preciso reconciliar-se com o senso comum, reconstituindo seus saberes, movendo-os, hibridizando saberes rumo a um novo senso comum emancipatório. Conforme o próprio autor, não é desejável ter do senso comum (o mesmo valendo para a psicologia) uma concepção fixista. Assim, a dupla ruptura atenua o desnivelamento entre o discurso da ciência e o discurso do senso comum, evita que a prática seja uma dimensão da técnica, rearranja a relação adaptação/criatividade.

A idéia é de uma hermenêutica crítica e sociológica da epistemologia, privilegiando a reflexão, propiciando uma leitura qualificada das múltiplas realidades. A hermenêutica de profundidade de John B. Thompson (1998) propõe exercício muito semelhante; a reflexão nos levará até a questão da ética, articulada com a *práxis* que cada

campo do saber científico conseguir produzir. Daí o interesse pela ideologia deste último autor, que em última análise é o interesse na emancipação social.

Não há uma linguagem independente, puramente semiótica ou conceitual, que permita que uma ciência se descreva e se prescreva. Nada pode ser compreendido fora da ação social (Harvey, 1989). As relações de poder e a implicação do cientista estão presentes nas práticas desenvolvidas por determinada ciência. No caso da psicologia, ela nem sempre primou pelo esforço no sentido de entender as implicações do trabalho em termos de constituição da subjetividade ou mesmo em termos dos interesses dos trabalhadores. Vamos, então, ao início de todo o processo que já analisamos superficialmente a partir da classificação das três faces/fases da psicologia aplicada ao trabalho.

A psicologia, na aurora do século XX, é chamada a ajudar a forjar o homem industrial, interessante aos propósitos do capital naquele momento histórico. Mas este chamado começou um pouco antes, e vale a pena contar parte desta história, que é a história da demanda do capital às ciências sociais, e como a resposta dessas últimas foi importante fator de subjetivação. É interessante destacar como trabalharam os primeiros teóricos das relações humanas no trabalho. Aqueles a quem Loren Baritz (1965) chamou de “servos do poder”.⁵

Conforme esse autor, a tarefa mais importante dos psicólogos no final do século XIX, início do século XX era descobrir as leis gerais do comportamento humano. A partir inicialmente do paradigma simbolizado por Descartes, do empiricismo inglês, de Sir Francis Galton, depois de Wilhelm Wundt e dos laboratórios, foi descoberto, ou inventado, o indivíduo. As diferenças individuais passaram, então, a ser testadas pelo método científico. Começava a construção do “homem psicológico”.

A herança cartesiana que colocava o cogito individual como medida de veracidade e racionalidade, passando o social a ser considerado campo de produção de irracionalidades e imoralidades é carregada pela psicologia (hegemônica) como ciência até os dias de hoje, em outros termos obviamente. Essa tendência hegemônica se com a ascensão do capitalismo, da moral calvinista e do *ethos*, do *zeitgeist* que se produziu então, favorável ao individualismo, penitência pelo trabalho e legitimação religiosa do acúmulo de lucro.

⁵ Loren Baritz, "The servants of power" Science Editions, 1965.

A modernidade trouxe a alfabetização em massa - que propiciou o acesso individual aos textos, como a Bíblia, por exemplo; a criação de uma esfera pública burguesa, a soberania jurídico-legal do indivíduo, o protestantismo, só para citar algumas das vertentes da mudança então vivenciada. A religião protestante muda o conceito judaico-cristão que é um acesso comunitário, mediado, a Deus. Agora é o indivíduo que se relaciona diretamente com Deus. É nesse momento que o individualismo é associado ao conhecimento, à capacidade de pensar e julgar e por isso passa a ser a fonte da psicologia por excelência (Gellner, 1992).

Através da influência de Adam Smith propalava-se a idéia da racionalidade (de uma certa racionalidade) das motivações humanas e sociais; entretanto Marx, Freud e Darwin - que constituíram importantes antinomias ao paradigma cartesiano - levantaram sérias dúvidas sobre a veracidade de tal noção, tanto em relação ao indivíduo como à sociedade. Na psicologia surgiram então as abordagens voltadas para os instintos, tendo William James descrito vinte e oito instintos básicos humanos, sendo refutado com números e tipologias diferentes por seus colegas da época.

Sobre a dimensão do social, segundo Neves da Silva (2001, p. 10):

(...) o social é menos um campo de aplicação da psicologia que a condição de possibilidade para o surgimento da própria psicologia moderna. Interessa-nos entender como este campo de conhecimentos se articula, reforçando a própria dicotomia indivíduo X sociedade e anunciando aquilo que, numa perspectiva foucaultiana, marca a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle.

Certamente, a “descoberta” da importância do grupo na geração de mais-valia para o capital, como colocava ainda a autora, foi fator de interesse da psicologia nos domínios da instância laboral por excelência na época, a indústria.

Os servos do poder

Conforme Baritz (1965), psicólogos como Cattell e Hugo Münsterberg, no início do século XX, testavam em laboratório porque alguns indivíduos se adaptavam melhor do que outros aos ambientes que viviam ou trabalhavam.

Curiosamente, o uso inicial da psicologia no mundo dos negócios foi pela via da propaganda, do marketing. Se o ‘instinto’ certo fosse excitado, vender-se-ia melhor de

sabonetes ou roupas à alimentos e especiarias. Em 1908, “The pshicology of advertising” é publicado por Walter Scott. Wundt e Titchener criticaram essa forma “impura” de psicologia, embora anos mais tarde este último tenha trabalhado com psicologia aplicada à administração de negócios.

Mais ou menos nesta época entra em cena na administração da produção o legendário Frederick Winslow Taylor, que timidamente a princípio (em duas companhias da Filadélfia, Tabor e Link-Belt), realizava seus estudos e implantava seus métodos “científicos” de gestão da produção. Após a publicação dos primeiros trabalhos, em pouco tempo, contava com mais de uma dúzia de grandes empresas entre seus clientes, incluindo fábricas de aço, estradas de ferro, impressoras etc.

Lentamente os princípios tayloristas foram se disseminando. Separação rígida entre concepção e execução das tarefas, controle obsessivo dos tempos e movimentos do empregado visando a rapidez da produção, dentre outras práticas, faziam parte da estratégia “científica” para elevar a lucratividade da empresa, naquele momento essencialmente fabril. Ele próprio dizia que o homem produz mais na medida que se liga seu pagamento a seus resultados, e que a única motivação seria o pagamento, sendo o trabalhador preguiçoso e ladino por natureza, além de incapaz de decidir, planejar e responsabilizar-se, precisando ser controlado.

Nesse aspecto, o comportamento humano era fator de destaque, e aí está a aurora da demanda do *bussiness world* à psicologia. A ética da psicologia industrial nascedoura pode ser entendida a partir das idéias tayloristas e de filósofos liberais como Adam Smith e Jeremy Bentham: controlando o comportamento humano a indústria ganha, o trabalhador ganha, o bem-comum ganha. A ética da psicologia industrial nascedoura pode ser entendida a partir das idéias tayloristas e de filósofos liberais como Adam Smith e Jeremy Bentham: controlando o comportamento humano a indústria ganha, o trabalhador ganha, o bem-comum ganha. É esclarecedor o texto de P. Guareschi:

O filósofo inglês Jeremy Bentham, um dos principais filósofos liberais, acreditava que o ser humano é profundamente egoísta e procura sempre maximizar suas vantagens e minimizar as perdas. A vida consiste numa luta para garantir seus interesses. E na economia, esses interesses se traduziam em garantir o maior lucro possível. Todo o resto é poesia. Buscar o maior lucro, a qualquer preço, estava de acordo com a busca do bem comum, pois o Bem Comum nada mais era do que a soma dos bens particulares. Quanto mais alguém aumentasse seu patrimônio, mais estaria contribuindo para o Bem Comum. (2002a, p. 73)

Portanto, incrementar e aumentar a produtividade e a eficiência humana na indústria tornou-se um objetivo legítimo e concernente àquela primeira fase da psicologia industrial. Dessa forma, a pesquisa nessa área voltou-se para tal objetivo. A princípio relutantemente, os “capitães da indústria” reconheceram que a psicologia, afinal, podia contribuir nos seus domínios.

Ainda na primeira metade do século, Max Weber, no campo da sociologia, publica o livro intitulado “Metodologia da Análise Psicossociológica”, enfocando o tema da seleção na indústria. Hugo Münsterberg, no campo da psicologia (foi estudante de Wundt em Leipzig) o famoso manual “Psychology and Industrial Efficiency” (Jovchelovitch, 1990).

Já na época da Primeira Grande Guerra, a psicologia industrial havia desenvolvido técnicas de seleção e treinamento nas inúmeras fábricas que trabalharam febrilmente na construção de tanques, aviões e armas, aproximando-se bastante do exército. Finda a guerra, os psicólogos investiram recursos e intenções para adquirir visibilidade junto à indústria, provando que poderiam ser úteis e rentáveis - mais ou menos como alguns de nós fazem hoje, “vendendo seu peixe” junto aos administradores de empresas, preocupando-se com a fatia de mercado abocanhada pelos pedagogos empresariais e assistentes sociais nas empresas.

Não poderia deixar de fora dessa história, avançando um pouco cronologicamente, aquele que foi o mais famoso (e talvez bem financiado) estudo em ciências sociais aplicadas ao trabalho: o de Hawthorne. Essa corporação - Hawthorne Works, da Western Electric Company - investiu um milhão de dólares no projeto. A planta da fábrica ficava localizada na parte oeste de Chicago, num distrito fabril, com uma população em grande parte imigrante, base dos operários lá empregados. Possuía, somente nessa planta, 25.000 trabalhadores em atividade e cerca de 40.000 na corporação inteira. A empresa teve um importante papel no desenvolvimento da telefonia e outros aparatos mais modernos de comunicação nos Estados Unidos.

A hipótese inicial dessa pesquisa era de que as condições físicas de trabalho estavam diretamente relacionadas com a produtividade e satisfação do empregado. A luminosidade adequada, por exemplo, poderia fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso produtivo. O professor Jackson, catedrático do Departamento de Engenharia

Elétrica do MIT (Massachusetts Institute of Technology) tomou a frente da investigação sobre os efeitos da iluminação na produtividade industrial.

Como esses estudos iniciais não foram conclusivos, a pesquisa tomou um novo rumo: Procurou isolar e controlar as variáveis que poderiam explicar o aumento da produtividade observado no grupo, já que a luz parecia não ter grande peso explicativo. A administração queria saber como a produtividade e a motivação para produzir poderiam ser estimuladas para melhorar o *output* das equipes e dos indivíduos. Pausas para descanso e bônus salariais foram testados com grupos controle. Mas parecia, afinal, que o grande fator motivacional era mesmo poder ser ouvido e fazer parte de um grupo onde se dessem relações emocionais satisfatórias. Estavam “descobertas” as necessidades psicossociais dos empregados da indústria.

Nesta fase do experimento, Elton Mayo já fazia parte da equipe, junto com outros psicólogos, sociólogos e antropólogos. O professor da Harvard Business School projetou-se, então, como o mais respeitável cientista social no mundo industrial, tendo trabalhado para aproximar administradores de acadêmicos, com sucesso. As conclusões de que padrões grupais influenciam a produtividade individual pavimentaram o caminho para estudos subsequentes, modificando os conceitos de seleção, treinamento e avaliação de desempenho nas organizações (Baritz, 1965).

O movimento que se desencadeou, a Escola das Relações Humanas, teve por si um viés semelhante. As tendências de gestão do trabalho que se sucederam, então, apresentam o trabalhador cooperativo, integrado ao grupo e responsável pela segurança patrimonial ele próprio, internalizando os interesses do capital juntamente com as suas recém-descobertas necessidades psicossociais. Os psicólogos aderiram à Escola, avançando para a segunda face/fase da psicologia organizacional. O tom de crítica à fase anterior, psicologia industrial, estava presente e a concepção humanista e anti-conflito passou a ser valorizada.

Foi postulado, na época do surgimento das políticas corporativas que acompanharam as novas tendências administrativas de então, que o conflito entre capital e trabalho era inevitável, mas que se bem administrado, através da abertura à participação dos trabalhadores no processo, poderia significar o desenvolvimento da organização da produção (Cohn e Marsiglia, 1993).

Teóricos das ciências sociais como Abraham Maslow, Frederick Herzberg, Douglas McGregor e outros estudiosos da motivação humana influenciaram o desenvolvimento de teorias e tendências em gestão do trabalho, especialmente no que se refere à motivação e produtividade. Não por acaso, o crescimento desses modelos de administração estão associados ao pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), momento em que as empresas precisavam aumentar sua produtividade para levantar as economias devastadas. Aqui cabe, então, sem rigor cronológico, uma referência ao fordismo, que foi não somente um modo de gestão da produção, mas também um processo de subjetivação social, um modo de vida.

Fordismo é um termo que tem origem na crítica de Gramsci sobre a forma de administração de Henry Ford em sua fábrica automotora (Gadotti, 1984; Larangeira, 2002). A racionalização “científica” de Taylor não contém as especificidades encontradas no fordismo, tal como ciclos de operação reduzidos (demandando pouco tempo de treinamento e de aprendizagem e a conseqüente economia de recursos financeiros) e outras estratégias de mecanização que viriam a otimizar os ciclos e tempos de produção. O tempo para produzir um carro passa de 14 para 1,5 horas. O impacto desses fenômenos que envolvem o tempo e sua experimentação pelos sujeitos têm sido problematizados por vários autores - tendo sido analisados por Grisci (2000) em sua tese de doutorado - traçando relações importantes com a questão da subjetividade e do trabalho. Da mesma forma, em Harvey (1989) encontra-se valiosa análise sobre o tema. Este último, ao analisar a condição pós-moderna, dedica ao fordismo enquanto estratégia social típica da modernidade especial atenção. Ele lembra que de cada minuto trabalhado, cinquenta e sete segundos eram aproveitados através da realização de uma única tarefa, da organização do trabalho altamente verticalizada, da rigidez, da regulamentação e da falta de contato entre os operários, que sequer deviam conversar durante o trabalho. O baixo aprendizado que tal forma de organização da produção demandava era fator de economia para a empresa, mas intensificou o potencial adoecimento físico e psíquico que fez do trabalho fonte de sofrimento inimaginável. Entretanto, o período em geral foi positivo no sentido das negociações coletivas, da construção de uma identidade de classe entre os trabalhadores e de uma situação sócio-econômica razoavelmente estável, os chamados “trinta gloriosos” das políticas de bem-estar social, que se desgasta e acaba colapsando nos inícios da década de setenta.

Quando Henry Ford surpreendeu o mundo da indústria automobilística com o incrível “five dollars day”, que fazia parte, segundo ele próprio, de um programa de partilha de lucros e engenharia de produção eficiente a partir de criação de lealdade à fábrica, instituiu também um serviço de “aconselhamento social” (Baritz, 1965). O principal papel desse serviço, provavelmente apresentado como um benefício da fábrica ao empregado, era aconselhar e advertir sobre a necessidade de levar uma vida “apropriada”, correta, familiar, evitando os “perigos” potenciais do aumento de ganhos súbito. Novamente as ciências sociais, entre elas a psicologia, apressaram-se a dar a sua contribuição.

Assim surgia uma psicologia do homem (assim mesmo, no masculino) moderno ocidental. Com o fordismo, a prescrição é de que ele deve consumir (embora deva ser comedido na vida social/amorosa), deve produzir (sendo para isso melhor remunerado), deve ser anticomunista (desistir de idéias revolucionárias) e deve ter um bom nível de vida como contrapartida (acordo social-democrata tripartite).

Curioso, se pensarmos que hoje prescreve-se que ele deve ainda consumir (mais voraz e pulverizadamente), deve produzir sem custar quase nada ao capital, deve ser razoavelmente ecologista (desde que não questione muito as indústrias transnacionais descumpridoras de legislação ambiental), deve respeitar as diferenças raciais, étnicas e sexuais, deve considerar risível qualquer projeto coletivo de realização, deve conceber a pobreza como inevitável e parte natural dessas louvadas e naturalizadas diferenças, que sempre existiram e sempre existirão. Subjetividade modelada - antes *soldada* ou *forjada*, hoje *pulverizada* e *transmitida* - via registro social, midiático-cultural.

Mas as metamorfoses do trabalho continuaram ao longo do século XX. E a psicologia, consensualmente ou não, tentava acompanhá-las, nem sempre obtendo sucesso. A partir do esgotamento do fordismo enquanto estratégia social, os modos de produzir e trabalhar vão novamente sofrer impactos tremendos.

A reestruturação produtiva do capital pode ser caracterizada, em termos dos modos de gestão que lhe são próprios, pela substituição do modo taylorista-fordista pelo modo toyotista. O chamado *Milagre Japonês* influencia fortemente o mundo do trabalho, em contraponto aos modos anteriores de administração, obtendo grande expansão nos mercados internacionais. Tal modelo apresenta-nos um trabalhador subjetivamente ligado à empresa, parte de um time que compete comprometido com a organização (embora deva

pensar na sua carreira como algo absolutamente individual), qualificação constante do operariado, organização que aprende (*learning organization*), produção *just-in-time*, terceirização de serviços, foco no produto e no cliente, abordagens culturalistas (formação de uma cultura empresarial gerível), filosofia da Qualidade Total, além da automatização e informatização avançadas (Cattani, 2002).

Um trabalhador capaz de lidar com os processos flexibilizados da nova forma de acumulação do capital, é aquele que possui elevado grau de qualificação, lida com tecnologias variadas, é polivalente e admite reestruturar-se continuamente.

A psicologia, então, é chamada a selecionar, educar e desenvolver os “talentos” necessários ao projeto. Prima pelas abordagens voltadas ao atingimento de metas organizacionais de produção, e portanto no desenvolvimento de estratégias de *endomarketing* (propaganda interna da organização) visando “captar e manter talentos humanos na organização” (Mância, 2002).

Exalta e persegue a seleção e desenvolvimento do novo trabalhador procurado pela organização modernizada e “voltada para o futuro”, do qual ainda deve-se exigir conhecimentos renovados *ad infinitum* e habilidades de aprendizagem intermináveis; dedicação incansável e quase exclusiva; criatividade; destreza relacional; saber trabalhar em grupos e cooperar. Essa forma de psicologia está associada à segunda face/fase, psicologia organizacional, que se caracteriza também pela abordagem antropomórfica da organização, que é o seu “cliente” principal. Os “clientes internos” - como os funcionários são chamados no novo jargão - devem ser atendidos com vistas ao atingimento das metas do cliente principal, a organização.

Mas para essa organização produzir e expandir-se, o trabalhador precisa ser um “sábio”. Precisa ser construtor do seu futuro individual, embora deva trabalhar cooperativamente em times ou equipes. Deve responsabilizar-se por sua empregabilidade, ou capacidade de empregar competências no mercado. Sem esquecer que deve saber confiar, de preferência cegamente. Os profissionais da psicologia engajados em tais projetos gostam muito de utilizar uma técnica de dinâmica de grupo onde os participantes devem jogar-se às cegas nos braços uns dos outros (se não me falha a memória, o nome atribuído a ela é *De João bobo à João confiança*); quem não consegue, é porque deve haver *algo errado* com ele ou ela, precisando ser tal ponto bem trabalhado pelo profissional da psicologia, ao que este sem dúvida dedicará esforços e aplicará outras

técnicas grupais. Afinal, uma vez que a lógica produtivista é inquestionável (Santos, 2002), por que a psicologia iria questioná-la? Contribuir para a maximização da produtividade é atitude eticamente justificável. Acredito que tais práticas não dispensam comentários.

Entretanto, não sejamos injustos com a psicologia. Ela foi capaz de produzir, no seu bojo, alternativas a um tempo críticas e libertárias, quando parte de seus agentes se negaram a assumir os pressupostos até aqui descritos. Na terceira face/fase, ela hibridiza-se com elementos de outras áreas de conhecimento como a sociologia crítica, a antropologia, a filosofia, a ergonomia, a saúde do trabalhador, a psicanálise, e inaugura então, como parte do legado da psicologia social crítica, uma nova maneira de intervir nos processos laborais.

Mas voltando às formas de fazer psicologia do trabalho aderentes aos princípios do capital, que visão de sociedade, que projeto de sociedade ancoram métodos aplicados com tanta boa vontade e tão boas intenções; quais os elementos que se encontram na sua raiz epistemológica? Reafirmando a precariedade (até mesmo o perigo de simplificação) das formas classificatórias, arrisco (novamente) utilizar o quadro descritivo de P. Guareschi (2002a, p. 65) para situar filosoficamente as práticas desenvolvidas pelas ciências sociais - especialmente pela psicologia - descritas até aqui. A análise da filiação ideológica e filosófica de tais práticas em termos paradigmáticos, pode ajudar a explicar o fenômeno do isolamento político do trabalho enquanto caminho de luta para a transformação social.

Neste quadro, o autor apresenta diferentes cosmovisões, associadas a três principais tipos de sociedade, as duas que representaram o grande embate do século XX, do qual o liberalismo aparentemente saiu vitorioso, e um terceiro tipo que seria mais condizente com um novo paradigma sócio-político e portanto com uma nova ciência. Devo acrescentar que inseri, não estando presente no original do autor, a palavra “singularidade” na última coluna, pois me pareceu necessário para expressar a versão utópica imaginada.

Quadro 1- As cosmovisões

Concepção de Ser Humano	Indivíduo	“Peça da Máquina”	Pessoa = Relação
--------------------------------	-----------	-------------------	------------------

Valores/filosofia	Liberalismo Psicologismo	Coletivismo Totalitarismo Sociologismo	Solidarismo Comunitarismo
Tipo de Sociedade	Capitalismo liberal	Fascismos de esquerda e direita, Nazismo, Segurança Nacional, Integralismo	Comunidade
Condutas Relações	Individualismo Competição Egocentrismo	Massificação Anonimato Burocracia	Solidariedade Cooperação Singularidade

Situando as práticas *psi* no campo laboral na primeira coluna do quadro, encontra-se um ética coerente com os princípios neo-liberais, na contemporaneidade. As ações empreendidas em determinado modo de produção revelam sempre uma visão de ser humano e do que seria melhor em uma sociedade. É claro que o discurso hegemônico coloca que o melhor é a competitividade, a competição, a busca por *status*. Tem sido comum a psicologia ainda hegemônica reproduzir esses valores, intervindo de forma adaptacionista no conflito capital X trabalho. Antunes (1999) pergunta, assumindo o pressuposto do capital: Afinal, explorar somente os músculos por que, se as pessoas têm cérebros inteligentes, personalidades ricas e potencial cooperativo?

Importante dizer que essa forma de psicologia credita-se um cunho humanizador, ao intervir no conflito organizacional e suas conseqüências. Mas o psicólogo nas organizações, sob este enfoque, tem mais uma função. Afinal, ele ou ela também precisa agregar mais valor ao capital. Tem de ser um líder de mudanças (liderar as mudanças exigidas). Se ele ou ela não conseguir, e ainda assim as pessoas adoecerem, ou se recusarem a cooperar, é porque deve existir *algo de errado* com ele ou ela. Na minha experiência como psicóloga organizacional, vivenciei situações desse tipo. Se conduzimos uma seleção de pessoal e o funcionário contratado ainda assim recusa-se a participar ativamente do projeto para o qual foi designado, algo saiu errado na seleção, cabendo a culpa à psicóloga que realizou a entrevista.

Mas é importante ressaltar que essa corrente não é, de forma alguma, única no campo da psicologia do trabalho. Muitos profissionais, abandonando noções de saúde mental exclusivamente ligadas à nosologia psíquica, criam espaço para o lugar do trabalhador na sociedade como um elemento importante no debate da saúde mental (Tittoni, 2002).

Aqui a psicologia aplicada ao trabalho adquire novo vigor, engendrando a terceira face/fase que Sampaio chamou simplesmente de psicologia do trabalho. Ganhando

contornos mais questionadores e redescobrimo a figura do trabalhador como sujeito dos processos, concebe-o como objeto central de seus esforços. Algumas referências dessa fase são autores como Christophe Dejours (1992; 1999), Dejours, Abdoucheli & Jayet (1994), Jean François Chanlat (1993) e Wanderley Codo (1997; 2000). Toda a produção posterior em torno dos temas da identidade e trabalho, subjetividade e trabalho, gênero e trabalho, todos articulados com uma perspectiva crítica de saúde mental (P. Guareschi & Grisci, 1993; Jaques, 1993; Lazarotto, 1992; Tittoni, 1994, 1999; Nardi, 1999; Fonseca, 2000; Grisci, 2000) passam a contribuir para redefinir o campo.

A contribuição de Christophe Dejours para a psicologia do trabalho foi significativa, cabendo aqui uma referência mais cuidadosa. O psiquiatra e psicanalista francês que cunhou a disciplina da psicodinâmica do trabalho, afirma que em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora (Dejours, 1994).

A análise do conceito de *organização do trabalho* como a divisão efetiva do trabalho, o sistema hierárquico, o conteúdo da tarefa, as relações de poder, a distribuição das responsabilidades, o lugar onde cada trabalhador é alocado foi importante para mostrar o impacto sobre a dinâmica psíquica dos trabalhadores, que podem utilizar-se de mecanismos defensivos para lidar com sua realidade. Tais mecanismos, embora inconscientes, favorecem comportamentos manifestos, nem sempre favoráveis aos trabalhadores. Por exemplo, a negação do risco a que se submetem, bem como a repressão do medo e da raiva - pois só assim conseguem ir trabalhar e continuar submetendo-se ao risco e às relações opressoras - pode aproximar o trabalhador do acidente de trabalho, pelo qual ainda será depois culpabilizado, por ter sido “descuidado”.

Ainda segundo a teoria dejouriana, no trabalho encontramos um espaço subjetivo de elaboração de nossas angústias, as quais originaram-se no curso de nosso desenvolvimento psico-cognitivo. É na atividade laboral que, ao buscarem-se estratégias para lidar com o sofrimento, revive-se a esperança de encontrar um caminho criativo e com um sentido social útil e adequado. O “teatro” do trabalho cumpre uma função similar ao jogo infantil. Ali investem-se afetos e capacidades de aprendizagem. O estudo da psicodinâmica do trabalho direciona-se à compreensão do sofrimento gerado pelo trabalho, sofrimento este que é um estado de luta do sujeito contra forças que o direcionam rumo à doença mental.

Nesta luta o trabalhador elabora soluções originais que favorecem tanto a própria produção como também a sua saúde, caracterizando-o como sofrimento criativo. Em contrapartida, esse combate pode chegar a soluções diversas, podendo levar ao adoecimento físico e/ou mental, qualificando-se como sofrimento patogênico. Quando há uma possibilidade de consonância entre as representações simbólicas do sujeito e a realidade do trabalho, estaria caracterizada a ressonância simbólica, processo que torna o trabalho fonte de sublimação, prazer e saúde mental. Para isso, seria necessário um espaço público, construído pelos próprios trabalhadores, no qual são partilhadas satisfatoriamente a cooperação, a confiança e as regras comuns a todos (e democraticamente constituídas). Representa o espaço da fala, da expressão coletiva e da busca de mecanismos de transformação. Se a organização do trabalho formal permitisse tais processos, poderia haver criatividade e prazer no trabalho.

Tanto Dejours quanto Chanlat ou Codo inovam, por trazer o sujeito complexificado - pela introdução da linguagem, simbologias, inconsciente - para os processos de trabalho. O novo paradigma em psicologia trabalharia no sentido de desenvolver um senso de comunidade no espaço laboral, ao colocar nos laços de solidariedade e cooperação a base das relações interpessoais. Entretanto, nenhum desses autores faz uma contraposição declarada aos valores do capital, propondo apenas mudanças pontuais na organização do trabalho. Em decorrência disso, o referencial teórico dessa pesquisa está principalmente construído no campo da sociologia crítica, não da psicologia do trabalho, o que pode vir a surpreender algum leitor ou leitora.

Na prática e no ensino da psicologia do trabalho, muito lentamente, parece haver uma possibilidade de abertura para o referencial crítico. Entretanto, o ensino, a formação e a prática ainda guardam dicotomias importantes com a realidade social vivida pelas massas trabalhadoras.

Na época que realizei os estudos de graduação, na faculdade de psicologia da PUCRS, no final da década de oitenta, podíamos ter acesso - e tivemos - à referências bibliográficas que se filiavam à terceira face/fase, no ensino da psicologia do trabalho. Textos que questionassem as inadequações da teoria do *stress*, e as poderosas forças que mantiveram distorcidas as abordagens em saúde e trabalho até aquela data; textos de Hélio Pellegrino (1988) e Jurandir Freire Costa (1989) problematizando as relações entre trabalho e o sofrimento psíquico, analisando-as sob a ótica da psicanálise. Mas tal só se sucederia, se o titular da disciplina fosse aderente a tais referências, como o era a Prof^a. Sandra Jovchelovitch que foi minha professora no final do curso. Caso contrário, o aluno

ou aluna apenas teria contato com bibliografia cuja intencionalidade, sempre, era a contribuição aos interesses do capital, buscando a intervenção adaptacionista. Como exemplo veja-se Chiavenatto (1981).

Raízes e trajetórias da psicologia social

A trajetória da psicologia em seus conceitos e práticas, é então, de muito interesse para que se avaliem seus rumos e possibilidades. Em relação à psicologia social especificamente, uma obra é de fundamental importância. Trata-se do livro de Robert Farr (1998), “As raízes da psicologia social moderna”, onde ele analisa como a psicologia social, que teve seu berço na Europa - Wundt escreveu dez volumes da *Völkerpsychologie*, entre 1900 e 1920 - migra para os Estados Unidos e lá toma a forma de uma ciência do indivíduo, do comportamento e da cognição.

O autor distingue entre a forma sociológica e a forma psicológica de psicologia social. No primeiro caso, o objeto de estudo emerge a partir do social, das relações sociais enquanto constitutivas do humano, como na teoria das representações sociais. No segundo, as análises conceberão o indivíduo como o mote das interações sociais, como na psicologia social cognitiva, cujo modelo de trabalho inicialmente foi um sistema artificial de informação. Para Farr, a orientação de cunho positivista é fruto dos psicólogos da *gestalt* que emigraram para a América nos anos do pré-guerra, do behaviorismo e do *zeitgeist* norte-americano em geral.

A psicologia social de Wundt foi abandonada, sendo ensinado nas universidades somente seu trabalho experimental. Desta forma, a psicologia passa a ser considerada parte das *Naturwissenschaften*, e não das *Geisteswissenschaften*. Farr ressalta que no caso da psicanálise, surgida a partir da análise de casos clínicos individuais, Freud passa para a crítica da cultura, fazendo uma síntese que o autor coloca como parte das *Geisteswissenschaften*.

A partir do pós-guerra, Freud reformula sua teoria do aparelho psíquico, acrescentando as noções de *id*, *ego* e *super-ego* onde antes só havia *consciente*, *pré-consciente* e *inconsciente*. As instâncias que ele elabora são de origem relacional, sócio-cultural, de forma que Rob Farr defende que o pai da psicanálise produziu sua própria síntese entre a psiquê individual e a crítica da cultura. Tanto que nas versões mais progressistas de psicologia social, a psicanálise é referência importante, embora deva-se

dizer que o primado da psicanálise ainda é na clínica individual, e nos Estados Unidos assume a forma de psicologia do ego, a qual apresenta concepções mais fixistas de sujeito. Entretanto, abordagens culturalistas e críticas na própria clínica são destaque no Brasil, exemplo tido nos trabalhos de Contardo Calligaris (1996), Jurandir Freire Costa (1989, 2001) e Maria Rita Kehl (2000).

Wundt havia separado sua psicologia social da experimental, pois diferentemente de Freud, não conseguiu articular a psiquê individual e a cultura. George Herbert Mead então introduz a noção de *self* para opor essa síntese à antítese de Wundt (Farr, 1998, p. 74). Entram no debate outras teorizações, especialmente da lingüística (ver quadro na p. 76 do referido livro), que contribuem para demonstrar a natureza dialética da relação entre indivíduo e sociedade.

Mas em solo estadunidense, a versão hegemônica é a da individualização do social - não é a nação que decide, mas o indivíduo que vota; não é o grupo que age, mas o indivíduo que pensa e age, e a soma das ações é o resultado para o grupo, - a princípio de cunho behaviorista e na seqüência, cognitivista. Pesquisas em mensuração de atitudes, em processos cognitivos, utilização de testes psicométricos são exemplos de formas psicológicas de psicologia social. Como disse jocosamente Bruschi (1999), “tudo acaba na curva de Gauss”.

Fernando Rey (2003) opõe-se à classificação de Farr entre psicologia social sociológica e psicológica, acreditando que desta forma se reforça uma dicotomia, embora reconheça sua inestimável contribuição, elogiando-a consideravelmente. Comenta também que as psicologias sociais de orientação sociológica muitas vezes “esquecem” o sujeito singular, quase ignorando conceitos como personalidade, afetos e emoções, e que isso gera impasses epistemológicos e teóricos. A psicologia tem sido campo fértil de debates e entendimentos diversos do ser humano.

No Brasil, o reconhecimento da psicologia como profissão data apenas de 1962. Nas décadas de 60 e 70, predominavam formas psicológicas de psicologia social, de inspiração estadunidense, sob a liderança de Aroldo Rodrigues (1972, 1976), autor dos principais livros-texto utilizados no ensino da disciplina. Como traz Sandoval (2000, p. 102): “(...)os moldes da ciência eram aqueles tal como definidos pelo Norte e os critérios temáticos de relevância eram aqueles definidos pelas revistas acadêmicas metropolitanas.”

Tal importação passou a ser considerada colonialista e reacionária por alguns psicólogos e psicólogas preocupados com o rumo político da América Latina nas referidas décadas. A palavra de ordem passou a ser “transformação social”. A crítica centrava-se na

individualização das abordagens, sua apolitização, descontextualização e não atendimento das reais demandas locais em *nuestra America*.

Aroldo Rodrigues e outros psicólogos sociais experimentais haviam criado a ALAPSO (Associação Latino-Americana de Psicologia Social), levando ao extremo as abordagens consideradas coloniais. Como repúdio, surge em 1980 a ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) e a AVEPSO, na versão venezuelana. É publicado em 1984 a obra-marco de ruptura da psicologia social brasileira: “Psicologia Social: o homem em movimento” (Lane e Codo, 1984). O materialismo-histórico/dialético era a inspiração teórica a invadir a psicologia, e a partir de conceitos marxistas, althusserianos e gramscianos os psicólogos inauguravam a psicologia social crítica latino-americana.

A primeira fase de “rebeldia”, onde o legado teórico de Paulo Freire, Eduardo Galeano, Enrique Dussel e Ignacio Martin-Baró influenciam fortemente os psicólogos e psicólogas no Brasil, é seguida pela necessidade de criar teorias e instrumental de pesquisa e intervenção coerentes com as necessidades do Sul e sua realidade de excluídos, que até então a psicologia formal ignorara completamente.

O empoderamento social das comunidades é o mote principal da psicologia comunitária que se engendra nesse contexto. Tal perspectiva enfatiza: o conhecimento que se produz na interação do profissional com os sujeitos da investigação ou intervenção, visando a transformação do instituído; o trabalho em grupos, tanto na clínica, como em outras áreas; a pesquisa ação-participante, na qual pesquisadores e sujeitos da pesquisa atuam juntos na busca de compreensão para os problemas enfrentados; a ética da solidariedade, respeito e inclusão das diferenças, exercício pleno da cidadania e qualidade de vida entendida criticamente (Campos, 2002).

As categorias consciência e atividade emergem como focos privilegiados de análise. As noções de identidade (construída, multifacetada) e subjetividade (produzida) aparecem com mais frequência no campo que antes priorizava a personalidade como entidade mais ou menos estável. Na escola, o enfoque da psicopedagogia crítica substitui os testes psicométricos, e no trabalho, a perspectiva da saúde do trabalhador é agora mais central do que sua adaptação funcional visando o incremento da produção. É claro que tais mudanças só são realizadas e assumidas por algumas correntes na psicologia, por profissionais que com elas se identificam.

Aqueles que achavam que lugar de psicólogo é na clínica privada, na escola ou na empresa (sempre adaptando e ajustando), certamente têm reservas aos novos espaços que

se abrem para a prática da psicologia, quais sejam os centros comunitários, sindicatos, lugares de periferia, zonas rurais. É por esta razão que não há uma unidade possível para a psicologia contemporânea, quer em termos de pesquisa, como teoria ou prática/intervenção. E é também por esta razão que acredito que a psicologia deva inserir-se no debate da economia solidária, pois poderá contribuir com o campo se souber perceber as reais necessidades de seus atores.

A construção de modelos de prática profissional construídos através de um referencial da psicologia social crítica latino-americana integram as perspectivas micro e macro estruturais, segundo Freitas (2002, p.75): “(...) através da análise de relações travadas no cotidiano, junto aos problemas concretos das pessoas de seu país, estado ou cidade, que têm uma incidência única e particular para a vida das pessoas.”

Na medida em que avançam as pesquisas, congressos, encontros e literatura produzida, outros matizes teóricos vão se agregando à psicologia social. Campo que se hibridiza em interfaces com outras áreas (teoria crítica nas versões frankfurtianas em suas diversas expressões, antropologia, psicanálise, esquizoanálise, lingüística, estudos culturais, dentre outras) e vai tecendo articulações teóricas com ideologia, cultura e comunicação de massa; com a teoria das representações sociais, que hoje ocupa posição de destaque na produção de psicologia social em língua francesa, inglesa, portuguesa e espanhola; com a perspectiva foucaultiana, analisando instituições e relações de poder-saber que normatizam subjetividades, interpelando sujeitos através do discurso; com o construcionismo social. O debate sobre modernidade, modernidade tardia ou reflexiva, e pós-modernidade ocupa seus agentes que mais uma vez, inscrevem-se em posições diversas, acabando com um eventual desejo de unidade disciplinar.

Na versão de Mary Jane Spink (2003):

É no contexto de reflexividade que penso ter de situar as rupturas necessárias para pensar numa outra psicologia, mais compatível com a visão pós-moderna de mundo. Para isso, fazem-se necessárias pelo menos três desconstruções, ou melhor, três rupturas com as formas de pensamento prototípicas da modernidade clássica. Primeiramente, precisamos romper com a visão representacionista que sustenta um tipo de conhecimento baseado na retórica da verdade, adotando uma teoria do conhecimento que assume radicalmente propostas construcionistas. Em segundo lugar, e de certo modo conseqüência da primeira ruptura, precisamos considerar mais radicalmente o papel da linguagem na constituição das subjetividades. Em terceiro lugar, precisamos nos desfazer dos conceitos clássicos de instituição e pensar nas formas organizativas contemporâneas como redes de materialidades que se constituem e funcionam para além dos muros de instituições. Só assim poderemos trabalhar com questões de poder que são intrínsecas à modernidade tardia. A abordagem construcionista é um convite a analisar esses procedimentos de essencialização dos fenômenos do mundo social e natural. É um convite a entender a

historicidade de nossas teorias, situando-as justamente como produtos humanos histórica e socialmente localizados.

Podemos exemplificar essa diversidade com outros autores igualmente importantes no campo da psicologia social que esposam uma perspectiva teórica diferente. Para tanto, elejo Serge Moscovici (2002) Pedrinho Guareschi (2002c) e Sandra Jovchelovitch (2000), sendo que esta última publica tanto em língua portuguesa como inglesa, autora brasileira que hoje é radicada na Inglaterra, professora do programa de pós-graduação em psicologia social da London School of Economics.

Moscovici traz que a teoria das representações sociais - de sua autoria, desenvolvida posteriormente por vários autores como Denise Jodelet (1989) - é importante na psicologia social, por incorporar as perspectivas antropológica e sociológica nas análises da produção de saberes sociais feitas pela psicologia. Religiões, mitos, ideologia, linguagem, discurso, poder. Elementos que os sujeitos elaboram, transformam, praticam, sobre os quais falam, e que portanto produzem e são produzidos pelos saberes que ancoram a experiência humana no mundo.

Jodelet (1989, p. 36) elabora a clássica definição, utilizada em muitos estudos posteriores: “RS são formas de conhecimento, socialmente elaboradas e partilhadas, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” As RS são uma realidade psicossocial. Dessa forma, pode-se dizer que o senso comum, permeado de RS, é também uma produção psicossocial. Por isso uma nova subjetividade produzirá um novo senso comum, que recursivamente produzirá novas formas de subjetivação.

P. Guareschi (2002c) destaca que o caráter simbólico das RS é o que caracteriza as relações dos sujeitos sociais com o mundo, posto que simbolizamos ao nos relacionarmos e apreendermos o objeto mundo. Dessa forma, entende-se sujeito e objeto como implicados e co-relacionados, mas não como uma coisa só, a ser produzida pela linguagem, como na versão construcionista. O autor ainda demonstra interesse pela ideologia - outra diferença marcante nas duas abordagens - entendida em sentido crítico conforme Thompson (1998) : “O uso das formas simbólicas para estabelecer relações de dominação”. Exemplifica com uma pesquisa entre os fiéis de igrejas neo-pentecostais, onde o bem é ancorado nas práticas de doação de dinheiro para alcançar graças. Em uma relação de exploração, são produzidas RS com eventual caráter ideológico. A maneira como o senso comum - e me parece potencialmente frutífera um eventual cruzamento com

a maneira que Santos (1995, 2000) aborda a questão do senso comum - que pode ser tanto criativo e progressista como repetidor compulsivo e reacionário, vai acomodando e modificando saberes é ponto central na análise.

Já Jovchelovitch (2000) mostra os pontos de convergência entre a psicanálise winnicotiana e as RS, ao discutir sua relação com o espaço público. Coloca que o espaço público, enquanto lugar da alteridade por excelência, propicia a circulação de representações sociais. A alteridade é a condição da própria constituição do *eu* psíquico. Tanto Winnicott - que trabalhou com desenvolvimento emocional/afetivo - quanto Piaget no desenvolvimento cognitivo, colocam ênfase nas relações da criança com o seus outros significativos.

O bebê, que depende do cuidado, em situação de dependência total, prematurado e vulnerável, já pode contudo muito cedo perceber como intervir no seu meio. O choro, o estender os bracinhos para ser pego, tudo expressa a sua relação negociada com a alteridade. O “espaço potencial” é onde ele elabora a realidade, que vai tornando-se mais apropriada na medida em que ele brinca, interage e comunica-se. Esse autor considera a atividade lúdica como a base de toda a criatividade. Nesse espaço produzem-se símbolos, que representam entendimentos do mundo. Sem a alteridade que demarca a diferença, a atividade simbólica humana não se sustenta. Assim, as mediações sociais e a capacidade simbólica individual articuladas geram RS, ou saberes do senso comum. Na intersubjetividade, a esfera pública constitui-se. Desta forma sujeitos políticos se encontram na ação e no discurso para engendrar a vida em comum, hoje ameaçada pela violência e pela desigualdade.

Ao abordar esses diferentes pontos de vista em psicologia social, parece-me ainda importante acrescentar uma produção recente, que marca uma intersecção desta última com o campo dos estudos culturais e com o construcionismo social. Recentemente, N. Guareschi & Bruschi (2003) organizam o livro que pleiteia a ruptura de fronteiras na construção do conhecimento, ao adotarem a *inter* - ou *trans*, os autores diferem quanto a isso - disciplinaridade e mesclarem métodos de investigação e teorizações com os estudos culturais, este um campo radicalmente interdisciplinar. Segundo N. Guareschi, Medeiros & Bruschi (2003, p.33): “Os estudos culturais são campos de diferentes saberes para se produzir conhecimento útil sobre a cultura humana. Desses campos, tem se aproveitado desde o marxismo e o feminismo, passando pela psicanálise, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo.”

O que definiria o campo, dentre outras coisas, é um projeto teórico-político (perspectiva dos movimentos sociais, da diferença), a metodologia da bricolage (várias técnicas podem ser utilizadas, sobrepostas) e a insatisfação com os limites das disciplinas, daí a radical interdisciplinaridade que alguns autores já consideram transdisciplinariedade. Edward Thompson e Raymond Williams são apontados como os fundadores do campo, no Reino Unido.

Baseados nos trabalhos de Stuart Hall, Michel Foucault (autor de importância vital na “virada cultural”), Homi Bhabha e outros considerados pensadores pós-modernos, os psicólogos sociais que desejam inserir-se nos estudos culturais adotam essa perspectiva relacional entre as disciplinas e buscam transcender a psicologia social crítica latino-americana, partindo para novas preocupações em termos de pesquisa e produção do conhecimento.

Em sua empreitada, não se busca verdades mas sim se problematiza construtos, dentre eles a identidade - ou identidades - humanas, vistas como fluidas, descentradas, mutáveis; ou a subjetividade, entendida não como o ser, mas como os modos de ser, como uma produção tributária do social, da cultura ou de qualquer coisa que crie possibilidades de um “si”, ou “consciência de si”. É uma formação existencial, uma emergência constituída em um determinado espaço-tempo (Bernardes & Hoenisch, 2003). Que caminhos trilha a psicologia, desde os tempos onde a escolha de *uma* posição de identidade (como em Erik Erikson) era condição *sine qua non* para a constituição de uma personalidade “saudável”.

Não se trata de dizer quem está certo ou errado, mas sim de apresentar alguns dos debates hoje em curso na esfera pública da psicologia social. Me parece que tanto a perspectiva social-crítica como a construcionista concebem que a multiplicidade de interações, retroações e reorganizações que constituem o humano e sua subjetividade não podem ser analisadas dentro de uma perspectiva linear. Mas enquanto a primeira vê o sujeito como relação, expresso claramente em P. Guareschi (2002b), quando o autor coloca que relação é o *ordo ad aliquid*, aquilo que não pode ser sem o outro, sendo o sujeito a articulação dos milhões de relações que estabelece, para o segundo o sujeito é um esforço de proposição de sentido, cultural/discursivamente constituído, por fluxos descontínuos em permanente devir.

Muitos são os temas que merecem atenção da psicologia social hoje, cada orientação teórico-ideológica privilegiando aqueles que considera mais importantes, obviamente. Enquanto para a psicologia cognitiva e neurociências os processos cognitivos,

memória e falsa memória serão temas centrais, para a psicologia social crítica relações de gênero, raça, etnia, ética, comunicação, identidades e subjetividade serão mais importantes.

Nesse breve e precário (enquanto irremediavelmente incompleto) capítulo, apresento uma visão possível da psicologia e seus debates e vicissitudes, hoje, especialmente sob a visão da psicologia social. O questionamento sobre a psicologia, se ela configura hoje uma disciplina ou campos de saber diversos, não pode ser respondida sem uma profunda reflexão e análise cuidadosa. Segue o debate, seguem as discordâncias, seguem os programas de pesquisa tentando avançar na produção de saberes que sustentam as práticas que consideram mais adequadas.

Eu, outro, eutro

O título dessa sub-seção não é meu. Não o roubei - jamais o faria - mas o tomei emprestado de Carlos Rodrigues Brandão (1998, p. 103), autor que expressa idéias em encadeamentos de palavras que visitam a poesia inúmeras vezes.

Este que emprestei, me ajudou a definir o meu posicionamento quanto às referências teóricas e práticas em psicologia que considero mais adequadas para este meu momento como pesquisadora, psicóloga e cidadã. Depois da narrativa panorâmica (breve, faltosa e limitada, cheia dos meus recortes e interesses específicos, reconheço) sobre a psicologia, pensei em terminar o capítulo com uma seção que privilegiasse uma reflexão sobre a subjetividade, tema que me fascina e que tem diversas aproximações possíveis. E que elegi como central na perspectiva psicológica que assumo nesta pesquisa.

A palavra *eutro*, segundo Brandão (1998, p. 104), foi descoberta num poema de Fernando Pessoa. E esses “alguns fragmentos encadeados sobre caminhos que vão do eu ao outro” (p. 105), me soaram como uma boa metáfora da nossa constituição, enquanto partes da comunidade humana e enquanto (possibilidade de) singularidades, únicas e irreproduzíveis.

Somos um eu, mas irremediavelmente ligados ao outro. Esse eu é plural e múltiplo, não-linear e experimenta diversas posições identitárias, conforme esse outro cultural, discursivo, simbólico, vai lhe acrescentando a sua cor de diferença que o desestabiliza. Os autores que trabalham com a diferença preferem falar de um si, ou uma consciência de si

(N. Guareschi, 2003). Mas elegi basicamente três autores para discutir melhor a noção de subjetividade, e explico o porquê.

Com as leituras (nunca suficientes) feitas durante a escritura da tese, identifiquei preocupações e noções isomórficas, ou “ressonâncias”, como prefere Kastrup (2000, p. 19) em diversos teóricos da subjetividade. Meu conceito está longe de causar satisfação, pois ainda está em plena construção. Em Boaventura Sousa Santos, Felix Guattari e Fernando González Rey, a idéia de produção serializada através de processos de subjetivação sociais/culturais/discursivos aprisionantes e conservadores do *status quo* capitalista estão presentes. Um chama a isso senso comum reacionário, outro produção capitalística de modos de ser, mas traduzindo essas diferenças fica a noção de que o sujeito, que não é uno, que não é a essência do indivíduo como queria a tradição cartesiana, tem potencial para criar - singularizar-se - mas está susceptível de ser serializado através de processos sociais de massificação, conforme interesses nada progressistas de elites dominantes. Por isto, são os três principais articuladores para fins desse texto, embora haja a questão da polifonia de vozes, das diversas leituras ainda superficiais mas que já causam seus efeitos, e da incômoda sensação que ainda há um longo caminho até uma posição mais aprazível como intelectual e pesquisadora, no entendimento desses conceitos.

Consideremos a abordagem de Araújo (2002, p. 81): “Contemporaneamente, a subjetividade é compreendida como o modo de organizar as experiências do cotidiano, os universos de sensações e representações”. Se para Boaventura Santos, em suas próprias palavras, “sujeito é a recusa em ser objeto”, o sujeito seria o singularizar-se de Guattari. Caso não houvesse a singularização, não haveria sujeito, mas individualidade assujeitada a um processo massificante.

Nessas preocupações isomórficas, a despeito das inegáveis divergências em certos conceitos e intenções, busco os elementos cruciais para pensar o sujeito e a subjetividade, num campo que sei arriscado e movediço, mas fascinante. Nesta breve seção, vou me deter mais nas convergências e isomorfismos entre os autores que utilizo para me ajudar a pensar, do que nas divergências, complexas e que devem ser analisadas, o que possivelmente farei num próximo trabalho.

Vejamos, então, uma definição partindo de Guattari (1992, p. 19):

(Subjetividade é) o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma certa alteridade ela mesma subjetiva.

Território existencial, penso eu, é conceito chave, pois o autor o grifa dando a entender que aí está o nó da subjetividade. Esse território, como lugar simbólico, depende de circulação de sentidos. Sentidos construídos socialmente e apreendidos de forma singular. A dimensão do *socius*, dessa forma, é ao mesmo tempo coletiva e individual.

O campo do sentido, que Rey (2003) vai por sua vez sublinhar como o nó da subjetividade, é formado pela multiplicidade de sentidos produzidos no social, apropriados por pessoas, grupos, comunidades e sociedades, sentido esse circulante e contraditório, que cria zonas de sentido nas quais se produz o sujeito (mais ou menos livre, mais ou menos crítico, mais ou menos singularizado). Esse autor define sentido subjetivo como “(...) a unidade inseparável dos processos simbólicos e das emoções num mesmo sistema.” Essa definição inspira-se no trabalho de Duveen (1994) autor importante para a teoria das representações sociais. Além disso, o autor afirma, baseando-se em Lacan e Ibañez, que o sujeito é efeito e não causa da ordem simbólica, pois tudo que preexiste a ele demarca o seu lugar e a sua apropriação do contexto.

Nesse momento de minha trajetória enquanto pesquisadora, tenho como necessário adentrar diferentes teorias, diferentes autores, diferentes visões, encontrar discordâncias e isomorfismos, refletir e procurar produzir saberes livres de ditaduras intelectuais/estéticas. Isso não me exige, certamente, de justificar escolhas, e nem de buscar o rigor necessário para fazer articulações teóricas coerentes.

Para deixar clara ao leitor a posição de Rey (2003, p. 234), reproduzo um trecho seu:

O desenvolvimento de uma teoria histórico-social da subjetividade se inspira em um pensamento dialético orientado não pelas sínteses finais das contradições que perpetuam o racionalismo, tanto na dialética hegeliana quanto na marxista, mas pelo desenvolvimento contraditório de sistemas complexos que podem ser qualificados como sistemas distantes do equilíbrio, e que se organizam no curso contraditório da sua própria processualidade, entre os quais se destacam subjetividade e sociedade.

O autor segue suas proposições destacando a presença da emoção - entendida como sentidos subjetivos de procedências diversas - na constituição do sujeito e seus modos de ser, aprender, desenvolver-se etc., afirmando que a categoria sujeito permite compreender os sentidos de suas diferentes atividades e formas de relação. Ressalta também, num ponto de convergência com Boaventura Santos, que a condição de sujeito é

essencial no processo de ruptura dos limites imediatos que o contexto lhe impõe, ocupando espaços e gerando novas opções na trama social em que atua.

Interessante achar em N. Guareschi (2003, p. 54), quando a autora discutia o tema das identidades, uma referência que me sugeriu a urgência da ressignificação da dialética enquanto categoria para pensar o humano, o que pode ser mais um impulso às formas inovadoras de trabalhar com a categoria que Rey está empreendendo. A teoria crítica pós-moderna, sem dúvida, deve prestar atenção a essas vozes. Vejamos:

Não se trata de um processo dialético no qual dois termos originais e antagônicos são combinados e sintetizados em um terceiro termo. Pelo contrário, referimos que os espaços de articulação, de hibridização envolvem uma polifonia de sentidos que são produzidos quotidianamente e que implicam não no fortalecimento de uma ou outra identidade, mas na desestabilização contínua dos marcadores identitários pela produção contínua da diferença.

Para acrescentar mais uma referência ao problema do rearranjo da relação dialética-poder-processos de subjetivação, cabe ainda citar Lazzarato & Negri (2001, p. 36):

Quando dizemos que essa nova força de trabalho não pode ser definida no interior de uma relação dialética, queremos dizer que a relação que esta tem com o capital não é somente antagonista (...), é alternativa, constitutiva de uma realidade social diferente (...). A alternativa constitui-se no plano da potência, e não somente do poder (...). O antagonismo não pode ser resolvido ficando só no plano da contradição.

A convergência parece ocorrer também com Guattari, pois nele é prioritário a busca de direções que permitam navegar num território singular, a ousadia de criar um território singular; o que no circuito das subjetividades seriadas do contexto capitalístico parece um risco grande demais, ou mesmo uma impossibilidade. Além de que, o sentido é também foco de atenção para a produção de subjetividade em Guattari, que equipara *subjetivação* à *semiotização* (1993, p. 31): “A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização - ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica - não são centrados em agentes individuais (...) nem em agentes grupais.”

Sim, Fernando Rey trabalha com a noção de sistema, embora ressignificada; Guattari propunha o rizoma, embora falasse em sistemas: “Sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos” (1993, p. 31). Isso pressupõe,

também, a existência de sistemas imediatamente antropológicos. O sistema é entendido aqui como um arranjo móvel, com possíveis descontinuidades; e a dialética, não como oposição de somente dois contrários, mas de múltiplos elementos em interação. Portanto, certas correntes de teoria crítica pós-moderna podem optar por ressignificar conceitos, ao invés de abandoná-los, e nem por isso merecem a pecha de “ultrapassadas”.

Outro aspecto a ser destacado é que Rey (2003) vai trabalhar com as categorias de subjetividade social e subjetividade individual, na sua perspectiva ressignificada da dialética crítica e aberta à multiplicidade (não presa nas oposições dos contrários), o que *não* constitui numa dicotomia, e sim numa articulação complexa; Guattari (1993, p. 34) prevê alguma articulação entre dimensões coletivas e individuais, como podemos ver: “(...) é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia etc.”

Contudo, caso eu me detivesse a investigar a fundo as divergências, deveria dar conta delas com maior precisão e cuidado; mas optei por analisar alguns pontos de ressonância entre os três autores, Boaventura Santos, Felix Guattari e Fernando González Rey. Estou disposta a pagar meu preço (seja diante de uma banca examinadora, seja diante de minha própria auto-crítica) pela opção tomada diante da falta de mais tempo para continuar lendo e trabalhando. Mas voltemos a Guattari, que não propunha um sistema de pensamento, mas sim essa espécie de contramodelo que é o rizoma (Kastrup, 2000).

Baseada no autor de “Caosmose”, Araújo (2002, p. 82) pergunta:

Se estamos bombardeados pela mídia e sua feira de subjetividades seriadas, universalizantes, manipuladas, verdadeiras próteses de subjetividades a serem consumidas por todos, como as subjetividades poderão engendrar-se na singularidade? Como inventar novas formas de existência? Como acessar, nas experiências vividas, os sentidos que nos escapam ou parecem ter se deslocado da nossa história?

Indagações desse tipo aparecem com frequência em textos de psicólogos ou psicólogas que se preocupam com a serialização da subjetividade, a exemplo de Fonseca & Francisco (2000), quando pensam formas de ser e habitar a contemporaneidade. No prefácio da obra organizada pelas autoras, Pelbart (2000, p. 9), interroga-se: “De que margem de manobra dispomos nós neste final de milênio?” Também um crítico da “estratégia dita pós-moderna” (no caso, a celebratória), a qual segundo ele “deleita-se numa volúpia niilista, cultuando a dissolução generalizada, numa apologia do desfazimento e do gozo apocalíptico, basta mencionar a insistência com o tema do *fim*,

fim do social, do político, da história, da filosofia etc.”, na sua crítica instiga à busca de alternativas, o que é potencialmente transformador da realidade criticada. É bela a forma como o autor questiona, com poesia, esse tipo de abordagem. Vejamos a citação (p. 10):

Não importa que esses anúncios tonitruantes deixem inteiramente intacto o sistema de produção de mercadorias (e de idéias) no qual eles emergem e do qual constituem, de certa forma, o espelho e o complemento necessário. Em todo o caso, esse misto de diabolização e complacência, de apocalipse e gozo não faz mais que alimentar a máquina sombria cuja realidade se teria desvanecido. Esta realidade, por sua vez, com sua espessura de concreto e seu cortejo de crueldades efetivas, vai muito bem, obrigado. É evidente que esta época pede outra coisa.

Percebo aqui mais uma convergência com a crítica de Santos (2000) ao pós-moderno celebratório. Como todo o pensador que se inquieta diante das questões contemporâneas, Pelbart conclama à resistência. A diferença desses teóricos críticos pós-modernos de oposição dos teóricos críticos modernos é que, para esses, o grito era “Façamos emergir a consciência de classe!”. Para os que se arriscam hoje a teorizar e resistir, o grito não é mais unívoco, mas é pensado de formas múltiplas como a possibilidade de “(...) cartografar e resistir, apreender o que está em jogo no presente e, assim, dar visibilidade às saídas inventivas que nele se anunciam, sem nostalgias frívolas nem utopismos ortodoxos.” (Pelbart, 2000, p. 10)

Na versão de Boaventura Santos, a sociologia das ausências e das emergências. Identificar essas preocupações isomórficas em diferentes autores é uma espécie de exercício de pensamento crítico que, acredito, pode ajudar nas buscas de superação das inquietações contemporâneas, que ressoam em muitas disciplinas.

Adentrando a sociologia crítica de Santos (1995; 1996; 2000; 2002; 2003a), utilizando a noção de tradução como identificação de isomorfismos, é possível articular, tecer conhecimentos em rede - ou rizoma - para obter efeitos de expansão da capacidade crítica, objetivo do pesquisador, para mim (neste momento). Do mesmo autor (1995), busco mais uma referência para a pensar o subjetivo: os três *topoi* que ele utiliza para falar da subjetividade na transição paradigmática.

Esses lugares de produção de conhecimentos, discursos e ações, os *topoi*, são os seguintes: a fronteira, o barroco e o Sul. Seriam como o cartografar livremente em busca de opções alternativas, que quisessem se constituir como alternativas credíveis, mas Boaventura - que também refere-se à subjetividade nos marcos social e individual - prefere

chamar esse exercício de criação de possibilidades da subjetividade emergente, na experimentação de novas formas de sociabilidade.

O primeiro *topoi* é a *fronteira*. Na fronteira, as hierarquias são fracas, há um uso seletivo das tradições, as relações sociais são fluidas, existindo uma “promiscuidade” entre estrangeiros e nativos; há uma pluralidade de poderes, numa mixagem de heranças e invenções. Há que inventar tudo, pois o contexto é novo e inesperado. A pouca demarcação sobre *quem é* e *quem não é* um membro efetivo da comunidade de fronteira torna as relações mais fluidas e abertas; “Um lar aconchegante, apesar de talvez não muito duradouro.” (Santos, 1995, p. 20). Na fronteira, as comunidades são comunidades-ameba. Nelas a identidade é um processo infinito de reconstrução e reinvenção. São permeáveis e vorazmente inclusivas. Os que chegam são convidados, não *aliens* invasores, para usar as metáforas de Saskia Sassen (1999) no seu trabalho sobre as migrações. E o que é mais importante da vivência na fronteira, é que ela consegue *combinar participação comunitária com autoria*. Essa síntese é a busca da economia solidária, nos seus empreendimentos. Se os sujeitos conseguirem, precariamente, mas ainda assim satisfatoriamente, combinar a autoria pessoal com a vivência comunitária, os problemas não deixariam de existir, mas ficariam bem melhor encaminhados.

O segundo *topoi* é o Barroco, entendido com o uma metáfora cultural do excêntrico, do Sul, da mixagem, do exagero de criatividade, da superposição estética. Há um quê de efêmero na subjetividade barroca; por carecer de certezas universais, investe no local, no transitório; mas não é vivida como uma moda - que seria uma ortotopia - mas sim como heterotopia, ou invenção de um novo lugar; basear-se numa utopia leva o barroco a inventar a heterotopia, já que não é da natureza da utopia realizar-se tal qual nós a concebemos. Se não há mapas guiando o caminho, deve-se ter ainda mais cuidado ao caminhar, o que faz-se interrompendo a caminhada, quando necessário. Mas a interrupção gera espanto, surpresa e novidade. Ao fundir diversas referências, o barroco facilita criar proximidade entre diferentes inteligibilidades. Por exemplo, a dignidade humana pode ser formatada a partir de conceitos tão diversos e tão semelhantes como os direitos humanos ocidentais, o *dharma* hindu e o *umma* islâmico. Além disso, o barroco cultiva o riso, o gozo e o lúdico, elementos expulsos da seriedade e sisudez moderna, tanto de direita como de esquerda. O barroco subverte. Depois, subverte novamente, pois uma “atividade subversiva que não sabe como subverter-se cai facilmente numa rotina regulatória” (1995, p. 28); acabo de me lembrar de Cuba e sua revolução, como um bom exemplo disso.

O terceiro *topoi* é o Sul. O Sul é a personificação do sofrimento humano gerado pela fúria imperial. No Sul as emoções são vivenciadas mais intensamente; a ciência pós-moderna não expulsa a emoção, pois ela não lhe ameaça o rigor. O rigor não está no inumano, na cinzenta e fria neutralidade. As ciências sociais modernas construíram o Sul - e o Oriente, que também é Sul, pois o Sul se espalha por todo o globo - como “o outro”, o outro estranho. Nessa forma de “nós” e “eles”, fica difícil não haver diferenciação desigual, onde diferença é confundida com desigualdade. A subjetividade do Sul constitui-se na desfamiliarização com o Norte imperial, com atos de desaprendizagem em relação ao seu conhecimento-regulação, na direção do conhecimento-emancipação: Do colonialismo à solidariedade. O Norte cometeu um epistemicídio com o Sul; silenciou-o, com o genocídio, com a escravidão, com a exploração, com a desqualificação. Vozes do Sul contra o Norte imperial foram muitas, e aprender com elas faz parte da subjetividade do Sul. Referências pós-ghandianas são um bom exemplo da subjetividade do Sul. Ghandi não separava três instâncias: O amor, a verdade e a alegria. Para ele, eram mutuamente constitutivas.

Assim, verdade e racionalidade aparecem bem mais próximas de emoções positivas; diferente, por exemplo, da verdade ou racionalidade habermasiana, que mesmo possuindo pretensões altamente emancipatórias, não busca no Sul nenhuma referência constitutiva, pretendendo mesmo assim ser universalista; esta é a crítica que Boaventura faz a Habermas, e parece fundamentada. Não nega, jamais, a importância do trabalho do brilhante filósofo, mas aponta a incompletude do mesmo no marco das críticas ao eurocentrismo, preferindo buscar referências do Sul; e nesse caso recuperar a epistemologia ghandiana. Ghandi não desejava importar o socialismo/comunismo do ocidente, pois seu interesse não era tomar o poder num mundo corrupto, mas libertar oprimido e opressor da relação de opressão - altamente convergente com as idéias de Paulo Freire, ou do movimento zapatista.

A subjetividade na transição paradigmática anseia por liberdade para fazer o que desejar; mas sabe que a sua liberdade não termina na do outro, mas antes começa e caminha junto com a do outro. A máxima “minha liberdade termina onde começa a do outro” é profundamente neoliberal. A subjetividade emergente prefere saber-se “eutro”: Sou um, sou livre, mas con-vivo com o outro sem o qual não existo. Assim, o “eutro” é livre e possui seu corpo, seu desejo, sua capacidade de criação e autoria; mas não pode do outro prescindir, pois da liberdade do outro alimenta-se a sua. Não consegue não ser

solidário, pois *sente* o sofrimento do outro; não pode fundir-se no outro, ou a ele submeter-se, pois é um eu singular.

Para a psicologia na transição paradigmática, talvez o “eutro” seja esse sujeito comprometido e solidário, criativo e autor singularizante, criador de territórios de fronteira, de barroco e de Sul. Para entender e atuar com esse sujeito, construindo territórios, a psicologia precisa buscar seus intercessores, seus catalisadores para ampliar a compreensão e a criatividade. Outros campos que digam muito do humano nas sociedades, como por exemplo a economia.

Kastrup (2000, p. 19) anunciava a história da psicologia como uma rede de intercessores. Outros campos de saber que desenvolvem conhecimento sobre o mundo onde os sujeitos se movimentam devem interceder, entrecruzar com a psicologia até para constituí-la, como “pesquisa e produção da subjetividade, revelando um parentesco entre o modo de ser da psicologia e o modo de ser do seu objeto”.

Em termos epistemológicos e da práxis, essa tese pretende articular dois campos científicos, - psicologia e economia - buscando a ciência baseada num conhecimento prudente (aquele que é auto-reflexivo quanto às conseqüências de suas ações) para uma vida decente (Santos, 2003b).

Mas como se configuram, então, as relações entre esses campos? Para pensar relações entre campos de saber, há que migrar certos conceitos e/ou problemas que existem na constituição do outro campo em questão. Mas essa migração não pode prescindir de um trabalho criativo, que force a mente a pensar (Kastrup, 2000). Pretendo dar continuidade, no próximo capítulo, à tentativa - modesta e incompleta, é sempre bom lembrar - de elaboração dessa questão.

4- A economia popular e solidária

A palavra *solidária* deriva do vocábulo latino *sólidu*, significando força, união, adquirindo um sentido moral ao vincular-se à idéia da justiça e da união entre as pessoas para o bem comum (Mance, 1999).

A economia, segundo o dicionário Houaiss (2001, p. 1096), é “a ciência que estuda os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos necessários ao bem-estar”, ou ainda, “aproveitamento racional e eficiente de recursos materiais; arranjo e/ou modo de funcionar dos diversos elementos de um todo.”

Pode-se perguntar, analisando a definição e caso se esteja interessado num tipo de ciência comprometida com uma sociedade diferente, “bem estar de quem?”. Essa talvez seja a pergunta inicial mais importante, para um estudo em psicologia social que vá buscar na economia elementos para entender a produção de subjetividade em um tipo de arranjo - ou todo - específico, como é o caso da economia solidária.

É nas razões da emergência de um campo como a economia solidária que a psicologia vai buscar elementos para analisar, criticamente, a relação que os sujeitos ali estabelecem com o seu trabalho. Ambos os campos científicos, ao tentar produzir o conhecimento prudente para uma vida decente, encontram no questionamento um dispositivo importante.

Vejamos a resposta à pergunta de Razzeto (1999, p. 2), “Pueden juntarse la economía y la solidaridad”?

Economía de solidaridad es un concepto que si bien apareció hace pocos años está ya formando parte de la cultura latinoamericana. Cuando empezamos a usar esta expresión y en 1984 publiqué el libro **Economía de solidaridad y mercado democrático**, pude observar la sorpresa que provocaba asociar en una sola expresión los dos términos. Las palabras "economía" y "solidaridad", siendo habituales tanto en el lenguaje común como en el pensamiento culto, formaban parte de "discursos" separados. "Economía", inserta en un lenguaje fáctico y en un discurso científico; "solidaridad", en un lenguaje valórico y un discurso ético. Rara vez aparecían los dos términos en un mismo texto, menos aún en un solo juicio o razonamiento. Resultaba, pues, extraño verlos unidos en un mismo concepto.

Sob um ponto de vista da crítica da ciência, para Paty (1999), a pergunta então seria: “A ciência falhou na sociedade?” Ao fazer a pergunta, o autor utiliza um exemplo justamente do campo da ciência econômica, lembrando a situação ocorrida no Chile

durante a ditadura comandada por Augusto Pinochet (1973-1989). Este último contratou um time de proeminentes economistas da linha dos “Chicago boys” (Escola de Chicago, corrente representada pelo economista ultra-liberal Milton Friedman) para experimentar teorias econômicas na sociedade chilena, garantindo-lhes “estabilidade” política e social (a custo de brutal repressão) e dando-lhes carta branca para livremente aplicarem suas teorias econômicas e verificarem os resultados.

Nesse caso, a resposta é positiva, a ciência econômica falhou estrondosamente na sociedade; e quanto à primeira pergunta, sobre o bem-estar, a resposta seria talvez o bem-estar de poucos investidores gananciosos interessados em obter lucros com os mercados latino-americanos. Parece que a psicologia não está sozinha no seu passado pouco comprometido com a melhoria da sociedade como um todo. Quando a ética é retirada da prática científica, os resultados podem ser desastrosos, tal qual ocorreu em tantos momentos históricos notoriamente conhecidos, com diversos campos científicos.

Por outro lado, o prêmio Nobel de economia em 1998 foi dado ao economista indiano Amartya Sen, que considera a economia como não separada dos aspectos éticos, das condições de vida concreta dos povos e do pensamento filosófico. Por suas idéias, foi chamado de “economista da pobreza”. Parece que também a economia, assim como a psicologia, busca caminhos alternativos ao que hegemonicamente nos é passado como o único caminho racional, cuja expressão mais recente é o neoliberalismo globalizado.

Para Lisboa (2001, p. 2), que argumenta segundo inspiração de Karl Polany, não compreendemos economias não ocidentais, ou outros paradigmas econômicos devido à “falácia econômica”, que consiste em:

(...) identificar toda a economia humana com sua forma de mercado. Modernamente, em função de um falso e pretense universalismo do cálculo econômico, ocorreu um monopólio semântico do termo economia, encobrendo a existência de outros sentidos do mesmo. Acompanhando Aristóteles na diferenciação entre economia (oikonomia, em grego), entendida como o aprovisionamento material-energético da casa e da polis, e crematística, a forma mercantil (através da ganância) de adquirir os bens, Polanyi nega que o sustento da humanidade suponha um problema de escassez. Diferencia dois sentidos de "economia": o formal (surge do "caráter lógico da relação meios-fins") e o substantivo (denota "os meios de sustento do homem"). Enquanto que na sociedade de mercado o objetivo é o acúmulo de ganhos monetários, em outras economias o que se busca é a reprodução material da própria vida.

É na busca de caminhos e paradigmas comprometidos com abordagens amplas e com um conhecimento prudente para uma vida decente, que a interseção psicologia-economia pode dar-se, quando o objetivo é entender como as pessoas, grupos,

comunidades ou demais coletividades organizam-se para obter e gerir os recursos necessários ao seu bem-estar (voltando à definição do dicionário), entendendo esse bem-estar de forma ampla, incluindo múltiplos elementos psicossociais no conceito de bem-viver.

Nesse sentido, na busca de uma alternativa superior à luta darwiniana pela sobrevivência, surgem possibilidades - ainda incipientes, porém muito concretas - de desenvolver um comércio justo, uma economia não-colonizadora e não patriarcal, sustentável a longo prazo.

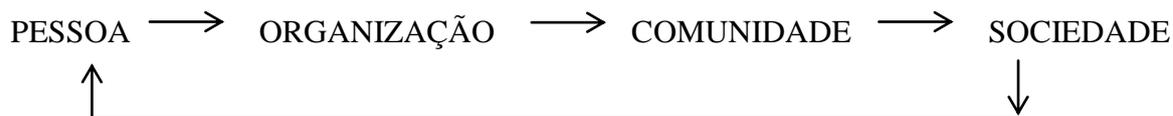
A economia solidária abrange, porém, um amplo espectro de expectativas, experiências e práticas. Como princípios geradores de sua ética, estão os valores de boa convivência humana entre si e com o ambiente, superando aqueles de concentração de lucro e hedonismo consumista característicos do capitalismo neoliberal. Muitas experiências populares de produção econômica e de geração de renda, no Brasil e em outros países, estariam formando uma economia popular fundada na cooperação solidária e integrada à economia de mercado, segundo uma lógica não-mercantil (Singer, 1999; 2002a; 2002b).

Nela residiria uma das alternativas consistentes para os setores de baixa renda e as classes trabalhadoras, diante dos processos de empobrecimento e de desocupação estrutural que os atingem. Acompanhemos, com Gaiger (1999, p. 2).

No campo do solidarismo econômico popular, contam-se hoje empreendimentos os mais diversos, de caráter familiar ou comunitário, sob forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. Identificam-se por seus princípios de equidade e participação, que procuram colocar em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática. Na linha de frente do solidarismo, perfilam-se as empresas de autogestão agrupadas na ANTEAG (hoje, 52 empresas, com 15 mil trabalhadores), as cooperativas de trabalhadores (mais de 200, apenas no RS), em parte filiadas às federações estaduais, ou ainda, as centenas de cooperativas de produção agropecuária, implantadas pelo MST nos assentamentos da reforma agrária. Por trás desse surto está, de um lado, a crise estrutural do mercado de trabalho, com os agravantes da política nacional recessiva e, de outro, a ação mobilizadora de movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis. Há mais tempo porém, em rincões do interior e nas periferias urbanas, milhares de pequenas iniciativas comunitárias já vinham proliferando, advindo delas, em boa medida, o patrimônio de soluções organizativas e econômicas que hoje se disseminam entre as experiências mais recentes.

As formas de trabalhar estariam conectadas não apenas à produção e distribuição de produtos e serviços, mas à criação e re-criação da vida em sociedade. Há, portanto, uma interação intrínseca nos seguintes níveis sociais:

Fig. 2- Esquema dos níveis sociais em interação na economia solidária



Os modos de trabalhar acabam produzindo novas aprendizagens, responsáveis pela comunidade em muitos de seus aspectos: Alimentação, arte, ecologia, educação etc. Eles constituem uma base empírica de experimentação sócio-econômica, podendo confrontar interesses tanto do capital como da máquina estatal. Contudo, como coloca Coraggio (2002), não se trata de ser anti-mercado ou anti-Estado; a economia solidária precisa de mercados regulados e livres de monopólios, para constituir redes, trocas e atividades que a tornem efetiva e sustentável. Da mesma forma, necessita de uma economia pública comprometida com as maiorias que pretende representar, bem como de um poder público responsável e democrático. Uma economia global plural e mista permitiria a economia popular e solidária como elemento constituinte, e deveria possibilitar a criação de sistemas não monetários a serem pensados junto com as políticas públicas.

Não pode haver economia solidária sem democracia, e não pode haver democracia verdadeira sem uma economia em bases solidárias. Essa afirmação fundamenta-se na crença de que as tensões provocadas pelas necessidades dos indivíduos e grupos são uma construção social, e pode-se estimular a construção de um consumo ético, de um desejo que se educa pela ética de valorização da pessoa humana, da boa convivência social e da solidariedade (Singer, 1999).

O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer formas. Ao acolher e integrar de uma só vez cada pessoa e toda a coletividade, a economia solidária resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado. Sendo a referência da economia solidária cada sujeito e, ao mesmo tempo, toda a sociedade, concebida também como sujeito, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema (Coraggio, 2001). O primado do valor de uso e não do valor de troca, numa linguagem marxista.

Conceitualmente, a economia solidária traria características da hibridação de economias ou economia plural – guiada na proposta de Karl Polanyi, em sua obra “A

Grande Transformação” – e da dádiva, a partir do conceito antropológico originalmente desenvolvido por Marcel Mauss. Segundo esse autor, a dádiva, a troca, seria a base das relações inter-subjetivas das sociedades, simultaneamente interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas. Nesse aspecto poderia-se pensar numa base sócio-antropológica para desenvolver a economia solidária como forma de dádiva, troca social. Na obra clássica de Mauss, “O ensaio sobre a dádiva”, destaca-se o entendimento da dimensão política da troca de dádivas, assim como a sugestão de sua universalidade, e que ela poderia constituir-se em princípio formal-abstrato, e não num fato empírico-concreto. A partir desse princípio, avalia a tese segundo a qual a dádiva é fundamento de toda sociabilidade e comunicação humanas, assim como sua presença e sua diferente institucionalização em várias sociedades analisadas por Mauss, capitalistas e não-capitalistas.

Desenvolvendo o conceito de economia da dádiva, Lechat & Schiochet (2003, p. 85) a definem como corporificando-se em três momentos distintos: *Dar, receber, retribuir*. A dádiva seria a um tempo obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional. Se analisarmos tal proposição sob a ótica da psicologia, poderemos encontrar muitos argumentos que corroboram esses movimentos, nas relações interpessoais. Toda a relação incorpora parte desses três movimentos, pois mesmo uma interação atávica como a relação mãe-bebê, não prescinde de gratificações, ganhos narcísicos e mútuo gozo. Tanto em uma micropolítica das relações interpessoais como na macropolítica social, a reciprocidade e a dádiva poderiam compor o quadro de análise como categorias presentes, constitutivas até, dos laços que se criam e recriam. Como dizem ainda os autores supra-citados (p. 86): “A dádiva não é desinteressada, mas seus interesses não são da ordem instrumental, são da ordem do prazer, da criatividade”. A dádiva seria uma aposta, uma possibilidade de causar prazer, ou aprendizagem, ou qualquer ganho primário ou secundário, e recebê-lo de volta.

Para Zaluar (2001), a multidimensionalidade dos processos sociais obrigam a tratá-los nos plano micro e macrossociais de análise. Idéias e conhecimentos científicos ou de senso comum chocam-se, diferentes racionalidades competem e as redes de relações interpessoais são complexas e demandam prudência na sua análise. Porém, no questionamento do conceito do homem racional, que calcula ganhos e perdas na sua ação, a dimensão da reciprocidade torna-se cada vez mais imprescindível.

Desse modo, revela-se importante discutir questões sociais importantes como o consumo, o interesse e a impessoalidade, ícones da modernidade no pensamento sociológico, advindos do utilitarismo, para reintroduzir o laço interpessoal, o desinteresse

no ganho, a racionalidade comunicativa, a reciprocidade de amplos circuitos como saídas aos impasses criados pela exclusividade da racionalidade instrumental ou o reducionismo do *homo economicus*. A reciprocidade, os laços morais e a comunicação interpessoal devem ser examinados à luz de suas ambivalências e conflitos, evitando abordagens que poderiam levar a uma compreensão ingênua do campo da economia solidária e das relações que ele engendra.

Andion (2001, p. 4-5) identifica também a economia solidária dentro da perspectiva da sociologia/economia, como um conjunto de organizações que atuam no campo social mobilizadas a partir da sociedade civil. A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável. Não é uma panacéia, mas sim um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*, com ênfase na cooperação em lugar da competição (Singer, 2002a; 2002b).

O objetivo do empreendimento solidário é a obtenção da quantidade e da qualidade do produto ou serviço que venha a atender a demanda social, e não maximizar o lucro com a venda do produto ou serviço. O excedente terá sua destinação decidida pelos trabalhadores em assembléia, pois a propriedade e concepção coletivas dos meios e modos de gestão do trabalho é característico do empreendimento solidário, seja ele cooperativo, associativo ou comunitário.

A autogestão é outro critério importante no campo; ela diferencia-se da heterogestão onde um patrão, chefe, supervisor, ou consultor nos modelos de gestão contemporâneos, decide, orienta e define os rumos dos processos e das relações *da e na* produção. Na autogestão, cada um deverá ser gestor, discutindo em grupo quais são as ações prioritárias, como férias, ganhos financeiros etc. É um processo difícil, um dos maiores desafios desses empreendimentos, talvez mesmo seu ponto nevrálgico. O sujeito é interpelado a ser seu próprio gestor, geralmente tendo toda uma história de subordinação nas experiências anteriores de trabalho, heterogestionárias e autoritárias. O custo psicológico pode ser significativo, e a tendência a projetar em outrem as atividades ligadas à gestão, repetindo o modelo anterior, único repertório conhecido, reaparece frequentemente.

É preciso problematizar/questionar a própria idéia da autogestão. Na medida em que se identifica *gestão* com *controle*, e se demanda ao sujeito controle do próprio

trabalho e das próprias emoções e relações, novamente poderá ser a ele imputado o fracasso, caso hajam problemas no processo. No caso da autogestão significar autêntica partilha da condução da complexa gama de questões laborais, tendo registro expresso no coletivo de trabalho, parece que o impacto pode vir a ser diferente.

Segundo Singer (2002a), a gestão cooperativa, ou autogestão, ou gestão coletiva do empreendimento por todos os seus sócios através do sistema de “uma pessoa um voto”, surgiu na Europa no início da industrialização, como forma de superar a oligocracia empresarial dominante. Tem se difundido mais intensamente na medida em que o modelo empresarial predominante no capitalismo globalizado passou a gerar desemprego maciço, precarização do trabalho assalariado, da relação assalariada e enfraquecimento das organizações dos trabalhadores. Mas Singer adverte que é preciso cuidar da coerência entre o discurso e a prática. Muitas cooperativas têm surgido a partir da demissão em massa de trabalhadores pelas empresas para em seguida readmiti-los como autônomos ou sócios de uma cooperativa, sem qualquer formação prévia e em condições precarizadas. O cooperativismo em bases solidárias repudia essa forma de associação - onde os empreendimentos ficaram conhecidos como “copergatos” - propondo que tais empreendimentos sejam cooptados pelos princípios solidários.

A autogestão é definida por Albuquerque (2003) como o conjunto de práticas que propicia a autonomia de um coletivo responsável pela concepção e decisões dos processos de gestão, mas entendida como um fenômeno multidimensional que ultrapassa a noção de gerência, pois abrange aspectos políticos, geo-políticos, técnicos, sociais etc. Adverte, ainda, para a ambigüidade do conceito, que assume matizes um tanto imprecisas ao ser utilizado na descrição tanto de processos industriais como geo-políticos ou comunitários. Na gestão capitalista, sua concepção perde a raiz emancipatória, pois está a serviço de forças mantenedoras do *status quo*; nas organizações populares pode significar um modo empoderador de organizar-se, mas é preciso compreendê-la em seus aspectos positivos e negativos.

A autogestão, enfim, pode ser aperfeiçoada e apropriada pelos sujeitos do campo da *outra economia* (Cattani, 2003), necessária para a superação da exploração capitalista e seus múltiplos riscos, que incluem a impossibilidade de vida no planeta. Entre as questões que se destacam na transição paradigmática, a vivência laboral é apontada como preponderante. Conforme Cattani (2003, p. 12):

Não basta ter orçamento participativo, empoderamento da associação de bairro, uma intensa vida cultural emancipadora e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais alternativas.

O autor ainda discorre sobre os desafios que se apresentam para “a outra economia”, quais sejam: Reafirmar a importância do trabalho, demarcar-se como campo autenticamente popular e emancipatório, diferenciando-se de propostas vinculadas à caridade, caso de parte do terceiro setor; atingir os padrões realmente solidários e de sustentabilidade ambiental e social, além de atingir a competência técnica requerida. Sugere, portanto, que continuemos avaliando criticamente - discernimento sem preconceitos ou dogmas, capacidade avaliativa imparcial e aprofundada - as conquistas e as fragilidades da outra economia que almejamos construir, que já estamos construindo. Desse modo, acredito que devemos problematizar e aperfeiçoar a autogestão, analisando criticamente cada caso e propondo maneiras autogestionárias criativas de organizar o trabalho.

A autogestão, contudo, bem como todos os processos relacionais da economia solidária, deverá dar-se em rede, ou corre o risco de anular-se em experiências isoladas. Pretendo agora destacar o conceito de rede, começando por abordar um tópico profundamente relacionado com a sobrevivência da economia solidária, que são os modos de consumir contemporâneos, um tema que demanda análise cuidadosa tanto por parte da economia como da psicologia.

A importância das redes

A questão do consumo é tão importante de ser abordada num estudo psicossocial sobre o trabalho como a questão da produção. O consumo é inerente à vida humana, é condição de sua manutenção biológica.

Ele se reveste, contudo, de sentidos variados nas diferentes culturas humanas, tendo chegado a um ápice de sentido nas sociedades ocidentais moderna e contemporânea, gerando a expressão *consumismo* e estando associado à idéia de felicidade, através do consumir e do ter. As necessidades de cunho emocional, algumas delas com origens inconscientes, acabam sendo - ou existe a tentativa - “preenchidas” com bens de consumo; ou ainda diversas formas de vazio experimentado como sofrimento psíquico são falsamente aplacadas pela via do consumo de bens ou de drogas, legais e ilegais. Como

não há uma satisfação real, os comportamentos de adição proliferam, na vã tentativa do alívio psíquico, como destaca o psicanalista Jurandir Freire Costa (2001).

Problematizar o consumo, portanto, faz-se tão necessário como problematizar a autogestão, para podermos empreender a construção de outras formas de viver e trabalhar. É o que Euclides Mance (1999) faz em seu livro “A revolução das redes”. Trabalha o conceito de consumo solidário, sem o qual fica difícil engendrar uma rede de economia solidária. Para relações de consumo solidárias, novamente faz-se presente a idéia de uma nova subjetividade, apontada por Boaventura Sousa Santos, ou de novos processos de subjetivação entendidos como a validação da experimentação de modos diferentes de viver, pensar, sentir e agir.

Como nas sociedades contemporâneas o consumo se “descola” da produção, é muito difícil que alguém se preocupe com as cadeias produtivas, que são definidas como “todas as etapas realizadas para elaborar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até seu consumo final. Algumas concepções também integram o financiamento, desenvolvimento e publicidade do produto (...)” (Mance, 2003, p. 26).

A preocupação em consumir produtos originários de unidades e cadeias produtivas que não explorem trabalho humano, bem como não sejam predatórias ao ambiente natural é parte da solidariedade no ato de consumir. Segundo Mance (1999): “O consumo solidário ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não somente considerando nosso bem-viver pessoal, mas igualmente o coletivo.”

O consumo alienante, ao contrário, considera apenas modismos e apelos publicitários, descolando as instâncias consumo-produção-sociedade, como veremos mais adiante também no trabalho de Santos (2002, 2003a). Ele é amplamente praticado nas camadas sociais possuidoras de maior poder aquisitivo. Há ainda a categoria do consumo compulsório, aquele que não é tanto fruto de escolhas mas de necessidades diante do que se *pode* consumir, afinal. Cria-se um *ideologia do consumismo*, que é amplamente consumida (Santos, 2000); mais ainda que os bens oferecidos pela sociedade, que só podem ser efetivamente adquiridos por parte diminuta da população.

Fica muito difícil trabalhar com a idéia de consumo solidário como possibilidade única para os diferentes grupos sociais em diferentes contextos e circunstâncias. Mas formas híbridas de consumo, a partir de reflexão sobre o tema, podem vir a ser possíveis no momento em que as pessoas passarem a *problematizar* a questão do consumo, o que é ainda muito raro.

A idéia da rede tem sido cada vez mais utilizada em teoria e pesquisa social, uma vez que se percebeu que sem um conjunto de articulações variadas que conectam pessoas, organizações, comunidades, produtores e consumidores, portadores de alguma necessidade, movimentos sociais, vítimas de violência ou qualquer forma de injustiça, pouco se poderia conseguir de efetivo, de *sólido*. Obviamente, a rede que conecta o planeta tem sido também responsável pela formação de redes em atividades de diversos tipos, no campo da cultura e da política, conectando as ações através dos espaços virtuais.

Conforme Mance (1999), na Europa já emprega-se o termo *rede de economia solidária* referindo-se à articulação de certas atividades de financiamento, produção e comércio. Esse autor refere-se às redes como uma revolução, com alta potencialidade mediadora do bem-viver, conceito que define como o exercício humano de dispor das mediações materiais e imateriais para satisfazer suas necessidades (as privadas e as públicas). Ele acentua os aspectos sócio-psicológicos do bem-viver, questionando as concepções tradicionalmente ligadas à conquistas financeiras e de *status*, amplamente reforçadas midiaticamente.

A idéia da rede é tratada como unidades que trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, assim potencializando todo um conjunto. As redes seriam sistemas *autopoiéticos*, ou sistemas abertos que se auto-reproduzem nas relações que estabelecem. Possuem princípios de intensividade e extensividade, significando respectivamente o envolvimento de maior número possível de pessoas em cada unidade da rede e a expansão da mesma para outros territórios ampliando sua abrangência.

Santos (2002) reforça a importância da rede crescer em sua ambição escalar, ou procurar articular-se em escala local, regional e global. Quanto mais ampla a escala, maior a efetividade da rede no atendimento das necessidades dos que dela participam.

Montar solidariamente cadeias produtivas seria um desafio importante e complexo para a economia solidária, junto a tantos outros; e a rede é a forma privilegiada de difundir esses processos, pois compõe num entrelaçamento de materialidades os conjuntos de forças necessárias para levar a economia solidária para diante. Ela é o dispositivo - aquilo que mobiliza, impulsiona - por excelência do campo do trabalho e do viver solidário.

A economia solidária no mundo

A economia solidária é também chamada de economia social e tem sido referida mundialmente como alternativa para geração de renda e como possibilidade de redefinir as relações entre economia e sociedade, no sentido de uma maior democratização da vida social (Paixão, 1998).

Como diz Gaiger (2001), diante da necessidade de resistência dos trabalhadores à dominação capitalista, existiram quatro alternativas: negociar a relação assalariada (lutar por melhores condições), negar-se ao assalariamento, deixar de ser trabalhador-operário (montar seu próprio “negócio”), ou associar-se enquanto produtores. Este último veio, forma de resistência já antiga, se reconfigura como a economia solidária que hoje se vincula à movimentos sociais e à rede do movimento FSM.

Esta sub-seção intenta verificar como ela é referida por autores de diferentes origens e línguas, para uma breve revisão que procura analisar como os princípios do campo são tratados, em contextos diversos.

Vejamos como é referida em *site* chileno⁶:

En tal sentido, como visión paradigmática y compleja, hemos optado por una definición positiva de la ES que recoja sus características más relevantes, a saber:

-Inclusiva, no excluyente. **-Colectiva**, no individual ni individualista. **-Solidaria**, no egoísta. **-Cooperativa**, más que competitiva. **-Horizontal**, no jerarquizada ni desigual. **-Sin fines de lucro**, con fin social. **-Limpia y sustentable**. **-Intergeneracional**, respetuosa de los derechos de las generaciones "por nacer". **-Empoderadora**, distribuyendo socialmente el poder local. **-A escala humana, "micro y pequeña", autogestionada**. **-Global** en tanto se basa en una ciudadanía planetaria. **-Democrática**, diversa, respetuosa, participativa. **-Basada en la reciprocidad** y en la equidad. **-Justa** y equitativa. **-Acepta y valora** la llamada "economía informal". **-Emprendedora**.

Em qualquer língua, os princípios centrais são os mais ou menos os mesmos, mostrando que o campo da economia social ou solidária, a despeito das diferenças de características locais das culturas e grupos que a assumem, efetivamente globalizou-se. Na versão francesa⁷:

⁶ Disponível em: <http://www.elcanelo.cl/economiasocial.htm>

⁷ Disponível em: <http://www.social.gouv.fr/economie-solidaire/>

“Charte de l’économie sociale (extraits)

1- Les entreprises de l’économie sociale fonctionnent de manière démocratique. Elles sont constituées de sociétaires solidaires et égaux en devoirs et en droits.

2- Les sociétaires, consommateurs ou producteurs (...) s’engagent librement suivant les formes d’action choisies (coopératives, mutualistes ou associatives) à prendre les responsabilités qui leur incombent en tant que membres.

3- Tous les sociétaires étant au même titre propriétaires des moyens de production, (elles) s’efforcent de créer dans les relations sociales internes des liens nouveaux par une action (...) de formation et d’information.

4- (...) Elles affirment leur droit au développement dans le respect de leur totale liberté d’action.

5- Elles se situent dans le cadre d’un régime particulier d’appropriation, de distribution ou de répartition des gains. Les excédents d’exercice ne peuvent être utilisés que pour leur croissance et pour rendre un meilleur service aux sociétaires qui en assurent seuls le contrôle.”

A solidariedade, a apropriação coletiva do excedente e a democracia estão presentes, bem como o empreendedorismo - vocábulo amplamente empregado pelos agentes tipicamente capitalistas, que colocam no indivíduo empreendedor a responsabilidade pela melhoria da sociedade - aqui ressignificado, já que posto a serviço do coletivo e de um outro tipo de sociedade. A essa altura é importante fazer certas distinções quanto ao uso do termo economia social, que pode abranger também o terceiro setor.

Na época em que o pleno emprego era objetivo por parte do Estado, havia uma forma de organização social fortemente baseada no assalariamento, com a existência do Estado-providência, forte na Europa e na América do Norte e mais fraco no resto do mundo. Quando esse modelo se esgota, várias vertentes de economia social emergem como alternativas para reverter os processos de pauperização. Temos desde organizações do terceiro setor, até empreendimentos autogestionários que repudiam abordagens baseadas na caridade possuindo pretensões mais transformadoras, por assim dizer.

Segundo Paixão (1998), há perspectivas diversas, até divergentes, no campo da economia social ou solidária: uma, ideologicamente inspirada em princípios neo-liberais, concebe a economia social como paliativo para a inevitável exclusão social decorrente dos ajustes estruturais necessário à “saúde” das economias; a outra procura uma redefinição das relações sócio-laborais, um novo contrato social, baseado na revalorização do poder dos cidadãos e da democratização da sociedade como um todo, apropriada de uma economia plural e mista.

Também segundo Fontan & Shragge (2000), há duas perspectivas competindo no campo. A primeira pode ser descrita como pragmática e reformista, apenas exercendo o papel de contribuir na melhoria de condições sociais, aplacando os efeitos da pobreza, não estando interessada em mudança de ordem social, mas em resolver problemas pontuais e específicos. A segunda posição liga a economia social aos movimentos de transformação da ordem social, mudanças estruturais da sociedade, sob inspiração utópica, ligada à movimentos da esquerda política progressista.

A diferença dessa nova economia social (nas suas duas vertentes) daquela praticada no século XIX é que aquelas se baseavam numa solidariedade de classe, associando pessoas e grupos das classes desfavorecidas em organizações de base mutualista e de entre-ajuda; agora a identidade é entre atores coletivos cujo elo de ligação são identidades culturais decorrentes da partilha de territórios, ou mesmo da necessidade de geração emergencial de renda. Devido às concepções hegemônicas, que pressupõem um caráter unidimensional à economia, com a supremacia absoluta da economia de mercado neoliberal, é comum a economia solidária ser considerada como caridade ou paliativo, não levada a sério como alternativa credível em escala global.

Em virtude das características das economias globalizadas, os empreendimentos solidários muitas vezes não podem prescindir de apoio estatal e também privado. Nesses casos, os diferentes graus de autonomia e possibilidades vão determinar os rumos do empreendimento. A questão da formação, do apoio financeiro e a cobertura legal às múltiplas formas de associação são pontos críticos dependendo das condições locais onde o mesmo se constitui.

A União Européia produziu um conjunto de orientações favoráveis às iniciativas locais de desenvolvimento e emprego, incluindo adaptação de regimes fiscais, instrumentos de poupança local e despesas públicas. As políticas visam principalmente apoiar a experimentação e assegurar a avaliação, encorajar redes de informação e cooperação e apoiar as políticas nacionais em benefício das iniciativas locais (Paixão, 1998).

Segundo Guigue (2001), a economia solidária é um movimento que se esforça, depois de dois séculos, para conciliar atividade econômica e justiça social. Para Enjolras (2002), os novos paradigmas tecnológicos e informacionais integraram ainda mais o econômico ao cultural-subjetivo, de modo que baseando-se na idéia de modernidade tardia ou reflexiva acredita que a reflexividade estética pode abrir brechas para novos modos de ser e viver. Isso oferece um campo de experimentação social que pode ser positivo para as

práticas sociais renovadoras da economia solidária. A dimensão cultural e simbólica do capitalismo tardio é central para a economia globalizada; tem sido utilizada como dominação, mas pode abrir caminho para a experimentação, justamente por aí. O argumento é similar ao de Appadurai (1999), nas suas considerações sobre a mídia.

Sobre o cooperativismo propriamente dito, conforme Garteiz-Arruecoa (2001), sabemos que é utilizado inadequadamente por regimes tanto capitalistas neo-liberais como no socialismo estatista, pois ambas as configurações negam seu princípio fundamental que é a democracia. É preciso liberdade de atuação, combinada com apropriação coletiva do excedente. Desde a segunda metade do século XX, o cooperativismo se projeta como forma sócio-jurídica de alta eficiência, em termos mercantis e sociais. Se calculam mais de quinhentas milhões de cooperativas ao redor do globo, tendo a ONU recomendado aos governos que incentivem o cooperativismo. Mas o cooperativismo verdadeiramente democrático assenta em algumas bases, que o autor apresenta como:

- Princípio voluntarista: fica vedada qualquer discriminação pessoal ou controle dos sócios. A abertura e transparência da cooperativa devem ser asseguradas;
- Princípio de gestão democrática: administração colegiada, voto unipessoal - um sócio, um voto - nunca proporcional;
- Princípio de limitação capitalista: resume a oposição do cooperativismo ao capitalismo e rege princípios de distribuição de sobras em moldes de decisão compartilhada.
- Princípio de assistência social: todo integrante tem direito a contar com apoio em necessidades sociais, guardando as devidas proporções de possibilidades e contribuição.
- Princípio da solidariedade: as entidades cooperativas devem colaborar entre si, para fortalecer o sistema.

O grande desafio, no dizer de Fernández (2001), é saber conseguir e manter o equilíbrio necessário nas organizações cooperativas, tanto internamente quanto nas suas relações com o entorno, pois a ausência de compromisso dos sócios pode levar um empreendimento a soçobrar. Eles devem participar dos fluxos de informação-decisão, dos fluxos reais (o que implica em intervir como provedor e consumidor) e nos fluxos financeiros, aportando capital e participando da distribuição de excedente.

Caso esses desafios sejam superados, as cooperativas podem ser empresas de excelência, conforme Moya (1995). A excelência no empreendimento lembra os critérios oriundos dos modos de gestão capitalista, o que merece uma reflexão. Tudo o que não

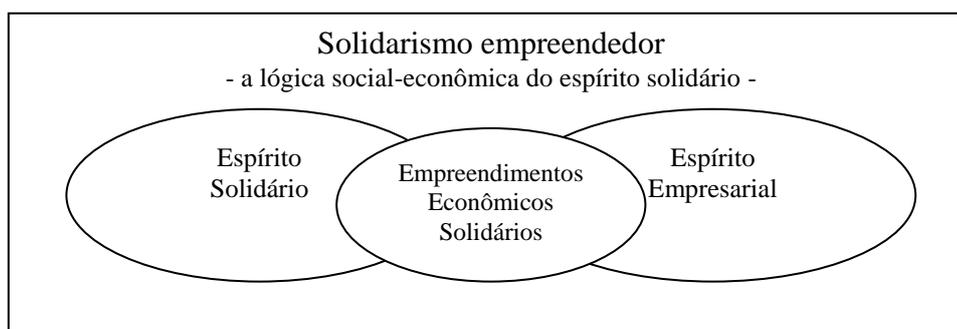
nega os princípios solidários e puder ser útil à empreitada cooperativa, pode ser incorporado, sempre com novas significações, ao campo solidário. Entretanto, parece ingenuidade crer que ambos os paradigmas podem conviver em harmonia, até porque a harmonia não faz parte de um sistema que funciona na base da exploração como o capitalismo.

Argumenta Starr (2001): “(There is) a multibillion dollar ‘cold war’ lead by United States against any nation, government, people or group that stood up for its right to independence, self-determination or non-capitalist economic development.” No momento em que a economia solidária representasse empecilho aos lucros fabulosos das corporações que “governam o mundo”, enfrentaria problemas ainda maiores que os da falta de recursos e de formação específica.

As distinções entre terceiro setor e economia solidária anti-capitalista ainda estão sendo trabalhadas, por diversos autores. O terceiro setor inclui organizações que eventualmente financiam empreendimentos solidários, e possui muitos pontos de confluência com o campo da economia solidária. A economia social é um campo vasto: Os clubes de troca - onde redes de pessoas trocam serviços sem intermediação de moeda corrente - os bancos de micro-crédito, dos quais o exemplo mais célebre é o Grameen Bank, de Bangladesh, os fundos para investimento ético-social, existentes na Europa, provam que os movimentos da sócio-economia solidária são os mais variados possível (Gaiger, 2001).

O mesmo autor apresenta um quadro do solidarismo empreendedor, o qual articula as dimensões empresarial e solidária (Gaiger, 2001, p. 60).

Fig. 3- Esquema do solidarismo empreendedor:



A dicotomia entre o que é aceitável entre amigos e o que é da ordem dos negócios, expressa na máxima “amigos, amigos, negócios à parte”, surge da lógica liberal-capitalista, cuja concepção de ser humano é essencialmente egoísta, fechada à alteridade. No empreendedorismo solidário, as iniciativas poderiam suprir tanto as necessidades sociais dos “amigos”, quanto as econômicas dos “negócios”.

A distinção entre o popular e o solidário é simples, pois nem tudo que é popular vai ser solidário. O “flanelinha” que “cuida” dos carros - e recebe trocados do motorista, seja por medo que lhe fure os pneus, seja por consciência de que não há emprego disponível para o repentino interlocutor que lhe diz “Bem cuidado o carro aí, tio!”, - está no campo da economia popular, mas nem por isto solidária.

E qualquer empreendimento, buscando o solidarismo nas relações internas, vai integrar-se a um mercado, dependendo do segmento de atuação, também nada solidário. Viabilizar a solidariedade interna enquanto cria um mercado solidário que se expande, é o talvez melhor que se possa almejar, nesse ponto do desenvolvimento do campo e da sociedade.

Santos & Rodrigues (2002), referem a importância de criar enclaves ao capitalismo hegemônico, tornar os ambientes sociais menos confortáveis e fáceis às práticas capitalistas. A expansão da economia solidária seria certamente evento extremamente importante nessa direção.

A economia solidária no Brasil e no Rio Grande do Sul

A partir das experiências pioneiras no Brasil, nos anos 80, realizou-se um encontro de empresas de autogestão, em São Paulo, no ano de 1994. Nesse encontro decidiu-se criar a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), uma ONG que surge para assessorar as empresas e grupos que resolvessem empreender dessa forma (Singer, 2002b). Negócios, comercialização, acesso a crédito, organização do trabalho são coisas novas para os trabalhadores acostumados a conhecer apenas uma parte do processo produtivo, tradicionalmente taylorizado, fragmentado. Os trabalhadores escolhidos para exercer funções gerenciais (que são normalmente rotativas) devem fazer cursos, visitas técnicas, participar de seminários, como forma de adquirir habilidades novas e capacidade de negociação. Como diz ainda Singer, ressaltando os aspectos positivos do campo (2002b, p. 91):

(...) a enorme dedicação ao trabalho não mais alienado, do que resultam aumentos inesperados de produtividade e redução de perdas. E (...) pelo aprendizado por parte dos novos administradores das técnicas e manhas de gestão de comprar e vender, de dar e receber crédito, de inovar produtos e processos e de tecer relações solidárias com outras autogestões.

Entretanto, sabemos das enormes dificuldades em adquirir as “manhas” que Paul Singer - uma autoridade no campo da economia solidária e Secretário nacional da pasta - identifica como necessárias à gestão dos empreendimentos. Essas habilidades e competências precisam ser desenvolvidas, às vezes, num curto espaço de tempo. Surge a necessidade de parcerias com outros atores sociais importantes na corrente alternativa que procura fazer emergir ausências, transformando-as em emergências.

É preciso, também, criticar essa constante interpelação aos agentes dos empreendimentos solidários, no sentido de serem gestores competentes e cidadãos solidários e cooperativos, o que estarei fazendo na seção final deste trabalho, dedicada a discutir o material empírico disponível.

A inserção dos empreendimentos mais frágeis em redes de apoio parece o único caminho para a superação desses obstáculos. Para tanto, criam-se instâncias que possam dar apoio ao setor. A Agência de Desenvolvimento Solidário (2002), ADS, é uma organização criada e coordenada pela Central Única dos Trabalhadores em parceria com a Unitrabalho, o Dieese e a Fase, com a missão de promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores inseridos num processo de desenvolvimento sustentável e solidário.

As severas limitações encontradas pelos atores sociais na seara da produção autogestionária são muitas: O mercado é restrito, os segmentos trabalhados são poucos, e muitas vezes ainda inexpressivos. Entretanto, o setor estabelece a sua história como movimento em nosso país.

Com a crise social das duas “décadas perdidas” (80 e 90) a economia solidária renasce no Brasil; após algumas experiências isoladas nos anos 80, em 1991 a empresa calçadista Makerli, em Franca (SP) ressuscitou como cooperativa, inaugurando uma série de eventos semelhantes nos anos 90. Ainda nos anos 80, a Cáritas, entidade ligada à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), financiou milhares de pequenos projetos, os PACs (Projetos Alternativos Comunitários), a princípio para gerar renda para as populações de periferia. Alguns deram origem a empreendimentos autogestionários,

outros dependem mais de ajuda externa. O MST contribuiu efetivamente para o campo através do fomento ao cooperativismo agrícola.

Na segunda metade dos anos 90 surgiram trabalhos (nos campos acadêmico, sindical, público etc) que apontavam o potencial de expansão das redes de colaboração solidária, “(...) integrando organizações nos campos econômico, político e cultural em laços de retroalimentação que, conectando o global e o local, poderiam avançar estrategicamente na construção de uma sociedade pós-capitalista (...).” (Mance, 2002, p. 9)

A geração de postos de trabalho, a distribuição de renda e uma relação sustentável com a natureza seriam as conseqüências desse paradigma na versão dos que produzem conhecimento acadêmico sobre ele. Nesse período, sob a influência de várias vertentes teóricas, o debate no campo acentuou-se rapidamente. Em âmbito nacional, tem-se a criação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), da ADS da CUT, da Anteag e também de muitas organizações regionais.

Em junho de 2000, ocorreu o lançamento da Rede Brasileira de Sócio-economia Solidária, comendo empreendimentos e colaboradores participantes do Encontro Brasileiro de Cultura e Sócio-economia Solidárias, que se realizou em Mendes, no Rio de Janeiro, gerando um documento que pautou o referencial dessas práticas, a Carta de Mendes. Entre 11 e 18 de junho de 2000, cerca de 80 pessoas estiveram reunidas no Encontro Brasileiro de Cultura e Sócio-economia Solidárias, em Mendes, RJ. Depois de uma convivência intensa e trabalho coletivo durante uma semana, discutindo a realidade brasileira e mundial e compartilhando visões e experiências no campo socio-econômico, político e cultural, os participantes elaboraram e aprovaram a seguinte carta, que resume e ilustra as visões e proposições das entidades/pessoas presentes. A fonte é o site da Rede de Economia Solidária (acessado em novembro de 2001):

NÓS FAZEMOS PARTE DE ORGANIZAÇÕES E INICIATIVAS DE SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA. Somos mulheres e homens de várias idades e etnias, profissionais de vários campos, que trabalhamos no meio rural e urbano, em cooperativas e associações autogestionárias, em sindicatos, instituições de desenvolvimento, educação, meio ambiente e assessoria, representantes de governos democráticos e populares, e convidadas de outros países da América Latina e Europa. Procedemos do Amazonas, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Participamos também de redes solidárias que atuam articuladamente para transformar e humanizar as relações sociais nas esferas local, nacional e global.

Em resposta às propostas do Encontro Latino de Cultura e Sócio-economia Solidárias, realizado em Porto Alegre (agosto de 1998), buscamos criar e gerenciar redes de produção solidária, de comércio justo, de crédito, de consumo ético, de trocas e informática solidárias. Fizemos um diagnóstico e uma avaliação

dos empreendimentos cooperativos e solidários nas diferentes regiões do Brasil aqui representadas, e traçamos diretrizes de ação estratégica visando a construção e o fortalecimento dessas redes, assim como uma ação mais efetiva de pressão por políticas públicas a serviço do empoderamento da sociedade e de um desenvolvimento sócio-econômico autocentrado e soberano. Além do trabalho de reflexão e aprofundamento dos conceitos, fizemos um intercâmbio de nossas motivações, experiências e produções que mobilizaram nossa intuição, emoção e espiritualidade, bem como facilitaram nossa disponibilidade para ouvir uns aos outros, aprender uns com os outros e consolidar nossa confiança mútua, e nosso sentido de irmandade e solidariedade. (Rede EcoSol: www.ecosol.org.br/).

A Carta de Mendes ilustra a importância da dimensão subjetiva dos empreendimentos, pois sem a reflexão, sem a troca de “motivações, intuição, emoções e espiritualidade”, as experiências não poderiam ser reconhecidas e afirmadas como um novo modo de vida e como uma nova forma de resistência ao modo de subjetivação capitalista.

Iniciativas locais, regionais e municipais também tiveram expressivo papel nesse processo em andamento, e certamente essa descrição é parcial e incompleta, pois muitas outras iniciativas já devem estar redimensionando o campo.

A pesquisa do CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional), que foi realizada em 2001 e publicada no ano seguinte (CAMP, 2002), visitou 192 empreendimentos em 36 municípios, atuando no comércio, indústria, serviços e consumo solidário. Os agentes da pesquisa faziam, durante a coleta de dados, a sensibilização para a participação nas redes e o encaminhamento das demandas para os Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, através da Anteag e SEDAI (Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais). No livro publicado com os achados do estudo, as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos aparecem, nesta ordem, como: 1. Falta de recursos financeiros/capital de giro; 2. Dificuldade de ampliar as vendas; 3. Falta de formação em auto-gestão; 4. Falta de espaço físico; 5. Outras não especificadas; 6. Baixa qualidade dos serviços.

Fica claro que embora o potencial do setor seja expressivo e animador, as dificuldades e limitações também são muitas. Nas feiras de produtos de economia solidária percebe-se que os empreendimentos ainda atuam em segmentos limitados, precisam competir com empresas que possuem muito mais recursos, e que a sociedade brasileira não está sensibilizada para praticar o consumo ético.

Tampouco individualmente, as subjetividades resultantes de processos de subjetivação social em geral massificantes não parecem propriamente inclinadas a sustentar mudanças nas práticas de consumo. Diante desses dilemas, fazem-se necessários

mais esforços no sentido de investigar e propor formas de contribuição efetivas. Aqui, novamente, pode caber um papel ativo à psicologia comprometida com a mudança social.

Sob a ótica da subjetividade e trabalho, pensando-se nas formas de trabalhar adotadas no setor, Tittoni, Nardi & Bernardes (2002) afirmam que ao buscar estratégias laborais pautadas na cooperação e solidariedade, potencializam-se modos de trabalho menos individualistas e competitivos, configurando a economia solidária como possível forma de resistência no processo de reestruturação capitalista do trabalho e tudo o que ele representa. Entretanto, não há nenhuma garantia que efetivamente seja assim. Vai depender de cada contexto e das configurações que neles se produzirem. Para tanto, a investigação empírica nos levará a conhecer mais sobre essas configurações, objetivo das tantas pesquisas no tema.

Segundo Icaza (2002), a economia solidária no Rio Grande do Sul desenvolveu-se durante os anos 90 com uma identidade própria, diferenciada do cooperativismo/associativismo tradicional. Este teve origem especialmente rural, nas necessidades dos imigrantes europeus (o Estado tem forte presença dos colonizadores alemães e italianos).

Em 1971, é criada a OCERGS (Organização de cooperativas do RGS), como parte integrante do sistema cooperativista nacional. A organização passa a representar um tipo particular de empresa, a cooperativa, eventualmente dentro de um modelo de modernização capitalista, ou vinculado de forma dependente aos incentivos estatais, sujeito à interesses políticos dos governos.

O conjunto de iniciativas de geração de renda, já em curso nos anos 80, assumem nos 90 a forma de economia solidária propriamente dita, elaborando um discurso próprio, basicamente calcado nos autores Luis Razzeto e José Luiz Coraggio. As experiências econômicas solidárias desenvolvidas então, são aquelas que possuem um certo grau de acumulação, crescimento e viabilidade a médio prazo (Gaiger, 1999).

Nessa década, as origens das experiências econômicas solidárias ampliaram-se, tendo sido criadas no campo industrial e sindical. Segundo Icaza (2002), conforme o setor de origem, - setores populares urbanos, trabalhadores da indústria, pequenos produtores rurais - a matriz identitária é produzida e as dificuldades específicas no contexto da autogestão e outros vão manifestar-se. Pode-se mesmo dizer que o campo é heterogêneo e plural. Os empreendimentos surgidos nos anos 90 têm por característica a redução do número de sócios, ou seja, maior número de experiências de menor tamanho. Isso demonstra que a economia solidária nessa matriz identitária plural dos anos 90 e 2000 está

ligada às necessidades locais, e os pequenos grupos tentam, através da associação, supri-las.

No caso específico do RS, temos ainda um veio identitário urbano, ligado à esquerda democrática: O porto-alegrense que mantém o Partido dos Trabalhadores no poder municipal há quase dezesseis anos, e o fato de que parcelas significativas das camadas populares da sociedade local identificam-se com esse tipo de projeto, em função do trabalho de saneamento básico e organização popular através do Orçamento Participativo (OP), marcas da administração municipal petista.

Icaza (2002) também refere que é difícil identificar, num mesmo empreendimento, articulação positiva dos aspectos solidários e empresariais, ou seja, relativo sucesso produtivo e comercial através de autogestão, solidariedade e democracia; mas que a mudança de racionalidade proporcionada pelas experiências, através dos novos espaços de atuação comunitária, é certamente positiva no cenário rio-grandense.

Antes de passar à descrição e discussão do processo empírico do qual a tese é resultante, ainda desejo desenvolver um tema que me parece central ao estudo, como a questão dos modos de produção de poder. O poder é questão central nas relações de trabalho, na gestão e nos modos de subjetivação. Na visão de Boaventura Santos (2000), representam importante dispositivo de análise dos espaços-tempo sociais, e essa linha de análise intento desenvolver nas últimas seções da tese, procurando nela inserir os espaços-tempo comunitário e de produção que a economia solidária representa.

Os modos de produção de poder e a economia solidária

Partindo de uma crítica a Foucault e outros autores, bem como da análise das teorias feministas e de outras contribuições ao entendimento de poder, Santos (2000, p. 248) define o poder como relacional, como “qualquer relação social regulada por uma troca desigual”. Tais desigualdades, materiais e/ou imateriais, articulam-se em assimetrias de capacidades comunicativas, educativas, de tomada de decisão e de autonomia para organizar interesses, isso sem falar nas imensas desigualdades materiais que podem estar na base de tais processos. Aqui vai ficar bem clara a maneira como o autor diverge de Foucault, para quem, segundo Lazzarato & Negri (2001, p. 38), “(...) poder é a capacidade de sujeitos livres e independentes intervirem sobre a ação de outros sujeitos igualmente livres e independentes”; ou ainda, “Ação sobre uma outra ação”. Em Santos, o poder é

tratado como relação de troca desigual, onde a assimetria de recursos é bastante considerada. Entretanto, ambas as abordagens podem convergir para a idéia de que “(...) novas relações de poder trazem por consequência novos processos de subjetivação.” (Lazzarato & Negri, p. 38)

Essa teorização mostra-se particularmente pertinente no caso da análise da autogestão, tema central no campo do trabalho solidário. Ao refletir sobre suas diferenças com Foucault, Santos (2000), avalia que este último não trabalhava com o horizonte de emancipação social que lhe instiga a trabalhar categorias sociológicas, filosóficas e psicológicas; por isso seu interesse vai centrar-se na transformação das relações de poder existentes como dominação para a forma de relações de autoridade compartilhada. Parece-me, então, que não analisar a questão dos modos de produção de poder é deixar de fora o coração da problemática do trabalho e da subjetividade na economia solidária, com os espaços laborais que engendra e as lutas de poder que ali se travam. A fim de contextualizar a análise que procedo em seguida, apresento brevemente as concepções do autor sobre a temática.

Vejam, na citação de Santos (2000, p. 249) como o poder se enreda nos modos de trabalhar da economia solidária, se transpusermos as fronteiras da definição:

(...) o que é mais característico das nossas sociedades é o fato de a desigualdade material estar profundamente entrelaçada com a desigualdade não-material, sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades representacionais/comunicativas e expressivas e ainda a desigualdade de oportunidades e de capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisão significativa.

Portanto, faria sentido explicar através dessas assimetrias, a dificuldade que os sujeitos na economia solidária encontram para apropriar-se de novos modos de trabalhar e de se relacionar; quem tem maior capacidade expressiva/discursiva, - dentro de uma usual concepção - pode acabar assumindo papel de “chefe”, caracterizando a troca desigual.

Interessante, ainda, ver como continua o autor (p. 249):

Medir a desigualdade de uma troca desigual e avaliar até que ponto ela é determinante na forma como afeta as condições de vida e as trajetórias das pessoas ou dos grupos envolvidos não é tarefa fácil, sobretudo porque as relações de poder não ocorrem isoladas, mas em cadeias, seqüências ou constelações.

As constelações de poder, complexas e contraditórias, podem fixar fronteiras - modo *fixação de fronteiras*, - onde irão inibir mudanças de posições e inovações

relacionais entre os atores que as protagonizam. Podem ainda, e ao contrário, abrir novos caminhos - modo *abertura de novos caminhos*, - onde permitem formas de ser diversas e partilha relativamente igualitária de capacidades. As configurações de tais modos de poder são ora expressas de um modo, ora doutro, inclusive dentro de um mesmo *setting* entre mesmos atores. Como diz Santos (2000), nem vagueiam ao acaso, nem são totalmente previsíveis, a exemplo do próprio sujeito.

Outro conceito central nessa reflexão é o dos espaços-tempo estruturais, definidos como localizações de unidades de ação, apresentadas como: Sexo e geração; classe e natureza capitalista; sociedade de consumo; cidadania; comunidade e etnicidade e Estado-nação.

Cada espaço-tempo estrutural é um auditório, um campo argumentativo (circulação de discursos), epistemológico (circulação de saberes), afetivo (circulação de afetos, emoções), onde são travados combates de poder, cada um com as suas hegemonias próprias. Os *topoi* são lugares de produção de discursos, de saberes e de práticas, espécies de “bússolas” que orientam práticas; e os *topoi* que orientam cada espaço-tempo estrutural são locais, neles hibridizando-se formas de poder *cósmico* (poder central, dominação) e poder *caósmico* (descentralizado, múltiplo, rede micro-política).

São apresentados seis modos básicos de poder, em um mapa de estrutura-ação das sociedades capitalistas ocidentais que integram o sistema mundo globalizado. Estes espaços, em grande medida, foram se “desenhando” a partir das mudanças sociais, políticas e econômicas, e têm grandes diferenças na periferia, semi-periferia e centro do sistema-mundo. Como exemplo, o espaço doméstico destacou-se do espaço da produção com o advento da revolução industrial; essas distinções são fruto de processos históricos, que não abordarei aqui em maiores detalhes. Vejamos, então, o mapa dos espaços-tempo (Santos, 2000, p. 254):

Quadro 2 - Mapa de estrutura-ação do sistema mundo globalizado

Dimensões/ Espaços estruturais	UNIDADE DE PRÁTICA SOCIAL	INSTITUIÇÕES	DINÂMICA DE DESENVOLVIMEN TO	FORMA DE PODER	FORMA DE DIREITO	FORMA EPISTEMOLÓGICA
ESPAÇO DOMÉSTICO	Diferença sexual e geracional	Casamento, família e parentesco	Maximização da afetividade	Patriarcado	Direito doméstico	Familismo, cultura familiar
ESPAÇO DA PRODUÇÃO	Classe e natureza capitalista	Fábrica e empresa	Maximização do lucro e maximização da degradação da natureza	Exploração e “natureza capitalista”	Direito da produção	Produtivismo, tecnologismo, formação profissional e cultura empresarial
ESPAÇO DO	Cliente-	Mercado	Maximização da	Fetichismo	Direito de	Consumismo e cultura

MERCADO	consumidor		utilidade e mercadorização das necessidades	das mercadorias	troca	de massa
ESPAÇO DA COMUNIDADE	Etnicidade, raça, nação, povo e religião	Comunidade, vizinhança, região, organizações de base, Igrejas	Maximização da identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição
ESPAÇO DA CIDADANIA	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
ESPAÇO MUNDIAL	Estado Nação	Sistema interestatal, organismos e associações internacionais, tratados internacionais	Maximização da eficácia	Troca desigual	Direito sistêmico	Ciência, progresso universalístico, cultura global

O autor justifica a importância da análise desses espaços: “(...) a caracterização dos espaços estruturais como matriz das múltiplas dimensões de desigualdade e de opressão nas sociedades capitalistas contemporâneas e no sistema mundial como um todo, e, conseqüentemente, como matriz das lutas emancipatórias mais relevantes.” (Santos, 2000, p. 274)

Em relação às constelações de poder existentes nos diferentes espaços-tempo, pode-se dizer que é a contradição que atravessa seus modos de produção. Tomemos um exemplo hipotético, onde um casal trabalha junto em uma fábrica. No ambiente laboral, ambos engajam-se em lutas por melhores condições de trabalho, atuando em moldes de poder abertura de novos caminhos; mas ao chegarem em casa, as relações não são de partilha do serviço doméstico, cabendo esse último exclusivamente à mulher. Nesse caso, os modos de produção de poder fixam fronteiras. Assim, como os espaços-tempo não podem ser compreendidos dicotomicamente, as constelações de poder dão-se em redes não lineares, combinando elementos de poder cósmico e poder caósmico.

No campo que analisa-se aqui, da produção/serviços e do consumo na economia solidária, há certos aspectos importantes a ressaltar, considerando os espaços estruturais. Engendra-se um espaço misto, pois ao mesmo tempo que se produz, que se trabalha muitas vezes de forma até semelhante a uma fábrica, no caso de cooperativas de produção, é um espaço comunitário, ou em alguns casos também doméstico, no caso de empreendimentos menores que podem funcionar nas casas dos sócios. É um espaço comunitário pois está fortemente permeado pelo valor da comunidade. O consumo desses produtos também terá um sentido diferente do consumo de massa inerente ao capitalismo tradicional.

O fenômeno que se observa na sociedade ocidental contemporânea em relação ao consumo e à produção, é um certo descolamento destas instâncias. A ideologia do consumismo, amplamente divulgada e consumida (bem mais que os próprios produtos), não leva em consideração o nível da produção. Ambas as lógicas tornam-se estranhas uma à outra (Santos, 2000). Provavelmente por isto, custe a fazer sentido na sociedade a expressão “consumo ético”, ou solidário, uma vez que ele implica em consumir produtos que tenham sido feitos sem exploração da natureza ou do trabalhador. A conexão feita entre consumo, produção e cadeias produtivas, é inexistente ou precária, na sociedade em geral. A maioria da população talvez nem se aproprie do conceito de cadeias produtivas, e do que elas representam numa sociedade. Do mesmo modo, a forma de poder praticada nas unidades de produção, para fazer rupturas com a forma hegemônica, percorre caminhos contraditórios e muitas vezes frustrantes para os sujeitos envolvidos. Tento inserir (mais adiante, no capítulo 7, dedicado às análises de dados, dentro da grade analítica do autor), esse espaço-tempo misto que seria engendrado na economia solidária, também espaço de produção e distribuição de mercadorias, mas ao mesmo tempo lugar de vivência comunitária ou até doméstica.

Acredito que os espaços-tempo estruturais se interpenetram intensamente, cada um demandando do sujeito os movimentos psicológicos próprios, mas sempre superpostos, dado ser impossível dicotomizar esses *locus*; sendo que na especificidade da economia solidária há uma hibridização especialmente complexa, difícil de analisar. Realidades do espaço doméstico e da comunidade invadem esses grupos que, ao formar uma cooperativa, buscam ora um jeito novo de viver, ora uma garantia de sustento mínimo que lhes permita comer e sobreviver.

Os espaços-tempo estruturais engendram constelações de poder que incluem múltiplas referências. Como explica Santos (2000, p. 274):

(...) o poder do Estado, do direito estatal e da ciência moderna não pode ser nem negligenciada nem sobrestimada. Os três estão espalhados em todas as constelações de poder, de direito e de conhecimento que emergem nos campos sociais concretos, mas funcionam sempre em articulação com outras formas de poder e de direito não estatais e com várias formas de conhecimento não-científico.

Para o autor, toda a forma de poder é uma troca desigual. O poder, portanto, é relacional. É circulante; mas implica em alguma forma de assimetria. Cada espaço-tempo guarda as suas próprias constelações de poder, com as hegemonias que lhe são características.

Tomemos como exemplo o espaço-tempo doméstico, cujo poder central tem sido o *patriarcado*. É claro que esta forma de poder não é a única, e pode expressar-se, para uma mulher muçulmana, no seio doméstico; para uma mulher estadunidense, no espaço da produção, para uma africana, no espaço da comunidade e assim por diante. Quem determina que a mulher africana não tem direito ao prazer sexual, mantendo-se a brutal prática da mutilação feminina, mesmo contra sanções legais eventualmente impostas? Situações como essa, reforçam minha convicção que, de maneira alguma, está fora de moda falar em dominação e emancipação.

No espaço-tempo da produção, a *exploração* seria a forma de poder central, sendo que hoje a exclusão pura e simples pode ser o problema maior, uma vez que os trabalhadores não são mais vitais ao sistema do capitalismo globalizado, aumentando o quorum dos supranumerários; mas está presente em outras constelações de poderes, e pode assumir a forma de opressão contra a mulher pelo isomorfismo mulher-natureza, pois simbolicamente o patriarcado assume que o homem é o centro da racionalidade, enquanto a mulher está mais sujeita aos “desmandos da natureza”.

O *fetichismo da mercadoria* é a forma de poder central no espaço do mercado, que vai muito além da exploração pela complexidade das formas simbólicas, culturais, que o agenciam.

A *diferenciação desigual* é a forma de poder privilegiada no espaço da comunidade. Está ligada a formas simbólicas identitárias, midiáticas, culturais, que criam diferenciações baseadas em critérios mais ou menos deterministas, mas de qualquer forma sempre arbitrários. Quem é “inferior” e quem é “superior”? Quem é “igual” e quem é “diferente”? Aqueles que detêm o poder de definir tais concepções, normalmente estigmatizam os que não têm.

No caso do espaço-tempo estrutural do mundo globalizado, a *troca desigual* é apontada como forma do poder por excelência. Muitas teorias procuraram dar conta dessa complexidade, marcadamente as teorias da dependência, do imperialismo e do sistema-mundial (ver Emmanuel, 1972), ressaltando que a troca desigual mantém o desenvolvimento desigual.

No espaço-tempo da cidadania, temos a *dominação* como forma central de poder. Parte do Estado como núcleo central, e na configuração societal contemporânea, parte também das corporações que “governam o mundo”, ou pelo menos impactam muito na sua governança. É um poder cósmico, exercido a partir de um centro de alta voltagem. Os outros poderes são cósmicos, exercidos a partir de uma pluralidade de micro-centros,

sempre relacionados, se interpenetrando. Para Santos (2000, p. 288): “Todas as constelações de poder combinam uma componente cósmica com uma pluralidade de componentes caósmicas.” As combinações, claro, não se podem prever de antemão: É preciso analisar cada realidade empírica com suas formas rizomáticas (Guattari, 1992; 1993) de constelações de poder, e eventualmente de resistência, que emergem da mesma forma.

Esses modos de produção de poder, a despeito de possíveis fragilidades conceituais que eventualmente possuam, dada a natureza complexa e difícil de analisar de seu objeto, fornecem uma grade analítica interessante que pode contribuir no entendimento desse espaço-tempo misto que é a economia solidária, e dos modos de se relacionar e trabalhar que ela engendra.

Para avançar na compreensão sobre essa realidade empírica específica, elegi ferramentas metodológicas que me pareceram adequadas no caso; o próximo capítulo é dedicado a elas.

5- Falando sobre método: Aproximações do objeto de estudo

Falar sobre ciência, epistemologia e método é sempre fascinante. Busca-se hoje novas formas de razão, posto que a razão instrumental da ciência moderna pode ser indolente e arrogante - embora não necessariamente, ou sempre, o seja - e é importante frisar que a ciência moderna foi capaz de obter grandes avanços em prol da humanidade; o seu problema talvez tenha sido destacar-se, apartar-se completamente, dessa própria humanidade. Para Santos (2003b):

O que distingue o debate moderno sobre o conhecimento dos debates anteriores é o facto de a ciência moderna ter assumido a sua inserção no mundo mais profundamente do que qualquer outra forma de conhecimento anterior ou contemporânea: propôs-se não apenas compreender o mundo ou explicá-lo, mas também transformá-lo. Contudo, paradoxalmente, para maximizar a sua capacidade de transformar o mundo, pretendeu-se imune às transformações do mundo. Nos termos da consciência de si próprios que a ciência e os cientistas tenderam, predominantemente, a formar desde os tempos da revolução científica até um período muito recente, o privilégio epistemológico que a ciência moderna se arroga pressupõe que a ciência é feita no mundo, mas não é feita de mundo. A ciência intervém tanto mais eficazmente no mundo quanto mais independente é dele. A ciência opera autonomamente segundo as suas próprias regras e lógicas para produzir um conhecimento verdadeiro ou tão próximo da verdade quanto é humanamente possível. A verdade consiste na representação fiel ou, pelo menos, o mais aproximada possível da realidade que existe, independentemente das formas que assume e dos processos através dos quais é produzido o conhecimento que se tem dela. Uma vez criadas e estabilizadas as condições institucionais que garantem a autonomia da ciência, tal verdade e tal representação não estariam sujeitas ao condicionamento ou à manipulação por parte do mundo não científico.

A partir do entendimento das limitações da ciência moderna/razão instrumental contidas nessa formulação, e procurando efetivar o princípio das duas rupturas epistemológicas - romper com o senso comum tal qual ele se apresenta inicialmente, para depois romper com a própria ruptura e poder a ele voltar, transformando-o - busca-se patamares de superação. Como nós, pesquisadores e pesquisadoras, estamos impregnados do discurso da razão indolente, tanto como estamos das suas antinomias, temos um caminho não tão seguro pela frente, no qual a presença de diversas contradições poderá nos tirar o sono durante o curso da pesquisa.

Refletir sobre essas questões, discutindo-as no espaço público da comunidade científica interessada em transformar a ciência numa instância cada vez mais sensível aos dramas humanas, é um caminho apazível para a pesquisadora que deseja complexificar sua relação com a ciência, em especial a psicológica.

Os critérios de cientificidade desta última, por vezes, uniram-se ao instrumentalismo, que por sua vez expulsou o processo interpretativo crítico da pesquisa. Um forte imaginário behaviorista impregnou, também, o método na pesquisa, centrando-o na questão do estímulo/resposta - seja por via do teste, do questionário etc., - criando a ilusão de que um instrumento validado fornece dados absolutamente confiáveis.

Contudo, diante do problema empírico que se deseja investigar, surgem várias questões importantes, a serem equacionadas antes, durante e depois do trabalho de campo. Os problemas importantes enfrentados pelo pesquisador ou pesquisadora - pressupondo que já tenha noção razoavelmente clara do seu objeto de estudo e dos pressupostos epistemológicos a partir dos quais pretende aproximar-se deste, - são a escolha do método, a construção do *corpus* de dados e os procedimentos analíticos. A indicação metodológica, portanto, tem de ser criteriosa e adequada para aquele objeto específico que se investiga. Tendo consciência do problema da impossibilidade de apreensão total do dado vivo, é preciso optar por uma forma de aproximação do objeto de estudo que permita ganhar clareza nos seus principais pontos.

Acredito ainda que a pesquisa é o processo de conhecer, ou de procurar conhecer, os processos de sentido que se configuram nos cenários sociais. Esses cenários, onde interagem sujeitos, produzindo - e sendo interpelados por - formas simbólicas, vão ser apreendidos pelo pesquisador ou pesquisadora que vai então tecendo os elementos de sentido, os quais se produzem na sua relação com os eventos.

O fenômeno - ou a apreensão que temos dele - é o registro subjetivo ao nível do sentido, desses eventos. Para tecer os elementos de sentido creio necessário um processo hermenêutico crítico, onde não se desvelam sentidos mas se propõem sentidos viáveis, para avançar na compreensão do fenômeno.

A hermenêutica de profundidade

A opção pela *Hermenêutica de Profundidade*, apresentada por Thompson (1998, capítulo VI), está calcada na abertura metodológica que tal proposta oferece. Com essa ferramenta teórica e metodológica, o pesquisador pode analisar o contexto sócio-histórico e espaço-temporal que cerca o fenômeno pesquisado, pode empreender análises

discursivas, semióticas, ou de qualquer padrão formal que venha a ser necessário; pode analisar a ideologia como vertente social importante, conferindo um caráter potencialmente crítico à pesquisa, o que vem a ser destacado por Thompson (1998) em sua obra “Ideologia e Cultura Moderna”, importante referência no estudo contemporâneo da ideologia, ele próprio atravessado pelas influências teóricas descritas no capítulo anterior. O referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (HP) inclui formas de análise complementares entre si, partes de um processo interpretativo complexo.

Represento essas etapas através de uma figura baseada no modelo apresentado por Thompson (1998, p. 365):

Fig. 4- Hermenêutica de profundidade



O potencial inovador da abordagem da HP poderia residir no fato de que ela supera as abordagens tradicionais de ideologia. Ela invoca a necessidade de *proponer sentidos*, discuti-los, não desvelá-los. Nesse último marco, estaríamos procurando *descobrir os sentidos ocultos*, o famoso véu da ideologia. Na HP, estaremos propondo sentidos, que até poderemos interpretar como ideológicos, mas para isso precisaremos argumentar e debater. Trata-se de construir uma análise plausível, dentro de um paradigma compreensivo, além de propiciar uma articulação com a psicossociologia das ausências e emergências, com cuja raiz epistemológica crítica é compatível e coerente. Não se trata de acessar e revelar a verdade, mas de fazer *uma leitura qualificada* da realidade tal qual ela se apresenta, ao nível do sentido apreendido do fenômeno, no campo investigado. Esse

exercício poderá ser potencialmente transformador do mundo social, e parece adequado como ferramenta para a pesquisa social qualitativa e para um estudo que pretende observar, descrever e entender um campo-sujeito.

Thompson destaca a idéia de que o mundo sócio-histórico é um campo-sujeito que é construído pelas pessoas no curso rotineiro de suas vidas. Estão constantemente interpretando ações, falas, imagens e acontecimentos ao seu redor, e refletindo sobre eles; por isto a pesquisa realiza uma re-interpretação. A análise ainda pode conter uma dimensão propositiva, ou seja, uma contribuição para o campo-sujeito que investigou. No caso desta pesquisa, o campo dos empreendimentos, das políticas públicas e das comunidades e grupos envolvidos na economia popular e solidária. A proposição poderá ser um serviço prestado a essas comunidades e grupos (mais adiante apresenta-se o conceito habermasiano de *interesses de conhecimento*, ajudando a clarear a questão).

Voltando às diferentes fases do processo metodológico, o autor destaca que as fases não são necessariamente etapas cronológicas, mas sim distintas dimensões de análise, complementares, a serem usadas conforme o contexto e necessidade do pesquisador ou pesquisadora. Elas não precisam necessariamente aparecer na pesquisa tal como o esquema referencial as apresenta.

Ao realizar a *análise sócio-histórica*, reconstituímos as condições sociais de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Procuramos resgatar as situações no espaço e no tempo, ao focar os campos de interação, as instituições sociais e a estrutura social, identificando as assimetrias na distribuição de poder e recursos, e abordando temas como classe, trabalho, gênero, etnia, geo-política, entre outros. Nesse caso, articulada com a proposição da sociologia das ausências, busca dar voz às experiências produzidas para inexistir.

Através de uma *análise formal* das informações obtidas, buscamos entender as formas simbólicas como construções complexas que apresentam uma estrutura articulada. Que padrões de relações estão contidos nas formas simbólicas, e em sua relação com o contexto sócio-histórico? Através desses questionamentos, vamos aprofundando a análise sobre os temas trabalhados.

Finalmente, a HP propõe a fase de re-interpretação. Essa construção criativa é, segundo Thompson, um impulso à compreensão do mundo social e à construção de saberes críticos.

Como exemplo de formas de operar a ideologia na sociedade, procede-se à *naturalização* de uma situação sócio-histórica específica, que tem por base acordos institucionais entre Estados e instituições financeiras, tratando-a como se fosse natural, como se se constituísse em resultados inevitáveis de um desenrolar aparentemente inexorável as relações humanas e econômicas. A *naturalização* da própria conjuntura econômica parece pairar sobre toda a sociedade. Assim, é apresentado como inevitável o cenário atual, como fruto de auto-ajuste do sistema, resultado de leis naturais que a ciência econômica elucida, ao enunciá-las. O contraponto é a corrente que vê esse cenário como fruto de leis econômicas, instituídas ou construídas pelas pessoas e instituições que detêm poderes para tanto; essa última é aquela que se entende como realidade aqui.

Há quem diga, ou pense, que trabalhar sob o enfoque da ideologia é algo “ultrapassado”. Está fora de moda, na atual conjuntura das ciências sociais. Que a denúncia, afinal, cai em ouvidos moucos; que não é preciso apontar injustiças. Nem esta pesquisa, nem nenhuma outra que eu venha a fazer jamais irá pautar-se por modas; prefiro, com Zygmunt Bauman (2001, p. 245), optar pelo que acredito. Vejamos:

Nada é menos inocente, lembra Bordieu, que o *laissez-faire*. Observar a miséria humana com equanimidade, aplacando a dor da consciência com o encantamento ritual do credo “não há alternativa” implica cumplicidade. Quem quer que, por ação ou omissão, participe do acobertamento ou, pior ainda, da negação da natureza alterável e contingente, humana e não inevitável da ordem social, notadamente um tipo de ordem responsável pela infelicidade, é culpado de imoralidade – de recusar ajuda a alguém.

Ouvir, revelar, discutir, problematizar, pensar, propor. Componentes do método de pesquisa aqui desenvolvido. O tema dos interesses de pesquisa é importante de ser, ele próprio, problematizado.

Os interesses do conhecimento

“Somos alguns, companheiros, poucos, e somos desiguais. Há nomes diversos para todos nós: Cientistas, estudantes, professores, sujeitos a quem interessam a consciência do

povo e a cultura popular. Mas são poucos a quem o interesse obriga ao compromisso.”⁸ (Brandão, 1980).

A pesquisa social pode realizar-se com diferentes *interesses do conhecimento*, segundo a classificação de Jurgen Habermas (1987), citado por Bauer, Gaskell & Allum (2002). Tais interesses podem ser divididos em controle e predição (controlar a natureza visando melhores condições de vida), construção de consenso sobre um tema (compreensão intersubjetiva fidedigna), emancipação e empoderamento social (transformação social). Na verdade, tais interesses não são mutuamente excludentes, sendo encontrados na mesma investigação de diferentes formas.

O conceito de pluralismo metodológico também tem importante papel quando se faz pesquisa social visando a teorização sobre um tema e a produção de conhecimento crítico. A partir desse critério, formas diversas de coleta e análise de dados podem auxiliar o pesquisador na boa prática de pesquisa, qual seja, clareza e transparência nos critérios e procedimentos e prestação pública de contas com os relatórios e artigos que produzir. Essa postura epistemológica crítica e rigorosa em termos de procedimentos garante a contribuição efetiva da pesquisa social qualitativa, que deve preocupar-se menos em diferenciar-se do positivismo do que em constituir-se de forma criteriosa e criativa.

A objetividade, que foi durante tanto tempo confundida com neutralidade, pode expressar-se como “(...) a aplicação rigorosa e honesta dos métodos de investigação que nos permitem fazer análises que não se reduzem à reprodução antecipada das preferências ideológicas daqueles que as levam a cabo.” (Santos, 2000, p. 31).

Identificando os valores, preconceitos e interesses que subjazem à pesquisa - que no paradigma da razão indolente eram simplesmente ignorados, ou tratados como viés a ser superado - a objetividade fica fortalecida, sem que se cometa o equívoco de entender sujeito e objeto como dicotômicos.

Ainda para Santos (2000), a teoria crítica pós-moderna concebe que o conhecimento é sempre contextual - em termos das condições que o tornam possível - e que seu progresso será o progresso dessas mesmas condições, de forma dialeticamente interdependente. Assim, o conhecimento-emancipação se obtém assumindo, responsabilmente, as conseqüências do seu impacto. Daí que seja um conhecimento prudente, que tenha autocrítica quanto aos seus limites e resultados, e sempre direcionado à melhoria das condições de dignidade humana básicas, ou a uma vida decente para todos.

⁸ Leitura feita no Simpósio sobre Concepções Teóricas da Educação Popular, durante a I Conferência Brasileira de Educação, na PUC/SP, em 1º/04/80.

Há que desconstruir referências fixistas, mas tomando o cuidado de não levar a desconstrução ao extremo de desconstruir os valores que subjazem à pesquisa interessada em emancipação social, na possibilidade de resistência e de alternativas ao hegemônico.

A produção de subjetividades rebeldes e não conformistas seria, sob a égide do pós-modernismo de oposição, interesse privilegiado de conhecimento. Reconhecido e confirmado, integrando-se ao fazer da pesquisadora.

Questões e problema de pesquisa: Investigando o campo sob a ótica da psicologia social crítica do trabalho

Frente ao contexto até aqui problematizado, surgem aspectos cruciais a serem trabalhados, sendo preciso elencar prioridades dentro do imenso universo que o tema demanda investigar. Na perspectiva da psicologia, interessa sobremaneira entender como se dão as relações de trabalho e como produz-se subjetividade no trabalho que se quer solidário.

Ao elaborar o problema de pesquisa, muitas dimensões estão por trás da indagação. A análise sócio-histórica ajuda a definir quais delas serão priorizadas na construção do problema. A fim de contextualizá-lo, rememoro, através da narrativa quase autobiográfica de Pasavento (2001), o caminho que a investigação sócio-histórica no Brasil vem trilhando, no campo do trabalho especialmente: Primeiramente as influências presentes na década de 60, com uma abordagem marxista, ainda possuindo uma visão leninista de classe social. Então as influências surgidas a partir das décadas de 70 e 80, quando Walter Benjamin propõe sair do texto e olhar o contexto, sair das oposições dos discursos contrários; quando Antonio Gramsci traz a complexidade das costuras sociais que mantém as hegemonias, ultrapassando a questão dominação-resistência; quando do impacto da obra de Michel Foucault, com a idéia revolucionária dos poderes micropulverizados e das minúcias antes consideradas desprezíveis; a contribuição de Edward Thompson que sugeria que é no cotidiano que a classe social se constrói, ampliando o conceito leninista, incluindo elementos subjetivos/culturais como sensibilidades, valores, religiosidade, etnia, gênero, hábitos culturais, modos de reproduzir-se, de vestir etc.

Depois disso tudo, ao indagar sobre trabalho, era preciso sair da fábrica e adentrar os diversos *locus* que ele materializava-se, seja o campo, a cidade, as casas, as ruas, as associações, os galpões, os becos...; voltando para a fábrica, se fosse este o caso, com uma leitura complexificada e ampliada da categoria trabalho.

É justamente tentando um olhar enriquecido, resgatando a raiz marxista na concepção filosófica de trabalho, mas acrescentando todo o rico cabedal ao qual tivemos acesso nesses últimos anos, é que essa investigação propõe-se a investigar a experiência de economia solidária, respondendo à seguinte questão central, ou problema de pesquisa:

- Como se configura o trabalho na perspectiva de uma experiência de cooperativismo em bases de economia solidária e como isso repercute na subjetividade dos trabalhadores que nela atuam?

A partir da proposição do problema surgem desdobramentos que constituem as questões norteadoras:

- Como o trabalhador ou trabalhadora se percebe, e como percebe o trabalho, em situação de autogestão?
- Os princípios solidários viram prática efetiva nos empreendimentos?
- Quais são as principais dificuldades encontradas no processo, e como seria possível minorá-las, incluindo a questão da participação da psicologia?
- Como são vivenciados os modos de produção de poder no empreendimento solidário?
- O que, nesses empreendimentos, não está sujeito às leis de valor capitalistas?
- A produção e o consumo de bens e serviços podem dar-se fora das leis estritas de mercado do capitalismo neoliberal?

O interesse volta-se para aquilo que é central na aproximação com o objeto de estudo, costurando as informações obtidas com os questionamentos elaborados a partir da teoria. Como o sujeito que emerge nas formas alternativas de organização do trabalho vai apresentar-se, na observação e nos relatos narrativos, após o processo interpretativo do campo, é fator essencial para ajudar a responder ao problema e às questões.

Essas respostas devem procurar dar conta do processo no qual os participantes reorganizam a “geografia” já conhecida de significados e se reestruturam subjetivamente, a partir das novas experiências, no caso a inserção na economia solidária.

O estudo de caso

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso foi a opção feita, após as considerações elaboradas pelas argüidoras⁹ da banca do projeto de tese, durante o exame

⁹ Professoras Dr^a. Carmem Grisci e Dr^a. Jaqueline Tittoni- UFRGS.

de qualificação. Comecei o trabalho de pesquisa visitando vários empreendimentos e o resultado foi um mergulho raso em cada um deles, o que originou a sugestão por parte de ambas, da necessidade de maior profundidade nas informações. Acatei a sugestão e comecei a procurar material sobre o método; em Coimbra, durante o trabalho em regime de bolsa *sandwich*, encontrei grande número de trabalhos que utilizaram tal estratégia e me agradei sobremaneira dos resultados.

Merriam (1998) definiu o estudo de caso como um processo que procura descrever e analisar alguma entidade - entendida como pessoa, programa, sistema, instituição, comunidade etc. - em termos qualitativos, complexos e compreensivos. Interessa também entender como ele se desdobra em um certo período de tempo.

O estudo de caso se concentra num fenômeno singular ou entidade, e intenta descobrir a interação de fatores significativos característicos do fenômeno. O método focaliza uma descrição e explicação compreensiva e aprofundada. Como Yin (1984) observa, o estudo de caso é uma forma particularmente apropriada para entender condições contextuais, acreditando que elas poderão ser altamente pertinentes para o entendimento mais abrangente do fenômeno de estudo (no caso, a economia solidária). Uma unidade particular acompanhada com mais cuidado pareceu-me também fonte privilegiada de informações sobre os desdobramentos da subjetividade no contexto laboral.

Esse método interroga uma situação, baseado no trabalho de campo, aproximando-se do contexto real da unidade investigada, tirando todo o partido possível de fontes múltiplas de evidências como entrevistas, observações, documentos e artefatos (Yin, 1984).

Os resultados de um estudo de caso dão a conhecer aspectos, se não generalizáveis, de grande valia para a compreensão dos fenômenos pertinentes à unidade estudada. O seu relato assume normalmente a forma de uma narrativa cujo objetivo é contar uma história que acrescente algo de significativo ao conhecimento existente e seja tanto quanto possível interessante e ilustrativa (Stake, 1988).

Os principais pontos fortes do método que poderiam ser destacados são: É um excepcional meio para responder questões de pesquisa; oferece condições para investigar unidades sociais complexas; resulta em *insights* e esclarece os propósitos; com ele, processos, problemas e programas podem ser avaliados para gerar conhecimento (Toldo, 2000).

Segundo Grisci (2000), o método deve dar abertura para captar incertezas relacionadas aos fenômenos, sendo que elas fazem parte do senso comum. A autora

acredita que o estudo de caso sistematiza uma prática do fazer ciência, onde são problematizados fatos empíricos e saberes de diversas ordens, os quais são estudados em profundidade no caso singular. A ciência pós-moderna reconcilia-se com o senso comum, e tem na sua agenda transformá-lo. Por isto acredito que os estudo de caso é um método válido e coerente com os pressupostos epistemológicos e éticos desta tese.

A construção de um corpus de dados

Em relação à coleta de dados, neste caso referindo-se à construção do *corpus*, é interessante citar Bauer & Aarts (2002, p. 44) para defini-lo: “Uma coleção finita de materiais (textos, imagens ou sons) determinada de antemão pelo analista, com inevitável arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar”. Os materiais devem ser homogêneos, sendo aconselhável não misturar texto, imagem ou som no mesmo *corpus*. O pesquisador pode trabalhar com dois, três ou mais *corpus* diferentes na pesquisa. No caso deste trabalho, a opção foi feita pelo *corpus* de texto, construído a partir de entrevistas individuais e grupais.

Quanto ao termo “coleta”, foi criticado por Fernando González Rey¹⁰ durante uma palestra sobre a implicação da dimensão metodológica na construção da psicologia crítica, no VI Congresso internacional de psicologia social da libertação, realizado em Campinas - SP. “Coletam-se maçãs, melões, não dados de pesquisa” disse o autor, conhecido por seu bom humor tipicamente cubano. Traduzindo, a coleta não pode ser o congelamento do fragmento de informação, para depois ainda ser seu conteúdo reificado. Não se pode ter a ilusão de estar com a verdade “na mão”, porque se coletou dados através de instrumento fidedigno. As informações formam redes de sentido, zonas de sentido a serem problematizadas e discutidas. O instrumento de coleta é qualquer situação, contexto ou evento que possibilita a expressão do outro. Importa *quem* pergunta, *como* pergunta, *onde* pergunta e *para que* pergunta.

Para constituir o *corpus* de textos, o levantamento foi feito através de entrevistas semi-estruturadas com participantes do contexto de empreendimentos solidários. Elas foram realizadas com enfoque narrativo (Jovchelovitch & Bauer, 2002), ou seja, a narração da história do participante é fonte de informações para análise do pesquisador. O

¹⁰ Conferência 4: La implicación de lo metodológico en el desarrollo de una psicología crítica.

jogo com a cadeia dos acontecimentos que compõem a vida social é explorada na entrevista narrativa.

A narrativa: Ligando os sentidos da vida

Para Jovchelovitch & Bauer (2002), contar histórias implica em duas dimensões: A cronológica, que coloca em seqüência as vivências narradas; e a não cronológica, cujo fim é arranjar, num sentido coerente ou *enredo*, os fatos ou experiências narradas. O sentido não está ao final da narrativa, mas se constitui durante a história em sua totalidade, que fluirá no tempo conforme a cadência dos acontecimentos. Dependendo do contexto, o próprio ato de narrar pode alterar os acontecimentos.

Pessoas, comunidades e grupos sociais contam histórias com palavras e também com expressões não verbais, podendo-se e assumir que suas narrativas expõem sua visão de mundo e sua experiência. O léxico do grupo social constitui sua perspectiva de grupo, independentemente da educação e competência lingüística. Não há experiência humana que não possa ser descrita em uma narrativa. É preciso encorajar e estimular o entrevistado a contar sua história, reconstruindo acontecimentos sociais a partir da perspectiva do informante. O sistema de registro precisa fazer sentido para o sujeito que produz a informação, no caso a sua própria narrativa. Para tanto, um contato de qualidade deve estabelecer-se entre quem pesquisa e quem informa, para que a interação seja satisfatória e faça sentido para *ambos*. Nesse caso, pesquisar já é contribuir com o contexto de pesquisa.

Para os autores, existem certos casos em que a entrevista e análise de narrativas é uma boa escolha metodológica. Vejamos: “Projetos que combinem histórias de vida e contextos sócio-históricos. Histórias pessoais expressam contextos sociais mais amplos, e as narrativas produzidas (...) são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos”. (Jovchelovitch & Bauer, 2002). Por essa razão, tomo as entrevistas individuais e grupais como narrativas, no caso tornando-se uma coleção, ou *corpus*, de narrativas coletivas.

Também foi utilizada a técnica de grupo focal para a construção do *corpus*, pois considera-se que ocorrem processos dentro do grupo que não são vistos na interação diádica da entrevista individual, e a narração coletiva dos acontecimentos, sentimentos e eventos em geral pode ser extremamente rica. O pesquisador serve de moderador ao grupo, catalisando a comunicação entre os participantes. Morgan (1988) coloca que com a

utilização dessa técnica, chega-se mais perto das compreensões que os sujeitos têm dos tópicos de interesse do pesquisador ou pesquisadora. Pode-se compreender o que os participantes pensam, mas também porquê pensam, sentem e agem de determinadas formas. O coordenador ou moderador tem o papel de conduzir a discussão da forma mais livre possível, somente interferindo para impedir que os participantes se desviem do tema proposto ou para “provocar” o grupo no sentido do questionamento e aprofundamento de algum tema específico. Afinal, os principais objetivos da técnica são a profundidade das informações no tema proposto (por isso o “focal”) e também sua variabilidade (por isso o grupo).

A partir desses métodos de coleta de material empírico, o *corpus* toma forma com a transcrição das entrevistas, tomadas como narrativas, dos participantes. A opção por apresentar o material - parte dele, caso contrário ficaria extenso demais - no corpo da tese, justifica-se na medida em que ela mesma configura-se, então, como uma narrativa. A história pode ser acompanhada pelo leitor ou leitora, que passa a ser remetido ao contexto de produção da pesquisa.

6- O registro empírico: Apresentando e contextualizando narrativas

As formas simbólicas são produzidas, circulam e geram novos sentidos, complexificado-se nesse processo. Empreende-se, então, uma análise que possa gerar, na re-interpretação, um saber ao mesmo tempo rigoroso, crítico e reflexivo, mostrando coerência com o paradigma adotado. A investigação qualitativa precisa de uma construção de *corpus* adequada, uma seleção de textos ou imagens (ou outro meio) para serem analisadas a fim de criar um conhecimento válido, entendendo o fenômeno em maior profundidade. Esses textos, no presente estudo, foram reproduzidos parcialmente, a fim de que quem lê ou avalia o trabalho possa familiarizar-se com o contexto pesquisado, “sentindo-o” melhor.

A primeira narrativa apresentada é a do coordenador do setor de economia solidária da SEDAI (Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O coordenador atuava na elaboração e implementação de políticas públicas na área de trabalho e geração de renda, durante a administração petista, ou Governo Olívio Dutra. A coleta de dados foi realizada em duas etapas, entre os anos de 2001 e 2003. A primeira fase deu-se no ano de 2001, a segunda entre 2002 e 2003. Devido ao caráter da administração estadual de Olívio Dutra, cujo marco político foi incentivar o acesso ao trabalho às populações desfavorecidas (Azevedo e Silva, 2002) essas políticas receberam certo destaque na época, sendo efetivada uma parceria com a Anteag que possibilitou alavancar muitos empreendimentos. Segundo os autores, o aparato estatal não está preparado para executar políticas públicas - compreendendo coordenação, execução e fiscalização - com a intensidade que o tema *trabalho* necessita. Entretanto, alguns esforços pareceram encaminhar-se nesse sentido.

A segunda narrativa apresentada é de um cooperativado, que respondia na época (durante os anos de 2000 e 2001), pela administração da cooperativa Compras Coletivas, que uma vez contatado prontificou-se a participar da pesquisa. Ao permitir o acompanhamento do processo vivido pelos sócios do “Compras” (como era chamado por eles), a cooperativa passou a ser o alvo desse estudo de caso.

O documento - material institucional - da Anteag foi agregado ao *corpus* de texto para esclarecer os fundamentos da economia solidária e os discursos que a compõem, como forma de entender a demanda subjetiva que é feita *aos* participantes e *pelos* próprios participantes.

Em seguida apresentam-se as narrativas de sócios cooperativados e grupos compostos por, além dos sócios, pessoas interessadas no processo do Compras Coletivas, participantes de entidades representativas ligadas ao projeto do Compras Coletivas. As reuniões e grupos focais traziam as opiniões, experiências e sugestões dos/das participantes, que considero parte de suas narrativas, nas quais interpretam o mundo e oferecem seus saberes sobre os acontecimentos em curso. Esse segundo momento de coleta de dados aconteceu entre os anos de 2002 e 2003. Decorrido um ano do primeiro momento, a situação havia se alterado dramaticamente e pode-se acompanhar o processo através dos relatos. Antes de passar a eles, é interessante descrever o campo pesquisado, contextualizando-o mais detidamente.

Descrevendo o campo: Do Compras Coletivas à Ética e Ação Popular

O *Compras Coletivas* foi, durante os anos de 2000 a 2002, uma cooperativa que tinha como meta o abastecimento familiar, vendendo produtos alimentícios, de limpeza etc. Possuía no início do processo da pesquisa quatrocentos e vinte sócios, sendo o grupo administrador propriamente dito composto por aproximadamente dez a vinte sócios. Nas questões de formação, o grupo refletia sobre economia solidária e orientava para a prática do consumo ecológico (CAMP, 2001).

O *Compras Coletivas* adquiria os produtos de fornecedores variados, alguns originários da economia solidária, outros identificados como oriundos da economia de mercado tradicional, sem compromisso com os princípios solidários. A partir daí, organizava os estoques em um galpão, num prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em região central. Trabalhando com listas de produtos e entrega de ranchos a domicílio, buscava cooptar clientes entre associações de moradores e outros produtores da economia solidária.

Possuía também uma cozinha industrial que atendia eventos como coquetéis e festas, além de servir refeições, durante um certo período, na própria sede do *Compras Coletivas*, com enfoque em alimentação naturalista, produtos integrais e orgânicos. A equipe de nutricionista e cozinheiras dividia as sobras de seu trabalho e pagava uma taxa pelo uso dos equipamentos da cozinha aos outros sócios do *Compras*.

Havia em torno de dez pessoas diretamente ligadas à gestão da cooperativa, sendo que o sócio Z. P. ocupava a função, ou “estava” (como ele mesmo referiu na narrativa 3),

administrador principal. As dificuldades desse processo revelam-se de forma contundente nas narrativas coletadas e apresentadas aqui resumidamente, no próximo bloco.

A cooperativa enfrentou, ao longo de dois anos e meio, muitos problemas de relacionamento interno e com os parceiros aos quais ligava-se. Os problemas ocorreram na condução do seu processo de gestão, e eram de ordem financeira, administrativa e laboral, o que culminou em perda de sócios, de crédito e em graves problemas que culminaram na inviabilidade do empreendimento. Contraíram dívidas com banco e com a ONG's que os incentivou; e na época de conclusão da coleta de dados, em 2003, o grupo remanescente esforçava-se no processo de encaminhar tais problemas, para recomeçar o trabalho formando outra cooperativa.

Esse grupo - aqueles que permaneceram - engajou-se num processo de reflexão sobre seus erros e acertos e reavaliação crítica de toda a trajetória vivenciada, tentando reerguer-se e recomeçar o trabalho. Constituíram uma nova cooperativa, a cooperativa mista de trabalho, produção e consumo ético, *Ética e Ação Popular*.

Tal processo, rico sob o ponto de vista da pesquisa, precisa ser cuidadosamente analisado para que os aprendizados possam ser frutíferos tanto para os participantes como para a comunidade científica interessada em transformação social. Apresento as narrativas, eventualmente resumidas, para oferecer um panorama contundente da experiência vivida e narrada.

A inserção e trajetória da pesquisadora no campo

Meu contato inicial com o grupo do Compras Coletivas deu-se no início do ano de 2001. O gabinete da deputada estadual pelo PT gaúcho, Helen Bonumá, organizou uma “caravana solidária”, onde um grupo de pessoas visitou, ao longo de um dia inteiro, diversos empreendimentos solidários, além de participar de debates sobre cooperativismo em bases solidárias. Nesse dia, conhecemos o grupo envolvido na gestão do empreendimento, que contou um pouco de sua história e sua prática, serviu um almoço de culinária naturalista (lembro que estava excelente, gostosíssimo e belamente apresentado) e travou um conhecimento com todos os presentes.

Posteriormente, fiz contato com o sócio-gestor Z. P., que acolheu prontamente meu pedido de realizar entrevistas e observações no empreendimento, para a realização de minha pesquisa de doutorado. Nessa fase, coletei as informações descritas nas primeiras

narrativas. Também nesse período, contatei o diretor do setor de economia solidária da SEDAI (Secretaria de desenvolvimento e assuntos internacionais) para entender melhor como estava-se trabalhando com a economia solidária como política pública. Conversamos na sala do diretor, que mostrou-se solícito e demarcou a necessidade de pesquisa na área.

No ano de 2002, por motivos pessoais e profissionais, afastei-me um pouco do campo pesquisado, mantendo contatos ocasionais. Em 2003, retomei os contatos com mais força, e realizei a última etapa da coleta de dados, parte dela antes de viajar a Coimbra, parte na volta do estágio *sandwich* lá realizado, onde a perspectiva da sociologia das ausências e emergências foi entrelaçando-se com a pesquisa de forma muito intensa, justamente a partir das trajetórias dos/as narradores/as (já que eu estava tratando as informações obtidas como narrativas), invisibilizados/as pela sua condição de ausência produzida.

Nessa etapa, o grupo enfrentava duras confrontações com as dificuldades do empreendimento, e grande perplexidade diante da situação enfrentada. A partir da decisão de tentar empreender um outro movimento que instaurasse uma nova cooperativa, meu papel passou de pesquisadora a colaboradora, já que eles me convidavam a participar das reuniões, bem como a encabeçar a comissão de educação da nova cooperativa. Foi o período de maior intensidade da minha relação com o grupo, com muitos telefonemas e conversas informais, que me colocavam mais próxima dos dramas enfrentados. Sempre mantive a perspectiva da pesquisadora, bem como eventualmente a de educadora popular, em certos momentos, aprendendo e ensinando junto com os outros aprendizes/educadores.

Relato agora alguns de meus contatos – entrevistas individuais, grupos focais e resultados de observações participantes nas reuniões de grupo das quais participava – na forma de narrativas, que contam um pouco da história de seus participantes e suas trajetórias, que relatam seus sistemas de crenças, expectativas, representações, emoções, atribuições de sentido às vivências que experienciavam.

Vamos começar pelo início. Essas primeiras narrativas datam do ano de 2001, fase ainda promissora e cheia de expectativas por parte dos coordenadores das políticas públicas que apoiavam o empreendimento, bem como dos próprios sócios do Compras Coletivas.

Com a palavra, o coordenador do setor de economia solidária do Governo do Estado

Narrativa 1:

“Sobre a economia solidária e as cooperativas... Bom, é importante primeiro te dar o contexto da economia solidária, que tem uma história ainda curta. Há mais ou menos dez anos vêm entrando em cena movimentos de ONG's, de CEBS (Comunidades eclesiais de base), apoiando formas de troca e comércio baseada em premissas diferentes, que fizessem a demanda social ser atendida, no lugar do atendimento da apropriação do excedente da produção, pura e simplesmente.

Como política pública, é mais recente ainda. Agora, nos últimos dois anos, têm sido estruturados alguns instrumentos e formas. Vamos começar pela história econômica. A década de 80 desestrutura a economia, que mesmo que de forma concentrada, pelo menos ainda cresce. E a partir do Collor (Presidente do Brasil no período de 1990-92), da abertura comercial, da sobrevalorização do real e das altas taxas de juros, do sucateamento da estrutura pública, no marco das críticas aí que se fazem ao modelo neoliberal, vem o impacto nas relações de trabalho, que foi pra estraçalhar... A reestruturação produtiva aparece, no Brasil, com a entrada do capital externo. Ele precisava exercer pressão para o enfraquecimento de setores da indústria nacional para competir com mais tecnologia. As relações construídas desde os anos 40, com a CLT, começam a ser abaladas, já que para o capital internacional, deveres trabalhistas são um custo muito grande, sem o retorno esperado. (Isso é contestado pelo pessoal da UNICAMP, o Márcio Pochmann, o Jorge Mattoso...).

A partir dos 90, há o enfraquecimento da renda do trabalhador, com a conseqüente fragilização enquanto classe, enquanto comunidade, enquanto poder sindical e de resistência pelos direitos. Saltamos, dos anos 80, de taxas de 8% de desemprego (por metropolitanas, ou nas grandes capitais) para taxas de 18, 19, e em alguns casos 25% de desemprego, nos anos 90. A informalidade também é um importante fator de precarização, que avança nesta década passada.

Dentro desse cenário, surgem as iniciativas de economia popular, coletivas, autogestionárias. O Coraggio, um autor argentino (não me lembro bem os livros, vou ver para ti) chama a economia popular de economia de resistência. Tem o Paul Singer, a Igreja, várias vertentes que discutem e escrevem sobre isso.

A organização coletiva dos trabalhadores surge na prática. Num primeiro veio, tem os desempregados que não têm capital, nem tecnologia, mas associam-se para se fortalecerem. Aparecem, aqui no RGS, associações de caráter comunitário (as costureiras do Morro da Cruz, a Univens, o Compras Coletivas), reciclagem do lixo e catadores de papel - esses últimos sofrem um grau de exclusão tão grande que exigem uma intervenção externa (da Igreja, do Estado, de uma Ong), e isso induz a uma organização - o pessoal também trabalha com alimentação, artesanato, têm somente suas habilidades de trabalho para começar.

Num segundo veio, tem os trabalhadores de empresas que passam por processos de falência e assumem o controle da empresa como cooperativa,

negociando passivos trabalhistas (direitos em haver) como forma de vencer a descapitalização.

*O elemento novo é o do **coletivo compartilhado**. No capitalismo tradicional, o coletivo é fragmentado, é a soma de indivíduos que estabelece a relação assalariada. Ao passar para o desafio coletivo da gestão, vindo de um padrão diferente, o trabalhador precisa desconstruir conceitos para agir de um outro jeito. Isso é um processo difícil e complexo... então essa vontade coletiva na gestão, como é que conjuga valores, desejos, as diferenças de cada um? Como é que essa unidade de cooperação se relaciona com o mercado competitivo e excludente que a gente tem aí...? Frente à cultura individualista, são desafios enormes esses que se colocam.*

O Paul Singer chega a falar em ilhas socialistas. Nós (meu grupo de trabalho) acreditamos que deve ter apoio público, pois é de interesse público. E também que se deve redimensionar o público não como estatal, mas como aquilo que tem interesse da sociedade em ser fomentado e desenvolvido.

O que isto traz de novidade na reprodução material da satisfação das necessidades humanas? O elemento novo trazido na cultura de associação pode ser reproduzido em outro parâmetro para repensar o desenvolvimento de uma sociedade? Essas questões que eu não vou te responder, vou te deixar de legado dessa conversa, só sei te dizer que estamos num processo riquíssimo socialmente falando.

Cooperativismo não é uma coisa nova, a gente sabe...; as primeiras referências datam do século dezenove, dos grande socialistas utópicos. Mas o cooperativismo que vem sendo praticado por aí, sofreu críticas, e essas críticas são um dos marcos da economia solidária, já que esse cooperativismo que era praticado gerou muitas distorções, pra usar um termo leve, muita picaretagem, mesmo. Como no meio rural, por exemplo, combinando assalariamento, ele cumpre um papel na precarização do trabalho, servindo como instrumento dessa precarização, por causa também da falta de coordenação das forças políticas. A gente vê, por exemplo, casos onde não há a auto-organização e auto-determinação dos trabalhadores, que é uma premissa básica do cooperativismo. Eu te dou um exemplo claro: O setor coureiro-calçadista do Estado. Setores inteiros de indústrias, acossados pelo fantasma da demissão, sob pressão formavam cooperativas, e o chefe do setor assumia o papel de presidente; mantendo assim a relação de subordinação anterior com o patrão, num claro exemplo de burla das leis trabalhistas.

O cooperativismo alternativo teria, então, outras concepções sobre autogestão e independência. Internacionalmente, em alguns países o cooperativismo teve ascensão econômica, em outros perdeu força para a economia social, onde entra o terceiro setor (setor privado sem fins lucrativos, com fins sociais, como ONGs, fundações etc). Na Espanha (em 2000), e em Quebec (em outubro de 2001), tivemos exemplos de convenções internacionais sobre Economia Solidária, o que já demarca um campo de articulação globalizado dentro da temática. Está na agenda, embora não de forma hegemônica em termos econômicos, é claro. A hegemonia ainda é no campo do capital financeiro internacional. Mas já se busca formas mais avançadas de participação coletiva. Não há um tipo ideal para ser isolado, no conjunto dessas experiências..., têm tanta coisa... embora eu sei que a academia busca isso, é o que tu querias ver, né, um modelo, mas eu não posso te mostrar (risos).

Foi realizada agora em 2001, uma pesquisa da Cáritas com a Unisinos. Os achados que aqueles pesquisadores destacam é que poderia estar se criando um outro parâmetro de relações sociais e econômicas, um parâmetro não capitalista, ou pós-capitalista (capitalismo entendido num sentido estrutural marxista). Pois esse paradigma não separa trabalho dos meios de produção, não gera alienação, nem gera exploração da mais-valia. Propicia uma apropriação coletiva dos meios de produção, mas também permite que cada um participe. Remunera o trabalho e não só o capital, tem como objetivo final o valor de uso e não só a mercadoria, o valor de troca. Por isso, acredito que há contradições surgindo por aí que nos tragam um paradigma mais humanista em economia, quero acreditar, sou economista!

Com a palavra, a ANTEAG: Material institucional de divulgação

Narrativa 2:

ANTEAG E AUTOGESTÃO

“A autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão.

Autogestão também significa autonomia. Assim, as decisões e o controle pertencem aos próprios profissionais que integram diretamente a empresa. Isso quer dizer que contratar profissionais para administrar o negócio ou mão-de-obra para atender às necessidades do aumento temporário de produção deve ser considerada uma exceção que requer critérios previstos nos estatutos e/ou nos contratos sociais internos.

Os trabalhadores devem ter a capacidade e o poder de decisão sobre tudo o que acontece na empresa: metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal etc. Isso quer dizer que as atividades educativas e o incentivo à inteligência coletiva constituem a vida das empresas autogestionárias. Valorizar e incentivar a criatividade do conjunto dos trabalhadores implica em:

- democratizar as tarefas que envolvem conhecimento, dando oportunidade para que o "saber fazer" chegue ao conjunto dos trabalhadores;*
- superar os entraves ao acesso às informações e conhecimento;*
- envolver o conjunto dos trabalhadores nas áreas de pesquisa e desenvolvimento;*
- promover regularmente atividades de desenvolvimento do trabalho em equipe e de relacionamento entre as pessoas.*

AUTOGESTÃO Um projeto de vida

Os empreendimentos autogestionários têm como dono o próprio trabalhador. Isso faz a diferença, pois é o trabalhador que decide sobre sua própria vida. Esse é o grande diferencial em relação à empresa privada, pois, na autogestão:

- *ao sentir-se como proprietário coletivo da empresa, o trabalhador passa a assumir maiores responsabilidades e os riscos do negócio. Sentindo-se mais importante e, com maior auto-estima, aumenta a motivação;*
- *as necessidades e expectativas pessoais de cada trabalhador, como os sentimentos, sonhos e segurança futura são tratadas coletivamente e com condições de serem atendidas;*
- *o trabalhador pode fazer aquilo que deseja para ser mais feliz. As escolhas pessoais determinam a disposição para o trabalho;*
- *cada dono deve conhecer a empresa na qual trabalha e ter pleno conhecimento das possibilidades e limites de seu poder de decisão.”*

Com a palavra, o cooperativado: Compras Coletivas numa primeira fase

A perspectiva do seu sócio-gestor, Z.P.

Narrativa 3:

“O Compras Coletivas surgiu de uma política pública que existia no município que era um fundo pra compras e abastecimento... e as comunidades faziam uso disso. Aí foi feita a transição da gestão para a comunidade. Isso se deu em 2000, quando foi fundada a cooperativa. A comunidade se reuniu, mais algumas pessoas que já operavam o programa quando era público, buscou apoio da universidade e conseguiu fazer a transição.

Estamos tentando resgatar o trabalhador como dono de si mesmo, a autogestão, tanto na forma de produção, quanto na administração do tempo. Como se o patrão emanasse do próprio meio e por um tempo determinado. Ele não é presidente, está presidente. No fim do mandato, volta pro chão de fábrica. A gente prega que as relações tenham respeito pois todos são colegas antes de tudo, e parte integrante, de forma igualitária, de um mesmo empreendimento. Na prática, quem está exercendo algum poder, que não pisoteie quem tá por baixo.

Pra avançar no cooperativismo, tem de ter autogestão, e entender de economia solidária. Conceito básico da solidariedade é o respeito, evoluir na forma de discutir. O trabalhador não 'tá acostumado a discutir seu próprio destino, ele entrega nas mãos de outras pessoas, e nunca é um processo coletivo, e sim individual. Pra ser coletivo... acontece que ele desaprende a colocar e debater com seriedade. Ele larga uma pecha pessoal. Se alguém chega atrasado, em vez de largar para o coletivo, tipo "os atrasos atrapalham a produção, pessoal; o companheiro aí tem algum problema?", já chama o fulano de vagabundo, briga, tem dificuldade da gestão coletiva e responsável. O objetivo não deve ser crucificar o cara atrasado, mas sim resolver o problema. Como quem fazia isso era o patrão...

Outra situação - a partir do momento que tu reúne mais de uma pessoa - já têm visões diferentes. Administrar e conduzir conflitos... o trabalhador não tá habituado, não era coisa pra ele, no modo tradicional de gestão. As posições

antagônicas são saudáveis, pra que surjam novas soluções. Surgem jargões como "eu faço isso há 20 anos, tu não vai querer me ensinar agora". E às vezes erram durante 20 anos... e não se dão conta. O fator tempo parece que autoriza as rotinas, sem questionamentos. Vai quebrar isso...

Então o resgate é elevar o nível da discussão, enxergar os próprios objetivos, que não é só grana, é o bem-viver... que muitas vezes se perdem na discussão de picuinhas que desmobiliza e afasta do objetivo maior. O inimigo não é o colega, é quem exclui o trabalhador da cadeia produtiva. O modelo capitalista neoliberal, que coloca o dinheiro no centro das relações, vê na cadeia produtiva somente "mão de obra". Só uma mão, não enxerga nada atrás da mão. As pessoas, que tem necessidades, precisam viver e precisam da dignidade que o trabalho oferece, de suprir necessidades com o próprio trabalho. O modelo não contempla, a gente busca o contrário. O trabalho, não sua exploração, tem de ser o centro. Resgatando a dignidade, o trabalhador fica mais forte pra buscar a renda.

Então, é isso: Economia solidária, sem confusão com a caridade, que deve ser praticada para pessoas que estão à margem, que não conseguem produzir. Esse cara, a gente vai lá e dá um rancho de presente, enquanto ele não consegue sair da situação, pra ele não morrer de fome, isso que é o assistencialismo. Mas o nosso produto, não é isso, é oferecer um produto que supra aquilo que as pessoas precisam e querem consumir. Solidariedade dos dois lados. O comprador sabe que o seu dinheiro circula num mercado de relações sólidas, que é a origem da palavra solidariedade. Existe gente se apropriando desse discurso de uma forma leviana, é muito fácil pra os apresentadores de televisão de domingo falarem em solidariedade, se ele ganha quase um milhão de reais por mês. As pessoas de baixa renda são expostas e capitalizam em forma de IBOPE. Os anunciantes capitalizam milhões falando levemente em solidariedade. Sorteio de casinhas e carros 1.0 são muito bonitinhos e fáceis; usam dois, três a cada domingo pra subverter a opinião de 160 milhões. Na economia solidária tem de diferenciar o discurso sério do discurso sem seriedade.

Avançar na solidariedade..., a gente chega na autogestão, trazer as decisões pro coletivo. Mexe com conceitos, com a vida das pessoas. Tem que aprender a administrar conflitos, não reproduzir a opressão. Um grupo de 20 e poucos, é mais fácil. Mas todos juntos... tem de esclarecer as situações. O trabalhador, ele não se enxerga potencialmente gestor. Pergunta "cadê a carteira assinada, as férias?". Sempre viveu tutelado. Aí tu diz: "Tu que vai fazer o teu 13º salário". Eles se assustam, nunca tiveram reserva, poupança. Como ele vai fazer o que a Caixa Federal e o patrão sempre fizeram? Ele vai ter que aprender.

Pergunta: Qual a distinção entre o discurso liberal de individualização da carreira e o da autogestão?

É que nesse aí, capitalista, sempre vai haver decisões do gestor, nunca do coletivo. Na economia solidária, se autogerir, mas é a partir do coletivo. A co-gestão que foi muito pregada aí, era o trabalhador participando mais na produção, no processo produtivo, que ele entende, mas nunca na divisão do excedente, nas novas propostas, na gestão mesmo. Nessa parte ele não entra.

Podem fazer um fundo nas mesmas regras do de garantia, sem precisar ser demitido pra sacar, nada impede.

A gestão é muito as características de cada um: alguns são gentis, sorriem muito, outros são questionadores... num processo autogestionário, só é desligado

do grupo quem infringe as regras do próprio grupo. O voto é por pessoa, cada um é um voto. Aqui nós temos reuniões diárias, onde o rapaz que carrega as caixas pro depósito tem um voto igual ao meu, que estou numa função de administrador. Definimos todos os rumos, inclusive politicamente. Aí é difícil. Eles se inibem, têm vergonha de contrariar alguém que tem uma verbosidade maior... remete a uma responsabilidade muito grande das lideranças, tem de haver lideranças, pra ajudar o pessoal a avançar. A remuneração é aberta. Se faz o balancete e se vê o que tem pra ser dividido entre as pessoas. O grupo define quanto cada um ganha, em diálogo, nas reuniões. Aqui ainda está vulnerável a situação da remuneração, tá difícil, estamos remando, com muita dificuldade.

Tivemos um exercício interessante há um tempo atrás: Fizemos um contrato que permitiu alguma distribuição. As pessoas construíram as suas propostas. Nós temos de pagar tais pessoas, temos tanto dinheiro na mão. Votamos, botamos os nomes no quadro e decidimos. Tiramos uma média e chegamos a um parâmetro, onde a maior remuneração ficou em 450 reais e a menor em 300 reais. Não tem aquele abismo absurdo, é isso que a gente prega. As pessoas têm de se despojar de alguns egos. Todo o mundo quer ter destaque, inclusive no salário. É difícil. A gente conhece um grupo autogestionário que precisou contratar um técnico, e ninguém, no mercado, quer receber pouco. Aí tem de pagar mais, mas a maioria define sempre quanto. Valor de retirada de vale, tem de ter bom senso, pois se tira muito no dia 15, fica sem capital de giro no resto do mês. Eles mesmos reduziram a retirada do vale. Mas precisavam do vale pra comprar comida. Aí fizeram um acordo com um comerciante local, que vendia a comida dia 15 e recebia dia 30. Resolvido o problema, e em grupo, o que é mais interessante. A autogestão legitima qualquer decisão. Não tem aquele negócio "Ah, viu só no que deu?", pois todos participam, se der zebra, o grupo todo se responsabiliza. Na outra vez vão caminhar pra dar certo a coisa.

Que que acontece de... é que às vezes o grupo se divide em facções. Os da proposta derrotada ficam torcendo pra que a proposta aprovada dê errado... sem se dar conta que se der errado eles perdem também! Essas disputas de picuinhas são o entrave maior da autogestão. É o grande desafio, vencendo isso a gente avança.

Pergunta: E o grupo de vocês..., como o Compras se organiza?

A gente procura caminhar esse caminho. Já te citei alguns exemplos. Estamos passando por uma coisa... o rapaz do depósito teve de fazer uma viagem, encaminhou o pedido, pra ficar fora uns dias. O coletivo apreciou: Tem dois anos de cooperativa, foi voluntário, os primeiros tempos tirou só um rancho, agora merece essa possibilidade. Ficou corrido, sem ele, pra montar e entregar os ranchos dessa semana, mas o grupo segurou as pontas, suprimindo a falta dele. Aí ninguém fica com raiva, entende? Não tem prejuízo pessoal, embora sobrecarregue um pouco os que ficaram. Outra situação, foi quando eu tive de sair pra representar a cooperativa num evento. Eu não estava disposto, não queria ir. Foi colocado em reunião, no coletivo. Ai eles decidiram que eu deveria ir, que era importante pra instituição... e aí eu fui (risos). Foi decidido pelo coletivo, vamos lá.

Como eu sei que exerço uma liderança, tem de respeitar muito isso. Outra vez teve outra discussão, se buscaríamos apoio de parlamentares pra uma demanda que estávamos encaminhando. Eu tinha encaminhado a proposta que não era o momento, que a gente deveria aguardar. Na reunião, o grupo achou que era o momento, que tinha de pegar. Foi proposta vencida e fui nos gabinetes

buscar o apoio, tranqüilamente. Tem de aprender a respeitar a decisão do coletivo. Não dá pra pensar “não foi a minha proposta, eu não vou ajudar”. É difícil, tem de estar sempre trabalhando, elevando a auto-estima. Nesse ponto que eu acho que a psicologia seria muito importante, precisaria contribuir. Precisa reforçar as reações positivas na convivência do grupo, como se fosse um reflexo condicionado.

O nosso grupo compõe-se de..., envolvidos na administração, umas nove pessoas, uns mais comprometidos, outros menos. Temos dois em total voluntariado, um cedido por outra instituição e outros remando... temos um grupo de cozinha, as meninas, com alguns equipamentos. Um grupo de associadas que trabalham com isso captam os serviços, a cooperativa orça, elas executam e quando vem o dinheiro a gente aplica em comum acordo. Temos desde nutricionistas pós-graduadas até cozinheiras semi-analfabetas no grupo. É difícil conviver! E todos participam de forma igualitária, e nesse caso todos ganham a mesma coisa. Fica tudo transparente. Dizemos “olha pessoal, é tanto de imposto - dinheiro morto - o resto a gente divide e vê”.

(Interrupção para despedida de uma pessoa). Ele explica:

Esse senhor é nosso colaborador, grande liderança comunitária, vem aqui de vez em quando, é um grande moderador de grupos; fala errado, tem pouca verbosidade... mas é um grande líder. Contemporiza, sabe recuar... Procuramos usar os talentos em prol do coletivo e trabalhar com a consulta deles.

No caso da cozinha, a cooperativa investiu em equipamentos, que geram renda. Por isso, é justo que tenha uma taxa de utilização, que também foi votada. Isso sensibiliza para as dificuldades da cooperativa. Elas criaram um fundo próprio, para contribuir com o caixa da cooperativa. Isso já é demonstração de autogestão. Já estão se apropriando dos valores... essa discussão é interessante. Se eu gastar demais vou ganhar menos, e como fica isso no grupo. Além do limite da economia, como fica. Elas vão nos eventos servir... têm um feed-back na hora. Isso é bom pra todos. Elas mesmas já fazem a própria medição de aceitação do mercado.

Pergunta: Como é agregado ao grupo um novo membro? Tem seleção? Existem mecanismos institucionais de treinamento etc?

Sim. É feito uma... bom, primeiro cada possibilidade de integração ao grupo brota de uma necessidade interna. O grupo constata que precisa de tal perfil, e a gente busca interessados, convida, conversa, explica e vê. Nós não conseguimos colocar em prática aquilo que a gente imagina que seja o ideal em termos de capacitação, de convivência inicial, não tem tempo, às vezes a pessoa entra no meio da fogueira. Já perdemos pessoas muito legais por isso. A pessoa se assusta e sai do grupo... continua associada mas não abraça. A gente procura integrar etc..., mas às vezes temos limitadores de tempo, condições pra ter uma boa política de formação. Seria fundamental se pudessemos ter a disposição esse tipo de serviço, de acompanhamento, de perfil psicológico, como se dá o negócio das questões psicológicas. As grandes empresas dispõem de departamentos inteiros pra isso, né?! Empresas especializadas em consultoria, assessoria, acompanhamento, desenvolvimento dos profissionais. Mas o foco é na geração de riqueza para poucos. Nós precisaríamos de... já que a gente tá do lado dos lascados...!!! (Risos) (...) não temos dinheiro pra fazer essas coisas. Precisaríamos de convênios com instituições que pudessem remunerar esses profissionais. Nós não somos dessa área, temos limites para apoiar as pessoas que têm conflitos, não somos os profissionais indicados pra isso. Algumas vezes

o colega acredita que fazer a tarefa pelo outro é ajudar. Não. Ele tá ajudando a acomodar a pessoa, tem de fazer por si. Às vezes tem que dar uma dura, se não...

É perigoso dizer que na autogestão tu é dono do negócio. Porque ele tem um certo conceito, um perfil de ser dono, quer ser dono como na empresa que ele trabalhou, impor, mandar, sair mais cedo quando quiser... afinal, foi dito pra ele que era dono. Tem de explicar bem isso aí. Se entre pessoas mais avançadas na compreensão já é difícil... imagina só.

Tem de explicar o discurso da economia popular solidária, porque comprar de redes como Sonai, Carrefour, Big, é escoar dinheiro pra fora do país. Fazem aqui, exploram nosso trabalhador, vendem pra nós mesmos e o lucro vai pra eles, que não reinvestem na cadeia produtiva local.

Por exemplo, a Coca-Cola quer tirar a fonte de renda dos catadores de latinhas de alumínio, que através da reciclagem de lixo conseguem um mínimo de dignidade, não tão mendigando, brigaram por noites e noites no Orçamento Participativo pelos equipamentos... agora a empresa vem querer implantar um projeto onde ela vai ser a recicladora das latas.

Em Porto Alegre devemos ter mais de 1200 famílias vivendo da reciclagem de resíduos sólidos. Vai ganhar um rio de dinheiro pois vê que pode dar dinheiro. Aí faz projetinho doando computador pra escola pobre... só que o cara perde a fonte de renda, vai lá e rouba o computador! E nós, que fazemos discurso de esquerda e depois vamos tomar Coca-Cola devemos pensar melhor no que é consumo ético, que faz parte da economia solidária. Tem que ter coerência. Não é que queremos quebrar o Carrefour, mas temos que buscar nosso lugar ao sol.

Ofertinha de 50 centavos a menos, a gente corre pra pegar... o que significa isso num orçamento de R\$2 000,00, ou mais? Nada! Valeria muito mais um investimento social de comprar em empreendimentos solidários. Ou mesmo no boteco da esquina, que é economia local, popular, que é o cara que vende fiado prá família pobre do bairro. Se tu te fideliza com ele, quem sabe ele pode baixar o preço daqui a pouco... é uma questão da relação que se estabelece, avançar a consciência. Vamos nos apropriar da latinha e dar nós o destino pra ela, porque nós já pagamos ela prá Coca-Cola.

Hoje nós somos apenas espectadores de uma economia onde teríamos que ser, na verdade, atores! Mas não nos apropriamos desse papel, só olhamos, não escolhemos e interagimos.

E aí entra o trabalho, as relações de trabalho. Só agindo poderemos nos capitalizar pra termos empreendimentos ético-solidários. Nós temos em Porto Alegre uma feira de produtos de economia solidária. Cada um dos artesãos compra as sacolas plásticas de um lugar diferente. Não conseguem se enxergar comprando juntos pelo menor preço, ou produzindo a própria sacola. As pessoas acham que não são capazes. Mas se tu oferece emprego na produção numa fábrica de sacolas, todo o mundo quer. Lá é mais fácil, tem patrão. É uma carga muito forte prá pessoas. São as limitações que a gente trabalha todo dia”.

As próximas narrativas apresentadas, grupais e individuais, foram coletadas numa fase posterior da cooperativa, aproximadamente um ano depois dessas primeiras. O sócio-gestor retirou-se do grupo em meio a graves problemas financeiros, de relacionamento e

comerciais. A grave crise do empreendimento fez com que a maioria dos sócios se afastasse, e as dívidas acumuladas ao longo da primeira fase impossibilitavam a continuidade do trabalho.

Com a palavra, os cooperativados que permaneceram no Compras Coletivas na segunda fase

Grupo focal com três participantes C., CH. e M., na sede do Largo da Epatur.

Narrativa 4:

“C- Houve mais dificuldades que acertos no nosso caso!

*CH- O projeto era bom, o grande problema foi o despreparo da gente como coordenação, como cooperativa; a gente não tinha experiência, tudo era novo pra nós. A gente se dividiu, o coordenador era a pessoa que mais entendia da parte legal, e a gente confiou nesse coordenador, mas ele foi sem sorte na coordenação..., até por uma simples coisa: **falta de transparência**. Quando não deu mais, ele caiu fora. Antes, na amizade..., assina isso, assina aquilo, os sócios sem saber direito o que era... Ele teria que ter dito, ele tinha a obrigação de conversar com o conselho deliberativo, eu fazia parte desse conselho, mas fui ignorado.*

A grande verdade é que a culpa é de todos... juridicamente não tem como dizer que a culpa é dele. Eram três coordenadores gerais. Tinha um professor de matemática, uma pessoa bastante mais desenvolvida que a gente, e todos se omitiram igual...

C- Nós ficamos com uma dívida aí... ia indo R\$ 600,00 ou R\$ 700,00 por mês. Ele ia empurrando com a barriga, não sei se esperava que melhorasse sozinho, que desse a volta por cima. Mas chegou uma hora que eu desconfiei, e chamei pra uma reunião. Botamos no quadro, mas aí o Z. já estava indo embora...

CH- Isso foi uma avaliação que a gente fez com outro grupo que veio nos ajudar depois..., reunimos o conselho mas aí já tínhamos feito a burrada. A gente foi deixando, confiando no administrador, que enrolou, enrolou e...

C- No começo, esse processo de economia solidária é muito romântico... a gente nunca discutiu, o processo político sempre foi competitivo, no trabalho da gente. Aí quando tu passa pra um processo solidário, o que a cooperativa exige dos associados, que é o trabalho, a contribuição, a opinião, a responsabilidade... Mas pra nós foi difícil. Eu sempre fui sindicalista, mas... o que nós produzíamos, afinal? Os coquetéis, as comidas a gente fazia, ou os produtores nos vendiam os produtos deles... mas tem uma coisa importante, a cooperativa urbana é assim, diferente da agrícola. Aqui é tudo mais rápido, tem que dar resposta imediata. O processo cooperativo dentro do sistema capitalista, tem que ganhar destaque no mercado, que ela não tem... Até os associados tinham uma bronca com... a palavra sócio não cai bem, as pessoas não estão acostumadas. Muitos disseram, “olha, tchau, eu vou voltar a trabalhar no sistema capitalista”. Isso nos atingiu, umas coisas eram produtos capitalistas, outros eram os de cooperativas... pra poder girar isso tinha de ser rápido, mas criava um dilema.

Tinha que vender logo, mas o produto que não é convencional, aquele bonitinho que dá na TV, com embalagem colorida. O nosso que é de uma produção pequena, não vende tanto... tem que fazer a cabeça da companheirada pra fazer entender que era bom também o produto. Passava dois meses... mas aí já tinha dívida, o máximo de prazo que te dão é trinta dias.

CH- Sem o capital, também, foi brabo, muita coisa tratada “no fio do bigode”... tu te compromete, não pode cumprir, e haja dívidas.

C- Nós, aqui, no grupo... a intenção era boa, mas a prática... é que nos somos viciados no sistema capitalista. Quando a gente começa a ver, analisar... quer ver um exemplo? Esse contrato do (Programa) Primeiro Emprego com o governo do Estado. A gente pegou três guris pra cuidar o estoque, cuidar do galpão. No momento que o rapaz não deu a resposta esperada, foi prá rua..., e foi um grito, muito feio de ver. Eu fui um que tentei defender, mas o coordenador nem quis saber. Depois é que a gente viu que no contrato estava escrito que não podia por o cara prá rua. Mas era o Z. que sabia, e ele nem aí pra essas regras. Então tu vê a mentalidade da gente, deixar por isso mesmo!!!

M- E ainda tem mais, tu precisa responder o problema em casa, da família. A cooperativa não dá sustentação. O que os sócios vão levar pra casa? Um rancho de cinquenta pila. Não dá...

C- O grupo foi grande, mas tinha muita rotatividade. Aqui no escritório tinha professores, até, não era gente de 1º grau, ou nem o 2º... Tinha até sociólogo. Trabalhar em grupo com cooperativa é complicado, pra quem não tem experiência, pode até ter estudado.

CH- As pessoas vem e... nós, como cooperativa, não vou dizer “foi o fulano”, tem que falar nós, é um grupo.

C- Mas ele dizia: “eu é que sei, aqui ninguém mexe”! Já criava atrito. Eu também agi como capitalista, muitas vezes. “Ah, ele que é o chefe”. Tu pega o cacoete do sistema capitalista.

CH- O que aconteceu? Entrou alguém mais esperto. Há!!! Quando o guri que entrou começou a pressionar, “assim não dá!”... aí que ficamos sabendo de tudo. Mas essas gurias, a K. (a nutricionista) e a G. (da cozinha) é que mostraram pra gente. “Isso tá errado”..., aí ele não enganou as pessoas estas que têm mais preparo. Mas a gente, né...

M- Elas fizeram o primeiro levantamento... sentaram com a gente, botaram no quadro... Nossa!!!

CH- Mas antes ele já tinha começado a se afastar. E foi saindo. As gurias disseram: “Vocês estão sabendo disso?” Aí eu me apavorei. Se no começo, tivéssemos falado com ele e a gente sentasse junto pra resolver os problemas, poderia ter sido diferente.

*C- Chegou dezembro, quebramos. Nem conta no banco deu pra manter, estava cheio de cheque nosso na rua, sem saldo. No SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) todo mundo. Imposto atrasado. Deixa de fazer convênio com o governo pois não tinha as negativas de dívida... Aí que eu comecei a aprender que precisava fazer tudo isso, cuidar de tudo isso, eu nem sabia. Olha, eu não tenho o teu curso (para a entrevistadora) mas a experiência de vida é grande. Aí a gente fez um levantamento e discutiu o que significa **qualificação**. O pessoal se apavorou, como é que deixamos chegar nisso? Que passividade foi essa?*

C- Na cooperativa, quando eu falo cooperativa de trabalho... dos 20 que estiveram na diretoria alguns tinham qualificação, mas se nem esses tinham visão do processo cooperativo, o que sobrava pros outros. Os conselheiros

também deixaram assim, ficou o dito pelo não dito. Quem mais tinha curso na diretoria? Olha, tinha gente qualificada sim. Mas saíram porque não tinha jeito, se tratava uma coisa pra todo o mundo e o Z. P. depois fazia diferente. E não é só aqui. Na própria central... (Central Autogestionária, ONG de formação em economia solidária) se tira umas cinco cooperativas que estão bem, o resto tá meia boca. Tem uma lá de Marau, que produz metalurgia, faz silos, para armazenar grãos. Aí sai na hora as encomendas, tem bons trabalhadores, e uma boa cabeça pra coordenar, o Claiton. Depois tem um galpão de reciclagem que tá bem, mais estruturado. O resto... vai lutando.

CH- Eu trabalho o com o pessoal da vila, das entidades, das creches... eles exigem a nota fiscal, são organizados. Essa é a relação que tem que ter com a comunidade. Na vila, tem artesanato, dão aula. Se não a gente desmonta total de uma hora pra outra.

M- E aqui a gente ajudava eles a se organizar com o seu consumo, seu abastecimento familiar. Se vai fazer compras no Carrefour, gasta os cocos..., eu mesmo gastei mais de trinta reais, ontem, e eu fui só pra comprar um azeite de dois reais!

C- Como muda esse padrão de consumo? As pessoas não pensam. Mas aqui a gente pensa, a pessoa tá naquele padrão, mas aqui ela não se ilude e compra só o que marcou na lista do Compras.

CH- Os nossos produtos vinham de fora, os saquinhos eram simples, sem rótulo, o pessoal estranhava, achava que era de pior qualidade. Mas quando viram que era bom igual, começaram a se acostumar.

C- Quer dizer, a economia solidária..., tem que saber administrar ela, conversar bastante pra resolver problemas e aí é complicado pois a maioria do povo... tem dificuldade pra administrar, pois onde um se destacou, os outros ficam mudos. E sem conversa não tem economia solidária. Aqui tinha reunião de 30, 35 pessoas, na cooperativa. Toda a semana. Depois passou a dar só o relato, pois só o Z. falava. O pessoal se abalava lá da Vila Pinheiro, do fim do mundo, pra não participar? Pra não se envolver de verdade no processo de construção? Aí não vem, não tem porquê. As pessoas que estão um passo na frente, um pouco acima em termos de formação, têm a tendência a assumir as coisas, a fazer sozinho. Aquilo que nós criticávamos das copergatos, que são quase empresas capitalistas, onde a diretoria ganha milhões e os sócios ganham pouquíssimo, essas grandonas como a Cooperjuí... a gente criticava esses processos e fez a mesma coisa, deixou acontecer a mesma coisa.

M- A teoria não vira prática. A gente discutia em outros fóruns, outros tem a mesma dificuldade. Se tem a visão não tem a prática, ou vice-versa... quando chega o momento de dar o estalo, como aqui, já era tarde. Agora estamos fazendo a discussão para ver como podemos começar de novo, sem os erros.

CH- Agora somos nós dois, mais as gurias da cozinha, tem a K. que é nutricionista.

A gente tem pensado muito e chegamos à conclusão que a coisa pode funcionar. Mas começou errado. O grupo não funcionou como um grupo. Ninguém conhecia o regimento. Não sabiam as regras, o estatuto. Não se fez nada do que devia ali na lei. O maior erro, mortal, foi o grupo não ter feito curso de cooperativismo. Todo mundo, não só o coordenador saber, ou fingir que sabe. Pois se todos sabem, não são enganados. Nós fomos enganados, mas a culpa é do grupo, pois cooperativa é grupo. Essa é a preocupação.

C- *Dividir as coisas, discutir os gastos, TUDO! Se não estiver vendendo, não bota nada aí na rua!*

CH- *Agora a gente se organizou para reunir os grupos e começar a trabalhar. A gente entrou no Orçamento (Orçamento Participativo) ganhamos um caminhão, mas não pode retirar pois não tem as negativas. Não pagamos água, luz, e tínhamos um caminhão de R\$ 30.000,00! É brincadeira! Pra tu ver o que faz a indisciplina, a falta de formação das coisas, de informação. Deixamos tudo pro Z., ele sabe disso, ele sabe daquilo. O cara ganha a gente na lábia, ele aparenta saber tudo. Ele dá cursos, todo o mundo acha o máximo. No Fórum Social Mundial a K. encontrou uma cearense que disse: “Ah, o Z. P., ele foi lá fundar a nossa cooperativa, nos ajudou a abrir”. E ela respondeu, “É, ele fundou vocês lá e afundou nós aqui”. (Risos).*

C- *Teorias é fácil, na prática é que é fogo se livrar dos vícios capitalistas. No processo do sindicato também acontece isso. O sindicato se envolve só com a questão do salário, trabalho. Hoje, com um sindicalista na presidência do país, que é da esquerda, tem que chamar a atenção dos sindicalistas pois eles têm de **discutir todo o processo social**. Quando o trabalhador não tá mais de carteira assinada, como é que faz? O sindicato lava as mãos? Quem acompanha? Salário e condições de trabalho é pouco. E as relações com outros movimentos sociais? Eu me aposentei e me senti isolado do sindicato, tu perde o vínculo. Porque a discussão política é só daquele momento. Não tem entre-ajuda. Cada um cuida do seu lado, dentro do trabalho. Não é um processo participativo, cooperativo. E o crédito dentro do sindicato, pros trabalhadores, quando vai ter? O dos bancários não consegue fazer isso.*

CH- *Hoje está claro que se a gente tivesse visão a gente tinha enxergado que o processo cooperativo não se dá só no Compras, é uma disputa com as firmas grandes... elas dão sacola pros funcionários. Agora que eu comecei a trabalhar a Lomba do Pinheiro, tentar conseguir clientes... por que a gente não fez isso desde o começo. Era aquela coisa, tinha alguém administrando. E como a gente vai provar juridicamente? O juiz vai dizer: “Mas cadê o estatuto de vocês? Você não era dirigente?” Por isso o erro é de todos.*

M- *Isso é o mal do trabalhador, a acomodação... (pausa). Nós que fomos acomodados.*

CH- *O Z. P. não gostava que falasse, que discordasse dele. Mas a gente se acomodou. E tinha que ser assim: “Olha, não gostou paciência, mas tem que conversar”..., não precisa agredir, conversa.*

M- *O companheiro que queria se colocar, não podia. Eles também não estavam preparados.*

C- *Fala em cooperativa, uns espertos aí que fazem uma copergato, o sócio-trabalhador ganha trezentos pila e o dono ganha seis mil reais. A gente critica, mas faz a mesma coisa porque não acompanha a administração. A gente não se apropriou do conceito de associado, acha que associado é só pagar a sua quotinha e ficar quieto no canto esperando o ranchinho ou aquilo que foi destinado pra ser sócio. A gente tem de cair pra depois levantar. Alguém pra assumir uma coisa dessas tem de estar sempre trabalhando com a cabeça, ter criatividade, reunir o grupo, discutir o que pensou, onde é que tá pegando, o que funciona e o que não funciona. Não adianta curso pra ficar calado, isso a gente até fez, tem de viver a coisa, ver os balanços, aprender o que precisa, não é só ficar paradinho ali fazendo o seu trabalhinho, e tal...”.*

Com a palavra, a cooperativada: Voz feminina no Compras Coletivas

Narrativa resumida de K., nutricionista do Compras Coletivas

Narrativa 5:

K- Olha, o Compras era um referencial de troca. Era uma baita idéia. Por isso as ONG's que trabalham com moeda social se interessavam tanto. Grupos que não têm dinheiro vivo, têm só seu trabalho... Era troca de erva-mate por ranchos, farinha por arroz, ranchos por alvejante... os pequenos produtores tinham seu mercado, entende? A idéia era a da rede. Era bonito, eles sentem falta agora. A falência do Compras foi uma catástrofe para muita gente. (...)

*K- Só para tu teres uma idéia, os três guris do (Programa) Primeiro Emprego me disseram "**Autogestão é solidão**". Ninguém ensinou o que eles precisavam fazer, ninguém conversou, orientou. Era tudo imposto, até a comida integral era imposta. Eles queriam bife, não podia. Era um tal de "Carne? Que horror! Nós temos um pressuposto naturalista". Quem decidia isso era quem estava no papel de gestor. Pô, mas e a autogestão? É a decisão dos sócios, em conjunto? Se a idéia era o voto dos guris do Primeiro Emprego valer tanto quanto o dele! (...)*

K- As mulheres deixam nas mãos dos homens, se adaptam. É um meio machista. Nos seminários, só tem homem compondo as mesas. A gente vai lá, perde a tarde inteira... e é só enrolação! (...)

K- A vaidade é o pecado que o diabo mais gosta. E é aí que a economia solidária morre. Ainda mais quando é homem... tem discurso de autogestão, democracia ... mas só quer mandar, no fundo. E o pior, é que a gente às vezes não tem força pra contestar. Durante um tempo nós fomos "as mulheres da cozinha do Compras". (...)

K- Eu ouvi do sócio-gestor da cooperativa: "o teu marido ganha bem, tu tens carro. Pra que tu queres ganhar dinheiro aqui?"(...)

K- As fontes de recursos são quase que só públicas. Muda o governo, quebra tudo. Não somos empreendedores. Não somos auto-sustentáveis.

K- Bom, mas agora que eu tô pra ganhar nenê, preciso dar um tempo e me concentrar nisso! Falta pouco, já tá quase na hora. É uma menina... Depois a gente vê como vai recomeçar."

Com a palavra, as ONG's, os sócios do Compras Coletivas e as lideranças comunitárias interessadas no projeto

Reunião com 14 participantes, realizada no Mercado Público de Porto Alegre.

Narrativa 6:

"K- Bom gente, bom dia pra todo o mundo! O que viemos fazer aqui hoje é o primeiro passo para um processo de reconstrução de um projeto, é um recomeçar. Tivemos muitos problemas no Compras Coletivas, acabamos não conseguindo cumprir os compromissos e chamamos essa reunião pública um pouco para... explicar as coisas, e vocês nos ajudarem a recomeçar.

C- Quem sabe começamos com as apresentações...

I- Eu sou a irmã I. Nós trabalhamos já há nove anos com o Comitê de combate à fome do Betinho. A Associação de Moradores lá da Vila comprava os ranchos no CC e ainda trocávamos o alvejante produzido por uma pequena cooperativa de lá por ranchos. Era muito importante para o pessoal essa forma de moeda social.

C- E o CC quer muito manter esse espaço para eles.

E- Eu sou da Associação de Moradores da Vila da Pintada, nós fazíamos as compras lá..., facilitava, saía mais em conta. A gente pedia só o que precisava, num supermercado tu te atrapalha... e acaba levando mais do que precisa, tudo é muito bonito pra tu ter vontade de comprar, e quem tem pouco dinheiro acaba se ralando, no final das contas.

IA- Sou colega da I. e a gente procurava contribuir nessa entre-ajuda entre os pequenos grupos cooperativados e o CC. O pessoal do alvejante, por exemplo, quando o CC virou cliente fiel, foi uma grande vitória pra eles. Agora eles tão perdendo esse cliente e tá difícil...

H- Sou educador da Prefeitura, professor, e acompanho o projeto do CC que era um projeto de trabalho, produção e consumo...

K- Isso! Não é só distribuição, mas... comércio em rede, projeto de consumo solidário. Estamos aqui para discutir a viabilidade disso. Não adianta ficar chorando em cima do leite derramado, tem de ser daqui pra frente.

C- Mas é importante dar um histórico, pro pessoal saber o que aconteceu.

P- (Chegando atrasado, correndo). Bom, eu sou o P., do CAMP, e pra mim é muito importante falar sobre o que aconteceu, sim. Nós emprestamos R\$10.000,00 para o CC... para onde foi o dinheiro, que nunca mais retornou? Como foi este processo? Seria pouco pedagógico da nossa parte, como educadores populares, simplesmente deixar pra lá. Não é leite derramado, é prestação de contas. Precisa discutir. (Pausa, silêncio).

C- Bom, o motivo da quebra foi justamente a descapitalização... por incompetência nossa, podemos dizer, porque se é pra assumir em grupo, então foi nossa. De deixar tudo pra quem tinha mais estudo e mais lábia pra resolver (todos riem, menos P.) Ia empurrando as dívidas com a barriga, não falava pra ninguém, quando a gente perguntava ele gritava... e eu sei que foi um erro, mas a gente confiava nele, era nosso companheiro e tal... Quem sabe o CH fala um pouco também. Ele que aos 75 anos vinha lá da Lomba do Pinheiro todo santo dia, se estrepou e segurou a barra comigo...

CH- É, na hora de decidir era ele sozinho, e a gente deixou. Não podemos tirar o nosso corpo fora, porque cometemos esse erro, então somos culpados também.

P- Esse assunto é doloroso pra nós do CAMP, viu... a gente dedicou muito tempo ao CC. Botamos esperança... eu pessoalmente banquei o CC na instituição (CAMP).

C- Sabemos disso, e é muito triste para nós também. Devemos muito ao CAMP, esse parceiro que tanto contribui na nossa formação. A gente fica até com vergonha, mas tem que assumir e tentar, agora...

K- (Interrompendo) Queremos recomeçar, fazer uma cooperativa de verdade, autogestionária e democrática. Desta vez, não cometeremos os mesmos erros. Quando pudermos, sanaremos as dívidas. Sugiro mudarmos de nome, parece que tem um galo preto enterrado debaixo desse nome "Compras Coletivas"... (risos). A gente tem nosso fogão industrial, geladeira, um computador, meia-boca mas funciona... ganhamos um caminhão no valor de R\$ 30.000,00 no Orçamento Participativo, mas não podemos retirar pois não temos a negativa de dívidas com

a Prefeitura. Mas a gente pode se reerguer, se pegar todo o mundo junto, lutando pelo projeto do consumo ético e de uma sociedade melhor.

Cc- Não sei se o melhor é necessariamente outra cooperativa, vocês têm outras opções: micro-empresa, sociedade...

C- Mas nós acreditamos no cooperativismo, na economia solidária, será que queremos voltar pro sistema capitalista?

Cc- Olha, o objetivo é a recuperação do empreendimento, a gente sabe que os princípios norteadores são solidários, mas tem muitas formas de se constituir.

K- É isto mesmo, se todos derem opiniões, a gente chega lá, busca um consenso e vai embora de novo. Só que dessa vez, com total transparência.

Com a palavra, os sócios do novo empreendimento, a cooperativa Ética e Ação Popular: Primeira reunião

Narrativa resumida da reunião com 12 participantes, realizada no Mercado Público de Porto Alegre.

Narrativa 7:

C- Pois é pessoal, estamos aqui novamente porque a gente não desiste (risos). Nós discutimos em cima dos erros, da nossa falta de experiência. Podemos dizer que essa é a reunião de fundação da nova cooperativa, porque no tempo do Compras, foi três anos de erros e...

K- (Interrompendo) Ih, nem começa falando nesse nome, C.! Tem que matar o Compras Coletivas na cabeça das pessoas! Temos que enterrar esse nome, definitivamente, fazer a missa de sétimo dia, encomendar a alma do falecido e deixar passar! Eu já disse, tem macumba nele! Isso é um novo movimento, um novo grupo, temos de consolidar esse novo grupo.

C- Estamos trabalhando no novo estatuto, agora já temos nome, gente interessada em participar... precisamos da ajuda de vocês para aprovarmos o novo estatuto, que já começamos a redigir... mas agora vamos validar ele juntos.

MT- Eu quero me apresentar, meu nome é M.T., eu sou nutricionista, estou desempregada... e me unindo ao grupo porque preciso começar a trabalhar. Agora faço parte da Ética e Ação Popular.

K- Então!... eu também! Tô com a nenê novinha, tem de batalhar o leitinho dela... (aponta o bebê de um mês no colo da colega). Trouxe ela junto porque ela tá mamando e eu sabia que ia demorar aqui. (Todos se encantam com o bebê)

P- Que amor, como é o nome dela?

K- Renata.

P- Sabia que quer dizer "renascida"? (Risos do grupo, a tensão diminui)

K- É, ela nasceu junto com a nova cooperativa! Bom, estamos então formando uma cooperativa mista de trabalho, produção e consumo ético, a Ética e Ação Popular.

Cc- Espera aí, vamos começar pelo nome que vocês deram. Trabalho? Produção? Vai ter tudo isso, ou... qual é o foco, afinal?

K- A idéia é trabalho através da prestação de serviços, nós vamos oferecer serviços para buffets, eventos etc. Produção porque a gente vai fazer os produtos

de alimentos, produzir também artesanato... a idéia é abrir para qualquer pessoa que queira produzir, mostrar seu trabalho. Queremos ampliar esse foco aí que tu fala. E o consumo, bom, teremos insumos mais baratos, orgânicos, comida natural, direto pro consumidor.

C- A gente pode se inserir no projeto de segurança alimentar da Prefeitura... tem o Fome Zero, pô, nós podíamos nos inserir no programa também, conseguir verba e trabalhar no Fome Zero, produzir alimentos..., vai ter dinheiro bastante pra isso, do governo e das empresas... e o negócio do trabalho, incentivar as pessoas a trabalharem, gerarem renda. Tem o cara lá da vila... “ah, eu sou pedreiro” ou “eu sou porteiro, quero ser porteiro de prédio”. Mas quem vai contratar, desempregado e sem referência? Aí, se já tá na cooperativa, é outra coisa, tem força no grupo pra dar o apoio, tem uma referência e as pessoas vão confiar, se a gente fizer tudo certinho.

K- Tem que ampliar, discutir mais. Mas eu imagino que... bom, nós podemos dar cursos de cooperativa, isso é formação, é prestação de serviço... e quem sabe se juntam a nós pessoas de serviços gerais, porteiros, sei lá... cada um vai fazer o que sabe fazer, por isso a cooperativa é mista. Mas o forte, a princípio, vai ser a alimentação mais naturalista, que a gente gosta e sabe fazer.

MT- E a casa que vamos ficar é no (Bairro) Bonfim, lá tem clientela pra isso...

Mc- É, e lá também tem (Qua) ‘trocentas’ outras lojas desse tipo...

K- Não, também não é assim, tem a Colméia e mais algumas, mas nós vamos ficar na Vasco da Gama esquina com Santo Antônio, é bem mais pro outro lado. A idéia é ter uma produção e fazer ali o entreposto, e também aceitar encomendas e eventos. Os sócios podem deixar suas produções ali, seja alimentação, seja artesanato, e o entreposto funciona pra isso.

V- Vocês vão ter que ver o negócio da cozinha industrial, porque ali não tem o espaço que precisa pra montar uma cozinha industrial. Quem já viu a casa? (Poucos levantam a mão) Pois é, a localização é boa, e tudo... mas precisa reformar, a cozinha é do lado do banheiro e isso já não pode.

K- Isso é um problema, as coisas da cozinha estão na minha garagem, o meu marido não agüenta mais (risos). Alguma reforma vamos ter de fazer, nós não temos dinheiro mas vamos tentar trocar trabalho com alguém, a gente conhece tanta gente que quer trabalhar...

B- Isso eu consigo. Lá na vila tem muito rapaz que ia colaborar e depois tirava em mercadoria, ou coisa assim. Eu consigo uns pedreiros de mão cheia pra vocês.

K- Maravilha, ótimo, vamos combinar isso. Mas vamos começar a fazer a leitura por favor, se não daqui há pouco a pequeninha abre o berreiro e eu vou ter que sair, ou que horas sairemos daqui?

Nesse momento é iniciada a leitura da redação inicial do Estatuto da nova cooperativa. Após alguns minutos de leitura:

N- Eu tenho uma consideração no artigo... (É interrompido).

E- (Elevando a voz) Eu vejo um problema no artigo 11, ali na página 3. “O Conselho Administrativo é “obrigado” a excluir o associado que...”. Acho que tem de trocar essa palavra, vai amarrar, o conselho deve ter autonomia. É claro que vai consultar os sócios, mas tem que poder chamar a assembléia pra decidir se exclui ou não exclui. “Obrigado” é uma palavra que tranca. O Conselho é ou não é soberano? Vai ser obrigado? Aí pra que existir o Conselho, como instância que tem poder de deliberação?

K- Isso foi colocado porque antes se fez barbaridades e tudo ficava por isso mesmo! Tem de existir um mecanismo que não permita mais isso!

E- Mas o Conselho deve resolver com isenção e autoridade, eu tenho vinte anos de experiência de Conselho Administrativo e me chamaram aqui por causa disto, então eu só estou tentando contribuir e...

Cc- Olha pessoal, eu tenho uma sugestão. Vamos ler corrido até o final, todo mundo marca os pontos que precisa rever, bota um destaque e depois a gente discute, pontualmente, vai mais rápido. (Muitos falam ao mesmo tempo)

E- Acho que não, vamos discutir melhor este ponto que considero MUITO importante e...

K- Olha, o Cc. tem razão, todos concordam com a leitura corrida e marcar os destaques? Seu E., o senhor coloca um destaque no artigo 11 e voltamos a ele, e vamos resolvendo cada destaque no fim, tá bom?

Todos concordam e E. aquiesce com expressão bastante contrariada. A leitura é feita, todos marcam seus destaques nos artigos e incisos que foram sendo lidos até o final. Nesse meio tempo, dois dos integrantes do grupo ficaram cochichando em tom de ironia, comentando sobre E. e sua insistência.

Após o término da leitura, a discussão prosseguiu com enorme dificuldade de consenso, alguns dos membros do grupo fazendo críticas colaterais aos colegas. K. e MT., demonstrando muita angústia repetiam que quando mais rápido terminassem, antes elas poderiam trabalhar, o que todos precisavam fazer com urgência. Não foi possível terminar a revisão neste dia, devido ao adiantado da hora. Marcamos outra reunião para a semana seguinte.

Com a palavra, os sócios do novo empreendimento, a cooperativa Ética e Ação Popular: Segunda reunião

Narrativa resumida de reunião com 9 participantes, realizada na sede temporária do bairro Bonfim.

Narrativa 8:

Antes de começar a reunião, já bastante atrasada, na nova sede da cooperativa, o grupo da "linha de frente" da Ética e Ação Popular - K., C., C.H. e M.T., mostraram a casa da esquina das ruas Vasco da Gama com Santo Antônio para os simpatizantes, colaboradores, candidatos a sócios, pesquisadora (ou pessoas que se enquadravam em todas essas categorias, como eu).

K- Como vocês podem ver, a casa é boa, mas está em condições meio ruins, atrolhada de coisa... nem deu tempo de limpar, arrumar as coisas pra reunião...

MT- Esse negócio do banheiro perto da cozinha... isso não pode, o banheiro deve ser longe. E também o tamanho dessa cozinha, não sei se cabe tudo aqui, o freezer, os fogões...

K- É, a gente sabe que vai ter que mexer. Mas já dá pra começar, fazer as coisas pro entreposto dá, só eventos maiores realmente não dá pra pegar por enquanto. E tinha um coquetel enorme que a gente podia pegar semana que vem, olha como nos atrasa a vida esse negócio de ficar pra lá e pra cá...

C- Vamos lá, hein, gurias, que a companheirada já tá chegando. Esse aqui é o N., sindicalista dos bons, com experiência na luta... tá chegando o B. e também, a A. ... Antes de começar, vou pegar os nomes e CNPJ de vocês, podemos contar com todo o mundo aqui para compor o grupo de 20 sócios que precisamos pra registrar a cooperativa?

O grupo fornece as informações e todos sentam-se para dar início à reunião.

C- Então temos a A. que vai contribuir com...

A- (Interrompendo) Eu vou contribuir com o que eu sei. Balanço, lucro... eu entendo é de dinheiro, sou contadora.

K- A gente não fala em lucro, são as sobras, porque não tem concentração de lucro, é economia solidária (expressão de desgosto).

A- Minha filha, dinheiro é dinheiro em qualquer parte. Dinheiro é igual em qualquer lugar. Tem que contabilizar, cuidar entrada e saída...

K- Não, é que é o seguinte: Claro que o solidário não quer dizer trabalhar de graça, ser escravo... mas é primeiro fortificar o grupo, ter solidez nas relações, ser justo. Mas tem a coisa econômica, tem que arrumar a casa, eu concordo. Mas lucro, aqui, não é bem o caso. Ninguém vai concentrar lucro, a gente quer receber o valor justo pelo nosso trabalho, sem explorar ninguém. E a gente que o diga, nós quatro aqui, que ficamos botando a cara pra bater, quando todo mundo debandou... agora é uma nova fase, queremos trabalhar com oficinas para o Fome Zero, alimentação alternativa, formação pra nutricionistas...

MT- E quem souber fazer outras coisas, faz outras coisas, ora, a gente quer diversificar, é uma cooperativa de trabalho! Trabalho tem muitos tipos, todos importantes.

A- Mas acontece que não pode ser ingênuo, voltando à coisa do dinheiro, eu trabalho com contabilidade e sei que...

C- Quem sabe cada um diz no que pode contribuir, a gente continua lutando, mas tá tudo indo devagar... eu fui lá na junta municipal, pra registrar os papéis, essa parte é chata...

A- Eu posso ir contigo, sei tudo dessas burocracias.

M- Bom, eu posso contribuir aprendendo junto com vocês. Eu sou professora, tô acostumada a trabalhar em grupo... a gente podia ter alguma experiência juntos por aí.

K- Acho super importante. Tu acredita que a gente nem fez a formação em cooperativismo e autogestão, o curso que a prefeitura tem?

M- Olha aí, quem sabe fazemos todos, então, pra começar?

C- Boa idéia, vamos começar com o pé direito dessa vez. Porque não é fácil, tem muita competição entre as cooperativas, pelos espaços concedidos pela prefeitura, pelos incentivos, o pessoal aí fora é fogo... economia solidária, mas na hora de ferrar o companheiro de outra cooperativa pra conseguir uma sede, não é solidário. Se fizesse diferente, se propusesse a dividir..., a gente dava um jeito. Mas ninguém vê a coisa assim.

MT- Gente, eu repito: preciso começar a trabalhar. Tá difícil, eu tô desempregada, como já disse. As dificuldades estão grandes, mas tem tantos fóruns diferentes que a gente participa, no OP por exemplo...

Com a palavra, os sócios do novo empreendimento, a cooperativa *Ética e Ação Popular*: Terceira reunião

Narrativa resumida de reunião com 5 participantes, realizada no Mercado Público de Porto Alegre.

Narrativa 9:

C- Puxa, hoje o quorum tá reduzido... com essa chuva só veio quem é de fé, e a K. não pode vir por causa da guriazinha.

M- E então, quais são as últimas notícias...?

MT- Péssimas.

C- Fomos despejados da casa da Vasco, e tudo com muita sacanagem. É triste ver companheiros, do campo popular como nós, passando a perna um no outro, em vez de se unir... o nosso companheiro lá no OP, eu sabia que ele tava de olho na casa da Vasco, e dito e feito. Foi lá no Secretário e se articulou com ele e a gente foi despejado. Disseram que foi “pressão lá de cima”.

MT- Foi um horror, vocês não podem imaginar o absurdo. O Secretário não quis nos receber, fomos tratados que nem cachorro... ele decidiu sozinho! Em vez de consultar os companheiros de OP... se isso é democracia!

C- Eles nos levaram a casa, teve articulação do pessoal da M. U. com a SMIC, dá pena de pensar que no fim, as coisas são assim. Armaram tudo e levaram a casa. Lugar novo pra nós, nem pensar. Praticamente nos enxotaram. Aí fomos ver alternativas, tinha um prédio lá na Restinga que tinha uma sala, mas pensa bem, Restinga!

*MT- Eu teria que pegar **três** ônibus. Já imaginaram a perda de tempo, a dificuldade?*

C- Todos teriam que pegar no mínimo dois ônibus. A maioria três. Tem gente idosa, não dava mesmo. Aí surgiu esse negócio, que é um prédio na Érico Veríssimo, o pessoal do Amigos do Bandeirão tá instalado lá e se prontificaram a nos abrir espaço.

MT- O Bandeirão é tipo uma ONG que serve refeições a R\$ 1, 00. As senhoras que se dispõem vão lá, fazem a comida... e olha que não tem só pobre comendo, tem aposentados, gente que talvez pudesse pagar mais...

C- O problema é que o prédio tá muito depredado, abandonado... os vidros quebrados, as condições são péssimas. Não tem como armazenar produto lá, tem que resolver isso primeiro.

MT- Nós precisaríamos levantar fundos... fizemos as contas, com uns R\$ 3.000,00 a gente resolvia o mais urgente, limpava, cercava uma área para depósito, trocava os vidros... mas o problema é que ninguém, na atual situação, tem mais do que o necessário para sobreviver, nenhum de nós tem essa grana sobrando. A gente vai ter que..., sei lá, fazer rifas, promoções, angariar doações... se tivesse esse dinheiro em caixa, dava pra começar a se mexer. Mas...

C- É, a gente se sente como que impotente, parado... quer dizer, a gente não tá parado, tá lutando como nunca, mas se sente parado porque corre, corre, corre e não sai do lugar... vai aqui, vai ali, toma chá de banco e o Secretário não te recebe, corre na junta, no Conselho (Regional Comunitário), na prefeitura, tudo... mas ninguém tem uma saída que dê pra dizer: "Bom, agora é por aqui, é só a gente trabalhar."

Através da análise do contexto sócio-histórico, que vem sendo feita ao longo do trabalho, da análise das narrativas e da análise do conteúdo ideológico do material, tenta-se produzir uma hermenêutica de profundidade, ou uma leitura qualificada da realidade que os dados podem propiciar, ao apresentarem-se para a análise.

7- A economia solidária, a psicologia e a transição paradigmática: Alguns caminhos possíveis

As narrativas e os narradores

Neste capítulo, devo organizar e elaborar, na atividade interpretativa, os achados da pesquisa; vou começar com uma espécie de justificativa. Se minha racionalidade, ao fazê-lo, é proléptica, devo perdoar a mim mesma que provavelmente *peguei o cacoete* (como disse o cooperativado) da ciência moderna. Faço isto, porque posso vir a enfrentar objeções quanto aos meus dados, isso tanto em relação à quantidade, como à qualidade. Mas acredito que o fato de ter trabalhado com o caso do *Compras Coletivas à Ética e Ação Popular* me permitiu lidar com um exemplo emblemático da contemporaneidade e seus dilemas sociais.

Como a cooperativa, a economia mundial tem sérios problemas; e no momento que o barco vai soçobrando, de alguma maneira é preciso fazer alianças, solidarizar-se, agarrar-se a alguém ou a alguma coisa. Foi este o processo vivenciado pelos trabalhadores/as solidários/as com os quais convivi. A cooperativa é a comunidade na economia; a comunidade é aquela que ampara, quando se precisa. É onde somos chamados pelo nome. Ou, pelo menos, essa é a expectativa; portanto, acredito que uma análise psicossocial de um caso singular, paradigmático dos problemas que enfrentamos (certamente existem muitos outros Compras Coletivas no Brasil e no mundo) pode contribuir, no sentido de que o conhecimento produzido auxilie a cartografar os mapas para navegar na modernidade líquida. Outro pesquisador ou pesquisadora, ao ler as narrativas, poderia encontrar ainda uma diversidade de achados, ou viria a destacar diferentes aspectos; vou tratá-las como eu puder nesse momento, tentando propor uma análise plausível e coerente, seguindo a orientação que a teoria escolhida me oferece. Então, vamos a ela.

As narrativas reconstroem as enormes dificuldades de constituir uma cooperativa dentro dos parâmetros e valores solidários, que apresentam-se para os participantes do empreendimento através dos discursos/saberes que circulam no campo. Essas zonas de sentido incluem uma forte expectativa de transformação e superação, identificação dos projetos da economia solidária com uma sociedade melhor e mais justa, bem como com um posicionamento político de esquerda; idealizam um novo projeto de sociedade, um

novo mundo possível a ser construído. E vivenciam a frustração de ver que, na prática, não foi bem assim, pelo menos neste caso.

São idealizadas, pelos atores da economia solidária, formas de se relacionar, sentir e agir; é como se essa posição de *identidade solidária* fosse algo obrigatório para eles. Eles precisam pedir (a si mesmos, a mim, a todos) muitas desculpas por não conseguirem efetivar tal posição, por não poderem impedir a vivência das relações de poder como fixadoras de fronteiras. Se comportar como capitalista, pegar os *vícios do capitalismo* (narrativa 4) é tido como algo vergonhoso, profundamente embaraçoso. *A gente fica até com vergonha, mas tem que assumir e tentar, agora...* (narrativa 4). *Então tu vê a mentalidade da gente, deixar por isso mesmo!!!* (narrativa 6).

Sendo egressos de uma forma tradicionalmente capitalista - capitalismo de periferia do sistema mundo globalizado - de produção de riqueza e modos de trabalhar e viver, mesmo que em suas vidas tenham assumido muitas vezes posições de combate às formas de subjetivação capitalistas, os narradores são chamados à uma reestruturação subjetiva, a qual é experimentada como acima de suas forças; sentem-se, portanto, em um labirinto, no qual se perdem e não chegam a lugar nenhum. (...) *a gente não tá parado, tá lutando como nunca, mas se sente parado porque corre, corre, corre e não parece sair do lugar... vai aqui, vai ali... mas ninguém tem uma saída que dê pra dizer: “Bom, agora é por aqui, é só a gente trabalhar.”* (narrativa 9).

A economia solidária engendra, através de seus agentes, campos de experimentação de uma outra economia possível para outra sociedade possível, ou de outros conhecimentos possíveis para outras práticas possíveis. O cooperativismo em bases solidárias tem a ambição utópica de trocas comerciais justas, promotoras de uma melhor qualidade de vida para todos. O Compras Coletivas formou-se e começou a atuar no seu segmento com esses valores e expectativas, constituindo dentro desse universo seu campo de formas simbólicas, seu processo de semantização do cotidiano e das práticas sociais. Oriunda de uma experiência da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a cooperativa já reuniu em torno do projeto pessoas identificadas com a idéia da “administração popular”. Ou, ao menos, aparentemente identificadas.

O sócio-gestor exerceu poder cósmico diante de um auditório relativamente grande de pessoas, que assumiram posição de objeto e exerceram fraca resistência, ou poder caósmico. O auditório ampliado, composto além dos sócios da cooperativa, por representantes das ONG's de apoio, da Prefeitura, de todos os parceiros que com eles

estabeleceram relações durante a trajetória, foi tomado pela mesma perplexidade, quando a verdadeira situação do Compras Coletivas veio à tona.

Essa trajetória - do latim *trajectore, o que atravessa* - mostra que as alternativas locais baseadas nas tentativas que Boaventura Santos vai chamar de globalização contra-hegemônica atravessam um oceano de dificuldades para obterem êxito. Atravessar o mar de obstáculos tanto de ordem objetiva quanto subjetiva é experimentado, com espanto e tristeza, quase como uma impossibilidade. No caso do Compras Coletivas, houve uma grande disparidade entre *expectativa* e *experiência*, causando desdobramentos que impactaram fortemente na vida dos participantes daquele grupo. Experimentaram, como refere Santos (2002), um excesso de sentido mas um déficit de desempenho.

Pode-se argumentar que as duas dimensões da transição paradigmática - a epistemológica e a societal, - profundamente interligadas e interdependentes, estão presentes nos conflitos enfrentados pelos participantes. Percebe-se a competição entre um paradigma emergente (o solidário), que tenta impor-se, e um paradigma anterior (o capitalístico) que insiste em corporificar-se nas relações de trabalho. Materializa-se por constituir a “geografia” já conhecida dos sujeitos narradores, por serem eles mesmos fruto daquele modo de subjetivação.

Lembrando que essa pesquisa é uma tentativa de exercício de psicossociologia das ausências e emergências, o objetivo das práticas que ela porventura gerar será sempre a substituição de *monoculturas* (do saber, dos reconhecimentos, da produtividade) por *ecologias* (Santos, 2002). Lida-se com os saberes e as práticas, que são a matéria da análise. O modo de subjetivação capitalista do paradigma ainda hegemônico impõe monoculturas; ao tentarem, intuitivamente, propiciar as trocas de conhecimento dentro da experiência de desenvolvimento, trabalho e produção que empreendiam, os participantes “perderam-se” num labirinto cujo mapa, a princípio, ninguém tinha. As ecologias de conhecimentos (e de re-conhecimentos) seriam, acredito, as responsáveis pelo processo coletivo de traçar possíveis mapas de trânsito no labirinto. Este último, metáfora para as perplexidades daqueles que tentam navegar nas águas do “capitalismo leve e fluido” (Bauman, 2001), exige uma instantaneidade de aprendizados e atos que o tempo singular dos sujeitos que precisam aprender a enfrentá-lo não alcança, não sendo ele da ordem do instantâneo.

Vejamos a questão da monocultura do rigor do saber, primeiramente. O grupo engajado no campo popular que começou no Compras Coletivas e que hoje tenta reconstruir seu projeto em outros termos, repetidamente colocava à pesquisadora a

necessidade de contar com “pessoas que tenham estudado”. Aquele que “se formou”, que pesquisa e produz conhecimento, é chamado a contribuir com este projeto de trabalho e de vida que quer se distanciar dos vícios do capitalismo (narrativa 4), como trouxe um participante do grupo possuidor de longa trajetória no sindicato dos bancários e junto a grupos populares, com grau de ensino formal médio. A demanda, mesmo que não declaradamente, parece ser: “Precisamos de saberes qualificados para conseguirmos efetivar as novas práticas que desejamos”. Entretanto, ocupando um lugar tido como desprivilegiado na divisão social do trabalho e do conhecimento, a demanda é feita aos que ocupam posições idealizadas como “superiores”; é como se a participação destes lhes desse alguma garantia, alguma proteção contra as inúmeras dificuldades. Entretanto, com tristeza acabam reconhecendo que mesmo essa participação não lhes “protege”: *Tinha um professor de matemática, uma pessoa bastante mais desenvolvida que a gente, e todos se omitiram igual...* (narrativa 4).

A monocultura do rigor do saber atua através dos trabalhadores solidários. Não parece haver outro meio de avançar na proposta solidária, a não ser o pleno entendimento de que é o *encontro* - se tornado produtivo - entre diferentes tipos de saberes, que irá produzir os deslocamentos, a mudança social, as heterotopias. Saberes e práticas, novamente inseparáveis. Sob o ponto de vista do intelectual crítico, a busca seria algo no sentido de colocar os saberes da prática social e da teoria crítica pós-moderna dialogicamente empenhados em criar um novo senso comum emancipatório, - a ecologia dos saberes em ação - através de processos de subjetivação voltados para uma vida decente para todos, com padrões de consumo razoáveis e sustentáveis. Não esquecendo que o intelectual - ele ou ela, - outro ator que tenta lutar junto aos companheiros do campo solidário, está no mesmo labirinto indefinido e angustiante dos trabalhadores cooperativados, portanto essa construção está sempre em perigo.

No caso específico do *Compras*, a questão central colocava-se: “Como contar com a participação de todos e alcançar relativo sucesso, para que possamos obter os frutos do nosso trabalho?” O heterogêneo grupo buscava a realização das suas aspirações. Estas últimas, na primeira fase, estavam ligadas para alguns à construção de um novo tipo de sociedade e um novo mundo do trabalho, vinculadas a todo um projeto de vida em sociedade, projeto tingido em matizes utópicas; e para outros, à busca de uma renda suficiente para sobreviver dignamente, o que a expulsão do mercado formal de emprego não lhes permitia (essa era talvez a diferença entre as nutricionistas pós-graduadas e os aprendizes do Primeiro Emprego ou ajudantes em geral). Essas perspectivas diversas *não*

apareceram na esfera pública da cooperativa, para serem traduzidas e gerarem inteligibilidade mútua, pois as suas reuniões acabaram virando relatos monológicos: *Depois passou a ser só um relato, pois só o Z. falava. O pessoal se abalava lá da Vila Pinheiro, do fim do mundo, pra não participar?* (narrativa 4), e dessa forma não eram coletivamente apreendidas. A apreensão coletiva das dificuldades seria talvez um melhor caminho para traçar os mapas de enfrentamento das mesmas, pois a identificação de pontos em comum entre os diferentes haveria de facilitar as relações de troca e aprendizado.

Nessa espécie de laboratório de realidade pura que é o espaço público da rede de materialidades que costumamos chamar de organização, instituição ou empreendimento, vai se construindo o que Fals Borda (1999) chamou de “conhecimento do homem comum, (...) prático, empírico, que ao longo dos séculos tem possibilitado, enquanto meios naturais diretos, que as pessoas sobrevivam, criem, interpretem, produzam e trabalhem.” Os saberes do senso comum, redescobertos e valorizados nas ciências sociais, estão presentes na produção teórica de Antônio Gramsci à Serge Moscovici, de Paulo Freire à Boaventura Sousa Santos. Para chegarmos a uma verdadeira ecologia dos saberes, é necessário alterar os critérios de rigor do saber, os critérios epistemológicos que hierarquizam os saberes, para que estes últimos possam, pelo menos, competir com maior igualdade de recursos (Santos, 2002).

Entendo o saber não como uma dimensão exclusivamente cognitiva, mas sim fluida e dinâmica entre emoção, cognição, semantização e apropriação de si mesmo e do mundo. Pessoas oriundas do que se considera o campo popular (associações de moradores, pequenos produtores, cooperativados), que optavam pelo abastecimento familiar no Compras Coletivas, durante a trajetória como sócios do empreendimento entravam em contato com intelectuais engajados no projeto, com estrangeiros que atuavam em ONG's de apoio, com militantes de movimentos diversos e com delegados do Orçamento Participativo de diversas origens. O campo de formas simbólicas, assim, engendrava-se extremamente complexo e diversificado, composto por todos esses encontros de realidades, culturas, discursos e práticas diversas. Mas a falta de democracia interna do empreendimento impossibilitou uma troca produtiva entre os diversos narradores/atores que por ele circulavam, com maior ou menor frequência.

Esses encontros de diferentes tipos de conhecimento pode resultar num interessante mosaico multicultural, isso se os agentes puderem entender a forma de expressão, a linguagem e a cultura daqueles que não lhes são familiares. Para aprender a “traduzir”

essas linguagens, através da hermenêutica diatópica, entretanto, dispomos de nossos meios limitados de sujeitos labirínticos, de habitantes do labirinto (Bauman, 2001). E certamente não somos - nem os intelectuais, nem os cooperativados de diversas origens, - pertencentes ao grupo dos que se sentem confortáveis e adequados no labirinto. Os que aprenderam a receita de viver no labirinto pertencem à classe capitalista transnacional de Boaventura Santos (2001), que circula pelo mundo em aeroportos, sempre munidos das últimas versões de telefonia móvel e computadores de mão. A fluidez de suas relações profissionais impressiona e o seu móvel é simples: Dinheiro e poder. Qualquer outra motivação parecerá fútil e desprovida de sentido, anacrônica e não merecedora de credibilidade, “tolice romântica” ou quem sabe ainda excentricidade de *hippies* ecologistas saudosos dos anos sessenta. É aterrador pensar quão diminuta é a parcela de mundo que representam, em termos percentuais, e quão totalizador é seu poder; o quanto essa parcela ínfima do mundo vira o todo, através da razão metonímica.

Mas existem aqueles que escolheram um outro modo de lidar com a contemporaneidade do capitalismo flexível e líquido; afinal, “*A gente tá do lado dos lascados*”, diz o cooperativado, sócio-gestor (narrativa 3). E ele era a pessoa que, afirmando o compromisso com os desfavorecidos pelo sistema capitalista globalizado, reproduziu modos de produção de poder extremamente desiguais, para consternação do restante do grupo, que sentiu-se incapaz, durante aproximadamente um ano e meio de trabalho, de protestar ou tentar modificar a situação.

As zonas de sentido podem configurar-se contraditórias, assustadoras. Ao perceberem-se no labirinto, sem as ferramentas necessárias para enfrentá-lo, os cooperativados sofrem. Os minotauros - nessa versão do labirinto eles são muitos, e possuem variadas formas - espreitam, prontos a impedirem-lhes o acesso a uma renda digna e um trabalho satisfatório e solidário. A metáfora que uso para identificar tudo aquilo que torna a vida difícil para quem encontra-se fora da sociedade civil íntima de Boaventura Santos (2003a), são os minotauros. Mas recordemos, antes de prosseguir, a descrição da lenda, que trago agora na versão de Lucio Packter (Packter, 2001, p. 70):

O Minotauro, ser horrível com corpo de homem e cabeça de touro, resultado da paixão da rainha Pasífae por um magnífico touro branco, foi colocado em um labirinto erguido por Dédalo. Mais tarde, a cada nove anos, os atenienses deveriam enviar sete rapazes e sete virgens para serem devorados pelo Minotauro. Após muitas vidas sacrificadas, Teseu se ofereceu como voluntário. Entrou no labirinto, venceu e matou o Minotauro. Em seguida, usando o longo fio de um novelo de lã que lhe fora presenteado por Ariadne, filha de Mínos, fugiu célere da ilha de Creta levando Ariadne e os companheiros atenienses.

O labirinto é geométrico, mas o é de uma forma absolutamente incompreensível; além do que, a cada passo, existe a possibilidade do Minotauro, o pesadelo do fracasso, o caixão de Ernst Bloch. Não se conhecem todas as passagens do labirinto, como não se conhecem todas as passagens da vida. O labirinto de gestos repetidos do cotidiano se inscreve na esfera do tangível, mas não necessariamente do explicável. A perplexidade une-se à solidão, já que ninguém parece oferecer o fio de Ariadne que poderia conduzir à saída do labirinto. Vejamos a narrativa 9: (...) *mas ninguém tem uma saída que dê pra dizer: “Bom, agora é por aqui, é só a gente trabalhar.”*

Integrantes da sociedade civil estranha, os cooperativados angustiam-se com a urgência da necessidade de renda: *Preciso trabalhar, estou desempregada!* (narrativas 7 e 8). Na ausência de renda mínima, os minotauros podem tornar-se mortais. Com eles, não há negociação possível; ou recebem seus tributos, ou aniquilam o sujeito. Os candidatos à Teseu, entretanto, não são heróis lendários, apenas simples mortais que tentam sobreviver na sociedade civil estranha.

A princípio, o grupo permitiu que um saber considerado superior - representado pelo cooperativado que “estava” sócio-gerente na ocasião, dono de “experiência administrativa” anterior - dominasse e determinasse os rumos do Compras Coletivas. O grupo não conseguia colocar-se em pé de igualdade com Z. P., para eles possuidor de um saber mais válido que os seus próprios, oriundo da experiência em administração, familiarizado que estava com o jargão técnico do campo. Mesmo as nutricionistas pós-graduadas que o próprio Z. P. referiu, na narrativa 3, de alguma maneira estabeleceram com ele uma relação (em termos de poder) no modo fixação de fronteiras. E, talvez o mais assustador para elas seria olhar-se no espelho e ver refletido nele um minotauro; aquele que está acostumado a estabelecer relações de poder fixadoras de fronteiras, aquele que não fornece as respostas necessárias, uma espécie de minotauro negativo, faltante e faltoso, inimigo número um dos sujeitos que se querem a um só tempo solidários, seguros e eficientes/eficazes/efetivos. Paradigma emergente solidário *versus* paradigma capitalístico da eficiência, eficácia e efetividade. Competição paradigmática em todas as dimensões, corporificando-se em redes que fixam os sujeitos em posições desconfortáveis, nas quais sofrem e autodepreciam-se. As situações por eles vivenciadas ocasionaram esses sofrimentos singulares, e aparentemente sempre ligados a uma desvalorização das competências do sujeito, como se individualmente (ou mesmo como grupo), não tivessem

sido capazes de evitar o desastre, assumindo a culpa e nomeando-se incompetentes e acomodados.

Sob o ponto de vista psicológico, as desigualdades de recursos são percebidas com sofrimento, especialmente por parte daqueles que possuem médio ou baixo nível de educação formal. As competências do “eu” são percebidas como limitadas e inadequadas na esfera pública laboral por parte dos entrevistados - especialmente nas narrativas 3, 4, 5 e 6 - onde aparece a auto-culpabilização pelas falhas no processo. A percepção de si como inferior e incapaz acaba dando margem à desistências de ser sujeito da gestão do empreendimento e de produzir a gestão compartilhada. O sofrimento que acompanha a suposta incapacidade e esse sentimento de inadequação, provavelmente está ligado à constante interpelação que é feita no sentido da autogestão, do domínio de si na relação com a alteridade e no espaço do trabalho solidário.

Ao não conseguir ser a um tempo gestor de si e da cooperativa, até porque não teve para isso um processo educativo/reflexivo consistente que lhe permitisse trilhar caminhos possíveis nesse sentido, o trabalhador cooperativado experimenta sofrimentos singulares, que vão depender (em termos de qualidade, intensidade e desdobramentos) de sua história pessoal e expectativas.

Mas é como se, cabisbaixos e envergonhados, fizessem um constante *mea culpa*, por não terem conseguido atingir os patamares individuais, grupais e societários esperados. Esses patamares, descritos no material institucional da Anteag, por exemplo, e quase sempre presentes nos discursos que circulam no campo da economia solidária, demandam competências para ser a um só tempo cooperativo, inovador, produtivo, solidário, bom cidadão, gestor de si mesmo etc. Não somente gestor de si mesmo, mas de uma série de aspectos do empreendimento, dos comerciais aos administrativos, dos éticos aos estéticos, para os quais os atores/narradores não se sentem capacitados. Quando algum deles experimenta a sensação de fracasso, cabe a culpa à sua própria formação deficiente, ao fato não ter tido “preparo” na vida. Ou, para os/as que estudaram, simplesmente por sua acomodação e passividade. Essa demanda por competência, que considero um discurso circulante de difícil apreensão, está presente no campo semântico da economia solidária. Analisemos um pouco mais detidamente o *folder* da Anteag, que ilustra as demandas externas, que são internalizadas e assumidas pelos atores do campo solidário:

Autogestão também significa autonomia. Chamada à autonomia, em sujeitos que experimentaram relações de poder no modo fixação de fronteiras repetidas vezes, nas

vivências laborais, e cujo entorno social lhes é muitas vezes hostil, obrigando à adesão a relações de dependência;

Os trabalhadores devem ter a capacidade e o poder de decisão sobre tudo o que acontece na empresa: metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal etc. Devem ter capacidades e dominar saberes de áreas tão diversas, que envolvem um rol de habilidades e conhecimentos impossíveis de serem adquiridos por decreto, em curto espaço de tempo, sem um consistente processo de formação (sobre a formação, volto a comentar em seguida).

Os empreendimentos autogestionários têm como dono o próprio trabalhador. Cada dono deve conhecer a empresa na qual trabalha e ter pleno conhecimento das possibilidades e limites de seu poder de decisão. Os “donos” vêm-se em apuros quando têm de lidar com questões de poder e decisão, não conseguindo sequer pedir as informações necessárias para conhecer a situação da “sua” empresa. Não sentem-se, efetivamente, donos. E talvez não o sejam no sentido que comumente atribuem ao vocábulo. Estão ensaiando um tipo idealizado de relações solidárias e justas. Atribuem a si a culpa pelo “erro” no estabelecimento das mesmas.

Esses atores/narradores, a despeito de um apoio crescente de órgãos de políticas públicas, como aponta a narrativa do ex-diretor da SEDAI, - e a começar pelo próprio trabalho desenvolvido pela Anteag durante o governo Olívio Dutra, - não dispõem, entretanto, de recursos para obterem formação profissional continuada em áreas concernentes à gestão do trabalho. Possuem, é certo, experiência em lutas sociais, a ponto de sentirem-se identificados com propostas progressistas de vida em sociedade. Reuniões do Orçamento Participativo podem ser um laboratório mais eficaz do que cursos sobre relações humanas. Contudo, a falta de uma reflexão conjunta e de sistematização sobre a origem das dificuldades (e é natural que hajam dificuldades) obstaculiza seus encaminhamentos através de alianças produtivas entre os diferentes saberes. Nem mesmo da parte legal e técnica do empreendimento eram partilhadas noções, quando um novo membro juntava-se ao grupo; na hora das decisões, impossível proceder com segurança.

Como, então, poderia o trabalhador solidário ser este super-homem, ou esta mulher-maravilha, descritos como notáveis cidadão/cidadã, excelentes negociadores, bons comunicadores, hábeis articuladores e experientes gestores? A desconstrução de modelos prévios, pré-formatados, aparece como urgente, nos discursos que circulam no campo. Mas tal desconstrução, embora projetada no coletivo, acaba sendo jogada nos ombros do sujeito individual. A soma destes sujeitos “despreparados”, “inferiores”, assume então a

culpa pelo fracasso, pretensamente no coletivo, mas num coletivo empobrecido, despotencializado, que é a soma dos indivíduos. *Bom, o motivo da quebra foi justamente a descapitalização... por incompetência nossa, podemos dizer, porque se é pra assumir em grupo, então foi nossa. De deixar tudo pra quem tinha mais estudo e mais lábia pra resolver (...)* (narrativa 6).

Outro achado importante (sei que serei cobrada por, e me cobro muito também, os “achados importantes”; estarei sendo proléptica, estarei cedendo à razão indolente...? Ou ainda, como os trabalhadores que se cobram solidariedade e competência, estarei me cobrando posições progressitas e pós-modernas em ciência? Parece que nossos dramas, assim, não se mostram tão distantes uns dos outros... precisam apenas ser traduzidos), diz respeito à questão das relações entre os sexos, ou à monocultura dos reconhecimentos imposta pela tradição patriarcal. O atravessamento da problemática das relações de gênero se explicita quando o campo da economia solidária é percebido por K. como dominado pelos homens: *As mulheres deixam na mão dos homens, se adaptam. É um meio machista. A vaidade é o pecado que o diabo mais gosta. E é aí que a economia solidária morre. Ainda mais quando é homem... tem discurso de autogestão, democracia ... mas só quer mandar, no fundo. E o pior, é que a gente às vezes não tem força pra contestar. Durante um tempo nós fomos “as mulheres da cozinha do Compras”. (...) Eu ouvi do sócio-gestor da cooperativa: o teu marido ganha bem, tu tens carro. Para que tu queres ganhar dinheiro aqui?* (narrativa 5).

O poder circulante nas relações entre os sexos foi exercido no modo restritivo, posto que ao invés de perspectivas eco-feministas aparece claramente a reprodução de relações de gênero patriarcais (ver narrativa 5) onde a mulher é falada como apêndice do homem, além de sentir-se excluída dos debates no campo da economia solidária; essa questão precisa ser tópico incluído nos eventos educativos do campo, para que se torne objeto de discussão e problematização. Santos e Rodriguez (2002, p. 71), afirmam que existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal. As lutas emancipatórias, em qualquer direção (sexo, raça, religião, etnia, classe etc), não estão subordinadas ao econômico: Todas são importantes, dependendo do contexto a sua priorização. A perspectiva eco-feminista, ainda segundo os autores, deverá contribuir para a minimização dessa forma específica de exclusão nos grupos que desejam formar alternativas credíveis e transformadoras do trabalho e da convivência em sociedade. O eco-feminismo pode ser definido como:

(...) pensamiento y movimiento social que si refiere básicamente a la conexión ideológica entre la explotación de la naturaleza y la explotación de las mujeres al interior del sistema jerárquico patriarcal. Desde el punto de vista filosófico y teológico, el eco-feminismo puede ser considerado como una sabiduría que intenta recuperar el ecosistema y las mujeres. El eco feminismo, nos da desde mi punto de vista una herramienta entre lo integral y lo pastoral, entre lo cívico y lo sagrado, entre hombre y mujer, entre la humanidad y el medio ambiente, transformado en cultura. (Mendoza, acessado em 29/07/2003).¹¹

Pensando sobre esse achado em especial, refleti sobre os sentidos das palavras patrimônio e matrimônio¹². Este último significa união, enquanto o primeiro, posse. Talvez pudéssemos passar de uma perspectiva patrimonial, para uma matrimonial, no campo do trabalho solidário.

Para Thompson (1998), o sentido circulante através das formas simbólicas foi operador da ideologia, no caso das relações de gênero. Na versão de Santos (2002), é aqui que faz-se necessária a ecologia dos reconhecimentos: Não aceitar a inferiorização da mulher em relação ao homem, libertando-a da monocultura dos reconhecimentos. A mesma coisa em relação aos negros, aos que não possuíam educação formal, aos aprendizes do Primeiro Emprego e assim por diante. Seja interpretado como modos de produção de poder fixadores de fronteiras, ou como estabelecimento de relações ideológicas, o fato é que ao perceberem para onde essa forma de interação tinha-os levado, os componentes do grupo viram-se sem saber como agir. Seu sócio-gerente “abandonou o barco”, sequer sendo responsabilizado legalmente pelas conseqüências dos seus erros de gestão. Muitos dos sócios simplesmente sumiram, desgostosos com os rumos que a cooperativa tomava.

Cobranças, críticas, solidão: Autogestão é solidão (narrativa 5), havia dito um dos aprendizes do Programa Primeiro Emprego, que foi “mandado embora” - contra as normas do programa, - a revelia de todos os sócios, por decisão unilateral de Z. P. Sentindo a mesma solidão experimentada pelo jovem aprendiz na sua primeira experiência profissional, os remanescentes só tiveram uns aos outros para apoiar-se e decidir se terminavam o grupo ou se reinventavam a experiência.

Para o grupo da cooperativa Compras Coletivas, que transformou-se em Ética e Ação Popular, o desejo de modificar a situação, assumindo posições de sujeito efetivas e produzindo novos modos de poder, tardou, mas manifestou-se. O conhecimento produzido

¹¹ Disponível em Site Internet: <http://www.oficinaonline.com/ecumenicos/e84ecofeminismo/>

¹² Maria Irene Ramalho de Sousa Santos e Tereza Cruz e Silva estão por trás dessa reflexão, que em grupo empreendemos na Universidade de Coimbra, em julho de 2003.

na experiência traumática, que querem a todo custo anular, para poder recomeçar; *Temos que matar esse nome, Compras Coletivas, enterrar, fazer a missa de sétimo dia* (narrativa 7), são o motor da mudança e o dispositivo da nova tentativa. Essas vivências geraram zonas de sentido sobre a própria prática da economia solidária, sobre si mesmos e sobre os modos de se relacionarem.

Os que ficaram para re-construir a cooperativa foram o grupo de “mulheres da cozinha do Compras”, nutricionista e cozinheiras; três dos sócios-gestores que foram assumir efetivamente seu papel no final da experiência Compras Coletivas propriamente dita, mais alguns poucos usuários e sócios de movimentos populares que tinham no Compras Coletivas cliente, fornecedor ou mesmo companheiro de luta pela sociedade diferente que teimavam em tentar construir, contra toda “racionalidade” dos consensos articulados fora de seu mundo. Agora, estava próxima a tentativa de *renascer* (narrativa 7).

Um *renascimento*: Será possível para nós que fomos acomodados?

Nesse momento surge, das reflexões conjuntas dos membros do grupo com alguns dos parceiros anteriores, novas idéias de continuidades possíveis para a cooperativa. Eu já participava de algumas reuniões, a esta altura - para mim um exercício de cidadania e antropologia social, misturado com pesquisa em psicologia social - buscando cumprir alguns dos princípios metodológicos que acreditava, tais como os encontrados em Fals Borda (1999): Autenticidade e compromisso, antidogmatismo, simplicidade de comunicação, auto-investigação e controle, ciência modesta e técnicas dialogais. Compatíveis, sob todos os aspectos, com a ciência pós-moderna, a ciência do conhecimento prudente para uma vida decente. Elementos indispensáveis, também, para proceder à sociologia das ausências, ambição teórico-metodológica que passou a acompanhar a pesquisa a partir do doutorado *sandwich* e da co-orientação do professor Boaventura Sousa Santos.

As reuniões que passaram a ter como palco o Mercado Público de Porto Alegre - o grupo foi despejado da antiga sede no Largo da Epatur, tendo ficado sem-teto durante algum tempo; realocado pela prefeitura em uma casa no Bairro Bonfim (esquina das ruas Santo Antônio e Vasco da Gama) e novamente despejado - eram abertas a quem quisesse ajudar. Como pesquisadora, estive sempre que possível presente, muito mais ouvindo do que falando, mas procurando contribuir também quando julgava conveniente.

Decidido o novo nome, Ética e Ação Popular, o grupo elaborou novo estatuto e levou alguns meses e várias reuniões para validá-lo e chegar à redação final. Companheiros oriundos de movimentos associativos, do Orçamento Participativo de ONG's, da prefeitura, de Universidades, juntavam-se ao grupo - em participações flutuantes, ora constantes, ora ocasionais - para aprovar o novo estatuto e conseguir número de sócios suficientes para registrar a nova cooperativa e torná-la uma realidade. Aqueles/as que colocavam nela expectativas e sonhos, desejos, construções pessoais e coletivas, continuavam acreditando na possibilidade de realização no coletivo: *Ninguém vai concentrar lucro, a gente quer receber o valor justo pelo nosso trabalho, sem explorar ninguém. E a gente que o diga, nós quatro aqui, que ficamos botando a cara pra bater, quando todo mundo debandou... agora é uma nova fase, queremos trabalhar com oficinas para o Fome Zero, alimentação alternativa, formação pra nutricionistas....* (Narrativa 8).

A escolha do nome parece extremamente significativa dessa etapa da vivência do grupo. Ética - elemento que ficou de fora da gestão anterior, segundo eles próprios - e Ação, que da mesma forma foi sentida como ausente das suas práticas anteriores. A passividade que relatam com angústia *Como pudemos permitir que as coisas chegassem até aqui?* (narrativa 4), e a auto-culpabilização pelo que deu errado *Erramos, somos grupo, o erro é no coletivo; A gente se acomodou* (narrativa 4), fazem com que desejem intensamente uma *performance* diferente nesta nova chance.

O sentimento de “desta vez será diferente, não seremos passivos e complacentes” é compartilhado pelos remanescentes do Compras Coletivas, que tentam a toda pressa recomeçar a trabalhar e não repetir a postura que permitiu o acúmulo de dívidas e o fracasso comercial. Decisões compartilhadas, modos de produção de poder abrindo novos caminhos, transparência absoluta e gestão realmente coletiva são os ingredientes que, segundo o grupo (mesmo que não utilizem exatamente essa terminologia), poderão trazer satisfação e remuneração digna aos participantes.

Demonstram muita dificuldade em falar do passado, preferindo “olhar para frente”; o que poderia gerar alguma dificuldade de apreensão total da experiência e da transformação de significados que ela pode representar, caso a estratégia da negação viesse a comprometer a auto-crítica; mas parece que o passado doloroso, afinal, não pode ser negado por muito tempo. A realidade dos obstáculos impõe-se e é fator de auto-crítica constante.

Mas o desejo de renascer é expresso na reunião contada na narrativa 7: - Que amor, como é o nome dela? - Renata. - Sabia que quer dizer renascida? (Risos do grupo) - É, e ela nasceu junto com a nova cooperativa! Simbolicamente, a chegada de Renata mostra que, afinal, sempre é possível recomeçar, e tentar de novo. Junto com o desejo de articular-se e efetivar a posição de sujeito, novos (e velhos) minotauros espreitam, prontos para criar entraves aos candidatos e candidatas à Teseu; se eles ou elas irão desistir da peritagem heróica e das demandas por heroísmo, para simplesmente buscarem juntos as possibilidades de vivenciar modos de produção de poder mais abertos aos novos caminhos, é questionamento ainda sem resposta. As condições não são animadoras: Não há sede adequada para a cooperativa, não há base de políticas públicas que lhe dêem sustentação, o grupo é pequeno e portanto as condições gerais são hostis.

O mais importante dessa parte final da história narrada nessa pesquisa, é a presença da capacidade de recomeçar; se a alteridade, para eles, foi num primeiro momento um modelo e uma expectativa, resultando em decepção, agora significa expectativa e esperança. Há toda uma gama de capacidades e possibilidades a serem agenciadas, através de dispositivos de ações e práticas inovadoras; a potencialização desse coletivo é encarada como possível, como percebe-se na narrativa 6: *A gente tem que cair pra depois levantar. Tem de reunir o grupo, ver onde tá pegando...* Mas ao mesmo tempo, as dificuldades também não se desvaneceram, como percebe-se claramente na dificuldade enfrentada na reunião de validação do novo estatuto (narrativa 6), onde o grupo ainda lutava na sua tentativa de consenso.

Pergunto-me se haveria de onde tirar as condições de reconstrução bem-sucedida para a Ética e Ação Popular; e fico em dúvida, pois o caixão está ao lado. Seja como for, alguma solução está sendo buscada, daqui para frente, e será interessante acompanhar o grupo nessas tentativas, prometendo para um próximo trabalho o desenrolar dessa história ainda em andamento.

Papéis para a psicologia, no curto prazo

Perguntava-me, durante todo o processo, como inserir-se nesse campo para buscar oferecer uma possível contribuição. De algum modo, eu já tinha essa intenção desde o início da pesquisa, que era a de tentar criar possibilidades de intervenção no campo através de uma psicologia do trabalho que procurasse dar conta de suas demandas, não por

peritagem heróica, mas por tentativas de credibilização de modos alternativos de trabalhar, que também acredito possíveis, embora difíceis.

O cooperativado verbaliza uma demanda direta à psicologia, na narrativa 3, que ele ainda vê como reforço de reflexos condicionados, mas a demanda está presente. Essa forma de entender a psicologia está ancorada em determinados conceitos de ciência, por sua vez calcados em determinadas práticas científicas, que vão muito além dos limites da academia, sendo uma questão social demasiado complexa para entender somente com o instrumental da própria psicologia.

Ao inserir-se no espaço-tempo engendrado pelo trabalho solidário, a psicologia pode ter um laboratório importante de transição epistemológica e societal, no sentido de lutar por um mundo do trabalho onde possam coexistir diferentes formas de organizar o trabalho. É importante, então, a pesquisa em psicologia nesses novos meios de produzir, apropriar-se e dividir o produto final, para que eventuais racionalidades diversas das tradicionais tenham possibilidade de expressar-se, e mais que isso, possam ser desenvolvidas.

Esse processo é aberto, complexo, sem verdades definitivas. É um laboratório vivencial de toda a sociedade, que precisaria, talvez mais do que nunca, formar comunidades interpretativas (Santos, 1996; 2000); comunidades essas que traçassem, conjuntamente, mapas para enfrentar o labirinto. Cartografar, se não a saída do labirinto - nem sabemos se há saída, - a possibilidade de nele movimentar-se sem tanto sofrimento, acabando por, quem sabe, conseguir subvertê-lo. A saída comunitária para cartografar e resistir me parece promissora e aprazível.

Ao invés de centrar-se nas macro-transformações estruturais da sociedade, a psicologia social crítica do trabalho poderia ocupar-se mais das transformações da subjetividade, da micro-política das relações laborais. Contribuir para transmutar relações de poder autoritárias em relações de autoridade compartilhada, através de práticas dialógicas; a idéia regulatória presente nessas práticas, segundo Santos (2003a) é o socialismo como democracia-sem-fim, mas no caso a micro-política da democracia-sem-fim nas relações. Relações laborais, mas não só as laborais, pois os espaços-tempo interpenetram-se continuamente, exigindo análises complexificadas. Seria importante que as pessoas pudessem participar dos processos que organizam os recursos para fazer funcionar o empreendimento, apropriando-se de formas mais autônomas de produzir a gestão.

Mas como seriam tais processos dialógicos? O conceito de *novíssima retórica* aparece em Santos (2000) como uma troca argumentativa, onde orador-auditório sejam posições de sujeito, continuamente ocupadas por diferentes pessoas. A *novíssima retórica* é a linguagem da ciência pós-moderna por excelência. Nessa lógica, a nova psicologia insere-se em debates ora como auditório - onde aprende com os oradores - ora como oradora ela própria, intensificando a dialogia dos processos comunicacionais. O auditório é toda a comunidade, encarada na perspectiva do conhecimento argumentativo. É a forma argumentativa da comunidade interpretativa. “Em vez de ser o ‘outro’ do orador, o auditório é a fonte central do movimento, a polaridade orador-auditório em permanente rotação.” (Santos, 2000, p. 106)

Os auditórios e oradores deveriam trocar de lugar repetidas vezes, para que todos pudessem *sentir* o prazer da autoria discursiva, e também *sentir* o aprendizado de trocar de lugar; a dinâmica auditório-orador, no paradigma emergente da *novíssima retórica*, é uma relação entre dois sujeitos. No processo do Compras, deu-se uma relação entre sujeito e objeto(s). A intervenção poderia efetuar-se no sentido de experimentar a variação e alternância entre sujeitos, no campo argumentativo/discursivo. Mas é preciso mais, é preciso levar o exercício para todos aqueles que trabalham com formação na área da economia solidária. A formação, entendida como processo educativo crítico e transformador, surge como dispositivo fundamental, como condição de possibilidade de avanço do campo.

Pesquisas em nível de graduação e pós-graduação, publicações, seminários e outros eventos, estágios curriculares e voluntários, já constituem contribuição importante da Academia para o campo solidário, embora muito ainda esteja por ser realizado. E a psicologia, como vê a sua atuação através de políticas públicas? Quem iria remunerar esse profissional, que também necessita de uma remuneração compatível? O apoio sob a forma de políticas públicas diminuiu consideravelmente, no Rio Grande do Sul, com a entrada de outro partido no governo do Estado, em 2002. O Partido dos Trabalhadores, a que pertencia nosso primeiro entrevistado, de alguma maneira priorizava o campo popular, apesar de conter *muitas* contradições em suas práticas (como bem o ilustram as narrativas). Isso também serviu para mostrar que os empreendimentos não podem depender exclusivamente de políticas públicas, como referiu K. com bastante intensidade, na narrativa 5: *As fontes de recursos são quase que só públicas. Muda o governo, quebra tudo. Não somos empreendedores. Não somos auto-sustentáveis.* Novamente, a culpa cabe aos próprios trabalhadores. A psicologia, quando inserida no

contexto, poderia ajudar a desconstruir essa culpabilização, através de processos dialógicos que “exercitassem” os auditórios-oradores da economia solidária.

Ouçamos o narrador (narrativa 4), clamando por possibilidades de diálogo: *Quer dizer, a economia solidária..., tem que saber administrar ela, conversar bastante pra resolver problemas e aí é complicado pois a maioria do povo... tem dificuldade pra administrar, pois onde um se destacou, os outros ficam mudos. E sem conversa não tem economia solidária. Aqui tinha reunião de trinta, trinta e cinco pessoas, na cooperativa. Toda a semana. Depois passou a ser só um relato, pois só o Z. falava. O pessoal se abalava lá da Vila Pinheiro, do fim do mundo, pra não participar? Pra não se envolver de verdade no processo de construção? Aí não vem, não tem porquê. As pessoas que estão um passo na frente, um pouco acima em termos de formação, tem a tendência a assumir as coisas, a fazer sozinho.*

Na ausência de diálogo, de condições relativamente igualitárias de conversação, de relações de autoridade compartilhada, como avaliar se as fontes de recursos e de formação são adequadas? Torna-se relevante construir modelos metodológicos abertos, intrinsecamente dialógicos, que possibilitem a clara expressão das dificuldades, visando identificar, avaliar e valorizar as especificidades das empresas da economia popular e solidária.

Nas comunidades interpretativas, o senso comum emancipatório teria de ser produzido dialogicamente. Sua construção comportaria três dimensões: A dimensão ética (solidariedade) a dimensão política (participação) e a dimensão estética (prazer, autoria individual, reconhecimento). As duas primeiras dimensões são auto-explicativas: Já estão nos *topoi* que orientam o campo da economia solidária. A terceira dimensão convida ao reencantamento do mundo, no sentido de um senso comum reencantado. O reencantamento com o mundo é a possibilidade de ter prazer, de erotizar as experiências, de encantar-se com aquilo que produziu. É um grande desafio, especialmente nas duras e adversas condições materiais da periferia do sistema-mundo. É difícil permanecer reencantado pegando três ônibus lotados e sendo despejado da nova sede a todo instante.

Para tanto, a psicologia social crítica do trabalho deverá revelar-se criativa, apreendendo junto com os atores/narradores do campo possibilidades de erotização, seja através da arte, do reconhecimento da autoria individual e coletiva ou da potencialização de relações de trabalho mais satisfatórias; gerando transformações na constituição de

práticas de intervenção coerentes com as necessidades do setor da economia solidária, junto com os outros atores que o compõem.

Divulgar temas como consumo ético, produção associativa, comércio justo, gestão participativa da cidade como *habitat* urbano, diálogos interculturais, podem ser a prática cotidiana da psicossociologia das ausências, agora incorporada ao saber/fazer psicológico. São tentativas concretas de responder coletiva e criativamente às necessidades criadas pela globalização neoliberal, são a tradução do sentimento de que um outro mundo é efetivamente possível. A novíssima retórica, então, é um dos referenciais privilegiados na construção da nova psicologia.

A ciência psicológica já dispõe de agentes que assumiram a crença de que um mundo alternativo é possível; não sabemos exatamente como seria, mas seria produzido a partir do mundo que temos, equacionando seus erros e potencializando seus acertos, na direção de um senso comum emancipatório, que produzisse práticas emancipatórias. Os Conselhos Federal e Regionais de psicologia participaram ativamente das três edições portoalegrenses do FSM e essas articulações precisam crescer mais e mais, agregando-se às redes solidárias.

Acredito, também, que a experiência aqui relatada de economia solidária pode apontar para um possível paradigma inovador em relações de produção. Onde a singularização possa conviver com o coletivo de trabalho. Essa articulação precisa ser objeto de cuidado nos empreendimentos que tentam fazer uma gestão coletiva do trabalho, a serviço de um sistema produtivo diferente. Tanto mais necessita ser objeto de cuidado, quanto mais fortes forem os obstáculos.

O trabalhador, nas empresas geridas num paradigma liberal-capitalista, é continuamente impelido a ser um gestor de si, a internalizar o controle, num sistema de dominação sutil e muito difícil de combater. Entretanto, no campo solidário, ao ser convidado a apropriar-se da autogestão, não experimenta relações de confiança onde possa refletir conjuntamente sobre essa necessidade, nem uma retórica dialógica para dela apropriar-se.

O capitalismo, através dos modos de gestão que lhe são próprios (com os quais a psicologia muito contribuiu), utiliza a noção de “equipes” ou “times”; estes devem trabalhar na gestão, não produzir a gestão. Esta já está dada de antemão, da forma *top-down*. É produzida por poucos, e executada por muitos, como nos padrões de Taylor ou Fayol, por mais que estes possam ser criticados pelos agentes das empresas capitalistas “pós-industriais”, que situam no “novo”, na “mudança de paradigmas” as suas práticas,

embora algumas delas não sejam tão novas assim. Segundo a análise de Grisci (2000, p. 298) sobre os modos de trabalhar capitalistas contemporâneos, ou sobre os “tempos mutantes”:

Modos de trabalhar são complexos e demandam sujeitos que respondam “eu faço, eu faço, eu faço”, de modo imediato, a toda e qualquer demanda que se apresente. Trata-se do trabalhador prototípico da flexibilidade, tido como contraponto básico daquele trabalhador massificado que o fordismo cunhou.

Mas por contraditório que possa parecer, o trabalhador solidário é exigido de uma forma semelhante, na rápida aquisição de habilidades e mudanças. Ao sentir-se inapto para dar conta da exigência - e não importa aqui que o sujeito tenha aderido a ela por escolha, diferentemente do que acontece nos modos de gestão capitalista - sente-se perdido no labirinto, onde experimenta solidão e sentimento de inadequação.

No caso analisado nesta tese, as mensagens dúbias e contraditórias incluíam a chamada à autogestão e a obediência acrítica. Vejamos a narrativa 4: **Mas ele dizia: “eu é que sei, aqui ninguém mexe”**. Já criava atrito. Eu também agi como capitalista, às vezes: “Ah, ele que é o chefe”. A economia solidária trabalha com a noção de coletivo. Seria então na experiência coletiva, que ao produzir e partilhar a gestão, a autogestão tornar-se-ia possível. A psicologia poderia inserir-se nesse cenário como agente incentivador de práticas multi e interculturais, dialógicas e participativas. Participar de reuniões, de eventos educativos, propor eventos e acompanhar as vivências nos empreendimentos seriam alguns dos caminhos possíveis para as práticas *psi* no campo da economia solidária.

Os modos de produção de poder, ao serem vivenciados como abertura-de-novos-caminhos, podem alavancar uma apropriação mais autônoma dos processos de gestão: Não somente *trabalhar na gestão*, mas *produzir a gestão*¹³. Reiventá-la, para que se torne relação de autoridade compartilhada. Não se trata de assumir a responsabilidade, de forma culpada e angustiada, por um processo que foi concebido alhures, por algures, e do qual o “sócio-dono” deve ainda apropriar-se, rapidamente, dizendo “eu faço, eu sou”; mas sim, de *conceber* o próprio processo. Até porque, no primeiro caso, se o trabalhador não consegue aproximar-se do modelo produzido à sua revelia, automaticamente acredita que *deve haver algo de errado com ele ou ela*. Isso remete imediatamente às empresas

¹³ Essa problemática foi levantada pela professora Dr^a Jaqueline Tittoni, durante sua arguição na minha banca de exame de qualificação, em março de 2003, e tenho procurado desenvolvê-la.

capitalistas, que idealizam modos de gestão e exigem aderência imediata e completa, conclamando a psicologia a contribuir nesse projeto. Apontar essas contradições nos grupos da economia solidária pode ser um dos caminhos para a ciência psicológica no curto prazo. Também, a psicologia que deseja inserir-se como parte do processo de produzir a gestão, pode contribuir buscando processos de gestão que se constituam através de ecologias, de reconhecimentos, de espaços de formação. Não formação como “colocar em formas, formatar”, mas como discussão, num modelo pedagógico crítico, em busca desse processo até então nebuloso, da autogestão. Uma espécie de gestação da gestão, para obtê-la re-nata, ou renascida como “filha” de todos os seus articuladores/idealizadores.

Modos singularizados (e singularizadores) de organizar o trabalho

É de extrema importância que a organização do trabalho permita a singularização do sujeito que trabalha. A singularização significa o processo no qual o sujeito se converte em agente de criação e ruptura (Rey, 2003). A singularização no trabalho vai passar, também, pela possibilidade de vivências dialógicas, que se são sofridas, - e o sofrimento sempre estará presente, como a dimensão pática¹⁴ da experiência - pelo menos não impedem os processos singulares de apreensão das vivências.

Pelos resultados obtidos, aparentemente os atores tentam, através do ensaio e erro, único método disponível em seu contexto, construir um espaço-tempo de trabalho mais diverso e justo, não sujeito exclusivamente às leis de valor capitalista, que constitui em seu imaginário uma utopia que os identifica com um certo projeto de sociedade justa e fraterna. Mas esbarram, o tempo todo, nos modos de produção de poder, que são também modos de subjetivação ou produção de subjetividade.

Mudar formas de ser e agir pode mostrar-se tarefa extremamente árdua e penosa, vinculada aos processos inconscientes, que são muito difíceis de acessar. Isso poderia explicar porque mesmo as pessoas identificadas com projetos solidários - como a própria pesquisadora, - têm tanta dificuldade em mudar hábitos de consumo. Afinal, está-se falando da produção de subjetividade serializada, massificada por sistemas simultaneamente humanos e não-humanos (relacionais/institucionais, maquínicos, midiáticos) (Guattari, 1992). É mesmo muito difícil deslocar-se na direção da heterotopia,

¹⁴ Dimensão do *pathos*, como sofrimento - ou paixão - inerente aos processos humanos.

e talvez outra das possíveis iniciativas da psicologia seja minimizar a culpa por essa dificuldade.

Não só o trabalho é atingido pela configuração contemporânea; na contemporaneidade, o apelo simbólico da mídia e das formas mercantilistas de aguçar o desejo, ou sobre o como se deve ser e existir, é muito forte. Seria o que Habermas chamou de colonização do mundo da vida. É forte sobre o corpo: Ele deve ser um “produto excelente”. Há que produzi-lo como tal, nem que seja preciso usar um bisturi e suportar dores lancinantes em pós-operatórios de risco. É forte sobre o paladar: Precisamos das comidas mais gostosas, do chocolate mais atrativo, do leite condensado mais açucarado, do hambúrguer *fast-food* mais gorduroso, mesmo que o excesso de peso prejudique a saúde, e depois precisaremos sempre da última dieta mais rápida e eficaz para perder peso, que é só mais um produto a ser consumido. É forte sobre tudo que nos faz mover na vida. Mudar o modo de consumir, ou de nutrir, ou de trabalhar, é mudar a vida. Mudar o modo de trabalhar é avançar no processo emancipatório, é a própria heterotopia proposta por Boaventura Santos. É deslocar o âmago daquilo que desejamos, um dia, nos tornar. Pode ser um projeto que vale a pena, por mais que implique em momentos difíceis tentando lutar com os minotauros do labirinto, ou com os caixões à espreita.

Mas o mais interessante de tudo e que corrobora a proposição de Hannah Arendt sobre a faculdade humana do recomeçar, é que sempre é possível transformar. Mesmo se o caixão aniquilar uma experiência, um desejo, uma tentativa, é sempre possível - e plausível, além de desejável, recomeçar - e é exatamente o que os sócios da nova cooperativa fizeram, provando que sua luta com os minotauros não é vã, é parte de sua experiência e da sua contribuição para a comunidade humana.

Faz-se necessário, e poderia ser assumida pela psicologia do trabalho na transição paradigmática, uma análise específica sobre como o poder circula no espaço laboral, como mostra-se impeditivo de relações solidárias, ou como, ao contrário, poderia ser produtor de outras condições de possibilidade para os trabalhadores da economia solidária fazerem suas deslocamentos heterotópicos. O poder como luta contra as condições dadas ou como dominação, eis o jogo que pode propiciar oportunidades de deslocamento e mudança (com potencial emancipatório) para os grupos envolvidos no processo.

Vindos de lugares tão heterogêneos, com desejos e histórias singulares tão distintas, os sócios do empreendimento têm enorme dificuldade em viver posições de sujeito diversas, em empenhar-se em relações de poder no modo abertura de novos caminhos, relações de autoridade compartilhada, que expandam o labirinto e destruam

algumas de suas paredes, ou as tornem mais largas, passíveis de serem percorridas junto com os companheiros e companheiras de jornada. Afinal, os trabalhadores e trabalhadoras possuem preocupações comuns, necessidades e desejos comuns, nas suas diferenças; aqui poderia ser aplicada a teoria da tradução. Identificar, traduzir essas preocupações isomórficas, para possibilitar a identificação. Volto à questão da tradução quando discutir o problemas das redes, logo adiante.

A psicologia deve então considerar, e problematizar mais intensamente, essa grande dificuldade em alterar posições e em potencial abertura de novos caminhos no campo laboral. Aqui talvez resida uma das chaves para se conseguir modos singularizadores de organizar o trabalho. Por que é tão difícil mudar? Por que torna-se conflituosa e sofrida a experiência de formas alternativas de organização do trabalho, que em tese permitiriam um espaço público aberto a diversos modos de ser sujeito, ou de recusa da posição de objeto? O instrumental da psicologia estará adequado para dar respostas satisfatórias para as indagações que fiz e para o problema que investigo nesta pesquisa? Será que somos meros processadores de informação reprogramáveis, ou será que somos fluxos contínuos de transmutações? Ou será que não somos nada do que a arrogância das nossas teorias afirmam com a superioridade que atribuem ao saber que produzem? Saber esse que funciona como um processo de subjetivação, ele mesmo; e que, obviamente, gera suas resistências e desdobramentos. Mas é preciso questionar porque uma determinada linha de ação parece impossível, impensável, ou é excluída; as relações só se tornarão emancipatórias quando o questionamento obtiver êxito, e as ortotopias – lugares de reprodução de trocas desiguais – virarem heterotopias, ou lugares de trocas emancipatórias e capacitantes.

Essas são preocupações contundentes, posto que o instrumental da psicologia entrou em crise junto com a epistemologia moderna, aquela que criou a divisão e organização do trabalho moderno, que agora lutamos para transformar, enveredando pelas ruas do labirinto para, desolados, vermos que saímos no mesmo lugar: Nas mesmas relações de trabalho viciadas no cacoete do sistema capitalista (narrativa 4). Mas o poder não é fixo, ele circula em constelações de relações, nunca totalmente previsíveis, polifônicas e polimorfas, a exemplo do trabalho e seu lugar na vida das pessoas. Dessa forma, temos margem de manobra para trabalhar a resistência aos modos desiguais de produção de poder.

Diante das tentativas de aprofundar o entendimento do campo-sujeito que investigo, tanto em termos de produção de poder como de outros elementos, apresento

agora um possível mapa de estrutura-ação da economia solidária, baseado no trabalho de Santos (2000, p. 273).

Quadro 3- Mapa da estrutura-ação do espaço-tempo da economia solidária

	Unidade de Prática Social	Instituição	Dinâmica de desenvolvimento	Forma de poder	Forma Epistemológica
Espaço-tempo dos Empreendimentos Solidários	Atendimento das necessidades da comunidade de cidadãos/clientes/sócios	Cooperativas; Associações; Comunidades; ONG's.	Primado da cooperação sobre a competição; Maximização da solidariedade e da sustentabilidade ambiental; Geração de renda para inclusão social; Consumo ético; Maximização do valor de uso dos produtos.	(Em tese) Autogestão; Partilha nas decisões; Autoridade compartilhada; Simetria de recursos. (Nesta experiência) Heterogestão; Relações autoritárias; Assimetria de recursos	Cultura cooperativa; Busca da Cidadania; Educação para o consumo consciente e crítico; Solidarismo.

Excluí do modelo do quadro somente o aspecto relativo ao direito, que não pretendo abordar aqui e que o autor aborda centralmente, nos seus mapas de estrutura-ação que serviram de base para este. Na busca de modos de produção de poder mais capacitantes e permissivos do que incapacitantes e restritivos, dá-se a própria psicossociologia das ausências, cuja busca é revelar a diversidade das práticas sociais, credibilizando os modos diferentes de relacionar-se e opondo-se ao domínio de modos autoritários.

A idéia de que a vida de cada um dos participantes, na sua dignidade e unicidade, possa ser experienciada num coletivo permissivo, singularizador, inclui a certeza de que tal só ocorrerá a partir de tensões; estas serão sentidas ora como dolorosas, ora como estimulantes. É preciso, portanto, desistir de intervenções adaptacionistas, anti-conflito, pois estas últimas constituem somente mais uma relação de troca desigual, mais um engodo anti-singularização. As teias de afinidades e de cumplicidades podem tecer-se em processos permissivos à singularização, tanto através de tranqüilas convergências como de inquietantes divergências, ou mesmo de perturbadoras dissidências; o baluarte ético que impede a dominação de arborescer, nesse contexto, também deve ser construído dialógicamente, no coletivo, como parte dos processos de gestão do empreendimento. Estes necessitam de espaço e de tempo, para transformarem-se.

Acredito que através de uma hermenêutica diatópica e de processos de tradução levados a cabo pelos atores envolvidos, poderiam ser constituídos novos modos de produção de poder. Poder que abraze novos caminhos, exercido em redes complexas de semantização do mundo. Redes de materialidades e imaterialidades. Redes que pudessem ser trans-escalares.

As redes

No âmbito societal e mercadológico, as redes que se formam são ainda precárias, criando relações de dependência onde se um empreendimento perde um cliente, está condenado ao fracasso, como no caso dos produtores de alvejante que com a falência do Compras Coletivas viram-se sem mercado para seu produto. A ecologia das trans-escalas é a possibilidade de escalas locais efetivarem-se como alternativas credíveis, como agentes de disputa por espaço na esfera pública dos mercados consumidores de serviços e produtos, passando a compor redes mais amplas. Esse achado em particular reafirma outros advindos de pesquisas anteriores, como podemos ver em Santos & Rodrigues (2002, p. 66):

Como mostram todos os casos incluídos nesse livro, o risco de cooptação, fracasso econômico ou desvirtuamento dos projetos alternativos é muito elevado. Como também revelam os estudos de caso, a solução mais adequada para contrariar essa fragilidade é a integração das iniciativas em redes compostas por outras iniciativas similares e por entidades diversas.

A economia solidária, pela sua própria lógica de resistência ao capitalismo hegemônico, poderosíssimo e até certo ponto vitorioso, é um empreendimento de risco, sem garantias; os empreendimentos não podem resignar-se em ficar com migalhas, mas devem desenvolver estratégias que os fortaleçam. Isso inclui poderem-se auto-criticar, lembrando que todo conhecimento é auto-conhecimento, e que uma teoria crítica tem de ser em primeira instância crítica de si mesma. O alternativo não é necessariamente o bom, o que exigirá análise e auto-reflexividade das comunidades interpretativas.

Para tanto, a inserção em redes mais complexas e abrangentes faz-se visceralmente necessária. Neste aspecto particular, lembro a teoria da tradução, ainda uma vez: É importantíssimo gerar inteligibilidade entre diferentes organizações que compõem as redes, para que as preocupações e necessidades isomórficas fiquem bem claras, facilitando

processos de identificação e solidariedade. As redes nas quais se inseria o Compras Coletivas, por serem articuladas de modo local, sem alcance maior em termos de consumo, crédito, ou ainda outros serviços de suporte e formação, não deram conta de manter o empreendimento funcionando.

Esse é o problema das escalas, pois como colocam Santos e Rodrigues (2002, p.29) o mapa das experiências no campo da produção alternativa é vasto e variável, incluindo “desde organizações econômicas populares constituídas pelos setores mais marginalizados na periferia até cooperativas prósperas no centro do sistema mundial”.

Outro ponto a ressaltar na questão das redes, que corrobora a necessidade de procedimentos de tradução, é que elas não são formadas somente por organizações da economia solidária; são formadas entre elas e mais uma infinidade de outras organizações, uma miríade composta por empresas capitalistas, associações, conselhos populares, instâncias estatais etc., possivelmente refratárias a um entendimento mútuo; é preciso, então, criar inteligibilidade entre elas. Pensando em Mance (2003), a ambição de solidarizar a rede em todas as direções deve estar presente.

Acredito que seja somente na forma de rede que os empreendimentos podem não somente se fortalecer enquanto tal, mas fortalecer o modo de vida que eles próprios representam, ou desejam representar. Ampliar a rede é cooptar, entre os cidadãos comuns, usuários de produtos solidários. Para isso é necessário mostrar-se inteligível enquanto alternativa solidária válida e importante, e não como excentricidade sem tanta importância, que jamais será alternativa credível diante de grandes redes de supermercados, no caso do Compras Coletivas, ou agora da Ética e Ação Popular.

Solidariedade não é possível sem inteligibilidade e sem credibilidade: Estas podem ser geradas através da tradução. Gerar cumplicidades positivas, relações de reciprocidade, na descoberta de convergências antes não identificadas, o que poderia estar impedindo a participação nas redes solidárias. A sua ampliação pode ajudar a expandir as paredes do labirinto, permitindo até que eventuais saídas sejam construídas.

Ao tornar mais incômoda a reprodução e hegemonia capitalistas, os empreendimentos, mesmo com brutais diferenças escalares, poderiam estar contribuindo na transição paradigmática societal. Mesmo que surjam e participem *do* e *no* contexto capitalista, estarão “criando enclaves de solidariedade no seio do capitalismo” (Santos e Rodrigues, 2002, p. 30). Dos mesmos autores, “O vínculo ente o local e o global pode ajudar a avançar na promessa frustrada do cooperativismo como forma de globalização contra-hegemônica” (p.62).

Tento apresentar agora, em forma de esquemas gráficos, as principais questões levantadas a partir da análise hermenêutica do registro empírico disponível.



fig. 5 - ESQUEMA GERAL DAS INTERPRETAÇÕES:
O trabalho e o sujeito
nessa experiência de
economia solidária

5.1 Esquema do empreendimento

Ausência de formação baseada em uma pedagogia crítica e dialógica

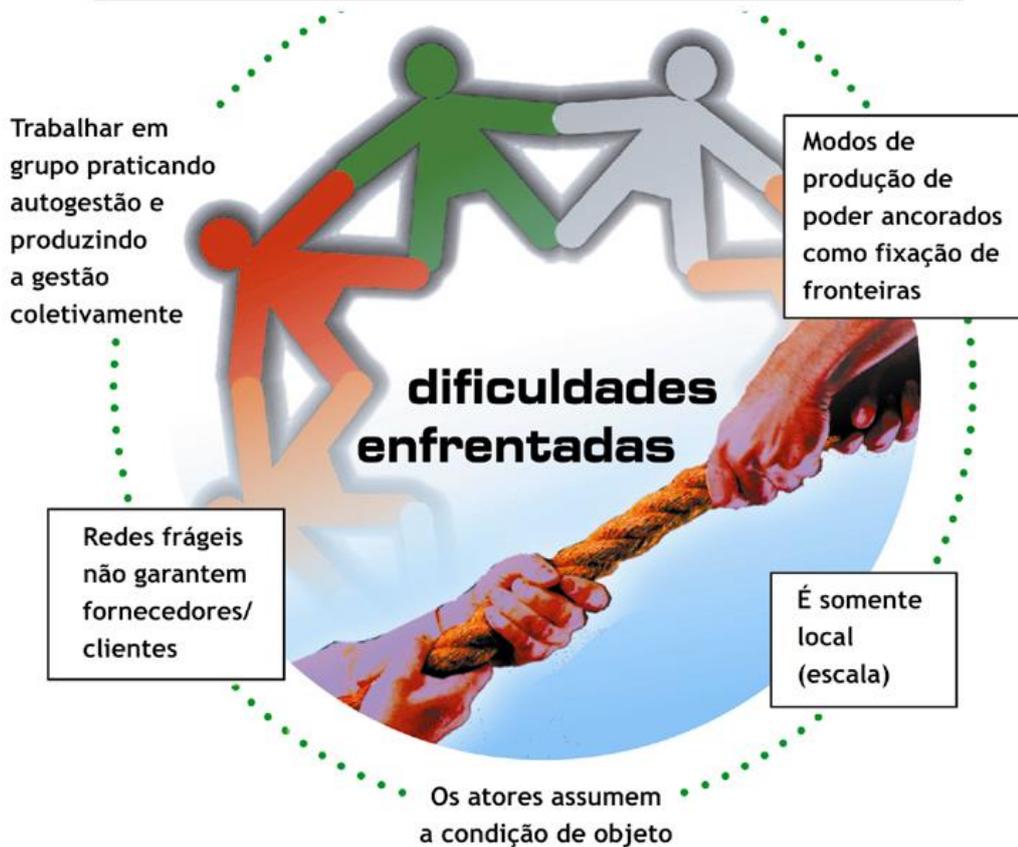




fig. 5 - ESQUEMA GERAL DAS INTERPRETAÇÕES:

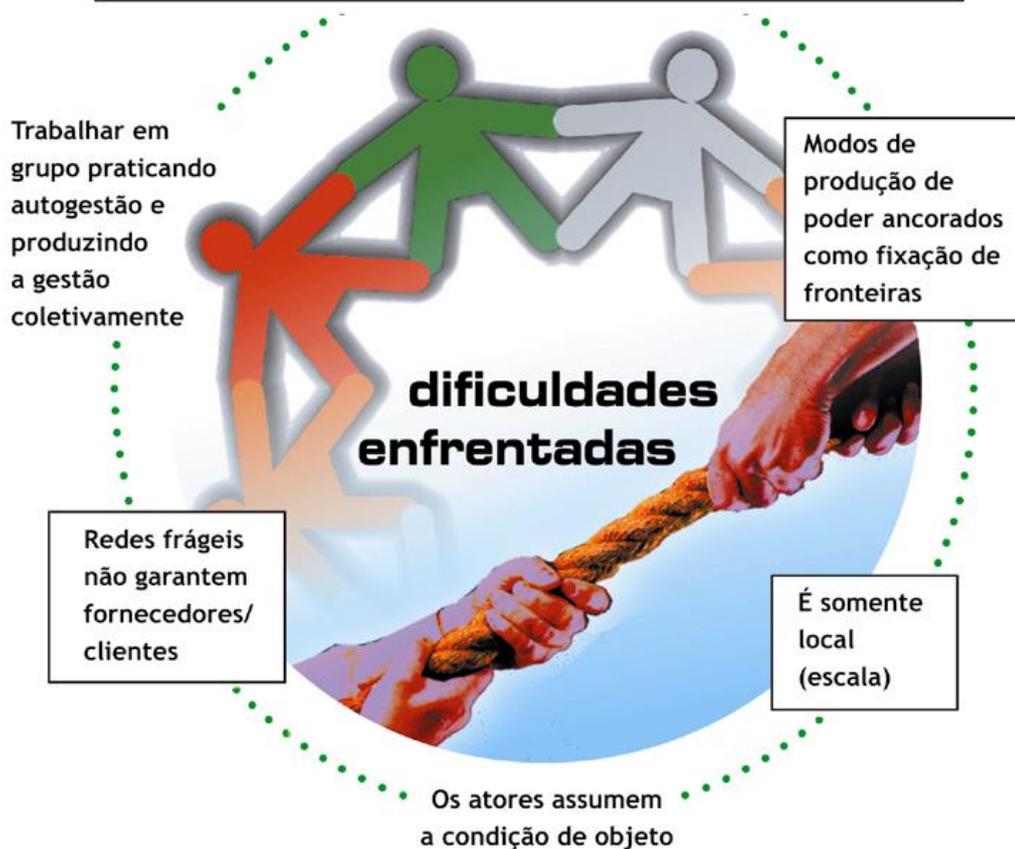
O trabalho e o sujeito

nessa experiência de

economia solidária

5.1 Esquema do empreendimento

Ausência de formação baseada em uma pedagogia crítica e dialógica





5.2 Esquema das demandas (externas e internas)

Autogestão também significa autonomia.

Chamada à autonomia, em sujeitos que experimentaram repetidamente relações de poder no modo fixação de fronteiras; não estão apropriados dos sentidos da autogestão; são chamados a trabalhar na gestão, mas não produzem a gestão.

**demandas
prescrições**

Os trabalhadores devem ter a capacidade e o poder de decisão sobre tudo o que acontece na empresa: metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal, etc.

Devem ter capacidades e dominar saberes de áreas diversas, que envolvem um rol de habilidades e conhecimentos impossíveis de serem adquiridos por decreto, em curto espaço de tempo.

Os empreendimentos autogestionários têm como dono o próprio trabalhador. Cada dono deve conhecer a empresa na qual trabalha e ter pleno conhecimento das possibilidades e limites de seu poder de decisão.



Experimentação de angústia e sentimento de impotência ao lidar com situações de decisão e de relações de poder; Dificuldade mesmo de pedir informações sobre a "sua" empresa; Não sentem-se, efetivamente, donos. Estão ensaiando um tipo idealizado de relações solidárias e justas. Atribuem a si a culpa pelo "erro".



5.3 Esquema da vivência subjetiva

Trocas intersubjetivas

Dicotomia orador x auditórios;
fraca dialogia

Espaço-Temporalidade

Perplexidade, labirinto que parece trancar, impedir a fluência no espaço e no tempo

Posição de sujeito

Dificuldade em assumi-la;
Possibilidade a ser agenciada; presença da capacidade de recomeçar

Subjetividade

Conflito ortotopia x heterotopia, massificação x singularização

Alteridade

Modelo, expectativa, decepção, esperança

**vivência
subjetiva**

Poder

Estabelecimento de relações mediadas por trocas desiguais



5.4 Esquema da dimensão propositiva

Dimensões

Ética (solidariedade); Política (participação);
Estética (encantamento, autoria)

Posição de sujeito

Assunção completa da recusa em
ser objeto; autoria individual

Espaço-Temporalidade

Construção das ecologias;
dedicar tempo aos processos
dialogicos e à experimentação

**possibilidades
proposições**

Inserção em Redes

Trabalho
minucioso e
constante de
inserção

Alteridade

Perspectiva da
troca, da negocia-
ção, da tradução;
alta dialogia

Formação

Ressignificada; não botar em novas
"fôrmas", mas aprender a navegar
nos novos territórios do trabalho
solidário; novíssima retórica em ação

Subjetividade

Singularização;
heterotopia





5.5 Esquema da trajetória "Do Compras Coletivas à Ética e Ação Popular"



A posição de identidade solidária é algo obrigatório; não ser solidário é vergonhoso
"A gente é viciado no sistema capitalista!"

Encontram-se rumo a uma construção diferente, buscando a identidade solidária ressignificada

"Vamos começar com o pé direito dessa vez. Não é fácil, tem muita competição entre as cooperativas; se fizesse diferente, se propusesse a dividir..."

A Autogestão é imposição e solidão

"Autogestão é solidão". "Não teve preparo, ninguém explicou nada..."

Tentando navegar no território minado por demandas inalcançáveis, sentem-se perdidos no labirinto

"...se sente parado porque corre, corre, e não sai do lugar... vai aqui, vai ali..."

O movimento é semantizado como um re-nascer

"Como é o nome dela? 'Renata'. Sabia que quer dizer renascida? 'É, ela nasceu junto com a nova cooperativa'."

trajetória

Experimentam angústia e frustração

"Houve mais erros do que acertos... Pra nós foi muito difícil (...) O problema foi o despreparo da gente."

Procuram novos caminhos para trilhar o labirinto, mais seguros, mas com extrema dificuldade

"O que viemos fazer aqui hoje é o primeiro passo pra um recomeçar... Chamamos essa reunião pública pra vocês nos ajudarem..."

Autoculpabilizam-se e autodepreciam-se nesse processo

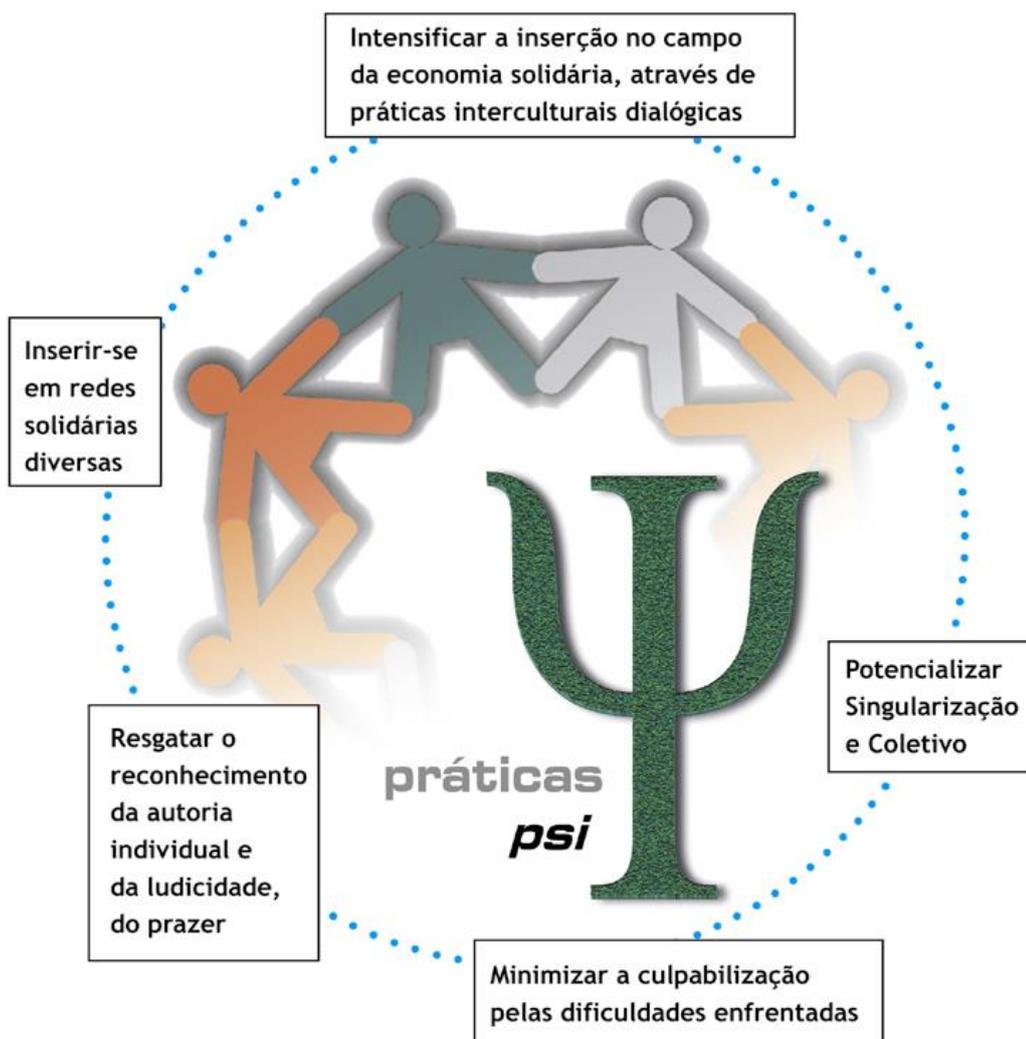
"Não somos empreendedores. Não somos auto-sustentáveis."

Desejam recomeçar, sentindo que num coletivo mais potente seria possível

"A gente tem que cair pra depois levantar. Tem que reunir o grupo, discutir o que pensou, onde é que tá pegando..."



5.6 Esquema da inserção da psicologia



Como se vê, não é fácil procurar dar conta de tão complexas configurações, mas trilhar possíveis caminhos alternativos nesse sentido demanda articulação e cooperação por parte de diversas instâncias, da micro à macro-política em muitas direções.

No que se refere ao campo da formação, da educação para enfrentar labirintos e demandas, há mais uma questão a discutir. Como Santos e Rodrigues (2002, p.64) concluem, em suas nove teses sobre as alternativas da produção, no volume de 512 páginas sobre modos de produzir e viver não capitalistas, “os processos econômicos e sócio-culturais-educativos estão profundamente interligados, demandando um encaminhamento amplo e plural”. Entender a formação para a economia solidária como a formatação de um novo trabalhador, é tirá-lo de uma fôrma de bolo e pô-lo em outra. A formação não pode ditar modelos de democracia e solidariedade, mas tem de propiciar sua vivência, apropriação, eventual subversão, retomada, enfim, processos mais compatíveis com o sujeito desejante, faltoso e contraditório que visa educar e formar para o trabalho solidário.

A novíssima retórica dialógica entra em ação como forma de criar a comunidade interpretativa no *setting* laboral. A democracia interna - e o estudo sobre o Compras Coletivas é paradigmático no que diz respeito a essa tese - é a base para transformações comunitárias e sociais a partir desses empreendimentos. A impossibilidade de superar o modelo “manda quem pode, obedece quem precisa”, parece ter sido uma das causas principais dos problemas da cooperativa. O conhecimento alternativo, bem como a democratização do conhecimento, ainda mais criticamente no Sul, onde as desigualdades de formação são imensas, é fundamental. Insiste-se na pedagogia crítica como caminho para minorar tais assimetrias, que criam situações onde o caráter ideológico, no sentido de Thompson (1998), é evidente.

Conforme Quijano (2002), a democracia requer um contexto onde o próprio sistema de autoridade deseje um controle democrático da autoridade, e isso só pode ser estabelecido em bases relacionais de comunidade/reciprocidade. Para alterar as condições atuais, são necessárias ações combinadas e novas parcerias ao nível do Estado, dos empreendimentos, dos consumidores, de toda a sociedade, enfim. Na perspectiva da psicologia, isso implicaria em novos processos de subjetivação, ou no exercício de novas formas de ser sujeito dos processos sociais, democráticos, laborais, familiares, produtivos, de consumo, de nutrição, geracionais, sexuais, e de tudo mais que nos mantém a vida em sociedade. Para recriar a promessa de emancipação social, há que recriar a subjetividade que anima cada pessoa na sua singularidade (Santos, 2000).

A subjetividade heterotópica

Transformar processos de subjetivação implicaria em expandir a compreensão ocidental de mundo, cuja racionalidade impotente, arrogante, metonímica e proléptica - tanto em bases liberais-positivistas como materialistas-históricas - determinou o que seria válido e o que não seria, reduzindo o campo das experiências credíveis e portanto legítimas.

Trazer as ausências para serem presenças, em relação aos modos de viver e trabalhar, é uma perspectiva que pode abrir horizontes fecundos, na busca de espaços-tempo abertos à partilha de poder, ao mesmo tempo que permitam a singularização e autoria de sujeito individual, reconhecidas de público.

Reunir num mesmo espaço-tempo elementos que permitem a singularização, pode constituir-se como um projeto de subjetivação na psicologia da transição paradigmática. Num exercício de imaginação, vejamos como poderia ser tal projeção, no esquema que segue:

Quadro 4 - Mapa de estrutura-ação dos espaços-tempo mistos

	Unidades de Prática Social	Instituições	Dinâmicas de desenvolvimento	Formas de poder	Formas Epistemológicas
<p>Espaços-tempo mistos, simultaneamente locais e globais, em bases de Reciprocidade Solidária;</p> <p>Espaço-tempo que permite a singularização, qualquer que seja a sua constituição e materialidade</p>	<p>Busca de reciprocidade sexual, geracional, racial, étnica, religiosa;</p> <p>Minimização da diferenciação desigual na questão “classe”;</p> <p>Rede ampla e solidária de clientes-consumidores-produtores-prestadores de serviços;</p> <p>Busca da maximização da cidadania e reconhecimento para todos;</p> <p>Comunidade humana global.</p>	<p>Diferentes formas de família;</p> <p>Empreendimentos vários: empresa, cooperativa, associações;</p> <p>Mercados locais e globais regulados e democráticos, primazia do conceito de comércio justo;</p> <p>Estados democráticos, responsáveis e soberanos;</p> <p>Comunidades em formas diversas, vizinhança, organizações de base popular;</p> <p>Igrejas e/ou associações de credo religioso;</p> <p>Sistema inter-estatal, organismos internacionais que efetivamente condenam crimes cometidos contra a humanidade, tratados internacionais que garantam justiça global para a comunidade humana.</p>	<p>Maximização da afetividade;</p> <p>Busca da sustentabilidade ambiental e comunitária;</p> <p>Busca de identidades de pertença, não rígidas;</p> <p>Busca de parcerias;</p> <p>Busca da eficácia;</p> <p>Minimização da mercadorização das necessidades;</p> <p>Trocas igualitárias entre agentes não-desiguais, embora heterogêneos.</p>	<p>Troca igualitária;</p> <p>Igualdade no que inferioriza, reconhecimento da diferença no que massifica;</p> <p>Democracia-sem-fim;</p> <p>Busca da ação comunicativa;</p> <p>Liberdade de diferenciar-se e singularizar-se;</p> <p>Minimização do fetichismo da mercadoria;</p> <p>Primado do “matrimônio” sobre o “patrimônio”;</p> <p>Novíssima retórica como estratégia argumentativa.</p>	<p>Fluidez entre tradição e inovação;</p> <p>Trocas igualitárias entre conhecimento global e conhecimento local;</p> <p>Busca do conhecimento prudente para a vida decente;</p> <p>Não dicotomização entre sujeito-objeto do conhecimento;</p> <p>Perspectiva eco-feminista;</p> <p>Ciência pós-moderna.</p>

Esse esquema é formulado na perspectiva do pensamento utópico. Isso significa que adentrei o campo do *ainda-não*, daquilo que fica como legado negativo do passado, do que poderia ter sido construído mas não o foi (Bloch, 1995). Além disso, como referiu Santos (1996, p. 324), não é da natureza da utopia ser realizada, embora algumas idéias utópicas eventualmente o sejam; ela é a metáfora da hipercarência, e demanda uma arqueologia virtual do presente, para identificar o que há de comum com ela, a ser potencializado. As condições de potencialização, de um lado, são fornecidas pela nova epistemologia e pela nova psicologia, ou fundamentalmente, pela nova subjetividade.

Nos marcos sociais propostos no espaço-tempo misto - ou espaços-tempo, no plural, - poderiam emergir novas formas de subjetivação. A subjetividade capaz de

insurgir-se contra a indolência da razão única, situa-se naquele espaço onde o sujeito resiste e se recusa a ser objeto. É a não desistência do desejo de cartografar novos caminhos. Tais processos de produção de subjetividade e o sujeito que advém deles, porém, estão longe de dar-se sem sofrimento e muito aprendizado conjunto. Inconformidade é seu motor, mas os seus contornos só podem delinear-se articulando o campo cognitivo, emocional e relacional no plano do mundo vivido; na ausência evocada pela falta que instiga o desejo, ou que *é* o desejo (Pellegrino, 1988), o qual joga o sujeito no mundo para apreendê-lo e apreender-se. Sendo que a única forma de fazê-lo é apreender o outro. O processo de subjetivação possível nessa direção eu entendo como uma heterotopia.

A subjetividade - e os processos de subjetivação que a permitissem - capaz de realizar a deslocação radical da heterotopia, na direção do espaço-tempo em aberto, a ser preenchido com liberdade e solidariedade, poderia ser denominada como *subjetividade heterotópica*. A idéia de um sujeito ativo, participante - capaz de ir para uma discussão, por exemplo, uma assembleia com seus pares, disposto a ouvir e ser ouvido, mesmo que exposto a muitas contradições e desencontros na tentativa da novíssima retórica - é parte desse deslocamento, da possibilidade de mudar de lugar para poder ver o lugar do outro.

Também da heterotopia tem de ser constitutiva a noção de cuidado, como uma relação onde a ação de um resulta no bem-estar de outro. Essa seria a garantia da dimensão ética da deslocação, não necessariamente presente no pós-moderno celebratório, mas sempre presente no pós-moderno de oposição. O cuidado é uma categoria das mais importantes na psicologia, posto que é condição da existência dos sujeitos e do mundo em que vivem. Cuidado de si, do outro e da natureza (perspectiva eco-feminista) como constitutivos de práticas de liberdade e solidariedade.

O caráter aberto dessas tentativas, sua existência enquanto processualidade torna impossível uma análise definitiva e generalizável, tão ao gosto da razão metonímica, arrogante e proléptica. E destaque, como um achado importante, que por mais que o caixão possa trazer a morte de certas tentativas, o sujeito - que eventualmente aceita o lugar de objeto - está de alguma forma posto como *possibilidade* de emergência. Emerge das tentativas de recomeço, que são, afinal, possibilidades concretas. Embora devamos morrer, nascemos para transformar. Mais uma vez, o renascer da cooperativa nos advertiu que a potência está lá, a ser agenciada. Se sobrevier uma nova morte, poderá sucedê-la um novo recomeço.

A deslocação, feita às cegas quando o método é a tentativa e o erro, pode levar à muitos sofrimentos, mas que de qualquer maneira ensinam novas formas de fazer, ou de não fazer, e podem resultar em aprendizagens importantes na transição societal. Se é impossível sair do labirinto, que ele seja trilhado através de parcerias, sem pressa, sem solidão e valorizando as aprendizagens do presente vivido. Soluções diversas são, portanto, demandadas. Cada solução, ou encaminhamento, ou cada *parte* pode ser considerada uma *totalidade*, dentro do universo inesgotável de possibilidades humanas.

O quadro dos espaços-tempo que apresentei é aberto, podendo ser preenchido de forma criativa e despreziosa, de muitas maneiras diferentes. A emergência do sujeito dar-se-ia dos próprios processos concretos de tradução, um sujeito que não se pode definir por *aprioris*, sobre o qual não se pode ter a verdade na mão, como pretende a psicologia verificacionista, mas que pode se reinventar a partir das incompletudes reconhecidas e do movimento que tal reconhecimento provocaria, um sujeito que se poderia definir, imprecisamente, enquanto busca-se uma definição mais satisfatória, como “eutro”.

Partindo do pressuposto da incompletude das culturas e alternativas (Santos, 2002), elas sempre podem ser enriquecidas com elementos umas das outras. Justamente por isto é que o trabalho na economia solidária pode ser reinventado não como ruptura total, mas como reconstrução em cima de um cabedal de saberes já existentes. Mas esse enriquecimento pressupõe troca igualitária, não relação de colonialidade. Quanto à epistemologia colonial, sua forma de conhecer é limitada, pois percebe-se totalmente destacada do objeto que pretende abordar.

Na transição epistemológica, há que transformar a relação com o objeto do conhecimento. Vejamos as belas palavras de Hélio Pellegrino (1988, p. 122):

Se pretendo conhecer um objeto, é necessário que me abra a ele, para que no espaço da abertura que lhe ofereço possa advir sua desocultação. O surgimento da verdade do objeto é consequência do amor com o qual *con-sinto* a sua existência. (...) A verdade é relação, enredamento, tecido de pertinências que se entrecem.

Uma vez em curso a transição epistemológica que permita ao sujeito emergir diferenciado de práticas concretas, a transição societal também efetiva-se, pois conhecimento libertário tende a gerar prática libertária. Talvez não fosse necessário renunciar ao conceito de “verdade”, como querem as correntes celebratórias, mas sim ressignificá-lo, a partir da criação da inteligibilidades através da hermenêutica diatópica e da tradução. Objetivando a formação de redes mais fortes e potentes, tal inteligibilidade

seria vital, para que a subjetividade heterotópica emergisse e se produzisse nos diferentes espaços-tempo, sejam eles constituídos em movimentos sociais, campos de economia alternativa ou quaisquer que fossem as experiências em questão que pudessem, ao articularem-se, compor redes de consumo e produção de bens materiais e imateriais, apoio, educação e afeto.

Os *topoi* do Sul, da fronteira e do barroco seriam apenas inspirações, possibilidades que engendrassem resistências específicas às subjetividades serializadas e capitalísticas de Guattari. Outros *topoi*, insuspeitos e ainda desconhecidos, baseados na idéia de dignidade humana, poderiam emergir de interações humanas que fossem passaportes para a liberdade, não para a dominação.

Saberes e contra-saberes

É preciso, contra o saber, criar saberes; e contra os saberes, contra-saberes (Santos, 2000). Até porque, como me dei conta durante a produção do relatório da tese, a transição paradigmática é ela própria um labirinto. Plena de novas proposições, não é fácil discernir as versões emancipatórias dos seus simulacros regulatórios. Cartografar os novos mapas é tarefa desafiadora; mas receio que não nos reste outra escolha, pois não fazê-lo implica em aceitar a realidade como esgotando-se no que já existe.

Como reflexão final, mais uma vez voltando à especificidade da psicologia do trabalho, meu mote principal, cabe colocar a necessidade de estarmos sempre prontos e prontas a gerar contra-saberes, adquirindo maior facilidade para nos liberarmos de dogmas epistemológicos.

Como isso implica uma ruptura com os modos de fazer psicologia tradicionais - que contribuem para manter o sistema à custa das relações de trabalho e produção vigentes - são poucos os profissionais da psicologia que buscam a ruptura. São encontrados na universidade, ainda um caldo de cultura para a produção de conhecimento crítico - pelo muito que se esforcem por impedi-lo os agentes mercantilizadores da educação, - talvez em número considerável. Nas empresas capitalistas aparecem em número reduzido, pela própria natureza das demandas empresariais. Entretanto, na falta de dados mais precisos e na impossibilidade de obtê-los de momento, não podemos arriscar nenhuma afirmação definitiva nesta direção. Além disso, é certamente possível engendrar formas de resistência

e singularização no seio da empresa capitalista; mas essa é uma posição dilemática e difícil de conduzir, afirmo baseada em minha própria experiência.

Pensando na tríade práticas-ensino-pesquisa, e voltando ao tema da psicologia do trabalho, ainda temos lacunas importantes no ensino da disciplina, como mostrou a pesquisa de Freitas (2002) realizada em universidades públicas e privadas, com professores de psicologia organizacional e do trabalho nos estados brasileiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Predominantemente, apareceram vertentes ligadas ao atendimento da demanda de mercado hegemônica, tanto nas universidades particulares quanto nas públicas. O estudo teve um cunho qualitativo, não possuindo construção de amostragem ou pretensões de generalização, e objetiva a reflexão sobre as práticas *psi* no campo acadêmico, especialmente aquelas ligadas à questão laboral.

Passadas duas décadas da incorporação dos conceitos histórico-críticos, psicanalíticos e epidemiológicos, dentre muitas outras contribuições, que redefiniram o campo como a terceira face/fase de Sampaio (1998), a consciência do cunho político da atividade do psicólogo ou psicóloga do trabalho ainda não é predominante. O texto de Jaques (1999) sobre as contribuições diversas no campo da psicologia do trabalho, coloca que a multiplicidade de tendências *psi* no campo laboral representam universos de tendências, e buscar uma unidade seria tão equivocado como crer que haveria um único objeto para a psicologia. Coloca também a necessidade de entender a multiplicidade de abordagens enquanto inscritas num contínuo vir-a-ser.

Entretanto, também acredito na importância de fazer escolhas: Éticas, estéticas, epistemológicas, filosóficas. Estas escolhas, neste momento, me levam para a tentativa de contribuir na direção de uma psicologia social crítica do trabalho. Os principais desafios situam-se no campo da exclusão do trabalhador da sociedade civil central, na sua exploração, nos tipos de relações de trabalho desumanizantes e injustas, na preocupação com a transformação da micro-política das relações no trabalho.

Sob a inspiração da psicossociologia das ausências e emergências, na busca de espaços-tempo libertários, produzir tal psicologia crítica não é apegar-se a modelos rígidos, mas poder experimentar o novo. As situações, em cada *setting* laboral específico, apresentarão uma gama própria de possibilidades de ação/ intervenção.

Ao testemunhar repetidamente, nas experiências como psicóloga do trabalho nas empresas, o uso predatório da força de trabalho (Leite, 1994) não poderia deixar de assumir como prática o contributo na construção do novo paradigma. Este texto, para usar

o dizer de Fonseca (2000, p. 195), inscreve-se “intencionalmente no campo da inconformidade”. A autora interroga como nos posicionaremos num quotidiano que produz, através da educação e da psicologia, estereótipos vários. Mas tal inconformidade pode ser vivenciada prazerosamente, no desfrute de relações cooperativo-solidárias, na inserção em redes comunitárias de aprendizado, as quais propiciem formas de educação conjunta, problematizadora. A problematização enriquece, compromete, criticiza, complexifica a relação do sujeito com o mundo.

Seria uma re-construção diária de práticas, paradigmaticamente orientadas para a mudança social. Nessa dialética entre teoria e prática inovadora residiria a proposta do direcionamento para a psicologia social crítica do trabalho. Impossível dissociar essa proposta de uma cosmovisão, neste caso aquela que vê a pessoa como relação. Deixar a proposta excessivamente aberta, bem sei, pode ser perigoso; mas planejar demais, ao meu ver, é ainda mais arriscado.

Nada sabemos do futuro; não podemos planificá-lo, sob pena de o reificarmos. Mesmo o grande humanista, cristão, psicanalista, comunista e grande exemplo de dignidade moral, Hélio Pellegrino, homem do século XX que viveu todas as suas narrativas com muita amorosidade, que tanto admiro e que me tem inspirado repetidas vezes, mesmo ele cedia à razão proléptica, na sua versão esquerdista. Na belíssima crônica “A burrice do demônio”, o autor encantava-se com a simplicidade da água que jorrava, clara e generosa, na sua torneira, a cada manhã. Para que isto ocorresse, era preciso a articulação do trabalho e dos gestos de dezenas de pessoas. Ao referir-se ao fascismo de direita, à exploração e outras mazelas das ditaduras latino-americanas nos anos sessenta e setenta, concluía ele:

Não obstante, as fechaduras cedem. As portas, interdidadas e lacradas, se abrem. A lei democrática, ao fim das contas, acaba por prevalecer, contra a burrice demoníaca do fascismo. Deus está à esquerda, ao lado do povo pobre. O resto, a torneira matinal, com sua cega paciência, se encarregará de lavar. (Pellegrino, 1988, p. 124)

A inexorabilidade do sentido da história estava na base desse pensamento otimista. As coisas haveriam, afinal, de caminhar no sentido da justiça e da comunidade. O problema é que não podemos deixar ao fluxo inexorável da história ações que precisam ser efetivadas pelos sujeitos sociais, em suas práticas *no presente*, uma vez que o futuro é totalmente incerto. Indolência não era, de modo algum, o caso de Hélio, cuja vida foi um exemplo de militância e prática transformadora, nos níveis macro e micro-político; mas é

uma epistemologia perigosa, de qualquer forma, entender o futuro como necessário, até porque poucos de nós têm a grandeza de Hélio. Uma coisa é pensamento utópico propositivo, com base no *ainda-não*; outra é crer que se sabe do futuro, o qual necessariamente será justo. Por isto a teoria crítica pós-moderna procura expandir o presente, contraindo o futuro, pois não há fluxo inexorável de nada, há apenas possibilidades.

Portanto, para cada saber, há que criar contra-saberes. Não há receita para transformar, talvez apenas a de criar comunidades interpretativas, que possibilitem o livre pensar na esfera laboral, bem como o desenvolvimento de habilidades multiculturais e sócio-interacionais. Uma atitude mais potente para resolver problemas conjuntamente poderia ser um desenrolar interessante para as comunidades auto-reflexivas no trabalho.

A nova psicologia se constrói resignificando o conceito de comunidade. Para P. Guareschi (2002b), ela é o local onde todos são chamados pelo nome, isto é, possuem sua singularidade, mas são “eutros”; nem puro eu, nem puro outro.

A comunidade, agora segundo André Gorz (1998), é uma coletividade onde os membros estão ligados por uma solidariedade vivida, e vivida por sujeitos concretos (objetivados pela ação e pelo discurso). Gorz também discute a capacidade de referência afetiva e sentimento de pertença que a comunidade cooperativa possui. E ressalta que a cultura democrática de uma comunidade não nasce da validação de práticas, valores e tradições herdados, mas sim questionados e reavaliados, através de reflexões constantes sobre situações inéditas/problemáticas que se colocam. É certo, entretanto, que a história e a tradição têm seu papel importante na constituição dos sujeitos, não podendo os mesmos, a meu ver, delas prescindirem. É necessário uma ecologia dos saberes dentro da própria comunidade, mesclando tradição com inovação. Comunidade que seja positivamente “promíscua”, no dizer de Santos (1995) sobre o *topos* da fronteira, aberta à trocas e devires, onde uma única demanda poderia ser considerada universal: A da dignidade humana. E dignidade incluirá sempre liberdade e não-exploração, onde assimetria seja igual à diferença que singulariza, não à desigualdade que aniquila.

Quijano (2002, p. 508) pergunta-se: “Já existe hoje uma economia alternativa?”; o autor não hesita em responder que não parece haver respostas categóricas. A teoria crítica pós-moderna não tem ojeriza à falta de respostas categóricas. Uma vez que vivemos uma fase de transição, trata-se de relançar as bases de um debate, não de obter verdades finais. A busca de relações de poder enquanto autoridade partilhada; justiça na distribuição de recursos materiais e imateriais; considerar o desejo, a fluidez e a dimensão inconsciente do

humano, mas sem negar a possibilidade da ação comunicativa e da educação problematizadora; construir o saber conjuntamente. Tudo isso poderia compor uma agenda progressista para a psicologia. Não dogmatizar conceitos é muito importante para psicologia na transição paradigmática. E tantos de nós, pensando-se progressistas, acabam sendo dogmáticos.

Boaventura Sousa Santos, durante uma aula ministrada na Universidade de Coimbra, em 20/07/2003, trouxe um exemplo que vivenciou enquanto aluno de Nicholas Luhman; intelectual fantástico, valorosíssimo e brilhante, segundo suas próprias palavras, mas um teórico crítico moderno. Quando os alunos levantavam alguns questionamentos sobre a teoria que discutiam em aula, ele sacudia a cabeça, pesaroso, e dizia: **“Voltem à teoria dos sistemas. Está tudo lá; vocês é que não entenderam e precisam estudá-la com mais cuidado.”** Ocasionalmente, vejo intelectuais foucaultianos por um lado - ou marxistas ortodoxos por outro - fazendo exatamente a mesma coisa. Não está tudo em Foucault, não está tudo em Marx, não está tudo em Boaventura Sousa Santos. Trocas entre saberes pode ser um caminho a trilhar para lidar com essa falta permanente que nos acompanha.

Nos grupos junto aos quais atua, estejam as pessoas em questão empregadas formalmente ou não, cooperativadas ou não, a psicologia social crítica do trabalho pode multiplicar o estímulo ao empoderamento dos sujeitos sociais, nas suas dimensões individual ou coletiva. Paulo Freire (1997) referia que a exclusão era a “humanidade roubada”, na medida que impedia o sujeito de apropriar-se da riqueza cultural produzida pela humanidade ao longo dos séculos, mas que no caráter de inacabamento, de incompletude do ser humano, residia sua gama de possibilidades.

Da mesma forma, ao intensificar a compreensão da subjetividade humana naquilo que se refere ao trabalho (mas não só a ele), a psicologia do trabalho recebe mais um desafio: Mapear e compreender como o trabalho engendra novas formas de ser e estar no mundo. E descobrir como estas formas podem ser compartilhadas, contribuindo com uma ecologia dos saberes na cooperativa de trabalho, no mundo acadêmico, em fóruns locais e mundiais e outros espaços-tempo possíveis.

Acredito que pela via da democracia participativa (Estado como democracia sem fim), pelas parcerias com universidades e órgãos de fomento à pesquisa, deve-se criar maneiras de remunerar profissionais da psicologia, possibilitando dedicação aos projetos de economia solidária. Nesse sentido, a psicologia como ciência e profissão poderia contribuir mais efetivamente com as tentativas de transformação societal cabíveis na

transição paradigmática, atuando tanto como intelectual tradicional produzindo conhecimento na área, como quanto intelectual orgânico, tendo como horizonte a transformação do instituído a partir da sua própria dimensão instituinte (Gramsci, 1981).

Os resultados do estudo apontam para o fato de que a superação das angústias do devir no mundo do trabalho labiríntico *pode* acontecer, nesse contexto, através de formas de organização coletiva como na economia solidária, embora até agora o processo esteja sendo difícil, sofrido e contraditório. Mas realmente, *não há garantia alguma* que tal superação vá dar-se num futuro próximo ou distante. O futuro depende inteiramente do presente e da ação e esforço dos atores envolvidos, e leve-se em conta que mesmo todo o esforço pode ser insuficiente contra as forças poderosas conservadoras. Não temos outra escolha, diante desse drama, a não ser uns aos outros; o coletivo é nossa esperança, se desejarmos transformações estruturais. O estrutural só pode ser modificado com um coletivo potente. Coletivo, aliás, que ativa sua potência nas singularidades criativas. Tal processo está longe da linearidade ou da conclusão. A trajetória até aqui empreendida aponta para o fato de que a nova psicologia pode ter um papel importante no sentido de ampliar a noção de trabalho nas comunidades em que porventura possa intervir.

Até sistematizar as proposições desse paradigma emergente ora proposto, não por mim mas por diversos autores e vozes, temos a sensação de avanços e recuos, e acho que é assim mesmo que acontece, ao praticarmos a psicologia social crítica do trabalho. Muito precisamos fazer ainda. Ainda bem que existe desejo e atividade, dispositivos fundamentais de transformação social, afirmação da nossa capacidade de interferir no contexto, da nossa dimensão instituinte. E também da nossa capacidade de criar contra-saberes, sempre que os nossos saberes se mostrarem condutores de dogmatismos estéreis.

O olhar reflexivo sobre o trabalho é um olhar sobre nós mesmos, como convivemos e como nos (re)produzimos de forma continuada. Na dialética de produzir a cultura, podemos construir alternativas solidárias de vida, sempre atravessadas pelas maneiras como trabalhamos e produzimos o que necessitamos para viver de forma plena. Esta é a proposição com o direcionamento para a psicologia social crítica do trabalho, campo híbrido, fértil no espaço que engendra, espaço-tempo a ser preenchido pelas práticas *psi*. A busca de maior protagonismo para trabalhadores/as e cidadãos/ãs no cotidiano poderá deslocar o objetivo da psicologia, do papel de auxiliar o sujeito a *lidar* com seu contexto, para o papel de *questionar* e *transformar* o próprio contexto.

8- Referências Bibliográficas

- ABRAPSO (2003). Estratégias de Invenção do presente – a Psicologia Social no contemporâneo. XII Encontro Nacional da Abrapso. 14-27 de outubro. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Agencia de Desenvolvimento Solidário (2002): Desenvolvimento Local e Economia Solidária. Disponível em Site Internet: <http://www.ads.org.br/textos.htm>.
- Albuquerque, P. P. (2003). Autogestão. In Cattani, A. D. (Org). A outra economia (pp. 20-25). Porto Alegre: Veraz Editores.
- Andion, C. (2001). As Particularidades da Gestão em Organizações da Economia Solidária. Campinas: XXV ENANPAD.
- Anteag (2000). Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. São Paulo: Anteag.
- Antunes, R. (1999). Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Appadurai, A. (1996). Modernity at large: cultural dimensions of globalization. Minnessota: University of Minnessota Press.
- Appadurai, A. (1999). Globalization and the research imagination. International Social Science, 160, 229-238.
- Araújo, M. G. C. (2002). Subjetividade, crise e narratividade. Mal estar e subjetividade 1, (2), 79-91.
- Azevedo, N. & Silva, A. L. R. (2002). Políticas Públicas de garantia do direito ao trabalho no estado da participação popular. In Tempo de desafios. A política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: CLACSO.
- Arendt, H. (1983). A condição humana. Rio de Janeiro: Forense universitária.
- Bauman, Z. (2001). Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Barcelos, T. M. (2002). Subjetividade: inquietações contemporâneas. Educação e filosofia 32, (16), 149-159.
- Baritz, L. (1965). The servants of power. New York: Science Editions.
- Bauer, M. & Aarts, B. (2002). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In Bauer, M. & Gaskell, G. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som (pp. 39-63). Petrópolis: Vozes.

- Bauer, M., Gaskell, G. & Allum, N. C. (2002). Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - Evitando confusões. In Bauer, M. & Gaskell, G. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som (pp. 17-36). Petrópolis: Vozes.
- Beck, U., Guiddens, A. & Lash, S. (1994). Reflexive modernization: Politics, tradition and aesthetics in the modern social order. Cambridge: Politic Press.
- Bernardes, A. G. & Hoenisch, J. C. D. (2003). Subjetividade e identidades: possibilidades de articulação da psicologia social com os estudos culturais. In Guareschi, N. M. F. & Bruschi, M. (Orgs.) Psicologia social nos estudos culturais (pp. 95-128). Petrópolis: Vozes.
- Bloch, E. (1995). The principle of hope. Massachussets: MIT Press.
- Brandão, C. R. (Org.) (1980). A questão política da educação popular. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (Org.) (1998). Criatividade e novas metodologias. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (Org.) (1999). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense.
- Bruschi, M. E. (1999). Comunicação Pessoal em Seminário de metodologias qualitativas. Mestrado em psicologia social e da personalidade. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Calligaris, C. (1996). Crônicas do individualismo cotidiano. São Paulo: Ática.
- Campos, R.H.F. (2002). Introdução: a psicologia social comunitária. In Campos, R.H.F. (Org.) Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia (pp. 9-16). Petrópolis: Vozes.
- CAMP (2002). Economia Popular Solidária. Pesquisa Ação. Porto Alegre: CAMP.
- Cáritas (1995). Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira. Brasília: UNB.
- Cattani, A. D. (2000). Trabalho e autonomia. Petrópolis: Vozes.
- Cattani, A. D. (2002). Trabalho e tecnologia. Dicionário Crítico. Porto Alegre: Editora da Universidade. Petrópolis: Vozes.
- Cattani, A. D. (Org.) (2003). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores.
- Chanlat, J. F. (1993). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas.
- Chiavenatto, I. (1981). Recursos Humanos. São Paulo: Atlas.

- Cocco, G. (2001). Introdução. In Lazzarato, M. & Negri, A. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade (pp. 7-23). Rio de Janeiro: D&PA.
- Codo, W. (1997). Um diagnóstico do trabalho. In Tamayo, A. (Org.) Trabalho, Organizações e Cultura (pp. 21-40). Coletâneas da ANPEPP. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Codo, W. (2000). Educação, carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes.
- Cohn, A., Marsiglia, R.G. (1993). Processo e Organização do trabalho. In Buschinelli, J.T.P. Isso é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- Coraggio, J. L. (1998). Bases para una nueva generación de políticas socioeconómicas: la Economía del Trabajo o Economía Popular. Economía Popular Urbana: una nueva perspectiva para el desarrollo local. Programa de Desarrollo Local, Cartilla N°. 1. San Miguel: UNGS.
- Coraggio, J. L. (2001). Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa. Apresentação en el II Encuentro Internacional sobre Globalización de la Solidaridad. Disponível em Site Internet: <http://www.fronesis.org/jlc/QuebecJLC.doc>
- Coraggio, J. L. (2002). La propuesta de la economía solidaria frente a la economía neoliberal. Conferência proferida no II Fórum Social Mundial. Disponível em Site Internet: <http://www.fronesis.org/otros/publictema4.htm>
- Costa, J. F. (1989). Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal.
- Costa, J. F. (2001). Psicologia e Contemporaneidade: Diálogos e Reflexões. Palestra proferida na II Jornada do Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Dejours, C. (1992). A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez.
- Dejours, C., Abdoucheli, E. & Jayet, C. (1994). Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (1999). A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- DIEESE, (2001). A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE.
- Duveen, G. (1994). Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (Orgs.) Textos em representações sociais (pp.261-298). Petrópolis: Vozes.

- Emanuel, A. (1972). Unequal exchange: a study of the imperialism of trade. New York: Monthly Review Press.
- Enjolras, B. (2002). L'économie solidaire et le marché: modernité, société civile et démocratie. Paris: Éditions L'Harmattan.
- Fals Borda, O. (1999). Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In Brandão, C. R. (Org.) Pesquisa Participante (pp. 42-62). São Paulo: Brasiliense.
- Farr, R. (1998). As raízes da Psicologia Social Moderna. Petrópolis: Vozes.
- FEE (2002). Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em Site Internet: http://www.fee.tche.br/main_frames.htm.
- Fonseca, T. M. G. (2000). Gênero, subjetividade e trabalho. Petrópolis: Vozes.
- Fonseca, T. M. G. (2002). Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva. In Fonseca, T. M. G. (Org.) Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso (pp. 13-28). Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Fonseca, T. M. G. & Francisco, D. J. (2000) (Orgs.) Formas de ser e habitar a contemporaneidade. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Fontan, J. M. & Shragge, E. (2000). Social Economy: international debates and perspectives. Montreal: Black Rose Books.
- Forrester, V. (1997). O horror econômico. São Paulo: Fundação Editora Unesp.
- Foucault, M. (1984). Power/Knowledge. New York: Pantheon
- Freire, P. (1997). Paulo Freire in memoriam. Vídeo produzido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Freitag, B. (1986). Teoria crítica ontem e hoje. Brasília: Ed. Brasiliense.
- Freitas, M. F. Q. (2002). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia social comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90 no Brasil. In Campos, R.H.F. (Org.) Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia (pp. 54-80). Petrópolis: Vozes.
- Freitas, S. M. P. (2002). A psicologia no contexto do trabalho: uma análise dos saberes e dos fazeres. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Personalidade. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Freud, S. (1996). Obras completas. Rio de Janeiro: Imago.
- Fukuyama, F. (1992). The end of history and the last man. New York: Free Press.

- Gadotti, M. (1984). Educação e controle social. São Paulo: Paz e Terra.
- Gaiger, L. I. (1999). O trabalho ao centro da economia popular solidária. Caxambú, XXIII Encontro anual da ANPOCS.
- Gaiger, L. I. (2001). Economia popular solidária: uma conversa de Luiz Inácio Gaiger com o Conselho de Escolas de Trabalhadores. Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação.
- Garteiz-Arruecoa, J. D. (2001). La alternativa cooperativa, una respuesta ante la crisis. Barcelona: Ediciones Ceac.
- Gellner, E. (1992). Reason and Culture. New perspectives on the past. Cambridge: Blackwell.
- Gorz, A. (1998). Miserias del presente, riqueza de lo posible. Buenos Aires: Paidós.
- Gramsci, A. (1981). La alternativa pedagógica. Barcelona: Edit Fontana.
- Grisci, C. (1998). Trabalho, tempo e subjetividade: a reestruturação do setor bancário. Projeto de tese de doutorado em psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Grisci, C. (1999). Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva e o papel da psicologia nas organizações. Psicologia Ciência e Profissão, 19, (1), 2-13.
- Grisci, C. (2000). Trabalho, tempo e subjetividade: a reestruturação do trabalho bancário. Tese de doutorado em psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Grupo Krisis (1999). Manifesto contra o trabalho. Cadernos do LABUR n° 2 Laboratório de Geografia Urbana- Depto. de Geografia/ FFLCH/USP.
- Guareschi, N. M. F. (2003). Identidade, subjetividade, alteridade e ética. In Ploner, K. P., Michels, L. R. F., Schindwein, L. M. & Guareschi, P. (Orgs.) Ética e paradigmas na psicologia social (pp. 50-59). Porto Alegre: Abrapsosul.
- Guareschi, N. M. F. & Bruschi, M. E. (Orgs.) (2003). Psicologia social nos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, N. M. F., Medeiros, P. F. & Bruschi, M. E. (2003). Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In Guareschi, N. M. F. & Bruschi, M. E. (Orgs.) Psicologia social nos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, P. A. (1998). Ideologia. In Jacques, M. G. C., Strey, M. N., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P.A., Carlos, S. A. & Fonseca, T. M. G. (Orgs.) Psicologia Social Contemporânea (pp. 89-103) . Petrópolis: Vozes.

- Guareschi, P. (1999). A Educação como fator principal de realização da pessoa humana. In Madalozzo, A. (Org.) Da Inteligência ao Coração (pp. 69-88). Porto Alegre: EPECÊ.
- Guareschi, P. A. (2002a). Sociologia crítica. Porto Alegre: Edipucrs.
- Guareschi, P. A. (2002b). Relações comunitárias – relações de dominação. In Campos, R.H.F. (Org.) Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia (81-99). Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, P. A. (2002c). Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neo-pentecostais. In Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (Orgs.) Textos em representações sociais (pp.191-228). Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, P. A. (2003a). Sociologia da prática social. Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, P. A. (2003b). Pressupostos metafísicos e epistemológicos na pesquisa. Psicologia: Reflexão e Crítica, 16 (2), 245-255.
- Guareschi, P. A. & Grisci, C. L. I. (1993). A fala do trabalhador. Petrópolis: Vozes.
- Guattari, F. (1992). CAOSMOSE: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Guattari, F. & Rolnik, S. B. (1993). Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- Guiddens, A. (1991). Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age. London: Polity Press.
- Guigue, B. (2001). L'économie solidaire: alternative ou paliatif? Paris: Éditions L'Harmattan.
- Habermas, J. (1987). Knowledge and human interests. Cambridge: Polity Press.
- Hall, S. (2000). A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A
- Hall, S. (1996). Who needs identity? In Hall, S., Gay, P. (Orgs.) Questions of cultural identity. London: Sage.
- Harvey, D. (1989). Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola.
- Hatzemberger, D. H. C. (2000). Desemprego de trabalhadores qualificados: implicações e aprendizagens. Tese de doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Hobsbawn, E. (1995). Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras.

- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2001). Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hutssens, A.(1984). Mapping the post-modern. New german critique, 35, pp. 5-52.
- IBGE (2000). Censo 2000. Disponível em Site Internet: <http://www.ibge.gov.br/>
- Icaza, A. M. S. (2002). Economia solidária, práticas cooperativas e desarrollo local en el sur de Brasil. Ciriec-Espanha, 43, p. 41-59.
- Iniguéz, L. (2003). La psicologia social en la encrucijada postconstruccionista. Identidad, subjetivacion, preformatividad, red, multiplicidad, acción. Conferência de abertura do XII Encontro Nacional da ABRAPSO: Estratégias de construção do presente – a Psicologia Social no contemporâneo. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 14-17 de outubro.
- Jacques, M. G. C. (1999). Contribuições da psicologia social para o trabalho e as organizações. In Silveira, A., Gewer, C., Bonin, L. F. R. & Bulgacov, Y. L. M. (Orgs.) Cidadania e participação social (pp. 89-98). Porto Alegre: Abrapsosul.
- Jerusalinski, A. (2000). O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Jodelet, D. (1989). Folies et représentacions sociales. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jovchelovitch, S. (1990). Trabalho e sofrimento psíquico. Dissertação de mestrado em psicologia social e da personalidade. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Jovchelovitch, S. (2000). Representações sociais e esfera pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M. (2002). A entrevista narrativa. In Bauer, M. & Gaskell, G. (Orgs.) Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som (pp. 90-113). Petrópolis: Vozes.
- Kastrup, V. (2000). A psicologia na rede e os novos intercessores. In Fonseca, T. M. G. & Francisco, D. J. (Orgs.) Formas de ser e habitar a contemporaneidade (pp. 13-26). Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Kehl, M. R. (2000). A função fraterna. Rio de Janeiro: Imago.
- Korten, D. (2001). When corporations rule the world. Bloomfield: Kumarian Press.
- Korten, D. (2002). O mundo pós-corporativo: vida após o capitali\$mo. Petrópolis: Vozes.

- Lane, S. & Codo, W. (1984). Psicologia Social: o homem em movimento. Petrópolis: Vozes.
- Larangeira, S. M. G. (2002). Fordismo e pós-fordismo. In Cattani, A. D. (Org). Trabalho e tecnologia. Dicionário Crítico (pp. 123-128). Porto Alegre: Editora da Universidade; Petrópolis: Vozes.
- Lazzarato, M. & Negri, A. (2001). Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: D&PA.
- Lazarotto, G. (1992). A organização do trabalho e a construção do sujeito: o caso da digitação, numa apreciação crítica da psicologia. Dissertação de mestrado em psicologia social e da personalidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Lechat, N. M. P. & Schiochet, V. (2003). Economia de dádiva. In Cattani, A. D. (Org). A outra economia (pp. 84-87). Porto Alegre: Veraz Editores.
- Leite, M. P. (1994). O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: SCRITTA / FAPESP.
- Lisboa, A. M. (2001). A Crítica de Karl Polanyi à Utopia do Mercado. Socius Working Papers. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em Site Internet: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/wp/wp002.pdf>
- Liotard, J. F. (1984). Post-modern condition. Manchester: Manchester University Press.
- Mance, E. (1999). A revolução das redes. Petrópolis: Vozes.
- Mance, E. A. (2002). Redes de colaboração Solidária. Aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes.
- Mance, E. A. (2003). Cadeias produtivas solidárias. In Cattani, A. D. (Org.) A outra economia (pp. 26-28). Porto Alegre: Veraz Editores.
- Mância, L. T. (2002). Processos colaborativos no trabalho. Disponível em Site Internet: <http://www.racional.com.br/esarh/frame.htm>.
- Mattoso, J. E. L. (1994). Trabalho sob fogo cruzado. São Paulo em perspectiva, 8, 13-21.
- Mattoso, J. E. L. (1999). O Brasil desempregado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Martins, R. V. (1999). A relação do surdo com o trabalho, com o emprego precário e com o desemprego. Projeto de doutorado em psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

- Marx, K. (1983). O capital, crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural.
- Merriam, S. (1998). Case study research in education. San Fransico: Jossey-Bass.
- Morgan, D. (1988). Focus groups as Qualitative Research. Londres: Sage Publications.
- Moscovici, S. (2002). Prefácio. In Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (Orgs.) Textos em representações sociais (pp. 7-16). Petrópolis: Vozes.
- Moya, R. (1995). Empresas excelentes de la economia social. Ciriec-Espanha, 19, 43-107.
- Nardi, H. C. (15/08/2002). Aula proferida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Nardi, H. C. (1999). Saúde, trabalho e discurso médico. A relação médico-paciente e o conflito capital-trabalho. São Leopoldo: Unisinos
- Neves da Silva, R. A. (2001). Cartografias do social: estratégias de produção do conhecimento. Tese de doutorado em educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- d'Orfeiuiil, H. R. (2002). Economia cidadã. Alternativas ao neoliberalismo. Petrópolis: Vozes.
- Packter, L. (2001). Filosofia clínica: propedêutica. Florianópolis: Guarapuvu.
- Paixão, M. T. (1998). Economia Social e criação de emprego. Lisboa: Ministério do trabalho e solidariedade.
- Pasavento, S. (2001). Memória e sociedade. Palestra proferida no programa de pós-graduação em psicologia social e institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Paty, M. (1999). Ciência: aquele obscuro objeto de pensamento e uso. Tempo Social, 11,(1), 67-73.
- Pelbart, P. P. (2000). Prefácio. In Fonseca, T. M. G. & Francisco, D. J. Formas de ser e habitar a contemporaneidade (pp. 9-11). Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Pellegrino, H. (1988). A burrice do demônio. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pinto, C. R. (2003). Psicologia e políticas públicas: a função social do Estado. Simpósio 7. XII Encontro Nacional da ABRAPSO: Estratégias de invenção do presente - a Psicologia Social no contemporâneo. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

- Quijano, A . (2002). Sistemas alternativos de produção? In Santos, B. S. (Org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista (pp. 475-512). Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Razzeto, L. (1999). Economia Solidária? Persona y Sociedad 13, 2-12.
- Rede de Economia Solidária. Site Internet: <http://www.ecosol.org.br/>
- Ribeiro, D. (1978). O Processo Civilizatório. São Paulo: Circulo do Livro.
- Rodrigues, A (1972). Psicologia Social. Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, A (1976). A pesquisa experimental em psicologia e educação. Petrópolis: Vozes.
- Sampaio, J. R. (1998). As três faces da psicologia do trabalho. In Sampaio, J. R. (Org.) Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sandoval, S. (2000). O que há de novo na psicologia social latino-americana? In Campos, R.H.F & Guareschi, P. (Orgs.) Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana (pp.101-109). Petrópolis: Vozes.
- Santos, B. S. (1987). Introdução à uma ciência pós-moderna. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (1995). Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition. New York: Routledge.
- Santos, B. S. (1996). Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2000). A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (Org.) (2001). Globalização: fatalidade ou utopia? Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2002) Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280.
- Santos, B. S. (2003a). Poderá o direito ser emancipatório? Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, 3-76.
- Santos, B. S. (Org.) (2003b). Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: “Um Discurso sobre as Ciências” Revisitado. Porto: Afrontamentos.
- Santos, B. S. & Rodriguez, C. (2002). Introdução: para ampliar o cânone da produção. In Santos, B. S. (Org) Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista (pp. 23-78). Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

- Santos, M. (1994). A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In Santos, M. (Org.) O novo mapa do mundo: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec-ANPHU.
- Sassen, S. (1999). Guests and Aliens. New York: New Press.
- Sennet, R. (2001). A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record.
- Singer, P. (1999). Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes.
- Singer, P. (2001). Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto.
- Singer, P. (2002a). Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2002b). A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil (pp. 81-103). In Santos, B. (Org) Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Spink, M. J. (2003). Das rupturas necessárias para pensar a psicologia na modernidade tardia. Aula inaugural proferida para a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Silva, C. O.& Atháide, M. (1996). Identidade e multiplicidade. Disponível em Site Internet: http://www.uff.br/psico/projetos/producao/cosorio/cosorio_01.doc.
- Silva, E. S. (1994). Desgaste mental no trabalho dominado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Stake, R. (1988). Case study methods in educational research: seeking sweet water. In Jaeger, R. M. (Org). Complementary methods for research in education. Washington: AERA.
- Starr, A. (2001). Naming the enemy: anti-corporate movements confront globalization. London: Zed Books.
- Tauile, J. R. (2001). Para (re)construir o Brasil contemporâneo. Trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Thompson, J. B. (1998). Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes.
- Tittoni, J. (1994). Subjetividade e trabalho. Porto Alegre: Ortiz.
- Tittoni, J. (1999) Trabalho e sujeição: trajetórias e experiências de trabalhadores demitidos no setor petroquímico. Tese de doutorado em sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

- Tittoni, J. (2002). Saúde mental. In Cattani, A. D. (Org). Trabalho e tecnologia. Dicionário Crítico (pp. 279-283). Porto Alegre: Editora da Universidade; Petrópolis: Vozes.
- Tittoni, J., Nardi, H. C. & Bernardes, J. (2002). Subjetividade e trabalho. In Cattani, A. D. (Org). Trabalho e tecnologia. Dicionário Crítico (pp. 302-308). Porto Alegre: Editora da Universidade; Petrópolis: Vozes.
- Toldo, M. (2000). Responsabilidade social empresarial. Trabalho de Conclusão de Curso de Administração. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.
- Vaz, M. R. C. (1997). Conceito de Saúde – Rede de relações entre as fronteiras do indivíduo e do ambiente externo ao corpo singular. Ambiente & Educação, 2, 151-161.
- Veronese, M. V. (2000). A noite escura e bela: um estudo sobre o trabalho noturno. Psicologia & Sociedade, 1/2, (12), 174-193.
- Yin, R. (1984). Case study research: design and methods. Newbury Park: Sage.
- Wickert, L. (1999). O adoecer psíquico do desempregado. Psicologia Ciência e Profissão, 19, 66-75.
- Zaluar, A. (2001). Anais do XXV ENCONTRO ANUAL da ANPOCS. 16 a 20 de outubro, Caxambu, MG .
- Ziliotto, D. M. (2003). Demandas e ofertas da psicologia do trabalho hoje. In Ploner, K. P., Michels, L. R. F., Schlindwein, L. M. & Guareschi, P. A. (Orgs.) Ética e paradigmas na psicologia social pp. 173-180. Porto Alegre: Abrapsosul.

ANEXOS

Anexo 1- Termo de consentimento informado

A entrevista realizada faz parte da coleta de dados de uma pesquisa sobre os empreendimentos no campo da economia popular e solidária e seus modos de trabalhar. Esta investigação está sendo conduzida pela psicóloga e doutoranda Marília Veríssimo Veronese (CRP 07/5675), sob a orientação do Prof. Dr. Pedrinho Guareschi, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e da Personalidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Para sua realização, é necessário que os/as participantes concordem com todos os pontos que serão levantados neste termo de compromisso:

- sua participação neste estudo é voluntária, podendo desistir quando desejar;
- pesquisador registrará as informações discutidas no grupo através do uso de gravador de áudio;
- a fita será transcrita e a pesquisador se compromete em não alterar as falas dos participantes, mantendo fidedigno o conteúdo gravado;
- as informações obtidas a partir do grupo de discussão serão analisadas para fins de compreensão a respeito do tema em questão na área da psicologia social.
- as conclusões do trabalho tornar-se-ão de domínio público visando contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico;
- os participantes têm direito de tomar conhecimento do conteúdo deste trabalho em qualquer momento da pesquisa e, também, após sua finalização.
- original deste termo ficará em posse da pesquisadora.

Por fim, agradeço sua disponibilidade em participar desta pesquisa.

Atenciosamente

Marília Veríssimo Veronese

Ciente e concordante com o exposto acima, assino:

Nome:..... Data:

Anexo 2- Folder da ANTEAG

Anexo 3- Estatuto da Cooperativa Ética e Ação Popular